

**CORPOS-VOZES DA DITADURA BRASILEIRA: O
TESTEMUNHO DE MULHERES EM *QUE BOM TE
VER VIVA* (1989)**

**BODIES-VOICES OF THE BRAZILIAN
DICTATORSHIP: THE TESTIMONY OF WOMEN IN
QUE BOM TE VER VIVA (1989)**

ANA PAULA CORREIA MARI*
FERNANDA APARECIDA ALMEIDA LAGES*

Resumo: O presente artigo visa à reflexão sobre o impacto do documentário *Que bom te ver viva* (1989), no tempo passado e presente. A obra, dirigida por Lúcia Murat – ex-presa política –, abre espaço, através da arte, para que outras mulheres, também vítimas da violência ditatorial, narrem suas histórias, escancarando um recorte dentro do autoritarismo: a violência de gênero perpetrada pela ditadura no Brasil. Dentro do texto documental, o real e o ficcional se traspassam, performando a prática testemunhal. Entre o lembrar e o esquecer, narrativas obliteradas pela oficialidade histórica ganham espaço. Nesse sentido, o documentário mostra-se como um importante instrumento de combate às diversas políticas de apagamentos ainda vigentes na sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Ditadura civil-militar brasileira; texto documental; testemunho.

* Mestra em Teoria do Direito e da Justiça pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: anapaulacmari4@gmail.com.

* Mestra em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: faal.fernanda@gmail.com

Abstract: The present article aims to reflect on the impact of the documentary *Que bom te ver viva* (1989), both in the past and present. The work, directed by Lúcia Murat—herself a former political prisoner—creates a space through art for other women, also victims of dictatorial violence, to narrate their stories, exposing a specific facet of authoritarianism: the gender-based violence perpetrated by the dictatorship in Brazil. Within the documentary text, the real and the fictional intertwine, performing the act of bearing witness. Between remembering and forgetting, narratives obliterated by official historical accounts gain visibility. In this sense, the documentary proves to be an important tool in combating the various policies of erasure that remain present in Brazilian society.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship; documentary text; testimony.

Luz, câmera, ação: quando a arte retira-nos dos calabouços memorizadas

O esboço de um começo – ou a tentativa dele – talvez seja o ato mais difícil ao se escrever, ante as incertezas das linhas que o sucederão. Mas “[e]m torno de nós, tudo escreve, é isso que precisamos perceber, tudo escreve [...]”¹. Sem nos darmos conta, já começamos aquilo que pretendíamos – a escrita nos percorre, para além do texto. E se é verdade que o texto nos percorre, sendo tudo escrito em torno de nós, também é verdade que “[...] [e]screver é também não falar. É se calar. É berrar sem fazer ruído [...]”².

Pensando nos ruídos e silêncios que acompanham um texto, enxergamos nos depoimentos colhidos no documentário *Que bom te ver viva*, de Lúcia Murat, fragmentos linguísticos, haja vista que, diante do trauma vivenciado, as vítimas não encontram palavras suficientes para expressarem o horror quase irreal por elas experienciado. Diante da impossibilidade de se narrar o inenarrável, enxergamos, na arte, a possibilidade de um espaço no qual as vítimas possam, apesar de, e com suas fissuras, transmitir outra(s) história(s), apagada(s) por uma pretensa oficialidade.

No documentário, que mescla os teores testemunhal e ficcional, *sombra e luz* se condensam: a transmissão das histórias obliteradas pela oficialidade histórica se dá pelas falas das vítimas da ditadura civil-militar brasileira, que, por meio da obra de Murat, buscam ouvidos atentos e dispostos a escutá-las. Audição e voz se aliam à tarefa de perpetuar, diante da câmera, narrativas apagadas pela história oficial e, a elas, se soma a visão: o ambiente no qual a atriz Irene Ravache performa a dor do esquecimento ao qual as vítimas da violência ditatorial estão

¹ DURAS, Marguerite. **Escrever**. Trad. OLIVEIRA, Luciene. Belo Horizonte: Relicário, 2021, p. 55.

² *Ibidem*, p. 38.

sujeitas é composto por um jogo (contraposto) de *luz* e *sombra* – abajures clareiam a noite escura que adentra a casa da personagem.

Luz e sombra se inter-relacionam: esta surge quando algo é colocado na frente daquela. As cenas que carregam esta visível dualidade possibilitam a metaforização de uma outra mutualidade: a memória e o esquecimento, posto que “[t]odo ato de lembrar encerra atos de esquecer”³. Neste sentido, o documentário, ao trazer a relação imagética de *luz* e *sombra*, nos mostra, para além das entrelinhas, as políticas memorizadas que matam as narrativas daqueles que foram alvo da truculência ditatorial.

Se no início de uma gravação de cena, comumente se usa a frase “*luz, câmera, ação*”, na abertura deste artigo convidamos o leitor à *ação* de refletir sobre o papel desempenhado pela arte – aqui, especificamente, a do documentário de Murat, lançado um ano após a promulgação da Constituição brasileira de 1988. A produção documental de Murat representa um passo exordial, advindo de uma *ação* conjunta – de corpos e vozes opostos ao silenciamento – de combate às políticas memorizadas daquele tempo passado e do tempo presente.

A performatividade do trauma: corpo, gênero e inscrição da violência

Com a frase “A psicanálise explica porque se enlouquece, não por que se sobrevive”, do psicanalista Bruno Bettelheim, Murat dá a direção do filme. Ao buscar, sem sucesso, responder à questão do porquê da sobrevivência, a pergunta é mudada, com a indagação da personagem: “Vejo e revejo as entrevistas e a pergunta permanece sem resposta. Talvez o que eu não consiga admitir é que tudo começa exatamente aqui: na falta de resposta. Acho que devia trocar a pergunta: ao invés de ‘por que sobrevivemos’, seria ‘como sobrevivemos?’”⁴, escancarando a dificuldade daquele que retorna de determinada situação de horror de retomar o contato com o mundo externo e consigo mesmo, diante da fragilização do seu próprio “eu”⁵.

A pergunta “como sobrevivemos?” é um traço comum em vítimas de ditaduras e autoritarismos, e que aparece repetidamente em testemunhos, esta tentativa de encontrar os

³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022, p. 17.

⁴ **Que bom te ver viva**. Direção: Lúcia Murat. 1989. Rio de Janeiro: Taigá Filmes e vídeos, 0’46”.

⁵ Cf. GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

motivos pelos quais se sobreviveu. Entretanto, esses motivos, no melhor dos cenários, são simplesmente arbitrários. Assim, ao focar no **como**, Murat subverte a lógica necropolítica da ditadura: destaca os meios em que a vida se sobrepôs à morte.

A frase-epígrafe que direciona o documentário mostra ao telespectador, de antemão, o sofrimento por vir, expresso nas palavras daquelas mulheres que tiveram em seu corpo, o local no qual os perpetradores da violência registraram seu discurso⁶ – em um fundo preto e letras avermelhadas, a imagem de um tempo sombrio, banhado a luta e sangue, nos é lançada. Após a indagação feita pela personagem, o telespectador é levado a outro cenário, no qual o fundo preto dá lugar a um acinzentado, composto por grades, que remete ao cárcere. Entre borrões acinzentados, entendemos que aqueles corpos carregam consigo, para além da assinatura de seus violentadores⁷, as marcas deixadas pelo trauma, cujas cicatrizes são sinais de um passado que não passa.

Um ponto importante a ressaltar é que desde a direção até a narração da produção audiovisual, temos a figura feminina como protagonista discursiva. No documentário de Murat, são as vozes de mulheres as que escutamos. Uma consulta simples ao dicionário nos informa o que é ser mulher: “Ser humano do sexo feminino”; “Esse mesmo ser após a puberdade”; “Esposa”⁸. Esses conceitos não abarcam os desdobramentos da representação social de se ser mulher, assim como também não aduz sobre as marcas deixadas no corpo feminino de um autoritarismo passado-presente e de uma retroalimentação entre violência e patriarcado.

As histórias das oito mulheres, somadas à da própria Murat, diluída na personagem de Irene Ravache, são histórias de (sobre)vida, atravessadas pela tortura e que padeceram sofrimentos próprios do gênero. Como o título do artigo de Mariana Joffily bem ilustra⁹, essas mulheres sofreram na carne “a diferença na igualdade”, ou seja, em que pese o mesmo grau de violência a que foram submetidos homens e mulheres, o sistema de gênero que orientava tais

⁶ Cf. GONÇALVES, Mariana Figueiredo Moreira da Rocha. **Necroestética**: de espectador a testemunha. In: Nas entranhas do Direito métodos e escritas do corpo. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; VIANA, Igor Campos; BETTONI, Isabela de Araújo (Orgs.). Belo Horizonte: Editora Expert, 2022.

⁷ *Idem*.

⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Aurélio Júnior**: dicionário escolar de Língua portuguesa. FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos (Coords.). SANDE, Axel (ilustração). 2ª ed. Curitiba: Positivo, 2011, p. 610.

⁹ Cf. JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Espaço Plural**, vol. X, núm. 21, jul-dez 2009, p. 78-88.

regimes militares fez com que a forma de tortura variasse. “[...]Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna[va] especialmente vulnerável”¹⁰; destacando-se, no documentário, um fator comum às sobreviventes: a maternidade. Apesar de a maternidade servir de meio através do qual os agentes do regime perpetravam a violência contra as opositoras (ameaçando a vida e a segurança de seus filhos), no documentário ela ganha outros contornos, representando a força e a esperança das quais as presas políticas se alimentavam.

Para Maria do Carmo, a gravidez significou sua reconciliação consigo mesma, diante da culpa que carregava por não ter se matado, conforme o pacto de morte feito com seu marido à época. Para Maria Luiza, a chegada de seus filhos representou a chegada de uma nova vida e, com ela, a esperança. Regina, que sofreu um aborto enquanto estava no cárcere, afirmou que o que a sustentou durante sua prisão foi a vontade de ter um filho, que simbolizava, para ela, a (continuidade da) vida. Criméia, que precisou abandonar a guerrilha devido à gestação, viu na gravidez uma marca a não se repetir – apesar dos aspectos positivos – diante do ambiente de violência e truculência do cárcere. Ainda segundo ela, o nascimento do seu filho representava uma liberdade (o filho se libertava do útero de sua mãe) e também uma resposta aos agressores de sua mãe: a de que a vida continua. Todavia, a experiência da gravidez e do parto, diante da situação do cárcere, deixaram marcas, e uma delas, foi a decisão de não revivê-la¹¹.

A filha de Jessie Jane, Arlete, nasceu no cárcere. Após os anos em que viveu na prisão, separada de seu companheiro e de sua filha, Jessie Jane pôde, finalmente, encontrar a todos, em liberdade¹². Em todas essas situações, sobressai a vontade da vítima de se reconstruir diante da continuidade da vida. Frente ao cenário de horror e morte que permeia o regime militar, as afirmações dessas mulheres evidenciam que a narração do trauma “[...] tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”¹³, e este desejo de renascença se dá, coincidentemente, através e a partir da maternidade.

A violência específica contra a mulher está posta ao longo de todo o documentário. Além das experiências maternas, outras também aparecem. Maria do Carmo marca o seu

¹⁰ ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 46.

¹¹ **Que bom te ver viva**. *Op. Cit.*

¹² *Op. cit.*

¹³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 66, 2008.

testemunho com a lembrança da menstruação, objeto de repulsa para seus torturadores, que a colocavam no pau-de-arara de calça para não ver tal “espetáculo”¹⁴. Regina nos comove, novamente, com um relato cru acerca da humilhação inerente a que as mulheres passariam ao longo do seu martírio. Para ela, após uma panfletagem e perseguição: “a violência começou desde a pedreira [local de fuga], onde fui despida e procuraram até dentro da minha xoxota se tinha alguma arma, coisa que eles [a polícia] sabiam que não teria mesmo. Acho que era uma coisa muito mais para me degradar”¹⁵.

Este *modus operandi* é pautado pelo patriarcado, definido por Rita Segato como uma estrutura de poder genericada regida por um *mandato*, que seria a “[...] reproducción del género como estructura de relaciones entre posiciones marcadas por un diferencial jerárquico e instancia paradigmática de todos los otros órdenes de estatus-racial, de clase, entre naciones o regiones”¹⁶. Reforça-se, assim, a ideia de uma “diferença na igualdade” e, mais que isso, explicita a capacidade do regime em explorar e mobilizar as relações de gênero em prol do seu projeto político.

Neste ínterim, há um tema urgente que orbita a narrativa testemunhal de *Que bom te ver viva*, mas que aparece de forma tangencial, que é o da violência sexual. As mulheres-vítimas apresentadas no filme não abordam direta e detalhadamente todos os abusos que sofreram, salvo os episódios da menstruação, a menção à desnudez forçada e os manuseios. Há, ainda, a menção à utilização de baratas na tortura do corpo – no corpo da própria Murat, inclusive –, especialmente nas genitálias, como forma de degradação.

Em seu monólogo anônimo, a personagem de Irene Ravache questiona ao seu torturador: “o que a sua mulher achou quando leu no jornal que andou fazendo tortura sexual?”¹⁷, bradando sem pudor os limites cruzados pela oficialidade militar e corroborando a tese de Segato de que os tantos autoritarismos, dos quais a ditadura brasileira fez parte, adotaram uma estratégia de guerra não convencional¹⁸, ou seja, tinham um caráter informal,

¹⁴ *Que bom te ver viva*. *Op.cit.*

¹⁵ *Ibidem*, 38’00”.

¹⁶ SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Quilmes: Prometeo, 2003, p. 13. Tradução livre: [o mandato seria a] reprodução do gênero como estrutura de relações entre posições marcadas por um diferencial hierárquico e instância paradigmática de todas as outras ordens de status - racial, de classe, entre nações ou regiões.

¹⁷ *Que bom te ver viva*, 28’40”.

¹⁸ SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016, p. 60.

sem territórios e exércitos identificados, onde coexistiam forças oficiais com grupos e estruturas paraestatais, onde o corpo das mulheres passou a ser também um campo de batalha. Isto estava diretamente relacionado com a ideologia moralizante da própria Doutrina de Segurança Nacional¹⁹, que tinha como uma de suas frentes a defesa de um estilo de vida pautado na família e nos valores ocidentais e cristãos – de modo que o comunismo e a “subversão”, por serem o seu oposto, deveriam ser completamente aniquilados. Em que pese a homogeneização do inimigo interno e a defesa da família e do papel da mulher enquanto pertencente ao âmbito doméstico, atacar esses corpos femininos seria uma forma de disciplinamento, de conquista territorial e de demonstração de poder.

Na obra *Que bom te ver viva*, todavia, os crimes de estupro, uma das modalidades de delitos sexuais, ficam subentendidos, uma vez que não são mencionados explicitamente – constam, por exemplo, em um capítulo específico do relatório da Comissão Nacional da Verdade, no qual Murat também testemunha²⁰. O documentário antecipa essa denúncia em 25 anos. O estupro, para Segato²¹, seria “una pedagogía de la crueldad en torno a la cual gravita todo el edificio del poder”. Essa pedagogia de uma violência generificada, cuja expressão máxima pode ser entendida como a violação do corpo, fica expressa ao longo de todo o filme-testemunho. As sobreviventes nos conduzem pela metodologia do terror ditatorial – ainda que através da mediação da diretora, que é também sobrevivente –, trazendo à tona este tema tão complexo e delicado.

Nesse sentido, cabe fazer um paralelo com a teoria literária e a representação dessas violências pela literatura no contexto da ditadura brasileira. Dalcastagnè afirma que “[e]ra comum nas narrativas sobre a ditadura que as mulheres aparecessem sempre do lado de fora

¹⁹ A Doutrina de Segurança Nacional é uma criação estadunidense que, por meio de uma guerra não convencional, visava à expansão da soberania e do domínio dos EUA não mais em termos de fronteiras territoriais, mas ideológicas, pois viam na América Latina um espaço propício para a infiltração soviética, sobretudo após a Revolução Cubana. Através de um discurso anticomunista, vulgar e impreciso, entendia qualquer forma de contestação da ordem vigente como ação de um “inimigo interno” que teria por objetivos desestabilizar as relações do país com os EUA e subverter o *establishment*, devendo ser então não só combatido, mas eliminado (Padrós, 2008).

²⁰ Cf. Capítulo 10 - Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1.** – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014, p. 399-435.

²¹ SEGATO, *op. cit.*, p. 79. Tradução livre: [seria] uma pedagogia da crueldade em torno do qual gravita todo o edifício do poder.

[...]” e não como opositoras diretas ao regime militar²². No documentário, mesmo que outras faces das testemunhas da produção audiovisual sejam apresentadas – a irmã de um preso político desaparecido, a companheira de um guerrilheiro ou um opositor da repressão, a mãe que, estando grávida no momento de sua detenção, sofreu um aborto enquanto estava no cárcere – a lógica na qual as mulheres aparecem “do lado de fora” é subvertida. Isso porque estas nuances não se encerram em si mesmas: o telespectador se depara com mulheres que se opuseram diretamente ao estado de exceção instaurado pelo golpe de 1964. Ginzburg, ao discorrer sobre a inter-relação entre literatura, melancolia e violência, afirma ser possível perceber, na construção de um conjunto de romances brasileiros, que é a morte de uma personagem feminina que suscita o ato de narrar (o autor exemplifica com os romances *São Bernardo*, *Grande Sertão: veredas* e *Lavoura Arcaica*)²³.

A mensagem capturada é a de que é “[...] preciso que, de tempos em tempos, uma personagem feminina seja levada à destruição para que seja alavancada uma reflexão sobre o passado”²⁴ – e nos é lançada a indagação: “Seríamos um país em que é necessário que, de tempos em tempos, morra uma mulher para que um homem conte sua história? [...]”²⁵. A exemplo da literatura, o silenciamento – e a morte, metaforicamente ou não – de corpos femininos se estende a outros campos, impedindo que suas vozes encontrem ecos em ouvidos outros. Contrapondo-se a essa realidade, o documentário de Murat se mostra como uma resposta à imposição do silenciamento e outras tantas formas de apagamentos que dizimam corpos e vozes das vítimas da ditadura brasileira, em especial, quando estes são feminino(a)s.

Nisso reside também a força da obra ao trabalhar com as fragmentariedades, com os esquecimentos voluntários e involuntários, com a elaboração do passado e com a relação conflitiva do sobrevivente com o seu passado, refletidos no **como** da sobrevivência. O filme se configura como um canal de vazão de uma violência estigmatizada, repleta de tabu - já que além da tortura em si, as violências sexuais deixam marcas profundas nas mulheres enquanto sujeitos sexuais, hiperbolizando o sentimento de culpa - sendo, pois, uma forma de “resistência

²² DALCASTAGNÈ, Regina. Para não esquecer: mulheres e ditadura no Brasil. In: **A captura do real e os intraduzíveis na literatura latino-americana sobre as ditaduras**. LACERDA, Amanda et al. (Orgs.). Parnamirim: Editora Biblioteca Ocidente, 2023, p. 5.

²³ GINZBURG, *Op. Cit.*

²⁴ *Ibidem*, p. 61.

²⁵ *Ibidem*, p. 62.

ao esquecimento e de luta pela inscrição da violência”²⁶, violência esta que inscreve outra: a de gênero.

“Eu não fiz parte desse acordo de silêncio”²⁷: justiça, violência e esquecimento

“Durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira, para muitas vítimas, infelizmente, dignidade foi uma palavra retirada dos dicionários”²⁸. Outras tantas também foram removidas, não somente dos dicionários, mas dos dispositivos legais que viriam, posterior e teoricamente, restituir e salvaguardar direitos e garantias fundamentais (a título de exemplo, é, no mínimo, curiosa a omissão do termo “vítima” no corpo textual da lei 6.683/1979²⁹, conhecida como Lei da Anistia). É interessante lembrarmos uma imagem que aparece no documentário: um cartaz colado numa parede, com a mensagem “Quem é você? Responda e garanta seus direitos”³⁰. A imagem ao fundo remete a uma prisão, estando o telespectador do lado interno da cela – aqui, é dada ao telespectador a possibilidade de perspectiva e exercício da alteridade, posto que ele é simbolicamente colocado no lugar dos presos políticos. E por trás da câmera (e das grades) percebe-se que, muitas vezes, direito e violência caminham juntos.

Que bom te ver viva foi pioneiro ao tratar das torturas e da prisão política, ainda mais através do olhar feminino, e em um contexto bastante efervescente de abertura política, e de promulgação da Constituição Cidadã. Além disso, a vizinha Argentina havia recém terminado de concluir a investigação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (1983) e publicado seu informe final, o *Nunca Más* (1984), assim como passou, também, pelo histórico Julgamento das Juntas Militares em 1985, algo completamente inédito na história –embora, no contexto de estreia do filme, já imperassem as leis de impunidade argentinas.

²⁶ SELIGMANN-SILVA, *Op. Cit.*, p. 158.

²⁷ *Que bom te ver viva*, 91’17”.

²⁸ MARI, Ana Paula Correia. **Justiça poética**: a escrita de Pedro Tierra como inscrição memorialística das violações a direitos e garantias fundamentais cometidas na ditadura civil-militar brasileira. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de pós-graduação em Direito. Belo Horizonte, 2023, p. 27.

²⁹ Cf. BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 28 de agosto de 1979. Brasília.

³⁰ *Que bom te ver viva*, 16’59”.

Diferentemente do lado de lá da fronteira, a impunidade não foi revista em terras brasileiras. Já naquele momento, Murat tece uma crítica certeira acerca do tema. A personagem de Irene Ravache dispara: “[...] tinha te prometido um julgamento, mas o nosso Brasil brasileiro não gosta muito dessas coisas. Ficamos apenas com as nossas pequenas vinganças”³¹. Neste monólogo confessional, a personagem nos dá pistas da forma como lida com seu passado, agindo, por vezes, através do escracho – denunciando seu torturador em trabalhos que este realizava. Mas para ela isso é pouco, ela deseja a justiça, que não vem. Ela personifica a luta por memória e justiça amordaçada com a anistia.

O filme é, assim, duplamente testemunho e denúncia. Mas testemunhar nem sempre é um ato fácil ou libertador, “[...] algo da cena traumática sempre permanece incorporado, como um corpo estranho, dentro do sobrevivente”³². Se de acordo com Mbembe, “grande parte do trabalho memorialístico”³³ se dá através do trabalho de luto, da introjeção das mortes, da elaboração do passado, a justiça também pode vir a significar a troca da vingança pela pacificação, ou, em outras palavras, pela reconciliação/perdão – que nada tem a ver com o esquecimento imposto, deliberado.

Benjamin, em sua crítica da violência, já anunciava que tanto o direito quanto a lei seriam frutos da violência – a ambiguidade, inclusive, do termo *Gewalt* presente no título original do ensaio, ao mesmo tempo significando violência e poder, já indica esta íntima relação: “[...] a instauração do direito é instauração de poder e, enquanto tal, um ato de manifestação imediata da violência”³⁴. Basta termos em mente, neste contexto, o discurso de revanche em torno das reivindicações por verdade e justiça por parte de vítimas da ditadura e seus familiares, impedidas pela lei de anistia (1979), que oficializou o esquecimento sobre o passado recente, se configurando como a “supressão” de uma suposta lógica de vingança.

Conforme argumenta Suleiman, para que a anistia seja um instrumento legítimo de reconciliação, é necessário, ao lado das comissões da verdade, que esta funcione como um meio de divulgação dos crimes e não como um impedimento às manifestações das memórias. Em

³¹ **Que bom te ver viva**, 28’32”.

³² SELIGMANN-SILVA, *Op. Cit.*, p. 146.

³³ MBEMBE, 2019 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 147.

³⁴ BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. Org. Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 148.

suma, esses mecanismos devem “promover o arejamento das memórias e seu reconhecimento público, tanto pelos agressores quanto pelas vítimas”³⁵. O que nem sempre acontece, acarretando na reprodução da violência por vias jurídicas.

Deste modo, pensando o direito (e não a justiça) como espaço de inscrição da violência, vemos que estas estruturas de poder possuem mecanismos limitados para lidar com o trauma advindo de situações-limite, ou, nas palavras de Seligmann-Silva, “[...] como um membro da esfera do poder, o direito não está isento de parcialidades”³⁶, gerando sentimentos negativos quando as vítimas não alcançam a justiça e o reconhecimento do mal sofrido.

[...] parece que estamos falando de uma coisa velha, uma coisa do passado, parece que a gente é rancoroso. É quem não consegue esquecer. Eu já ouvi muitas vezes as pessoas falarem isso, eu me senti como que as pessoas me olhando assim: mas como é? Não dá para passar uma borracha? Lá vem de novo falar em tortura! Que coisa mais antiga! Esquece! Eu acho que as pessoas que não passaram por isso, não tiveram uma pessoa querida, um irmão, um pai desaparecido, não podem imaginar a imensidão da dor, da revolta, não podem imaginar o quanto isso é importante para a humanidade³⁷.

O desabafo acima é de Rosalinda. Ela denuncia, em seu testemunho ao filme de Murat, as acusações de excesso de memória, em decorrência, sobretudo, da lei de anistia. A não elaboração desse passado, soterrado à revelia, desencadeia este incômodo, este conflito que gera disputas pela memória, por um lado, e a ideia de uma pacificação virtual, por outro. Os espaços de testemunho, sobretudo no campo das artes, se convertem, ou deveriam se converter, em uma importante zona de mobilização das memórias traumáticas e da sua prospecção para o futuro, parte constituinte do testemunho em sua função de reintegrar vítima e sociedade. O que, como vimos, nem sempre é possível, acarretando em um estranhamento do sobrevivente não só em relação ao mundo ao redor, mas também em relação a si mesmo.

Em um contexto no qual é difícil se falar de um excesso de memória quando esta é juridicamente impedida, “desprivatizar as memórias” é fundamental, como postula Bauer.

³⁵ SULEIMAN, Susan. Amnésia e anistia: reflexões sobre o esquecimento e o perdão. In: _____. **Crisis de memória e a Segunda Guerra Mundial**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, p. 298.

³⁶ SELIGMANN-SILVA, *op. Cit.*, p. 158.

³⁷ **Que bom te ver viva**, 57'06''.

Segundo a historiadora, a partir deste movimento, “[...] abre-se oportunidade para a elaboração coletiva dos traumas e, por consequência, a superação do passado”³⁸. Nesta perspectiva, quando não se tem uma verdadeira política pública de memória, as iniciativas sociais, fora do aparato do estado, se fazem primordiais para canalizar esse passado que não passa.

Falemos, então, a respeito do trauma histórico. Suleiman, a partir da visão lacapriana³⁹, faz uma distinção do trauma histórico (localizado temporalmente e que não faz parte de uma condição humana geral -, nem todos o experienciam), entre o *peçoal* e o *coletivo*. Este trauma coletivo, como a violência da tortura, é experienciado por várias pessoas dentro de um contexto específico. Entretanto, cada pessoa que passou por determinada situação-limite vai testemunhar o evento de maneira única – sendo aquilo que Seligmann-Silva vai chamar de singularidade do testemunho. Do mesmo modo, independente do caráter individual/pessoal do testemunho, quando ele está relacionado a um trauma histórico coletivo, ele carregará uma dimensão também coletiva – denotando a exemplaridade do testemunho, nas palavras do crítico e teórico literário⁴⁰.

A personagem de Irene Ravache, por exemplo, pode ser lida como o *alter ego* de Murat, mas também como a personificação do testemunho de outras tantas mulheres, além das oito presentes no filme. A personagem representa, ainda, a cena do testemunho: falar de um eu do passado que já não existe no presente, mas que continua reverberando no agora. Tal qual a metáfora do Cão de Pavlov citada pela personagem, onde não importaria o grau de violência da tortura, a dor seria sentida da mesma forma somente pela memória (estímulo) do primeiro choque. Uma dor que valeria para sempre. “Pode ser que o seu cachorrinho de Pavlov vai passar o resto da vida levando choque, mas ele venceu”⁴¹, diz ela, denotando que apesar do trauma, da dor, ela sobreviveu e pôde testemunhar.

Mas o que fazer quando as palavras lhe são retiradas, ou ainda, quando elas são insuficientes para traduzir a experiência do horror? É preciso buscar caminhos que aquebrantem

³⁸ BAUER, Caroline Silveira. Políticas de memória: aproximações conceituais e teóricas. In: GALLO, Arthur (Org.). **Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021, p. 18.

³⁹ SULEIMAN, Susan. Revisão: trauma histórico e testemunho literário. Os livros de memória sobre Buchenwald de Jorge Semprun. In: _____. **Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, p. 176-177.

⁴⁰ SELIGMANN-SILVA, *Op. Cit.*, p. 150-151.

⁴¹ **Que bom te ver viva**, 28’52”.

o ‘não dizer’. No documentário, antes das sobreviventes narrarem suas experiências, é mostrada a fotografia da vítima a testemunhar. Ao fundo, uma imagem acinzentada e um tanto embaçada mostra grades, remetendo o telespectador à experiência do cárcere. O embaço da imagem, talvez, represente reminiscências daquilo que não se consegue e/ou não se quer lembrar – na produção artística, imagem, palavra escrita e palavra falada contracenam. Por ser exemplar e coletivo em certa medida, o testemunho precisa, necessariamente, se fazer compreensível, entretanto, existe uma impossibilidade tanto em se atingir uma verdade objetiva do trauma, como em re(a)presentar este trauma através da linguagem, de passar da experiência à simbolização. Por isso, todo testemunho é um ato de narração e, como tal, está submetido ao trabalho inventivo, de criação. Nesta perspectiva – mas com relação à escrita testemunhal do sobrevivente da *Shoah*, Jorge Semprun –, Suleiman chama atenção para o trabalho inventivo do autor que, ao flertar com a ficção no testemunho, revela a impossibilidade de se transmitir o evento tal qual ele foi, dependendo, assim, da verdade (verossimilhança) que só a ficção pode proporcionar:

Preciso de um 'eu' da narração, nutrido com a minha experiência, mas ultrapassando-a, capaz de nela inserir o imaginário, a ficção (...) Uma ficção que seria tão esclarecedora quanto a verdade, sem dúvida. Que ajudaria a realidade a parecer real, a verdade a ser verossímil [*vraisem- blable*]⁴².

Apesar de se dirigir à escrita literária, podemos estender esse movimento a uma arte testemunhal mais ampla, como o nosso objeto de estudo, o filme-testemunho de Murat. Ela própria, enquanto diretora-sobrevivente, deixa isto evidente nas escolhas cinematográficas, como por exemplo, falar das torturas sem exibí-las nas cenas do documentário. A diretora admite essa dificuldade em abordar uma verdade factual que escapa: “É como se já que a verdade é impossível de ser alcançada, que a gente tente se aproximar dela de maneira diferente”⁴³. Mesclando o monólogo ficcional – aqui no sentido apenas da linguagem adotada e da presença de uma atriz encenando, pois a experiência de Murat está presente nesse

⁴² SEMPRUN *apud* SULEIMAN, 2019, p. 183.

⁴³ MURAT, 2009 *apud* SOUZA, 2013, p. 147.

monólogo –, com os vídeos de testemunhos femininos e agregando, ainda, a história da sobrevivida, do depois, nos é mostrada a história de mulheres para além da tortura.

Por trás das câmeras, a incorporação do testemunho: corpos e vozes entoam o cântico dos vencidos e trazem à tona aquilo ocultado da – e pela – oficialidade histórica. Esses corpos-resistência, trajados de coragem, encaram a câmera, que se torna, também, “[...] corpo e janela de encontro com o outro”⁴⁴:

[...] as vozes silenciadas pela tortura, pelos constrangimentos causados a familiares e pessoas próximas, que não suportaram acompanhar os traumas dessas reminiscências de dor, são finalmente enunciadas. A subjetividade feminina é escavada, a fim de desvelar as camadas de uma constituição de resistência, porque é geradora de vida⁴⁵.

Na confusão entre autobiografia e ficção, uma vez que a personagem de Irene Ravache incorpora a experiência de Murat, é feita a ponte entre a narradora e o ouvinte (no caso, o telespectador), na qual a câmera é o meio através do qual se torna possível o ato de se testemunhar, dissipando, aos poucos, a fumaça que encobre esse passado traumático.

Há uma passagem no filme bastante interessante: ao colocar vítima e vitimário como duas faces de uma mesma moeda, como despossuídos de humanidade, o primeiro enquanto mártir, o segundo enquanto algoz⁴⁶, o documentário revela o papel assumido pela sociedade: o de se afastar desse passado, encapsulando-o. Este alheamento está entranhado na sociedade brasileira, como se o que aconteceu durante o regime militar já fosse passado, devendo, portanto, ser esquecido. Diante desse distanciamento, a atriz-personagem lança ao telespectador a triste reflexão sobre o difícil equilíbrio entre o ‘não conseguir esquecer’ e o ‘continuar vivendo’ com o qual as vítimas da ditadura têm que lidar.

A memória possui uma função social. Em sua dimensão ética, mais do que evitar que acontecimentos passados se repitam, ela serve para atualizar o trauma e a injustiça, fazendo com que não percamos os crimes de vista. Entretanto, esse movimento de atualização, de

⁴⁴ SILVA, Meire Oliveira; COSTA, Alex Antônio Rosa. Corpos de mulheres sob o jugo do totalitarismo: uma análise de *Que bom te ver viva*. In: **Redes digitais e culturas ativistas 1: arte, cidades e ativismo**. SILVA, Tarcísio Torres; DORETTO, Juliana; HERGESEL, João Paulo (Orgs.). Alumínio – SP: CLEA Editorial, 2022, p. 56.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ **Que bom te ver viva**. *Op. Cit.*

presentificação do passado – não em uma perspectiva obsessiva – nem sempre se realiza. Nos inúmeros processos de transição, quase uma marca da nossa contemporaneidade, vemos que em alguns casos a memória recebe um terreno fértil para se instalar, ao passo que em outros, foi, e ainda é, preciso se esgueirar entre as pedras para poder receber algum raio de luz.

Que bom te ver viva foi uma empreitada corajosa, em um terreno nem um pouco hospitaleiro. O testemunho no Brasil, apesar das comissões da verdade, tanto estaduais como nacional, e da produção de obras artísticas, ainda tem dificuldade de se aderir ao imaginário social. A luta dos sobreviventes e familiares tem sido um eterno “levar choque” através somente do estímulo. Ironicamente, por um estímulo de inação.

Apesar disso, o testemunho existe e continua sendo produzido. A própria Murat segue testemunhando, por ela e pelos outros, em suas obras. A imaginação, a inventividade e o recurso ao imagético são ferramentas importantes na criação de pontes entre aquele que narra e aquele que escuta. Aí mora o potencial ético, estético e político do testemunho. Dar voz aos marginalizados, aos traumas do passado, às narrativas subterrâneas é um passo em direção a fazermos justiça aos mortos e trazer à vida os sobreviventes. Para isso, o testemunho é fundamental e *Que bom te ver viva* é um grande exemplo de como fazê-lo.

Encen(ação): a representação artística como ação social

Entre gestos, as narrativas apagadas pela história oficial vão sendo tecidas através dos corpos-vozes de Maria do Carmo, Estrela, Maria Luiza, Rosalinda, Criméia, Jessie Jane, Regina e uma mulher, também vítima, que preferiu não se identificar. E é através do corpo-voz de uma atriz (que é, pois, agente da ação ou do ato), que se performa o trauma das vítimas do regime militar.

Mas o que são estes gestos e quais as suas dimensões? Segundo Agamben, o “[...] que caracteriza o gesto é que, nele, não se produz, nem se age, mas se assume e suporta. Isto é, o gesto abre a esfera do *ethos* como esfera mais própria do homem”. O autor afirma, ainda, que o “[...] gesto é a exibição de uma medialidade, o tornar visível um meio como tal. Este faz aparecer o ser-num-meio do homem e, deste modo, abre para ele a dimensão ética”⁴⁷, e por ser

⁴⁷ AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre o gesto. In: **Revista Artefilosofia**, Ouro Preto, vol. 3, n. 4, jan. 2008, p. 12-13.

o gesto o centro do cinema, este, então, pertence à ordem ética e política – e não somente à estética)⁴⁸. Dessa forma, a produção cinematográfica de *Que bom te ver viva* traz consigo, além do teor testemunhal, o papel ético e político para com a sociedade.

Os gestos das mulheres que compõem o elenco do documentário trazem consigo essa falibilidade do dizer, ou ainda, do “tudo poder dizer”, uma vez que a linguagem mostra-se insuficiente para abarcar e nomear tudo o que provém da experiência de horror do aparato repressor. À essa falibilidade da linguagem soma-se a ausência de uma escuta atenta, de modo que, se tentar traduzir aquilo que não existe nos dicionários é dolorido e difícil, essa dificuldade e dor provavelmente se intensificam diante da ausência de destinatários que possam ouvir esses testemunhos.

Se as políticas de esquecimento alicerçam “[...] *quadros de memória* que balizam a repetição da exploração e da violência” são necessárias “[...] novas sensibilidades desenvolvidas nesse contexto pós-colonial em que o corpo e sua localização passam a ser reconhecidos como parte da construção de outras narrativas e epistemologias”⁴⁹.

Na produção audiovisual de Murat, são corpos femininos que se colocam diante da câmera testemunhando uma violência generificada. Violência esta que não reside no tempo pretérito, mas transloca por entre o passado e o presente. Urge a necessidade de traçarmos modos outros de se (re)inventar estas sensibilidades, tão caras ao reconhecimento de histórias e epistemologias apagadas. Nessa busca por estes modos outros de se (re)inventar sensibilidades, a arte revela-se como campo propício para isso:

A arte é o local do deslocamento profundo. O manejar de utopias realizáveis, pois seu espaço é sempre aquém ou além deste que cotidiana e rotineiramente nos contém. Não se trata, porém, de simples fantasia, mas realidade de um agora que ouse assumir-se presente. Não mais refém de condicionamentos pretéritos, nem de um ingênuo futurismo que com a história pretende romper [...]⁵⁰.

⁴⁸ AGAMBEN, *Op. Cit.*

⁴⁹ SELIGMANN-SILVA, *Op. Cit.*, p. 19.

⁵⁰ RIBEIRO, Fernando Armando; ELÓI, André Luís Vieira. Apresentação. In: **Espectros poéticos da justiça: diálogos entre direito e arte/** Coordenação de Fernando Armando Ribeiro e André Luís Vieira. Belo Horizonte: Del Rey, 2019, p. RIBEIRO; ELÓI, 2019, p. XI.

Que bom te ver viva, no momento em que foi produzido (1989), pôde ser o local no qual se inscreveram as memórias daquelas mulheres cujos corpos foram marcados pela insígnia do medo e da tortura. No tempo presente, para além de uma inscrição memorialística, o documentário representa, também, a possibilidade de rememoração do passado, atuando sobre o presente⁵¹.

Nesse sentido, o documentário abre espaço para que o debate acerca das cicatrizes deixadas pela ditadura adentre no seio societário, possibilitando a fala e a escuta de um trauma que ainda hoje silencia a muitos. No filme de Murat, vislumbramos um mecanismo memorialístico que encara o telespectador, possibilitando-lhe a tarefa de ver, ouvir e transmitir os testemunhos ali contados. Em cada cena, reforça-se a ação de se tentar fazer exercido o direito à voz, direito tão cerceado durante a ditadura, mas previsto na Constituição de 1988⁵². Ambos os instrumentos – constitucional e documental, significaram passos largos à concretização de um paradigma democrático ou, ao menos, a sua incansável busca.

O documentário mostra-se como uma ação social, na medida em que visa ao alcance do outro – tanto das vítimas quanto dos telespectadores, posto que às primeiras propicia um espaço para narrar sua experiência traumática e, talvez, romper com o silenciamento que aprisiona a muitos; e aos telespectadores, oferece uma narrativa subterrânea e a possibilidade de se ler a história a contrapelo, para usar a expressão benjaminiana⁵³. Inclusive, em determinada passagem do documentário, a atriz-personagem afirma que aquela era a sua história e que eles (direcionando aos telespectadores) teriam que suportá-la – o que nos faz refletir sobre como suportar a insuportável narração daquele que sobrevive, diante de tamanha truculência que beira ao irreal.

⁵¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014 (1ª edição).

⁵² Cf. artigo 5º, inciso XXVIII da Constituição. Vale mencionar que apesar de tal dispositivo constitucional ser o único a prever *expressamente* o direito à voz, podemos reconhecê-lo, também, por extensão, nos incisos IV e IX do mesmo artigo, os quais garantem, respectivamente, que “é a livre manifestação do pensamento [...]” e “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

⁵³ BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Org. e trad. MULLER; SELIGMANN-SILVA. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2020.

A contribuição da produção audiovisual na difusão de narrativas silenciadas

Partindo da premissa de que um texto “[...] é o lugar onde o sujeito se inscreve e escreve”⁵⁴, a estrutura textual de *Que bom te ver viva* se inscreve em, sob, a partir e através de corpos femininos. Nestes corpos, a tortura e outras formas de violência foram inscritas, restando àquelas mulheres sobreviventes formas de reescreverem a história e a si mesmas.

Para além de uma corporificação da resistência e denúncia às políticas de apagamentos engendradas por aqueles que detêm o poder, o filme de Murat pode, também, ser visto como um meio de transgredir o silenciamento, que destrói narrativas plúrimas e apaga os rastros de um passado marcado por um autoritarismo que, espectralmente, ainda ronda e silencia a sociedade brasileira.

Diante do silêncio, é preciso que vozes e corpos exsurjam, trazendo consigo narrativas não conhecidas, tampouco reconhecidas. E o documentário, a nosso ver, exerceu essa tarefa de dar voz, rosto e corpo às vítimas do regime militar, possibilitando o registro dessas narrativas outras. Nisso consiste a missão e eficácia da arte: “[...] em disposições dos corpos, em recorte de espaços e tempos singulares que definem maneiras de ser, juntos ou separados, na frente ou no meio, dentro ou fora, perto ou longe”⁵⁵. Inclusive, a produção audiovisual assinala a questão do silêncio: ao lançar seu testemunho diante da câmera, Estrela afirma que, embora o fato de ela ter sido presa e torturada cause revolta em seus filhos, a impressão que ela tem é a de que eles preferem o silêncio, o não falar⁵⁶. A insígnia do medo, comumente, anda de mãos dadas com o silêncio.

Uma das testemunhas, por sua vez, optou pelo anonimato, fazendo da escrita uma possibilidade de ponte para com o outro, por meio da qual narra sua experiência durante aquele período de exceção. Outros desdobramentos do silêncio podem ser identificados na obra: a afirmação de Jessie Jane de que pensou que não falaria mais sobre sua experiência no cárcere durante o regime militar; a indicação de Estrela de que ronda um silêncio em torno da forma com que os sobreviventes, internamente, lidam com – e vivenciam – a sua dor diante da tortura;

⁵⁴ BRANCO, Lúcia Castello; BRANDÃO, Ruth Silviano. *Literaterras*: as bordas do corpo literário. São Paulo: ANNABLUME, 1995, p. 21.

⁵⁵ RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 55.

⁵⁶ *Que bom te ver viva*. 1989.

e a dificuldade que os colegas de trabalho de Maria do Carmo têm de ouvir a sua história, enquanto participante de organização guerrilheira, presa e torturada durante o regime ditatorial⁵⁷. O documentário, empregando como metodologia o uso da oralidade, faz dos testemunhos realizados ao longo da produção audiovisual um recurso ético, estético e político:

[...] Lúcia Murat propõe uma reflexão sobre o não dito, sobre a borracha que se quis passar sobre o passado, em nome da harmonia e da liberação dos rancores. As falas de suas entrevistadas atacam um possível pacto de silêncio e mostram como esse passado pode ser vivido como presente, de acordo com a singularidade de cada experiência. As lágrimas das ex-presas e sua agonia, mais do que vitimizá-las, mostram que o silêncio pode encobrir um cotidiano de lembranças ativas. [...]⁵⁸.

Que bom te ver viva mostrou-se como a possibilidade de um espaço no qual as mulheres vítimas da ditadura puderam falar, saíram da camada do ‘não dito’ e adentraram, por meio de suas vozes e seus corpos, na tessitura de narrativas marginais, obliteradas pelo discurso hegemônico da época e de agora - uma sociedade ainda reativa, cindida, conservadora e patriarcal. Neste sentido, a obra de Murat foi, também, uma ousada ação social que, diante das políticas de apagamentos adotadas, recorreu à arte para registrar aquilo que não deveria nem poderia ser dito. Além disso, permitiu também “[...] a reflexão sobre a memória como elemento constituinte da história e sobre o próprio documentário como construção, já que a ficção nele inserida não é menos verdadeira do que o conteúdo de cada testemunho”⁵⁹.

No entremeio entre o real e o ficcional, um novo discurso é produzido: o dos vencidos. É através do discurso inserido dentro e além da produção artística que as vítimas “trazem à tona as histórias de família mescladas de historicidades, as perdas, os traumas e uma necessidade de reparação convocando os espectadores à subjetivação da linguagem pelo íntimo”⁶⁰. É a partir desta potência política do documentário, presente “[...] nas imagens dissonantes, nos silêncios,

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ VEIGA, Ana Maria. A história oral visita o cinema: *Que bom te ver viva* e *Los Rubios*. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 118–137, 2016. VEIGA, 2016, p. 135-136.

⁵⁹ *Ibidem.*, p. 134.

⁶⁰ STIGGER, H. A.; GUTFREIND, C. F. A estética do documentário contemporâneo sobre a ditadura militar brasileira. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2016, p. 225.

nos improvisos, nas relações afetivas e familiares, na busca pela história”⁶¹ que as memórias, individuais e coletiva, vão sendo construídas.

Uma possível finalização - a história da ditadura no Brasil filmada por outro ângulo

No espaço-tempo do agora, percebemos o documentário dirigido por Murat como uma corajosa iniciativa de se criar espaços por meio dos quais as vítimas da ditadura civil-militar brasileira puderam/possam narrar seus traumas. Nesse sentido, é a busca pela arte que, com sua inventividade, possibilita caminhos outros para se atravessar pontes até então intransitáveis. Dada a limitação da linguagem, os vazios e as lacunas são mostrados através dos silêncios e pausas das testemunhas. Quando as palavras se mostram insuficientes, a arte tenta alcançar o indizível, por meio das falas dessas mulheres (sempre na primeira pessoa do singular); do ato de nomear as vítimas, mostrando seus rostos; do cenário; da performatividade da atriz-personagem, dentre outros recursos que buscam preencher as lacunas deixadas pelo período nefasto da ditadura.

O documentário, assim, pode ser considerado como uma ação social por permitir a afetação de si para com o outro, tendo o condão de contribuir para a transformação social. Para tanto, o testemunho precisa ter inteligibilidade, e a arte é um canal primoroso para esse objetivo, pois, como Primo Levi afirma, a escrita precisa ser compreensível, caso contrário “será um grito no deserto, e o grito pode ser útil para quem escreve, não para quem lê”⁶². Da mesma forma, o testemunho exige a alteridade e uma escuta atenta e receptiva, para assim buscar se sobressair às políticas memorizadas.

Enquanto meio de inscrição da violência, e aqui falamos também de uma violência dentro da violência, *Que bom te ver viva* reforça que é impossível ler a violência ditatorial sem uma lente de gênero. Mesmo este poder de produzir dor e sofrimento tendo atingido igualmente homens e mulheres, já não há espaço para não apontar a “diferença na igualdade”. Nos últimos anos temos visto também uma “virada decolonial do saber histórico”⁶³, de modo que estas

⁶¹ *Idem.*

⁶² LEVI, Primo. **A assimetria e a vida**: artigos e ensaios. 1955-1987. Marco Belpoliti (Org.). 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016, p.172.

⁶³ SELIGMANN-SILVA, *Op. Cit.*.

memórias marginalizadas tentam, cada vez mais, sair dos “calabouços memorizadas”. Este deve ser o nosso papel enquanto estudiosas/os: possibilitar o lançamento de luz sobre este passado sombrio.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre o gesto. In: **Revista Artefilosofia**, Ouro Preto, vol. 3, n. 4, jan.2008, p. 09-14. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/raf/article/view/731>. Acesso em: 02 de dez. 2023.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUER, Caroline Silveira. Políticas de memória: aproximações conceituais e teóricas. In: GALLO, Arthur (Org.). **Nas trincheiras da memória: lutas pelo passado, políticas de memória e justiça de transição no sul da Europa e na América do Sul**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021, p. 12-23.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. Org. Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Org. e trad. MULLER; SELIGMANN-SILVA. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2020.

BRANCO, Lúcia Castello; BRANDÃO, Ruth Silviano. **Literaterras: as bordas do corpo literário**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes**. Brasília, CNV, 2014. 435 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1, parte III, capítulo 10). Disponível em: . Acesso em: 09 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 28 de agosto de 1979. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina. Para não esquecer: mulheres e ditadura no Brasil. In: **A captura do real e os intraduzíveis na literatura latino-americana sobre as ditaduras**. LACERDA, Amanda et al. (Orgs.). Parnamirim: Editora Biblioteca Ocidente, 2023.

DURAS, Marguerite. **Escrever**. Trad. OLIVEIRA, Luciene Guimaraes de. Belo Horizonte, Relicário, 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Aurélio Júnior**: dicionário escolar de Língua portuguesa. FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos (Coords.). SANDE, Axel (ilustração). 2ª ed. Curitiba: Positivo, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

GONÇALVES, Mariana Figueiredo Moreira da Rocha. **Necroestética**: de espectador a testemunha. In: Nas entranhas do Direito métodos e escritas do corpo. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; VIANA, Igor Campos; BETTONI, Isabela de Araújo (Orgs.). Belo Horizonte: Editora Expert, 2022.

JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Espaço Plural**, vol. X, núm. 21, jul-dez 2009, p. 78-88.

LEVI, Primo. **A assimetria e a vida**: artigos e ensaios. 1955-1987. Marco Belpoliti (Org.). 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MARI, Ana Paula Correia. **Justiça poética**: a escrita de Pedro Terra como inscrição memorialística das violações a direitos e garantias fundamentais cometidas na ditadura civil-militar brasileira. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de pós-graduação em Direito. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <<https://web.sistemas.pucminas.br/BDP/PUC%20Minas/Home/Visualizar?seq=B7187B7023E0A0881ADD853E50BD3C6C>>. Acesso em: 02 dez. 2023.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 143-178.

QUE bom te ver viva. Direção: Lúcia Murat. 1989. Rio de Janeiro: Taigá Filmes e vídeos, 100 min.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RIBEIRO, Fernando Armando; ELÓI, André Luís Vieira. Apresentação. In: **Espectros poéticos da justiça**: diálogos entre direito e arte/ Coordenação de Fernando Armando Ribeiro e André Luís Vieira. Belo Horizonte: Del Rey, 2019, p. XI-XII. 232 p.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**. Quilmes: Prometeo, 2003.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 dez. 2023.

SILVA, Meire Oliveira; COSTA, Alex Antônio Rosa. Corpos de mulheres sob o jugo do totalitarismo: uma análise de *Que bom te ver viva*. In: **Redes digitais e culturas ativistas 1: arte, cidades e ativismo**. SILVA, Tarcísio Torres; DORETTO, Juliana; HERGESEL, João Paulo (Orgs.). Alumínio – SP: CLEA Editorial, 2022.

SOUZA, Jonatas Xavier de. "**Que bom te ver viva**": memórias e histórias de mulheres que sobreviveram à violência da ditadura. 168f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Humanas e Letras. João Pessoa, 2013.

STIGGER, H. A.; GUTFREIND, C. F. A estética do documentário contemporâneo sobre a ditadura militar brasileira. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2016. DOI: 10.29146/eco-pos.v19i1.2482. Disponível em: https://ecopos.emnuvens.com.br/eco_pos/article/view/2482. Acesso em: 12 dez. 2023.

SULEIMAN, Susan. Revisão: trauma histórico e testemunho literário. Os livros de memória sobre Buchenwald de Jorge Semprun. In: _____. **Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, p. 175-208.

SULEIMAN, Susan. Amnésia e anistia: reflexões sobre o esquecimento e o perdão. In: _____. **Crises de memória e a Segunda Guerra Mundial**. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019, p. 283-305.

VEIGA, Ana Maria. A história oral visita o cinema: *Que bom te ver viva* e *Los Rubios*. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 118–137, 2016. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2016v2n1p118. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1815>. Acesso em: 12 dez. 2023.

OS IMPACTOS E CONTRASTES DA VIOLÊNCIA
ENTRE TORTURADOS E TORTURADORES NO
CENÁRIO DA DITADURA CIVIL-MILITAR
BRASILEIRA

THE IMPACTS AND CONTRAST OF VIOLENCE
BETWEEN TORTURED AND TORTURERS IN THE
SCENARIO OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY
DICTATORSHIP

AMANDA PFITZNER CABRAL*

Resumo: A prática de violência implica um remetente e um destinatário; aquele que produz e aquele que recebe: o algoz e a vítima. Ela pode se desenvolver de diversas formas, contudo, o objetivo é apresentar como a tortura enquanto projeto político e sua prática impacta nos atores, os torturados e os torturadores, a partir do cenário autoritário implementado pela ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985). O itinerário perpassa: 1) o conceito de violência, seus tipos e práticas; 2) a tortura enquanto uma prática específica de violência e, simultaneamente, um projeto político; e, por fim, 3) os impactos e contrastes da tortura entre os atores, partindo dos resultados de estudos no campo da História Oral, as entrevistas com os chamados “operários da violência”, e por narrativas testemunhais literárias produzidas por vítimas.

Palavras-chave: Tortura; Ditadura Civil-Militar Brasileira; Testemunho

Abstract: The practice of violence involves a sender and a recipient; the one who produces and the one who receives: the executioner and the victim. It can develop in different ways, however, the objective is to present how the torture as a political project and its practice impacts the actors, the tortured and the torturers, based on the authoritarian scenario implemented by the Brazilian civil-military dictatorship (1964 – 1985). The itinerary covers 1) the concept of violence, its types and practices; 2) torture as a specific practice of violence, which, at the same time, demonstrates itself as a political project; and, finally, 3) the impacts and contrasts of torture between the actors, based on the results of studies in the field of Oral History, interviews with the so-called “workers of violence”, and through testimonial literature narratives produced by victims.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. (Email: amandapfite@gmail.com)

Key-words: Tortura; Brazilian civil-military dictatorship; Testimony

Violência se caracteriza como o uso de *força* física e/ou poder praticado contra si, ou contra grupos e comunidades, resultando em danos físicos, materiais e psicológicos; privações, explorações, sofrimento e morte. Essa relação direta entre violência e força produz atos “onde se mata ou se fere pessoas ou se provocam danos significativos à propriedade. Atos de força são os que impedem a ação livre ou normal de outras pessoas, ou as inibem através da ameaça de violência.”¹. Deve ser analisada no contexto do conflito social a partir das condições econômicas, políticas, culturais e sociais em que se desenvolve; quem são os atores envolvidos, quais seus interesses e porque recorrem à violência.

Trata-se de entender a violência como um reforço do aparato de dominação do sistema político e econômico capitalista que não decorre apenas do uso força, mas também da ideologia e alienação, pois o controle das classes sociais não é apenas físico, como também político-ideológico — fundamental para o processo de legitimação da violência. Há diversos *tipos de violência*: física, sexual, psicológica, manicomial, política, cultural, direta, estrutural — cada qual com seus subtipos —, que, combinadas, ampliam seu desenvolvimento e resultados, principalmente em relação aos elementos de força, autoridade, domínio e poder, característicos do fenômeno. Por isso, a razão aqui em demonstrar como instrumentos legítimos de *controle da violência social*, expressos em leis e nas forças policiais/agentes de segurança, são contraditórios, pois na tentativa de controlarem a violência existente em sociedade, recorrem à *mais* violência, perpetuando o fenômeno e fazendo mais vítimas.²

Há sempre a criação de justificativas para implementação de violência. No caso brasileiro, o processo de militarização e a ideologia militarista antecedem o golpe civil-militar de 1964, sendo cristalizadas no terrorismo de Estado através da articulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) pela Escola Superior de Guerra (ESG) e a necessidade de um Estado

¹ Texto original: “[...] donde se mata o se hiere a personas o se provocan daños significativos a la propiedad. Actos de fuerza son los que previenen la acción libre y normal de otras personas, o la inhiben a través de la amenaza de la violencia.” CALLEJA, E. G. La definición y la caracterización de la violencia desde el punto de vista de las ciencias sociales. *Arbor*, vol. 167, nº 657, Septiembre 2000, p. 162.

² GALTUNG, J. La violencia: cultural, estructural y directa. *Cuadernos de Estrategia*, n. 183, Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2017, p. 147-168.

forte e centralizado, capaz de unificar os objetivos nacionais e garantir a segurança nacional frente as ameaças ilusórias? do *comunismo internacional* da União Soviética e seus “países satélites” durante a Guerra Fria. O objetivo da DSN era identificar e eliminar subversivos e inimigos da pátria, sujeitos que questionavam, criticavam e se opunham à “revolução” de 1964, ou seja, todos aqueles que não pensam com o poder, sendo o alvo principal os comunistas³. Segundo a doutrina, o perigo do *comunismo internacional* colocava em risco a família, a religião cristã e a propriedade, e qualquer possibilidade de ser relacionado à subversão dos valores morais e bons costumes resultaria em um monitoramento prolongado pelas forças de repressão, podendo acabar em prisão e até mesmo assassinato ou desaparecimento forçado.

O golpe civil-militar de 1964 legitimou o uso da violência direta descaradamente desde seu início, com prisões arbitrárias, espancamentos, sequestros, desaparecimentos forçados, torturas, internamentos forçados em instituições psiquiátricas e assassinatos, como apontam as investigações realizadas pelo jornalista Márcio Moreira Alves em 1964 e 1965, sobretudo em Recife, Pernambuco.⁴ Embora parte da historiografia atribua o aumento exponencial da violência a partir da edição e promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, este serviu para legitimar tanto violências predecessoras quanto instaurar novas — como a suspensão do *habeas corpus*, por exemplo. É o que Étienne Balibar⁵ chama de *violência do poder (gewalt)*, a relação direta com ideologias que servem a interesses públicos e privados específicos que buscam materializar suas idealidades, encarnando princípios ideais (Deus, Pátria, Família, Nação, Mercado, entre outros.), capazes de esmagar e exterminar quaisquer resistências, portanto, a violência do poder é um projeto político. Violência e política não são opostos. Inclusive, a política necessita da violência para se construir: “O ser humano está

³ O conceito foi completamente descaracterizado pelos ideólogos do regime militar e demais forças dominantes. Apesar do comunista ser a figura central a ser combatida, qualquer pessoa que demonstrasse pequenos *desvios subversivos* era facilmente enquadrada como inimigo interno. Não era necessário ser um “comunista de carteirinha”, filiado a algum partido ou organização revolucionária, pois até mesmo militares que enfrentaram o comando de suas próprias corporações sendo contrários ao golpe foram perseguidos e reformados. Qualquer um poderia ser considerado um subversivo comunista perante a repressão.

⁴ Os jornais Correio da Manhã, Última Hora e Jornal do Brasil, publicaram algumas matérias sobre as torturas que estavam ocorrendo em Recife. Até setembro de 1964, informações detalhadas eram publicadas citando nomes, locais e métodos. Após denúncias e investigação por uma comissão especial, os acusados ficaram ilesos e a opinião pública esvaziada. Fonte: ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: Oficina da Empresa Jornalística, 1996.

⁵ BALIBAR, E. *Violencia: idealidad y crueldad*. Polis – Revista Latinoamericana, n. 19, 2008, p. 1-17.

sempre imerso em relações de dependência em relação a poderes e autoridades, o que o expõe a sofrer violência, ou a exercê-la, de forma que só pode ser superada em sonhos ou utopias.”⁶.

Ao versar sobre o conceito de violência, seus tipos e práticas, o artigo apresenta como a tortura enquanto projeto político perpetrado pela ditadura civil-militar brasileira entre os anos de 1964 e 1985 impactou e transformou não somente a subjetividade dos opositores políticos que eram alvo das sevícias, mas também a dos próprios agentes da repressão que, desde seu ingresso nas forças policiais e militares, foram treinados para o combate *através da e objetivando* a violência. A análise cruza os resultados obtidos pelos estudos publicados no livro “Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras” (2006), por Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbrado e a autobiografia testemunhal de Sylvia de Montarroyos, intitulada “Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos” (2013), contrastando ainda mais a já existente distância abissal entre as experiências de torturadores e torturados e as consequências diretas da violência em suas vidas, tanto durante quanto após o fim da ditadura.

A tortura como projeto político ditatorial

A tortura⁷ é um sofrimento corporal e psíquico que transforma por completo a vítima, desumanizando-a, negando todo seu direito e condição de sujeito livre pela intimidação e violência, na qual a vítima é objetificada/coisificada pelo torturador⁸. O psicanalista Marcelo Viñar afirma que a tortura é parte necessária de um projeto político e de sistema de poder, que consiste em meios engendrados com a finalidade de “destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à imobilização pelo medo da sociedade governada”⁹, permitindo, assim, subjugar o oponente e destruir a articulação natural entre corpo e linguagem. O autor define três momentos da tortura: a aniquilação, a

⁶ BALIBAR, E. Violencia, Política, Civilidad. *Ciencia Política*, vol. 10, n. 39, enero-junio 2015, p. 47.

⁷ Qualquer ação destinada a causar dores ou sofrimentos intensos, sejam eles físicos ou mentais, visando intimidar e/ou coagir alguém com a finalidade de obter informações, confissões ou punir por um ato realizado, ou suspeito de ter sido realizado, tanto pela pessoa em questão, quanto por terceiros. Fonte: ONU. Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. 1984. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

⁸ HONNETH, Axel. Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos e degradação. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editoria 34, 2003.

⁹ VINAR, op. cit., p. 58.

demolição e a resolução da experiência limite. A aniquilação consiste na destruição dos valores e convicções da vítima. Já a *demolição* assume um caráter mais complexo, e se configura como a experiência do desmoroamento e da loucura, deslocando o indivíduo de sua humanidade a partir do momento em que o sofrimento do corpo se converte em uma experiência destruidora. Este momento se situa depois de um tempo muito variável de prisão e de tortura que, segundo a estrutura individual e o contexto, pode ter lugar ao fim de algumas horas, alguns dias ou alguns meses.¹⁰ Há uma ruptura do mundo com o *eu*, conduzindo à solidão, dor, sofrimento; a vítima encontra-se completamente à mercê do algoz, perde sua humanidade. O mecanismo de defesa do cérebro contra a demolição é a *alucinação*, uma tentativa de cura, de reconstrução do *eu* para tornar o horror suportável por meio de memórias que contenham certo grau de afetividade. A percepção da passagem do tempo também é alterada. A vítima perde a noção de quantas horas, dias ou meses encontra-se naquela condição de horror e aniquilamento.

Não se pode fazer da tortura um objeto de estudo isolado do contexto político, econômico e social no qual é exercida. A repressão possui um caráter racional de organização política e social e a tortura é a peça-chave no sistema de governos ditatoriais como meio de manutenção do poder. Apesar da tortura no Brasil não ter iniciado com a ditadura civil-militar¹¹, ao longo dos 21 anos de autoritarismo tal prática se deu nas prisões e quartéis, sendo expandida para outras instituições públicas e demais logradouros¹², em geral, realizada por militares e policiais treinados, e em alguns casos contando com a presença de civis, como médicos¹³ que auxiliavam os torturadores indicando até quando a vítima aguentaria os flagelos, e empresários¹⁴ enquanto espectadores curiosos e sadistas. A formulação teórica e formação

¹⁰ Ibidem, p. 46–47.

¹¹ OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 203-225, mar. 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32431/23461>>. Acesso em: 17 jul. 2023

¹² A exemplo da “Casa da Vovó”, casa em bairro residencial situada no município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, local de tortura e assassinatos diversos e hoje, lugar de memória. Para mais informações, consultar: GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó*. São Paulo: Alameda, 2015.

¹³ Como foi o caso de Amílcar Lobo (1939–1997), médico psicanalista acusado de participar de sessões de tortura sob o codinome “Dr. Carneiro”. Fonte: MOREIRA, L.; BULAMAH, L.; KUPERMANN, D. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica*, São João del Rei, v.3, n.4, p. 173-200, jan. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 dez. 2023.

¹⁴ A exemplo de Henning Albert Boilesen (1913–1971), à época presidente do Grupo Ultra, foi responsável, junto a outros empresários vinculados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIES-SP), pelo financiamento da estrutura de repressão, especificamente a Operação Bandeirantes (Oban), que deu origem ao Destacamento de Operação Interna — Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). Em 15 de abril de 1971, foi assassinado

prática destes *educadores da violência* objetivou a agilidade e eficácia na obtenção de informações através da “modernização” dos aparelhos de tortura e variadas práticas.¹⁵

Com o nível de organização do Estado e a institucionalização da prática ocorreu a criação de novos órgãos de segurança e inteligência internos, somados ao treinamento de policiais civis e militares e combinados aos ensinamentos entre policiais da “velha guarda” e novatos, que explicitam a importância de um corpo técnico capacitado dentro da estrutura de repressão.¹⁶ Por exemplo, uma tarefa comum para a inteligência policial era seguir suspeitos de atividade subversiva à paisana, acompanhando suas movimentações o dia todo, durante semanas e meses, para coletar informações julgadas relevantes na guerra à subversão, especialmente se fossem úteis para desmantelar uma organização política de esquerda clandestina. Isso só poderia ser realizado com disponibilidade de tempo e cobertura de eventuais gastos, pois os policiais passavam horas fora dos postos fixos de trabalho, seguindo indivíduos em bares, restaurantes, praças, locais de trabalho, edifícios e casas., implicando na divisão do trabalho e na diluição das responsabilidades desses atores, pois aqueles que entregavam uma pessoa aos seus superiores e aqueles que executavam a tortura possuíam níveis de responsabilidade diferentes. O policial à paisana, com o cuidado para não ser descoberto, nem entrar em conflito bélico com o suspeito perseguido, já que a preferência era levá-lo vivo para a delegacia ou demais dependências repressivas; enquanto o torturador era responsável pelo “serviço sujo” de retirar informações do suspeito em “interrogatórios”, mas sem ultrapassar os *limites brutais* da tortura.

Esses limites implicam pensarmos uma questão abordada por Balibar¹⁷ sobre a passagem do que conhecemos como violência para a *violência extrema*. Existe um limiar muito sutil, o qual o autor denomina *umbral*. É complexo identificar essa passagem, esse umbral, especialmente em um contexto de autoritarismo. A violência está presente na sociedade capitalista de diversas formas e intensidades, atingindo mais alguns grupos sociais do que

por membros dos grupos revolucionários Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), próximo à sua casa. Fonte: MEMÓRIAS DA DITADURA. Henning Albert Boilesen. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/albert-hening-boilesen/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

¹⁵ DOM PAULO EVARISTO ARNS (Org.). Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. p.72-73.

¹⁶ QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). *Varia Historia*, v. 28, n. 47, p. 19–41, jan. 2012.

¹⁷ BALIBAR, E. Violencia: idealidad y crueldad. *Polis – Revista Latinoamericana*, n. 19, 2008, p. 1-17.

BALIBAR, E. Violencia, Política, Civilidad. *Ciencia Política*, vol. 10, n. 39, enero-junio 2015, p. 45-67.

outros, independente do regime governamental estabelecido, afinal, a violência ainda ocorre sob a tutela de um Estado democrático de direito. Em uma ditadura, ela expande-se e começa a atingir grupos sociais que até então não haviam sofrido com uma violência direta, a exemplo das camadas médias, sobretudo a classe média-alta, daí a importância dada às atrocidades durante esse período. A passagem para a *violência extrema* implica a noção de *crueldade*, termo utilizado pelo autor para definir esses atos extremos, intencionais e sistêmicos.

Os impactos e contrastes entre vítimas e algozes da violência

Antes de iniciarmos, dois pontos precisam ser expostos. Primeiro, discorrer acerca de um regime autoritário ditatorial requer analisar os espectros políticos que o compõem quando falamos de autoridades *versus* resistências, por isso trabalharemos com duas noções de violência: a violência de Estado, institucionalizada; e a contraviolência preventiva — não no sentido de anti-violência, mas sim sobre um poder insurrecional/revolucionário.¹⁸

Segundo, para analisar os impactos e contrastes da violência entre vítimas e algozes, utilizaremos dois tipos de fontes: orais (entrevistas realizadas com fins acadêmicos) e escritas (literatura de teor testemunhal). É imprescindível apontar que na produção de ambos, o tempo é algo muito relativo, dependendo da subjetividade dos sujeitos envolvidos e de suas escolhas individuais. Por exemplo, na clínica do testemunho, a produção testemunhal depende do *trabalho da testemunha*, ou seja, “os procedimentos que o aparelho psíquico põe ativamente em funcionamento na transformação de uma representação em outra.”¹⁹ Não há um prazo definido para isso ocorrer, podendo se desenvolver tão logo a passagem dos acontecimentos ou anos mais tarde, já em outro contexto histórico. É um processo ancorado na memória individual, mas que perpassa a memória coletiva, sobretudo no caso de catástrofes históricas que atingiram um contingente populacional significativo, como o caso da ditadura civil-militar brasileira. Aqui, falamos de *memória narrativa*, onde se encontram ou constroem os sentidos do passado e as feridas da memória.²⁰ A opinião sobre um determinado acontecimento pode ou não passar por transformações, mas isso depende da subjetividade do sujeito que está narrando. O testemunho não diz respeito única e exclusivamente aos fatos passados — eles até podem ser

¹⁸ BALIBAR, 2008.

¹⁹ WIKINSKI, Mariana. O trabalho da testemunha: testemunho e experiência traumática. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2021. p. 36.

²⁰ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002.

centrais na narrativa —, mas também ao presente da testemunha, pois o sentido do testemunho ancora-se no tempo presente no qual ele é fabricado. Experiência e recordação não ocorrem simultaneamente. “Uma vez “desenterrada”, a recordação nunca mais será o objeto que foi. Está exposta a circunstâncias do presente, a desintegrar-se, a expor-se à luz, a ser interpretada, adulterada ou entesourada”²¹

O projeto que deu origem ao livro “Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras”²² iniciou-se em 1993 (menos de uma década após o fim da ditadura), a partir de entrevistas com 23 policiais que, entre o final da década de 1950 e meados de 1980, pertenceram a corporações como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Operação Bandeirante (Oban), Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), Polícia Civil, Polícia Militar e Grupo de Operações Especiais (GOE), nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Brasília. Pela ótica historiográfica, é um estudo sobre um período ainda muito recente e que, até hoje, passa por uma intensa disputa de memória política. Do total, 14 policiais foram identificados como torturadores e/ou assassinos (semi)oficiais, agindo em nome do Estado. Alguns também participaram de esquadrões da morte enquanto superiores ou subordinados, ampliando e banalizando mais ainda a prática de violência. Neste complexo estudo, os autores observam como a ideologia da DSN criou não somente um cenário de terror, medo e desconfiança na esfera pública baseado na guerra à subversão, mas também foi responsável pela formação de policiais extremamente agressivos e violentos em diversas instituições e níveis hierárquicos. Durante as entrevistas, as descrições de ações violentas como agressões físicas, torturas e assassinatos contra *criminosos* revelam que os parâmetros de *crudeldade* para esse grupo são obscenos. Sua moral e subjetividade são produtos brutos de uma ditadura.

A tortura era utilizada já nas primeiras horas de prisão. Segundo os ex-agentes policiais entrevistados, era uma forma mais rápida e fácil de se obter respostas para os “problemas”. Alegam não possuírem tempo nem recursos para seguir com o método de investigações padrão e legal, portanto, o padrão tornou-se a violência extrema, tanto para presos comuns como para presos políticos — especialmente estes. A tortura foi ensinada e aprendida, seja pela prática em primeira pessoa ou como observadora do fenômeno. Em um órgão extremamente hierárquico e

²¹ WIKINSKI, op. cit., p. 98.

²² HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBRADO, Philip G. Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora Unb, 2006. 548 p.

disciplinado, os superiores sabiam quem seriam os melhores agentes para desenvolver a prática sem que as coisas “fugissem do controle”.

O ideal operário da violência seria um sujeito racional, que não demonstrasse remorso, fosse disciplinado, agressivo na medida certa, ao mesmo tempo que não poderia atenuar seus sentimentos por completo para não ir “longe demais”. Essa *personalidade* do operário da violência é exposta através do conceito de masculinidade enquanto categoria de dominação social com características patriarcais que moldam as relações entre si e outros, especialmente de gêneros opostos e com relação à sua força física. A agressão (coerção, imposição, limitação) e violência (dano físico e emocional em sentido punitivo e destrutivo) são estratégias de promoção da masculinidade e seu comportamento é definido por regras, hierarquias e procedimentos racionais de organização de segurança:

O operário da violência racional não podia ter sentimentos positivos em relação a uma vítima e devia mesmo atenuar seus sentimentos negativos extremados para não ir “longe demais”. Considerando-se um componente funcional de um sistema mais amplo — e não um agente humano com vínculos de apoio mútuo com outros agentes do mesmo tipo — subordinava retoricamente seus sentimentos e emoções à própria organização.²³

Agressões físicas eram compreendidas como algo comum, não interpretadas enquanto fato extraordinário: “não era nada exagerado (...) só uns tapas na cabeça”²⁴. Após 22 anos de seu ingresso na Polícia Civil, ocorrido em 1971 (período de intensa repressão política no país), Jacob²⁵ afirma durante a entrevista que embora não concordasse com o que ocorria durante as sessões de tortura, não se ausentava da sala. Assistia ao prisioneiro no pau de arara levando choques elétricos, enquanto água era introduzida à força pela boca e ânus. “Ele não se considerou parte da sessão de tortura, e seus colegas aparentemente não se preocuparam com sua presença, pois — como explicou esse ex-policia civil — “ninguém fala” sobre o que vê.”²⁶. Principalmente porque a justificativa mais incidente é a alegação de que estão cumprindo ordens e sendo profissionais, retirando qualquer culpa pessoal. É uma forma racional de justificar-se. Segundo o estudo, existe uma estratégia de medida de segurança que é desviar a atenção de si para atos de crueldade mais importantes realizados por outros colegas policiais,

²³ Ibidem., p. 207

²⁴ Ibidem., p. 180.

²⁵ Todos os nomes utilizados para se referirem aos operários da violência foram escolhidos pelos autores, não sendo, portanto, os nomes verdadeiros.

²⁶ Ibidem., p. 117.

demonstrando a diluição da responsabilidade. Ou seja, o perpetrador nega ter cometido tortura ou assassinato, afirma que jamais concordou em torturar alguém e que seria muito mais justo uma luta corporal entre as partes do que resolver as coisas com o sujeito amarrado pelas mãos, ao mesmo tempo, diz ter participado de “tiroteios com suspeitos”. Entretanto, foi identificado e denunciado por Bernardo, outro entrevistado, como um agente intensamente envolvido na repressão política.

Sérgio ingressou na Polícia Civil em 1957, tornando-se logo um importante agente da inteligência no DOPS-SP. O ex-chefe de polícia afirmou que não perdia tempo interrogando um sujeito, que o colocava diretamente no pau de arara para obter informações. Inclusive, ordenou que seus subordinados torturassem e matassem pessoas por acreditar que seria melhor do que mantê-las na prisão, não demonstrando nenhum tipo de remorso em executá-las. A violência policial é causada pela arbitrariedade de um policial contra subversivos. Seguindo essa lógica, a culpa é do subversivo, que ocasionou isso para si: “Essas más vítimas, “arrogantes”, explica ele, “podem evitar que [a tortura] aconteça”, basta falarem.”²⁷ Aposentou-se em 1971. Durante a entrevista, duas décadas depois de concluir seu trabalho na polícia política, justifica as torturas e os assassinatos de maneira complexa: nega ter praticado pessoalmente tortura, opondo-se a esse tipo de violência “rotineiramente empregada” e responsabiliza outras entidades das quais não pertenceu, desviando de sua própria responsabilidade frente à questão ao afirmar que não trabalhava da mesma forma que demais agentes da Oban e do DOI-CODI. Sérgio acredita que os excessos da violência policial poderiam ter sido evitados caso houvesse mais treinamento, “desprezando o fato de que ele próprio, que se considera um “profissional” e fora amplamente treinado, havia sabidamente permitido tortura sob seu comando.”²⁸ Além disso, justifica a prática de tortura da seguinte forma: “se a vida de uma menina estivesse em perigo e, torturando alguém, ele pudesse salvar-lhe a vida”, Sérgio teria “torturado — ou ordenado que seus homens o fizessem”²⁹ — ou seja, os fins justificando os meios. Sua concepção moral admite a violência generalizada, sobretudo a tortura, a depender do tipo de situação problemática enfrentada.

Jorge ingressou na Polícia Militar em 1980, nos anos finais da ditadura e sua história de vida é permeada pela violência. Passou oito anos na Fundação Estadual para o Bem Estar do

²⁷ Ibidem, p. 195.

²⁸ Ibidem, p. 357.

²⁹ Ibidem, p. 358.

Menor (Febem) após a repressão ditatorial perseguir e desestruturar sua família, passando por uma juventude conturbada e permeada pela violência — o que definitivamente incidiu sobre sua subjetividade. O treinamento policial que recebeu contribuiu para que se tornasse capaz das práticas cruéis como torturar e/ou matar quem são os inimigos. Além disso, atuou secretamente em um esquadrão de execução no DOI-CODI. Para ele, “assassinar é mais fácil que torturar porque o torturador tem um compromisso com a vítima, enquanto o assassino não. Assassinato é impessoal, mais humanitário que a tortura”³⁰. O seu entendimento do termo “humanitário” foge à regra por conta da normalização da crueldade em sua vida profissional. Esteve presente na prática do *voo da morte*³¹ na região amazônica, sob ordem de regressar com o grupo sem nenhum prisioneiro a bordo e relata como foi espectador das torturas e assassinatos e como se sentiu “muito mal” naquele momento por presenciar tudo aquilo. Ou seja, demonstra que, em alguma medida?, havia um limite de tolerância da violência para si. A passagem da violência para a *violência extrema* no caso desses agentes assume parâmetros completamente distintos se comparado a outros grupos sociais, justamente porque o extremismo é constante e diário em suas vidas. Outro exemplo é a formação de esquadrões da morte como via de prosperidade econômica para esses policiais, tornando assassinatos encomendados — ou as categorias de violência extrema e a crueldade — rentáveis, ao receber dinheiro por fora da instituição. Conforme os entrevistadores, Jorge foi o único operário da violência que confessou ter torturado e assassinado e, entre 1980 e 1982, respondia a oitenta mortes por ano. Chegou a lamentar-se por ter uma vida pautada pela e para a violência: “Que é que eu vou fazer da minha vida se só sei [matar]? Queria ser eu mesmo um pouco, ter conhecimentos, pensar, ter todas as emoções que os seres humanos têm e que eu nunca tive a chance de ter.”³². Em 1993, sob custódia, respondia por diversos assassinatos. É uma exceção em relação aos outros entrevistados — até mesmo os não entrevistados — por desejar que sua vida fosse diferente, mas isso não o imputa de toda a crueldade a qual foi submetido e submeteu terceiros. Assim como os demais, será sempre um culpado.

O treinamento é fundamental para compreender o processo de formação desses agentes e seu controle de conduta. Para além dos estudos e práticas comuns à profissão, o chamado *trote violento* são torturas praticadas contra esses policiais em formação, “por que ela faz você perder

³⁰ Ibidem, p. 221.

³¹ Espécie de tortura e assassinato na qual a pessoa é ejetada viva do avião.

³² Ibidem, p. 222.

o medo, porque você se acostuma com tudo.”³³. Pancadas na cabeça, empurrões, puxões de orelha, tapas no rosto, as práticas de terem seus alimentos roubados pelos veteranos, de passarem pelo corredor polonês, de “receber a Eucaristia” (que consistia em beber sangue, urina ou algum outro líquido igualmente perigoso e nocivo) e serem obrigados a rastejar pelo chão, com os veteranos pisando por cima de seus corpos ao mesmo tempo que proferem xingamentos. O não cumprimento gerava punições. Portanto, antes de se tornarem torturadores e/ou assassinos, os que passaram por esse tipo de tratamento também podem ser considerados torturados. O trote tinha como objetivo específico criar obediência e apoio à autoridade organizacional, portanto, legitimar a violência e, ainda, desindividualizar o sujeito através da punição de todo e qualquer comportamento que não seja relacionado a uma identidade coletiva institucionalmente controlada. “No decorrer do processo, o treinamento dos policiais militares, em geral, e o trote, em particular, ofereciam lições sobre a aceitabilidade da violência para alcançar os fins desejados. Isso também “descomprometia” moralmente a violência quanto às apreciações legais, sociais ou morais.”³⁴

Através do conceito de *job burnout* (reação prolongada ao estresse interpessoal crônico na profissão) os autores do estudo identificaram que a exaustão emocional, a despersonalização e o sentimento de ineficiência e fracasso tomaram conta dos operários da violência, consequências que extravasam o âmbito profissional. Dos 23 entrevistados, 15 apresentaram sintomas de *burnout* moderado a alto. A hipótese é de que os torturadores foram os mais afetados, “porque, como assinalou Jorge, o torturador deve desenvolver uma relação pessoal, psicológica, com a vítima”³⁵, diferente do matador dos esquadrões de morte, que elimina a vítima sem que haja o desenvolvimento de relação prévia em virtude do contato pessoal menos direto. Os autores ainda argumentam que, dada a característica de ação coletiva dos esquadrões, os efeitos do *burnout* potencial decorrente da culpa podiam ser transferidos para o próprio grupo, difundindo a responsabilidade e diminuindo o sentimento de culpa individual. Sérgio conta que estava esgotado, não conseguia dormir direito por sonhar frequentemente com o trabalho, viciou-se em anfetaminas para evitar cair no sono, se tornou paranoico e angustiado. Por várias vezes recebeu recusa ao pedir demissão para o governador. As condições criaram

³³ Ibidem, p. 285.

³⁴ Ibidem, p. 278.

³⁵ Ibidem, p. 391.

problemas familiares e Sérgio chegou a recusar uma promoção apenas para se manter próximo da família. Já aposentado, sofreu um ataque cardíaco e um acidente vascular cerebral:

Sérgio começou a temer pela vida de suas filhas quando suas investigações a respeito da corrupção no governo fizeram dele alvo da “justiça” dos militares. Com ameaças contra sua família e as constantes demandas do trabalho, Sérgio estava necessariamente isolado socialmente: “Você começa a não confiar em seus amigos”. Ele soube que o secretário particular do governador estava trabalhando para acabar com ele: esse homem contou “mentiras” sobre Sérgio e tentou fazer que ele “se rebelasse e se demitisse”. Na época em que Sérgio renunciou ao cargo de diretor do Dops, ele sentiu-se completamente traído pelo “sistema”.³⁶

Problemas semelhantes foram experienciados por Jorge ao afirmar que a vida de policial não lhe permitiu ter tempo para criar laços familiares verdadeiros, expressando decepção e sentido-se traído pelo sistema. “Eles me ensinaram a matar; [eles] “me usaram. Dei a eles quase toda a minha vida e nunca tive nada. Não tenho casa própria e tenho duas filhas.”³⁷. Teme ser assassinado por saber muito sobre os excessos cometidos por vários policiais no período. Tornou-se um “cristão renascido”, um homem diferente daquele que foi no passado, cuja nova identidade não o reduz a suas antigas angústias, frustrações e traições por agora estar integrado a uma comunidade de apoio “que faz que seu passado “do mal” não se coadune com sua salvação redescoberta no presente.”³⁸

Do lado da resistência à ditadura, temos aqueles que podem ser enquadrados na categoria de grupos de contraviolência preventiva³⁹, os quais aderiram à luta armada ou foram simpatizantes da causa, objetivando combater a violência militar autoritária através da violência, mas não no sentido de perpetuá-la, e sim, pôr um fim às atrocidades que assolavam a sociedade, especialmente a classe trabalhadora e seus estratos marginalizados. Não existe *não-violência*. Sempre que a violência é empregada, gera uma resistência, que por si combate a violência. Apesar da repressão possuir um poder organizativo, econômico e bélico significativamente maior, a resistência não deixou de construir vias para entrar em conflito com o autoritarismo militar e tentar derrotá-lo. Assaltos a bancos, roubos de carro e expropriações eram táticas de autofinanciamento para a compra de armas e munições, ações de agitação e propaganda, organização de eventos, ações armadas diversas e treinamento guerrilheiro em

³⁶ Ibidem, p. 396.

³⁷ Ibidem, p. 409.

³⁸ Ibidem, p. 410.

³⁹ A contraviolência preventiva se trata de um poder insurrecional/revolucionário que responde e combate a violência hegemônica do Estado com violência; é fogo contra fogo. Fonte: Balibar, 2008.

várias regiões do país. A adesão à luta armada era combater a violência da ditadura através de uma violência libertadora e revolucionária de extrema-esquerda.

Em 1999, ainda na primeira década pós-ditadura e após 30 anos dos acontecimentos, o jornalista Flávio Tavares publicou “Memórias do Esquecimento” narrando sua militância, sequestro, prisão e torturas sofridas tanto em solo nacional, quanto internacional (em julho de 1977, no Uruguai, que também estava sob uma ditadura). Em seu testemunho, observamos que um dos sentidos da tortura é estabelecer poder e controle total sobre a vida da vítima, de modo que o próprio torturador possui uma espécie de autonomia ao decidir se ela deve continuar ou acabar ali, no local da tortura, ou em outro lugar — mesmo que já não possua controle físico da vítima por encontrar-se longe. O jornalista narra que, em setembro de 1969, ao ser preso pelo Exército, foi colocado em uma cela pequena e escura, onde tropeçou no corpo morto de Roberto Cietto⁴⁰, que jazia ali após ser torturado. Nesse caso o significado é objetivo: o algoz demonstra a ele quem vive e quem morre. A reflexão de Flávio sobre esse momento:

Sinto-me paralisado. Um torpor e um vazio tomam conta de mim. Não penso nem raciocino. Ele está morto como um morto mesmo: estirado no chão. Eu estou morto de cócoras, como um vivo [...] tinham me posto ali porque já não podiam me torturar de outra forma que não fosse a da própria morte, pois é a morte própria que se sente quando se é impotente para evitar a morte alheia à nossa frente.⁴¹

As sequelas da tortura extrapolam a realidade, expressando-se no plano onírico. Os choques elétricos na gengiva deixaram um gosto metálico na boca que durou meses a fio, mas o pior eram os repetitivos sonhos que o acompanharam no exílio de que seu órgão sexual caía de seu corpo, fruto dos choques sofridos na região. Flávio escolheu não ser tão detalhista acerca das torturas e das consequências experienciadas, elemento comum presente em toda e qualquer literatura testemunhal, afinal, é a testemunha quem escolhe como, quando e o que irá narrar e qual será o formato da narrativa. Já Sylvia de Montarroyos faz questão de narrar as torturas de maneira a gerar incômodo ao leitor mediante descrições detalhadas sobre as sensações corporais e psicológicas que a violência causava, por isso o testemunho dela tomará uma centralidade maior no desenvolvimento da argumentação.

⁴⁰ Roberto Cietto foi militante do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), no Rio de Janeiro. Foi preso enquanto passava casualmente em frente à casa do Embaixador Americano Charles Burke Elbrick, sequestrado no mesmo dia. Na prisão, foi morto sob tortura em setembro de 1969, mesmo a necrópsia concluiu morte por suicídio via enforcamento. Os médicos legistas aliados ao regime militar expediam certidões de óbito alteradas, nas quais as mortes sob tortura eram acobertadas enquanto suicídio, geralmente por enforcamento em cela.

⁴¹ TAVARES, Flávio. Memórias do esquecimento. 3. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 105–106

Em 2013, ano em que os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade estavam a todo vapor, Sylvia publica seu testemunho quase cinco décadas após os acontecimentos — que esteve em desenvolvimento desde o ano de 1985, durante o exílio — intitulado “Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos”, narrando o período entre novembro de 1964 e agosto de 1965. A ex-militante de base do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), conta como a crueldade das torturas a levou *além da dor*, em direção à loucura, resultando em seu internamento no Manicômio Judiciário da Tamarineira, em Recife-PE, em estado de coma, com apenas 17 anos. Brutalmente espancada em várias regiões do corpo até desfalecer, teve seus braços e pernas queimados com cigarros, foi eletrocutada, sexualmente violentada, ameaçada de desfiguração, de ser enterrada viva, de ser injetado soro da verdade para lhe fazer falar; foi presa com uma coleira de cachorro pelo pescoço, algemada pelos pulsos e tornozelos. Teve seus cabelos raspados, foi encarcerada em uma jaula completamente nua, onde permaneceu nua por 15 dias no subsolo e outros 15 dias na mata do quartel, ao relento, sendo acorrentada, chicoteada, tendo a cabeça batida contra as grades e sal jogado em suas feridas.

Sua primeira prisão ocorreu na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE), da qual conseguiu evadir. Em fuga, apresentou os primeiros episódios de alucinação, nos quais ouvia suplícios de familiares sendo torturados por policiais. Com a segunda prisão, retornando à SSP-PE e às sessões de torturas lá e nos quartéis de Recife, as alucinações pioraram. Conta que via uma televisão em sua cela, na qual passavam cenas das guerras na Coreia ou do Vietnã e se encontrava prisioneira das tropas estadunidenses. Em outro momento, acreditava que seria queimada na fogueira, tal qual Joana D’Arc. Também que teria sido enterrada viva, já que a ameaçavam constantemente de o fazer. A violência sexual foi o ponto de ruptura maior, o qual conduziu à perda de memória e tantas outras alucinações. “o estupro, que foi o que mais me fez enlouquecer. Mas foi o conjunto das torturas, e não só a ignomínia da violência sexual, que me levou à Loucura que se vinha anunciando. Uma Loucura anunciada.”⁴². Os incontáveis episódios dissociativos, frutos das violências, de seu aniquilamento, representam o mecanismo de defesa contra a *demolição* pela qual passou, como

⁴² MONTARROYOS, Sylvia de. Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013. p. 294

demonstra Viñar, citado anteriormente. O estado profundo de ruptura entre o corpo e mente geraram crises de identidade que não a permitiram reconhecer-se mais enquanto Sylvia:

A certa altura comecei a confundir ainda mais as coisas, e perdi por completo a noção da realidade. E mais uma vez a noção da minha identidade também. Estava nua [...] um corpo que eu já nem reconhecia como meu: estava feio, esquelético e sujo, e nem sequer era permitido lavá-lo. [...] Tudo era muito degradante. E tantas vezes eles tinham me chamado de *filha da p...* que a certa altura eu me convenci de que era isso mesmo, a filha de uma prostituta que ali estava recebendo todo aquele castigo “de tabela” pela mãe, como uma refém que havia ficado ali no lugar dela, daquela que devia ser a minha mãe, e para expiar os seus pecados.⁴³

Durante esse momento de dissociação identitária, Sylvia sofreu uma última forma de tortura no quartel de Tejipió: a simulação de fuzilamento de seu irmão, Carlos Montarroyos, dirigente do POR-T. O sofrimento foi tanto que desmaiou. Foi encaminhada à enfermaria da Segunda Companhia de Guarda, entrou em estado de coma e deu entrada no Manicômio Judiciário da Tamarineira, que “era como um campo de concentração”⁴⁴. Permaneceu incomunicável por dias, não possuindo memórias sobre os acontecimentos anteriores, nem de como e quando foi internada. Lacunas de memória preenchidas pelos relatos de outrem. No manicômio, as torturas continuaram através de (noventa) sessões de eletroconvulsoterapia, que, apesar de ocorrerem numa escala e voltagem inferiores às dos quartéis, eram dolorosas, humilhantes, desconfortáveis e insuportáveis: “Corpo e mente eram sacudidos por frêmitos e vibrações que os confundiam e os alheavam da sua força integradora, levando-os ao estado do mais completo caos, de onde, a cada fração de segundo, os atiravam alternadamente para o nada e para o inferno.”⁴⁵. Era amarrada pelos pulsos e tornozelos na maca, onde recebia injeções de insulina que induziam sono com convulsões, injeções de glicose para repor o açúcar no corpo, e diversos comprimidos, que, ao mesmo tempo, faziam parte de seu tratamento, em virtude das condições frágeis em que se encontrava. Lá, foi diagnosticada com esquizofrenia hebefrênica⁴⁶. O testemunho de Sylvia sobre as atrocidades experienciadas demonstra o nível de crueldade de

⁴³ Ibidem, p. 321

⁴⁴ Ibidem, p. 346

⁴⁵ MONTARROYOS, op. cit., p. 378

⁴⁶ Também chamada de “esquizofrenia desorganizada”, apresenta um quadro de alucinações e delírios frequentes em idade precoce. Os sintomas mais comuns são: isolamento social, irritabilidade, tristeza, apatia, perda de memória, dificuldade de concentração, diminuição das expressões, dificuldade para realizar tarefas cotidianas e comprometimento da fala. Fonte: AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acesso em 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>>

seus diversos algozes. Ela foi torturada em vários locais, por diversos policiais e militares, cujo sadismo era a fonte das práticas. Sylvia não forneceu nenhum tipo de informação a eles, nem mesmo lhes disse seu nome, e as torturas continuaram como forma de vingança e puro sadismo contra sua pessoa, “o que pretendiam era me ver de joelhos. Não era mais uma questão de ordem política, judicial e militar, era uma questão pessoal, transformara-se num desafio para suas patentes.”⁴⁷

Os casos de Maria Auxiliadora Lara Barcellos⁴⁸, Tito de Alencar Lima⁴⁹ e Solange Lourenço Gomes⁵⁰ também demonstram os impactos a curto e médio prazo da tortura na estrutura psicológica: os dois primeiros decidiram pôr fim às vidas durante o exílio por não suportarem as dores do trauma. Na Alemanha, Maria Auxiliadora atirou-se nos trilhos de uma estação de metrô em Berlim. Na França, Frei Tito alegava ser perseguido pelo fantasma do delegado Sérgio Paranhos Fleury, seu torturador, e suicidou-se pelo enforcamento. Após prisão e torturas sofridas no início da década de 1970, Solange buscou tratamento médico, psicológico e psiquiátrico para tratar do trauma até que não aguentou mais e se jogou pela janela do apartamento em que residia, no ano de 1982.

São casos em que podemos registrar uma violência extrema contra si, que para eles foi o único caminho possível para extinguir o sofrimento e encontrar a liberdade. Um ato que só foi possível em virtude da violência que foram submetidos previamente. Sylvia considerou a libertação pelo suicídio quando estava presa em um dos vários quartéis pelo qual passou, ao tentar enforcar-se no cano do chuveiro de sua cela, com um pedaço de tira de seu vestido. A prisão e as torturas exterminaram o sentido da vida para ela, que considerou sua morte uma vitória sobre o inimigo e uma fuga da crueldade. Um soldado a encontrou e conseguiu tirá-la

⁴⁷ Ibidem, p. 295

⁴⁸ Maria Auxiliadora Lara Barcellos foi militante do Comando de Libertação Nacional (Colina), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Foi presa e torturada em 1969, passando por vários quartéis e presídios. Foi banida pelo sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seguindo para o exílio no Chile, Bélgica, França e Alemanha.

⁴⁹ Mais conhecido como Frei Tito, foi um frade católico da Juventude Estudantil Católica (JEC), que atuava no movimento estudantil. Foi preso e torturado em 1969, em São Paulo, pela organização do Congresso de Ibiúna e pelos contatos com Carlos Marighella. Foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR. Tito foi banido do país, seguindo exílio no Chile, Roma e Paris.

⁵⁰ Solange Lourenço Gomes foi militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Dissidência Guanabara e MR-8. Ao ser identificada após o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, teve que se mudar para a Bahia, em 1970. Em um surto psicótico, se entregou para a polícia, fornecendo informações sobre o MR-8 e sendo induzida a se expor publicamente, afirmando estar arrependida e que renegava sua militância política. Foi presa e torturada, em 1971, e nunca se recuperou psicologicamente.

da cela. Foi encaminhada para outro quartel, onde retornou aos “interrogatórios”. Relata que desde o início foi muito agredida na cabeça: “eles sempre puxavam com raiva a minha cabeça contra as grades da cela, segurando-a pelos cabelos que arrancavam aos puxantes, e batendo-a com tanta força nos ferros dessas grades, que ela e o meu rosto estavam sempre cobertos de feridas.”⁵¹. Sem dúvida, essas contusões contribuíram para a alteração de seu estado psíquico. Após 10 meses de internação, Sylvia voltou para casa, com a família, mas não tardou a ser perseguida novamente com mandados de prisão que a obrigaram a sair de Recife e, posteriormente, partir ao exílio. As consequências são irreparáveis:

Nenhum dinheiro do mundo pode trazer de volta o que perdemos. E não me refiro aos bens materiais [...] mas à nossa saúde, à nossa paz de espírito, e todo o nosso sofrimento. Falo dos anos todos roubados à nossa vida — no meu caso, e para além da prisão, das torturas e da loucura e do manicômio, a juventude perdida e a vida para sempre adiada, parada no calendário, pois foi castrada quando, ainda menina, fui arrancada da família, do meu noivo, dos meus amigos e da minha terra, e para não morrer tive de fugir para longe, e suportar por longos anos o inferno da clandestinidade e depois do exílio eterno, que se prolonga até hoje, e se prolongará para sempre, mesmo tantos anos depois de a ditadura ter acabado; falo da já completa impossibilidade do tão sonhado regresso.⁵²

Seu caso é emblemático ao representar a articulação e instrumentalização de uma instituição psiquiátrica secular violenta e excludente pela ditadura civil-militar, tornando-a mais violenta no contexto de vigilância e repressão estatal. Assim como ela, vários outros presos políticos também foram compulsória e ilegalmente internados em manicômios judiciários.⁵³

Considerações finais

É fundamental que o fenômeno da violência seja compreendido como algo dialético, que influi sobre o algoz e a vítima de formas diferentes e produz resultados a curto, médio e longo prazo que também se diferem. A violência impera e implica a transformação da subjetividade de todos os sujeitos envolvidos no fenômeno, especialmente quando se trata de tortura e assassinato. Não podemos igualar torturados e torturadores. As violências sofridas pelos grupos diferem-se de forma explícita.

⁵¹ Ibidem, p. 279

⁵² MONTARROYOS, op. cit., p. 388.

⁵³ ROSSI, Amanda. Da tortura à loucura: ditadura internou 24 presos políticos em manicômios. 2021. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

Todos os torturadores e assassinos foram ensinados, desde o início de seu ingresso no sistema, a serem violentos e a aceitarem a violência para alcançar os objetivos político-ideológicos da ditadura. São subjetividades moldadas pelo Estado para esse fim e em momento algum os entrevistados afirmaram terem se negado a receber treinamentos ou a realizar atos violentos, por isso a questão da difusão da responsabilidade, sobretudo em ações coletivas. Analisamos que para os torturadores existem dois momentos distintos de relação com a violência: primeiro, ao ingressarem e se desenvolverem na carreira policial, quando a violência torna-se habitual, estabelecida como ordem do dia, comum à profissão, portanto, não sendo considerada negativa, nem sendo questionada individualmente e, inclusive, servindo como degrau para promoções e benefícios. E segundo, quando se encontram exauridos pela carga emocional e psicológica e começam a se questionar, desejando se afastarem dessa realidade ao perceberem as consequências que a profissão e o modo de vida atrelado a ela implicaram ao longo dos anos, se desligaram ou se aposentaram. Para esse grupo em posição de autoridade e poder, o *burnout* representa a estafa causada pela violência ao longo da carreira, incidindo sobre outras áreas da vida, especialmente a saúde (relatos de insônia, uso recorrente de anfetaminas, desenvolvimento de diversas patologias como hipertensão, cardiopatias, derrames, estresse, entre outros) e segurança da família.

Durante as entrevistas, os torturadores buscaram justificar o uso da violência em certos casos, a exemplo de Sérgio, e/ou se ausentar da responsabilidade dos crimes cometidos ao argumentarem que apenas seguiam ordens ou que não praticaram torturas e/ou assassinatos, apenas os presenciaram e que não tinham nada a ver com aquilo, que existiam policiais mais brutos e cruéis que eles, como Jacob — daí a difusão da responsabilidade dos crimes cometidos, o parâmetro de *violência extrema* é quase inexistente, transformando-os em sujeitos mais violentos e sem remorso, completamente dominados pela ideologia autoritária e pela crueldade que propaga e dispõe de meios para ter eficácia. Até mesmo alegar que o assassinato é mais humanitário que a tortura, como afirmou Jorge, demonstra a normalização da crueldade na vida profissional destes policiais. Após décadas de moral e subjetividade transformadas pela violência, observam que suas vidas foram vividas em função do sistema, que acabaram sendo afastados de coisas importantes a serem realizadas no campo individual da vida, sentindo culpa mais em relação às implicações pessoais do que em relação aos crimes que cometeram — como Jorge, que se tornou um homem religioso na tentativa de se afastar do passado que o condena,

ao mesmo tempo que responde pelos crimes que cometeu. Não demonstram se importarem com as vítimas que fizeram.

A célebre frase de Frei Tito, “quando secar o rio de minha infância, secará toda a dor”, talvez seja a forma mais pura de se definir as consequências da tortura para aqueles que foram vítimas diretas do Estado ditatorial. Teria o trauma um fim? Maria Auxiliadora, Frei Tito e Solange são exemplos do quanto os traumas do terror e da tortura são insuportáveis, mesmo existindo a possibilidade e condições de retomar a vida e os interesses pessoais posteriormente, em outros lugares, sob segurança e possuindo uma rede de apoio. Aos torturados, os danos cognitivos e psicológicos decorrem tão logo o fim da primeira sessão de tortura e se estendem (talvez) pela eternidade. O terror de Flávio que, mesmo após ser torturado fisicamente, continuou a ser torturado psicologicamente com o corpo morto de Roberto e teve sequelas causadas pelos choques elétricos que perduraram por anos após os acontecimentos, bem como os sonhos que lhe tiravam a paz, neuroses, patologias da alma e do corpo. Ou o corpo de Sylvia, que deu entrada no manicômio judiciário pesando 23 quilos, marcado por queimaduras e ferimentos infectados por todo o corpo que deixaram cicatrizes, uma forte anemia, uma pneumonia dupla e reumatismo — que lhe causa dores até os dias atuais, segundo seu testemunho — contraídas no subterrâneo do quartel. Como se não bastasse, foi condenada ao adoecimento mental pelos torturadores. Até mesmo o (auto)exílio é uma consequência direta da tortura para os indivíduos pertencentes ao grupo.

Ao fim da narrativa, Flávio se pergunta o que lhe angustiou mais: ter experienciado tudo o que narrou ou ter rememorado tudo aquilo que queria esquecer. Não há uma resposta, há apenas o trabalho da testemunha. O choque de realidade é o seguinte: não é possível viver fingindo que nada aconteceu, muito menos fingir que não se sobreviveu ao horror. E Sylvia, por meio do testemunho, atesta sua sobrevivência, que por décadas foi e continua sendo marcada pelo que restou da ditadura. Contudo, nem ela, nem Flávio, nem outros devem ser fixados, resumidos e diminuídos à eterna condição de vítima. São vítimas, sem sobra de dúvida, mas, acima de tudo, sobreviventes.

Referências bibliográficas

ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Oficina da Empresa Jornalística, 1996.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acesso em 20 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>>

BALIBAR, E. Violencia, Política, Civilidad. **Ciencia Política**, vol. 10, n. 39, enero-junio 2015, p. 45-67.

BALIBAR, E. Violencia: idealidad y crueldad. Polis – **Revista Latinoamericana**, n. 19, 2008, p. 1-17.

BRASIL. **Ato Institucional n.º 14, de 5 de setembro de 1969**. Brasília, DF, 15 out. 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-14-69.htm#art1. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Lei n.º 9.140, de 4 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília. 4 dez. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

CALLEJA, E. G. La definición y la caracterización de la violencia desde el punto de vista de las ciencias sociales. **Arbor**, vol. 167, n.º 657, Septiembre 2000, p. 153-185.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SÃO PAULO. **Solange Lourenço Gomes**. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/solange-lourenco-gomes>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

DOM PAULO EVARISTO ARNS (Org.). **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.72-73

GALTUNG, J. La violencia: cultural, estructural y directa. Cuadernos de Estrategia, n. 183, **Instituto Español de Estudios Estratégicos**, 2017, p. 147-168.

HONNETH, Axel. Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos e degradação. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editoria 34, 2003. p. 216.

HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBRADO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora Unb, 2006. 548 p.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MARIGHELLA, C. **Por que resisti a prisão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1994. p. 84.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília M.; TELES, Edson; TELES, Janaína de A. (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume I. São Paulo: Hucitec, 2009, pp. 179-202.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Maria Auxiliadora Lara Barcellos**. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/maria-auxiliadora-lara-barcellos/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Roberto Cietto**. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/roberto-cietto/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Frei Tito de Alencar Lima**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/frei-tito-de-alencar-lima/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Henning Albert Boilesen**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/albert-hening-boilesen/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MONTARROYOS, Sylvia de. **Réquiem por Tatiana**: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013. 456 p.

MOREIRA, L.; BULAMAH, L.; KUPERMANN, D. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica*, São João del Rei, v. 3, n. 4, p. 173-200, jan. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 dez. 2023.

OLIVEIRA, Luciano. De Rubens Paiva a Amarildo. E “Nego Sete”? O regime militar e as violações de direitos humanos no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 03-225, mar. 2018. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/32431/23461>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ONU. **Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes**. 1984. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

QUADRAT, S. V. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985). **Varia Historia**, v. 28, n. 47, p. 19–41, jan. 2012.

ROSSI, Amanda. Da tortura à loucura: ditadura internou 24 presos políticos em manicômios. **UOL**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

SAKAMOTO, Leonardo. **Torturado, frei Tito foi perseguido por fantasma de delegado até sua morte.** 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/06/14/tortura-de-corpo-e-alma-da-ditadura-militar-matou-frei-tito-duas-vezes.htm>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A Virada Testemunhal e Decolonial do Saber Histórico.** Campinas: Editora Da Unicamp, 2022.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento.** 3. ed. São Paulo: Globo, 1999. 276 p.

VINÃR, Maren; VIÑAR, Marcelo. **Exílio e tortura.** São Paulo: Escuta, 1992. 154 p. Tradução de Wladimir Barreto Lisboa.

WIKINSKI, Mariana. **O trabalho da testemunha: testemunho e experiência traumática.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2021.

**IMPrensa DE RESISTÊNCIA AO REGIME
EMPRESARIAL-MILITAR NO BRASIL (1964-1988):
CARACTERIZAÇÃO E HISTORIOGRAFIA**

**RESISTANCE PRESS AGAINST BRAZIL'S
CORPORATE-MILITARY REGIME (1964-1988):
CHARACTERIZATION AND HISTORIOGRAPHY**

BRUNO L. SIMAS BRASIL*

Resumo: A imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1988) é o objeto deste artigo. Rastro documental ligado à rememoração do regime, no sentido do “lembrar para nunca mais repetir”, ela nos convida, aqui, a refletir quanto a questões do debate historiográfico mais recente quanto ao período. Apresenta-se, no presente trabalho, tanto o contexto do golpe de 1964, quanto a natureza do regime subsequente. Tema pouco explorado nos 60 anos da investida militar contra a democracia, a imprensa de resistência é, em seguida, caracterizada como um todo, enquanto fenômeno heterogêneo de comunicação dividido em sete diferentes fases, ao longo do regime. Finalmente, o presente artigo propõe atualizações na leituras de tal objeto.

Palavras-chave: Memória política; Ditadura militar; Imprensa

Abstract: The press in resistance to the corporate-military dictatorship in Brazil (1964-1988) is the subject of this article. A documentary trail linked to the remembrance of the regime, in the sense of “remembering so as never to repeat it”, it invites us, here, to reflect on issues of the most recent historiographical debate regarding the period. This work presents both the context of the 1964 coup and the nature of the subsequent regime. Little explored as a topic within the anniversary of 60 years since the military attack against Brazilian democracy, the resistance press is, here, then characterized as a whole, i. e., as an heterogeneous communication phenomenon divided into seven different phases in the context of the dictatorship. In the end, this article proposes updates to the readings of its object.

Keywords: Political memory; Military dictatorship; Press.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e técnico em documentação da Coordenação de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional. (Email: brunobrasil@edu.unirio.br)

Introdução

Em relação ao seu objeto, este artigo não traz grande novidade: fala da imprensa de resistência à ditadura empresarial-militar no Brasil. A academia já ouviu o suficiente sobre jornais como *O Pasquim*, *Lampião da Esquina*, *Movimento* e *Opinião*. Nossa proposta é distinta: pensar este tópico levando em conta o conjunto documental que tais periódicos formam. Rastro documental que serve de dispositivo¹ a enunciados políticos, normalmente a imprensa de resistência ao regime não é abordada como um todo, muito por sua polissemia. Manifestação do processo que hoje se identifica mais amplamente como a resistência em si, à ditadura, ela foi tão contraditória e complexa quanto o fenômeno geral. Talvez por isso ela se mostrou tema pouco explorado durante o ciclo de debates relativos aos 60 anos do golpe de 1964. Os principais autores que a trataram, aliás, o fizeram há mais de vinte anos, atribuindo a ela, ainda, uma tradicional alcunha, que ora deixaremos de lado: a de “imprensa alternativa”.

Na primeira parte do presente artigo apresentaremos questões discutidas no campo da historiografia brasileira, para abordar interpretações tanto do golpe de 1964, quanto da natureza da ditadura, muito pelo fato de que a produção deste estudo se dá, justamente, na efeméride dos 60 anos do acontecimento: ocasião perfeita para relembrarmos e reavaliarmos as leituras realizadas nos aniversários de 50, 40 e 30 anos do golpe. Mas, também para contextualizarmos o ambiente em que a imprensa de resistência, tema um tanto “adormecido” em 2024, se desenvolvia.

Num segundo momento, visando reestabelecer nosso tema de análise nos debates, caracterizaremos o gênero impresso que deu voz ao abafado repúdio ao período autoritário que assolou o Brasil de 1964 a 1988. Na época de sua publicação, a imprensa de resistência tinha caráter denunciativo sobre a ordem de seu tempo. Hoje, arquivada, ela assume ares distintos: de testemunho e depoimento por escrito. É nesse sentido que ela apresenta características de rastro documental, segundo Paul Ricoeur². E, como tal, ela diz respeito a uma narrativa específica, inerente a um regime de memória: aquele que leva em consideração os rigores arbitrários do governo militar, iniciado com o golpe que apeou João Goulart da presidência do Brasil, em abril de 1964, fortemente calcado em interesses privados nacionais e estrangeiros, simbolicamente findado na eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e oficialmente extinto com a promulgação da Constituição de 1988.

¹ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, p. 38-39.

² RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: EdUnicamp, 2007, p. 177.

Resistência a quê, exatamente?

Maria Helena Moreira Alves explica que o golpe dado contra João Goulart em 1964 esteve calcado num tripé econômico composto por “uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado”³, em relação de atendimento mútuo de interesses. Isso teria se dado pelo fato de o Brasil ser uma nação de “economia dependente”, de desenvolvimento relegado à “periferia do sistema mundial”, longe de “recursos para o crescimento autogerado”. Assim, processos de industrialização se dão de formas distintas ao ocorrido em “economias avançadas”⁴, europeias e norte americanas: é com estas que países latino-americanos teriam relações de dependência. Internamente estabelecidas, “classes clientelísticas” encontram pasto e gáudio nesse contexto. Elas se associam ao capital internacional por meio de mecanismos de cooperação e propriedade conjunta, apoiando inserções estrangeiras na economia nacional. Entretanto, o desenvolvimento socioeconômico não se dá da mesma maneira entre nações de históricos tão distintos: a dependência reflete em terrenos que não os estritamente econômicos⁵.

João Goulart sofreu o golpe, em 1964, por promover - ou tentar promover - alterações nessa estrutura de dependência. O Brasil do início da década 1960 passou por restrições aos investimentos multinacionais, com o endurecimento na política de controle de remessa de lucros, pagamentos de royalties e transferências de tecnologia para o exterior, fora a edição de uma legislação antitruste, de concessões de subsídios diretos ao capital nacional, sobretudo a setores não vinculados a multinacionais, e processos de negociação para a nacionalização de empresas internacionais no país. Como se não bastasse, aqueles foram anos de significativas mobilizações em setores sociais brasileiros historicamente marginalizados. Movimentos de trabalhadores urbanos se mostravam organizados de forma inédita, tanto dentro de estruturas sindicais oficiais quanto em modos de engajamento alternativos, de acordo com diferentes categorias. Aquele ainda foi o tempo da articulação de ligas camponesas e sindicatos campesinos no meio agrícola. Conforme o governo buscava o apoio dessas formas organizadas de trabalhadores, da urbe ao campo, e estes cobravam maior participação nos processos decisórios que reformariam a estrutura social brasileira, o clima político resultante dessas articulações entrava em choque com os interesses de classes hegemônicas associadas ao capital

³ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 21.

⁴ Ibidem, p. 22.

⁵ Ibidem, p. 23.

estrangeiro⁶. Via de regra, agitação alguma faz bem aos negócios. Eis as razões para o golpe de 1964 e para a instauração do regime que viria em seguida.

Diferentemente de René Dreifuss, Alves não fala que no Brasil de 1964, ainda por cima, o populismo, atrelado a Jango, estaria em crise⁷. Para a autora, o golpe teria ocorrido a pretexto de assegurar que mudanças radicais não se estabelecessem no meio social brasileiro, em plena crise em suas instituições democráticas formais⁸. Para ela, esboçando pensamento do mesmo Dreifuss, não restam dúvidas quanto ao local dos primeiros esboços reacionários concretos ao reformismo janguista: a Escola Superior de Guerra (ESG), aparato militar considerado a “Sorbonne” da caserna; o Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), os dois últimos entidades de natureza civil. O trio “mantinha estreito contato com funcionários americanos e recebia recursos financeiros de muitas corporações internacionais e nacionais. Constituía o centro nervoso da campanha de desestabilização do governo”⁹. Percebe-se, aqui, que apenas a primeira organização obedece às Forças Armadas: e, ainda assim, sem exclusividade. A participação de um seletivo grupo não circunscrito à caserna no golpe de 1964 ganhou evidência a partir do momento em que a articulação ESG/IPES/IBAD elaborou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, quando os militares tomaram o poder. Não só uma elite não militar ajudou a compor quadros técnicos da ditadura: o escol especificamente ligado à ESG, de natureza empresarial, nutria forte prestígio junto às Forças Armadas, naqueles dias¹⁰.

Cumpre ressaltar a importância da concepção e da natureza da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento implementada pelo complexo ESG/IPES/IBAD frente a uma das características fundamentais do regime militar no Brasil: o terrorismo de Estado. A Doutrina vivia em função de uma relação dialética entre a oposição e as formas de coerção do regime. A natureza deste é a de uma permanente crise institucional e, conseqüentemente, de sua própria instabilidade, firmada entre constantes necessidades de alteração das estruturas de coerção, tendências de perda de controle dos dispositivos burocráticos repressivos, incapacidade de se eliminar opositores por completo e ignorância das injustiças sociais reais que enraízam os conflitos entre “gorilas” e “subversivos”¹¹.

⁶ Ibid., pp. 23-24.

⁷ DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981, p. 144-146.

⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**, op. cit., p. 27.

⁹ Ibidem, p. 30.

¹⁰ Ibid., pp. 28-29.

¹¹ Ibid., pp. 31-32.

No artigo “1964: temporalidade e interpretações”, publicado em 2004, Lucília de Almeida Neves Delgado nos oferece diferentes chaves interpretativas para o golpe de 1964 e o regime subsequente, distintas das de Alves e Dreifuss. A autora dá preferências a explicações conjunturais específicas ao episódio, que começavam a se mostrar em voga no contexto de 40 anos do início da ditadura (sustentando-se, na verdade, até o aniversário redondo seguinte, em 2014), destacando certa “falta de compromisso com a democracia” tanto por parte da direita quanto da esquerda naqueles dias, e firmando a “radicalização ideológica” geral como “a maior responsável pelo rompimento da ordem constitucional em 1964”¹². É razoável crer que distintos setores da esquerda e do governo Goulart não estão isentos de críticas, seja por sua fragilidade, radicalismo no plano discursivo ou estratégias malfadadas no calor do xadrez político daqueles dias¹³. No entanto, tal visão, aqui, não será contemplada: ela parece justificar a tomada de poder à força, de maneira preventiva, responsabilizando tanto golpistas quanto golpeados em igual medida - quando não, implicitamente, considerando que havia um “golpe à esquerda” também em curso, algo empiricamente insustentável¹⁴. Como bem resume Caio Navarro de Toledo, “é abusivo e inaceitável que sejam niveladas as responsabilidades políticas pelo golpe de 1964” entre direita e esquerda, ao se afirmar “que setores das esquerdas ou Goulart tinham intenções ou práticas golpistas (...) apenas baseados nas palavras estridentes e discursos eloquentes dessas lideranças”¹⁵.

Ainda assim, Delgado dá um pouco de atenção às interpretações preexistentes do golpe e do regime, que nos parecem, aqui, justamente as mais interessantes. Enfatizando, de início, análises estruturais que acusam contradições entre os processos de industrialização do Brasil de então - sobretudo no setor agrário de exportação -, em face de modelos econômicos cada vez mais internacionalizados desde o governo de Juscelino Kubitschek com direcionamentos desenvolvimentistas de rigor nacionalista e a crise do modelo populista, a autora destaca o caráter “preventivo” da intervenção militar: às vésperas de 1964, Jango se encontrava no fogo cruzado entre “setores conservadores”, empresários nacionais, representantes do capital internacional, “militares de direita” e latifundiários de um lado, e alas reformistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) dentro do próprio governo, reivindicações sindicais e movimentos

¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 25-26.

¹³ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, n. 19, 2004, p. 43.

¹⁴ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 09, pp. 05-74, número 20, jan./abr. 2017, pp. 9-11.

¹⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia, op. cit., p. 44.

populares da sociedade civil, historicamente pouco contemplados no plano das políticas públicas do outro. Considerações do mandato de Goulart como “cego” ou “tíbio”, ou simplesmente “incompetente” e demagógico, como aquelas dadas por Florestan Fernandes, junto ao medo conservador à “ameaça socialista” em pleno auge da Guerra Fria, teriam sido o suficiente para a solução golpista¹⁶.

Referenciando Moniz Bandeira e, novamente, René Dreifuss, Lucília Delgado joga luzes a uma leitura considerada conspiratória do golpe: Bandeira reforça a posição de que a atuação internacional norte-americana, descontente com as políticas de alianças do governo brasileiro com as forças populares do país, foi, no mínimo, de grande ajuda à derrubada de Jango. Berço intelectual do golpe, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1949 em estreita conexão com órgãos militares dos EUA, conforme lembra Alves¹⁷ e também Renato Lemos¹⁸. Bandeira, ainda segundo Delgado, sustenta tal visão em “amplos investimentos da CIA, inclusive em estratégia política”, em grupos conservadores brasileiros, e na Operação Brother Sam, onde fuzileiros navais dos EUA foram colocados à disposição para desembarque no Brasil, caso os movimentos populares ou o legalismo janguista engrossassem o tom. Dreifuss, por sua vez, destaca o “bloco de poder multinacional e associado” articulado com organizações brasileiras, no sentido de conter os avanços reivindicativos da classe trabalhadora nacional: para ele, o ato de 1º de abril de 1964 se traduziu no “rompimento do bloco populista, pois o populismo passou de forma de manipulação (articulação e consentimento) para forma de participação (expressão de demandas). Essa transformação ensejou forte luta de classes”¹⁹.

Às vésperas dos 60 anos do golpe de 1964, todavia, não são poucos os debates quanto à memória e à historiografia da ditadura empresarial-militar no Brasil²⁰. Quanto à periodização do regime, convencionou-se que seu início se deu em 1964 e seu encerramento em 1985, quando o país voltou a ser presidido por um civil, embora via eleição indireta. Nos soa aqui atraente, entretanto, considerar o fim da ditadura apenas em 1988, quando o Brasil passou a contar com a Constituição vigente: em 1985, a migração do poder federal para mãos civis se deu em processo indireto, controlado pelo meio militar²¹. Demarcações da extinção do regime em 1979,

¹⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações, op. cit., pp. 18-21.

¹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**, op. cit., p. 30.

¹⁸ LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. **Marx e o Marxismo**, v. 2, número 2, jan./jul. 2014, p. 114.

¹⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações, op. cit., p. 23.

²⁰ MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: _____ (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 157-158.

²¹ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., pp. 59-60.

como as lembradas por Daniel Aarão Reis Filho²², poderiam levar em conta que a reabertura política do governo de Ernesto Geisel era expressamente “lenta e gradual”, não imediata. A dura repressão às greves no ABC paulista, entre 1978 e 1980, bem como a onda de atentados à bomba em bancas de jornais e no Riocentro, já em 1981, atestam que o regime de exceção seguia firme e irascível. No mais, a possibilidade de evocação, por parte do governo, do Estado de Emergência e das chamadas Medidas de Emergência, eram salvaguardas que vigoraram até a Constituição de 1988²³: até ali havia juridicidade potencialmente balizadora de novos “surto revolucionários”. Renato Lemos reforça nossa visão de 1988 como a data de término do regime, dada a promulgação da Carta, naquele ano, como a “pactuação de outro regime”²⁴.

Fora a questão da periodização, há ainda certo debate quanto ao uso do termo “ditadura civil-militar” conforme autores como Argelina Figueiredo²⁵ e Jorge Ferreira²⁶, colocando ênfase no papel de grupos de fora da caserna na instauração e na sustentação do regime. Resumidamente, Demian Melo enxerga revisionismo nessa leitura, julgando que a amenização da responsabilidade militar por parte dos historiadores supracitados se devia, em parte, ao contexto do momento em que formulavam o seu pensamento: de crise das esquerdas durante o avanço neoliberal no Ocidente na década de 1990, após a queda do Muro de Berlim²⁷. Tal encaminhamento teria acenado àquilo que François Lyotard aponta como “crise das grandes narrativas” e do discurso científico, bem como ao fortalecimento de leituras influenciadas pelo culturalismo e pelo pós-modernismo no campo da historiografia, em detrimento de conceitos marxistas como o de luta de classes e o de materialismo histórico, segundo Marcelo Badaró Mattos²⁸. Conflitos sociais e seus componentes, como a classe trabalhadora como sujeito histórico transformador, subitamente foram diluídos no caldo relativizante do paradigma pós-moderno. Bebendo dessa fonte discursiva, quando não da desistência do marxismo pela

²² REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos: controvérsias. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). O golpe de 1964: heranças e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024, pp. 186-187.

²³ Ibidem, p. 64.

²⁴ LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura, op. cit., p. 135.

²⁵ FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²⁶ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, pp. 343-425.

²⁷ MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 161.

²⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 73-74.

constatação de que o regime autoritário que se pretendia destruir era simplesmente “duro demais”, o movimento em direção ao revisionismo na historiografia é teleológico²⁹.

Vinda a reboque dessa crise do marxismo como ferramenta de análise, a argumentação em favor da nomenclatura “civil-militar” se baseia não apenas em informações oriundas de fontes questionáveis³⁰ como em certa reificação da sociedade civil. Há uma generalização problemática: como dizer que a mesma, num sem-fim de tonalidades de classe, raça, idade, disposição geográfica e credo, tenha simplesmente sido “conivente” com os desmandos militares? Assim como não se pode afirmar que Goulart tivesse claras intenções golpistas³¹, não se pode dizer que “o Brasil repudiava Jango”, no contexto de turbulências ao início de 1964³². A “sociedade”, difusa e plural, não age como uma individualidade. O elemento “civil”, portanto, tem um recorte específico, de classe, no apoio à ditadura: por civis, leia-se “tecnopresários”³³. Eis a primeira razão para o emprego, cá assumido, do termo “golpe empresarial-militar” na designação do início do período histórico que ora nos interessa. A segunda razão está na natureza do regime autoritário inaugurado logo em seguida: foi, também, uma ditadura “empresarial-militar”.

Além do postulado de Maria Helena Moreira Alves, tende-se aqui a concordar com Melo, Toledo, Mattos, Fico e Lemos. Ao tratar da “resistência” ao regime, Melo desenvolve suas considerações majoritariamente apoiado no caso da resistência armada; sabe-se, entretanto, que a história da ditadura não se restringe aos atritos entre ela e estratos sociais opositores, como a guerrilha e o movimento estudantil mobilizado no meio urbano³⁴. Existiram diversas formas de resistir, como nas artes, na educação, nos movimentos sociais e nas tentativas de exercício do jornalismo crítico, como ressaltaremos a seguir, através da imprensa de resistência. A historiadora Mariana Joffily lembra que projetos de luta armada à esquerda já existiam anterior e independentemente da movimentação de 1964, e, após o golpe, disseram respeito a somente um ciclo das oposições ao regime³⁵.

Compreende-se que não há consenso quanto ao uso dos termos “empresarial-militar”, “civil-militar”, ou apenas “militar”, para designar tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura imposta em seguida. Mas, recusa-se aqui, a frágil tese de que a “sociedade” brasileira simples

²⁹ Ibidem, p. 78.

³⁰ MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 164.

³¹ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., pp. 9-11.

³² MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 169.

³³ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**, op. cit., p. 417.

³⁴ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., p. 41.

³⁵ JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, pp. 204-251, número 23, jan./mar. 2018, pp. 216-217.

e majoritariamente aceitou a ambos. Optar pela expressão presumivelmente adequada de “ditadura empresarial-religiosa-militar” seria um exercício extravagante de alargamento semântico. No entanto, considerando a questão controversa do apoio, lembrada acima por Carlos Fico, e a natureza tanto do golpe quanto do regime aberto em 1964, segundo Renato Lemos e René Dreifuss, julga-se, aqui, a conveniência da expressão “empresarial-militar”. A simples junção de estratos sociais religiosos, ou de organizações civis ao empresariado, não é motivo para que se diga que a sociedade civil como um todo seja colocada em cumplicidade com as Forças Armadas. Há que se diferenciar simples *apoio*, em ordens simbólicas ou discursivas, e mesmo *omissões* e *paralisações* amedrontadas ou estratégicas, de *suporte material*, organizacional, financeiro, logístico, institucional: o segundo esteve estreitamente ligado ao empresariado nacional e multinacional³⁶, bem como à política externa dos EUA³⁷.

Se muitos usos do termo “civil-militar”, além de se darem de modo “supérfluo e impreciso”, possuem caráter de “redução da responsabilidade dos militares”³⁸, lembre-se que as considerações acima, quanto ao empresariado, não devem isentar os circunscritos à caserna. Levantadas em 2014, nos 50 anos do golpe de 1964, as polêmicas supracitadas quanto ao evento ganharam fôlego em 2024 reforçando, justamente, o binômio empresarial-militar ao longo do regime. Quanto aos opositores da ditadura, *grosso modo*, Melo aponta ainda que certos autores revisionistas ressaltam que “a resistência à ditadura não passou de um mito”³⁹. Se o historiador está certo, nos limitaremos a dizer às leituras “revisionistas” que, ao menos entre 1964 e 1985, foram lançados no Brasil mais de 1.100 periódicos de naturezas e localidades diversas, voltados ao repúdio à ditadura. Dentre os quais, apenas a Biblioteca Nacional brasileira conta com 441⁴⁰. Na leitura onde o fim do regime teria se dado em 1988, tal conjunto documental seria ligeiramente maior.

Enfim, entramos na questão da “resistência” ao regime, algo por si só problemático, haja vista a amplitude e a complexidade do fenômeno, aglutinador de variadas identidades políticas que se forjaram no pós-1964⁴¹, envolvendo desde as esquerdas armadas e não-armadas a quadros liberais afastados dos militares. Com relação aos grupos guerrilheiros,

Independentemente da vontade revolucionária das esquerdas armadas, pode-se constatar em retrospecto que elas eram pequenas e frágeis demais para tomar o poder. Fizeram parte do arco

³⁶ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**, op. cit., p. 483.

³⁷ SPOHR, Martina. **American way of business**. Curitiba: Appris, 2020, pp. 307-312.

³⁸ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., p. 53.

³⁹ MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias, op. cit., p. 158.

⁴⁰ BRASIL, Bruno L. S. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 140, 2022, pp. 103-250.

⁴¹ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. Novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006, pp. 81-91.

amplo e heterogêneo de oposição à ditadura, que pode ser chamado de “resistência”. As oposições nunca chegaram a se unificar, por vezes havia divergências inconciliáveis entre elas, pois a única afinidade existente era o fim da ditadura.⁴²

Na dificuldade de se definir o “arco amplo e heterogêneo” (complexo e por vezes contraditório) da oposição à ditadura, recorre-se, aqui, aos segmentos que Marcos Napolitano definiu como detentores de certa interpretação predominante, relativamente hegemônica no pós-regime, no campo das representações sobre o passado: agentes coletivos que tiveram seus argumentos legitimados no debate público concernente à construção de certa memória identitária militante da ditadura, tais grupos notabilizaram-se como tal, sob “estatuto da verdade”, justamente pelo que “foi feito com eles”⁴³, dadas suas contrariedades em relação ao *status quo*. Assim, durante o regime teriam feito “resistência” em graus e níveis diferentes 1) associações de classe e instituições político-ideológicas, como “partidos, organizações não governamentais, institutos, sindicatos, entidades empresariais”; 2) determinadas entidades voltadas à preservação de memórias, como associações, museus e arquivos públicos ou privados; 3) certos segmentos da mídia jornalística, notadamente do jornalismo impresso; 4) personalidades do campo artístico, sobretudo de “meios massivos (cinema, música popular, televisão)”; 5) intelectuais acadêmicos e editoriais, nas universidades ou em “outros epicentros da produção do conhecimento legitimado em uma sociedade”; 6) movimentos sociais e manifestações culturais “ligados ou não a instituições mais amplas (como a Igreja Católica ou a partidos políticos)”⁴⁴.

Este trabalho foca um segmento da imprensa nacional em combate à ditadura, conforme o item 3 da categorização de Napolitano, mas que dialoga e se justapõe aos demais: imprensa que foi, todavia, também de natureza sindical, ou universitária, ou de movimentos sociais e associações de classe. Queixoso de que até os anos 1980 os debates teóricos voltados às ditaduras latino-americanas eram alocados nas Ciências Políticas, Carlos Fico escreveu que a falta de interesse no tema por parte dos historiadores devia-se ao fato de que tais discussões eram “carentes de diálogo com fontes empíricas”, num contexto em que o volume de “informações disponíveis sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de

⁴² RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 57.

⁴³ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, nov. 2015, pp. 9-45. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 14.

⁴⁴ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro, op. cit, pp. 15-16.

depoimentos ou memórias: são recentes os trabalhos que têm acesso a grandes fundos documentais”⁴⁵. No que pese a crítica, em termos de subjetividades, apagamentos, acessibilidade e mediações, fundos documentais não são infalíveis: a pretensa hierarquização entre fontes analíticas depende da natureza dos estudos pretendidos. Celebra-se, aqui, ao contrário, a importância das fontes de imprensa como suporte de pesquisa.

Imprensa de resistência: uma caracterização

Ligados em graus e níveis diferentes aos seis campos de resistência listados por Marcos Napolitano, os periódicos que aqui nos interessam são aqueles dissociados de grandes empreendimentos editoriais, concebidos como ferramentas de combate ao regime e a tudo o que o representava: o imperialismo, o capital estrangeiro, a violência de Estado e a moral burguesa⁴⁶. Eram órgãos de informação, em certos momentos, ligados a movimentos sociais e políticos de esquerda, e/ou a conceitos da chamada “contracultura”, genericamente libertários e contestadores, no sentido de traduzir e repensar não só a política, mas a linguagem, o comportamento, o corpo, a arte, a espiritualidade, a intelectualidade. Nesse sentido, e no contexto de descontentamento de determinados setores da sociedade brasileira com o autoritarismo militar, empreenderam-se projetos editoriais de variados matizes, alguns amadores, outros calcados em experiências profissionais, ligados tanto a movimentos de base quanto a um despertar esotérico da consciência⁴⁷.

Heterogênea, a imprensa de resistência, também conhecida carinhosa e pejorativamente como “nanica”, foi, apesar de seu apelido, ampla e complexa: suas facetas, imbricadas conforme os desejos de experimentação e contestação de seus responsáveis, tornam sua caracterização um exercício nada simples. Uma vontade unificava tal conjunto de iniciativas de comunicação: a busca por uma maneira diferente de se fazer imprensa, ultrapassando a reportagem convencional⁴⁸. Fundamentalmente, a imprensa de resistência, como um todo, procurava estabelecer narrativas críticas distintas das impostas pelos órgãos governamentais, procurando, mais ou menos explicitamente, derrubar a ditadura. Essa vontade tinha grandes percalços: pouco ou nada dependente de financiamentos, essa imprensa foi em geral produzida com frágil saúde

⁴⁵ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas, op. cit., p. 7.

⁴⁶ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 16.

⁴⁷ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 21.

⁴⁸ SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 64.

financeira, para não mencionar seus precários sistemas de impressão e distribuição. Tais dificuldades, reforçadas pelo caráter “subversivo” do conteúdo desse tipo de imprensa, atingiam sobretudo pequenas publicações artesanais, mas também cabiam aos periódicos mais profissionais do gênero. Essa instabilidade justificava a efemeridade da maior parte dos periódicos do gênero:

A grande imprensa buscava a conformidade, e seus modelos de sucesso eram incontestáveis. A imprensa alternativa, por outro lado, era heterogênea e buscava incessantemente novos modelos. Suas categorias e critérios eram amplos e imprecisos, pois se encontravam em processo de definição. Os resultados eram variadíssimos – de excelente jornalismo ao lixo absoluto, da análise profunda à bobagem total⁴⁹.

Bernardo Kucinski, autor do estudo mais completo sobre a imprensa de que estamos tratando, calcula que ela tenha passado por ao menos sete momentos distintos⁵⁰. O inicial se deu durante os primeiros anos do regime, quando foi articulada e/ou integrada por figuras egressas de periódicos que apoiavam o governo João Goulart (1961-1964) e que foram fechados com o golpe de 1964: foram os casos de *Pif-Paf* (Rio de Janeiro, 1964) e *Folha da Semana* (Rio de Janeiro, 1965). Já a partir de 1967, a influência da Revolução Cubana sobre os meios estudantis levou ao lançamento de uma nova onda de impressos – alguns clandestinos, outros editados por indivíduos já no exílio – com o propósito de atrair jovens para a guerrilha⁵¹. Nesse segundo grupo da imprensa de resistência, de recorte notadamente estudantil e de chamada à luta armada, estão, enfim, *Amanhã* (São Paulo, 1967), *Poder Jovem* (Rio de Janeiro, 1968) e *O Sol* (Rio de Janeiro, 1967), astro cantado por Caetano Veloso em “Alegria, alegria”.

No final de 1968, o Ato Institucional número 5 (AI-5) gerou a terceira fase da imprensa de resistência: justamente a que nasceu (e sofreu) da mais dura repressão. Paradoxalmente, foi quando surgiram *O Pasquim* (Rio de Janeiro, 1969), *Politika* (Rio de Janeiro, 1971), *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972) e *Jornal de Debates* (Rio de Janeiro, 1973), semanários de circulação nacional e de boa, quiçá grande, aceitação por parte do público leitor. *Opinião* e *O Pasquim* sempre foram considerados alguns dos mais importantes do gênero, junto de *Movimento*, que nasceria poucos anos depois. Os periódicos desse momento se dirigiam mais clara e assumidamente em contraposição à chamada “grande imprensa”, e também ao “milagre econômico”, entre 1968 e 1973⁵². A crítica ao crescente endividamento externo brasileiro e a denúncia do agravamento de problemas sociais no plano nacional eram constantes em suas

⁴⁹ SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**, op. cit., pp. 61-62.

⁵⁰ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., pp. 16-17.

⁵¹ *Ibidem*, p. 34.

⁵² *Ibidem*, p. 14.

páginas. Atenta a essa questão e subscrita a uma narrativa desmistificadora, em contraposição ao discurso pregado no restante da imprensa, essa terceira fase foi, afinal, tão expressiva que gerou a quarta, simultaneamente. Esta seria representada por periódicos como *Grilo* (São Paulo, 1971), *Ex-* (São Paulo, 1972) e *Balão* (São Paulo, 1972), influenciados pelo *O Pasquim* e pela contracultura. Menos “caretas” do que o *Jornal de Debates* e *Politika*, os jornais da quarta onda vinham mais voltados ao humor crítico, recheados de quadrinhos⁵³.

A quinta fase da imprensa de resistência só apareceu depois de uma “pausa”: com a decretação da Lei de Segurança Nacional, em 1969, censores federais passaram a atuar com mais vigor, até que o Decreto-lei 1.077, de 1970, passou a impor censura prévia também a veículos de informação considerados “importantes”, ou seja, os da “grande imprensa”, pertencentes a grupos estabelecidos de comunicação. A peneira não impedia eventuais apreensões de edições e prisões de jornalistas, seja de “grandes” ou “nanicos”. Somente a partir de 1974, a distensão política do governo Geisel deu algum respiro aos periódicos de resistência. Quando o apelo revolucionário pelas guerrilhas já havia fracassado, sua pauta se deslocou da política de oposição clandestina para a política de espaço público⁵⁴. A quinta fase foi, enfim, a do início da lenta e gradual reabertura política. Ela veio à tona com uma marca nova, em particular: a do ativismo expresso. Foi quando surgiram *Movimento* e *Versus* (São Paulo, 1975). Em seguida, o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, aliás um “furo” exclusivo de *Ex-*, que ainda teimava em circular, desencadeou críticas ao padrão complacente da “grande” imprensa⁵⁵ ao horror como política de Estado. A mobilização nos meios impressos acabou sendo tão expressiva que inspirou a sexta fase, a mais explicitamente consciente da necessidade de “outro” fazer jornalístico: emblemáticos, nesse sentido, foram os lançamentos dos jornais *De Fato* (Belo Horizonte, 1976) e *CooJornal* (Porto Alegre, 1975), este o primeiro gerido por cooperativa no país. Em seu apogeu, justamente em consequência da distensão de 1974, a imprensa de resistência de quinta e sexta fases passou a abarcar movimentos populares de base e a se subdividir em temas: questões femininas, raciais, indígenas, de gênero, etc. Em alguns casos, as pautas furavam a bolha da esquerda. Necessário, aqui, recorrer ao que Maria Paula Nascimento Araújo diz quanto a esse momento em particular: ele era

(...) uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes, inclusive a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presentes na vida política do país, esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o

⁵³ Ibidem, p. 34.

⁵⁴ Ibidem, p. 16.

⁵⁵ Ibidem, p. 36.

principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo⁵⁶.

Na imprensa negra estavam *Tição* (Porto Alegre, 1978), *Sinba* (Rio de Janeiro, 1979), *Nêgo* (Salvador, 1981), *Koisa de Crioulo* (Rio de Janeiro, 1981). Na imprensa LGBTQIA+, destacavam-se *Gay Press Magazine* (Rio de Janeiro, 1977), *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro, 1978), *Ello* (Salvador, 1978), *Boca da Noite* (Rio de Janeiro, 1980), *Iamuricumá* (Rio de Janeiro, 1981), *Dialogay* (Aracaju, 1982). A vertente feminista era representada por *Brasil Mulher* (Londrina, 1975), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1977), *Maria Quitéria* (São Paulo, 1977), *Mulherio* (São Paulo, 1981). O grupo dos periódicos de ênfase indígena contava com *Porantim* (Manaus, 1978), *Varadouro* (Rio Branco, 1977), *Mensageiro* (Belém, 1979), *Luta Indígena* (Curitiba, 1980), *Nimuedajú* (Rio de Janeiro, 1979), *Borduna* (Rio de Janeiro, década de 1980) e *Informe Chimbangue* (Xanxerê, década de 1980), sendo que alguns desses exploravam também questões ambientais – foco principal de *Paranapanema* (São Paulo, 1977), *Pensamento Ecológico* (São Paulo, 1978), *Meio Ambiente* (Brasília, 1978), *Folha Alternativa* (Rio de Janeiro, 1979), *Jornal do Verde* (Rio de Janeiro, 1981), *Movimento Ecológico* (Rio de Janeiro, 1982). A vertente estudantil era vasta, iniciada por *Política Operária* (São Paulo, década de 1960) e *Amanhã* (São Paulo, 1967), mas retomada na reabertura com *Silêncio* (Belo Horizonte, década de 1970), *Kaostigo* (Curitiba, 1976), *Alicerce da Juventude Socialista* (São Paulo, 1978), *Voz Ativa* (Rio de Janeiro, 1979) – nos anos 1980, mesmo jornais-laboratório de cursos superiores de jornalismo passaram a flertar com a estética da imprensa de resistência. Voltados a questões agrárias e à realidade camponesa estavam *Cotrijornal* (Ijuí, 1973), *Jornal Cambota* (Francisco Beltrão, 1975), *Realidade Rural* (São Paulo, 1976), *Conceição do Araguaia* (Conceição do Araguaia, 1979), *O Posseiro* (Santa Maria da Vitória, 1980), *Lamparina* (Santarém, 1980), *Sem-Terra* (São Paulo, 1981) etc.

Algumas dessas publicações, além do comprometimento com suas causas, dialogavam com diretrizes de grupos ou partidos de esquerda. Isso aconteceu com jornais estudantis e com periódicos relacionados às lutas negra e feminina, ou mesmo com folhas de instituições religiosas, a exemplo de alguns periódicos indigenistas e campesinos editados por grupos pastorais inspirados na Teologia da Libertação. Mas não haviam regras: nem todo jornal ambientalista ou identitário, por exemplo, seguia veredas marxistas.

No âmbito político e além, a quinta e a sexta fases, segundo Kucinski, merecem enriquecimentos, tanto no aspecto político quanto nos meios sociais de produção da imprensa

⁵⁶ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*, op. cit., p. 29.

de resistência. Aqui, encara-se a perspectiva de que tenham existido no mínimo mais três fases, ou ao menos grupos (e não exatamente fases) de iniciativas editoriais não tão facilmente adaptáveis ao sistema de categorização elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar a existência da imprensa anarquista, independentemente do seu enquadramento em fases específicas. Folhas com essa inclinação circularam durante períodos distintos do regime: *Dealbar* (São Paulo, 1965), *O Protesto* (Porto Alegre, 1967), *Soma* (São Paulo, 1974), *O Inimigo do Rei* (Salvador, 1977), *Víbora* (Brasília, 1981), *Barbárie* (Salvador, 1979), *A Todo Vapor* (Rio de Janeiro, 1979), *Autogestão* (São Paulo, 1980), *Afrodite Perdeu o Rumo* (São Paulo, 1982). Adicionalmente, fora da esquerda, outras conexões ainda se davam. Encampando lutas de comunidades oprimidas, a reforma agrária e o indigenismo, certos jornais da sexta fase começaram a aparecer de ainda “outros” lugares de enunciação, ou destinavam-se a eles. Era o caso de publicações eclesiásticas, que, à sua maneira, também integraram a imprensa de resistência: *Porantim*, até hoje circulando, era do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Nós Irmãos* (Rio Branco, 1971) era da Arquidiocese de Rio Branco. *Pastoral Operária* (São Paulo, 1979), da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. *Paneiro* (Manaus, 1979), da Regional Norte I da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CNBB. *Aconteceu* (Rio de Janeiro, 1981), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

Havia ainda os periódicos produzidos por exilados. Estes compreendiam formatos que iam desde a tradicional imprensa partidária, com veículos porta-vozes de grupos – como a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) ou a Política Operária (PO) –, à divulgação de trabalhos artísticos e culturais de presos políticos ou exilados do Brasil. A imprensa de resistência no exílio costumava seguir linhas diferentes, embora complementares, às da do país. Pouco ou nada censurada, ela reunia “documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação social e econômica brasileira, denúncias da ditadura, de tortura e de prisão política, notícias do Brasil”⁵⁷. Títulos expressivos lançados por brasileiros expatriados foram *Front Brasileiro de Informações* (Argel, 1969), *Correio Operário Norte Americano* (Washington, 1969), *Debate* (Paris, 1970), *Cartas Chilenas* (Santiago do Chile, 1971), *Guerrilha Operária* (sem local, 1971), *Combate – Órgão do Partido Operário Comunista* (sem local, 1971), *Campanha* (Santiago do Chile, 1972), *Conjuntura Brasileira* (Paris, 1974), *Brasil Socialista* (Lausanne, 1975), *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (Estocolmo, 1978),

⁵⁷ ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, pp. 453-454.

Correio Sindical de Unidade (sem local, possivelmente 1978 ou 1979), *Fragmento* (Estocolmo, 1979).

Ao passo em que as imprensas de resistência anarquista, eclesiástica e de exilados mereçam consideração como fases ou grupos à parte, existe ainda um outro grande segmento editorial na resistência: o literário, notadamente atribuído à dita “geração mimeógrafo”. De forma, em geral, artesanal, promotora da poesia marginal e de artes gráficas postais, esse grupo ligava o engajamento político no contexto da resistência à lógica de produção artística. Periódicos desse segmento não necessariamente se mostram “contraculturais” ou “à esquerda”, conforme a segmentação em dois grandes grupos dada por Kucinski à imprensa de resistência. Entretanto, exploravam em prosa, verso e desenho temas como a falência moral da sociedade burguesa, a falta de liberdade de expressão, as mazelas de um mundo onde os direitos humanos mal se observam, a violência de Estado etc. O Catálogo de Imprensa Alternativa editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da Rio Arte, braço cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1986, organizado por Leila Miccolis, reúne majoritariamente periódicos desse grupo⁵⁸, presente, aliás, no acervo identificado como de imprensa de resistência na Biblioteca Nacional⁵⁹. Miccolis considera a relevância da chamada ‘marginália’ poética no gênero, indo além da interpretação de Kucinski.

No Brasil do final da década de 1970 certos acontecimentos pontuais ainda influenciaram a imprensa de resistência: a luta pela anistia aos perseguidos pela ditadura, as greves do ABC paulista, a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na legalidade. É esse período que, segundo Kucinski, caracteriza a sétima fase da imprensa de resistência: quando esta passou a funcionar como espaço de reorganização política e ideológica de grupos marxistas. Com o “surto” de publicações provocado pela reabertura, a trajetória do movimento de esquerda no Brasil se confundiu com a história desses periódicos⁶⁰, colocação que atesta sobremaneira a importância da imprensa de resistência no processo constitutivo da memória política mais recente no país, no campo progressista. Foi o exemplo de *Versus*, que, tendo abrigado o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), teve em suas páginas lançada, em 1978, a primeira proposta para a criação de um partido socialista legal. E também o de Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, da Ação

⁵⁸ MÍCCOLIS, Leila. Catálogo de Imprensa Alternativa. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular (Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

⁵⁹ BRASIL, Bruno. Resistência no papel: um panorama da imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). O golpe de 1964: heranças e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024, p. 47.

⁶⁰ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., p. 17.

Popular (AP), ao lançar e desenvolver a primeira e mais robusta campanha pela Assembleia Nacional Constituinte naquele período, através de *Movimento*. Na virada da década de 1970 para 1980, surgiram *Hora do Povo* (Rio de Janeiro, 1979), porta-voz do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8); *Tribuna da Luta Operária* (São Paulo, 1979), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); *Voz da Unidade* (São Paulo, 1980), do Partido Comunista Brasileiro (PCB); e *Jornal dos Trabalhadores* (São Paulo, 1982), do Partido dos Trabalhadores (PT). Todos os supracitados são, já, jornais partidários, oficiosos, às vezes encarados como pertencentes ao gênero resistente, às vezes como seu desdobramento, na imprensa partidária⁶¹. O mesmo processo de aproximação ocorreu com a nova imprensa sindical do período, inserida no mesmo campo político que se modificava.

Kucinski delimita historiograficamente a imprensa de resistência ao início dos anos 1980, quando proclama seu “fim”. Sua justificativa se dava justamente por problemas quanto à heterogeneidade do conjunto. Para ele, o que a abalou definitivamente foi seu próprio “modelo ético-político”, que estaria mais próximo a tentativas de formações ideológicas contra-hegemônicas do que de um projeto pontual de resistência ao regime⁶². Na prática, isso se refletia na queda de qualidade. No plano econômico, conforme a crise financeira da década de 1980 dificultava o aparecimento de novos empreendimentos editoriais experimentais, potencialmente “alternativos” em todos os sentidos da insegurança, o fim da ditadura trazia uma mudança na forma de se enxergar a utopia, a transformação social e a ação coletiva. Smith reforça: na definhante imprensa de resistência

(...) a análise aprofundada deteriorava para um marxismo pop e generalizações abrangentes sem fundamento em dados. O jornalismo meticuloso era substituído pelo desejo de acabar com o jornalista como filtro ou mediador. Houve um incremento do jornalismo cru, tipificado por transcrições colhidas com microfones abertos. O sensacionalismo tomava por vezes o lugar da investigação. A disposição de analisar a sociedade transformou-se em fascínio apolítico por tendências e comportamento. O humorismo politicamente desafiador foi substituído pelo humor abusadamente sexista e racista. A liberdade virou licenciosidade e acabou se tornando interesseira⁶³.

A autora se refere aos rasgos cada vez mais apelativos que *O Pasquim* vinha adotando. Naquele momento, o jornal sempre encarado como “carro-chefe” da imprensa de resistência, tendo ditado regras e fórmulas despojadas no fazer editorial do gênero, se valia do arrefecimento da censura para trazer mulheres nuas em suas capas e célebres fotonovelas. Contava, então, com uma seção de sucesso, chamada “Dica de mulher”, que, no duplo sentido, dava, nas palavras de

⁶¹ BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **Vinte anos de resistência**: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986, p. 55.

⁶² KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., p. 25.

⁶³ SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**, op. cit., pp. 63-64.

Fausto Wolff, literalmente, detalhes (e mais imagens) da beleza exibida na capa da mesma edição. Além desse jornal, *Pasquim*, que, de fato, não se resumia a conteúdo “sacana”, é digno de nota o caso do tabloide *Reporter* (Rio de Janeiro, 1977), que, com a justificativa de atrair leitores de baixa renda, se especializava em malhar a ditadura entre reportagens de teor sensacionalista, com casos sangrentos de polícia, acontecimentos bizarros e escândalos de conotação sexual.

Naqueles dias, o jornalismo crítico já tinha se institucionalizado na imprensa tradicional: em 1976, mesmo o *Jornal do Brasil* vinha a abordar a Operação Brother Sam, a partir de documentos encontrados por Phyllis R. Parker. Os coletivos engajados já eram compostos por outras gerações de militantes e a ligação entre jornalismo e política mudou de lugar social: as oposições ao sistema, afinal, já podiam se transformar em partidos, ou quase. O contexto da vida social brasileira, ao alvorecer dos anos 1980, era politicamente recheado de contradições⁶⁴. O setor midiático de grande circulação passou a abrigar aquilo que era interessante do modelo de resistência. Este teria definhado rapidamente muito antes do fim do regime, em 1988 - apesar disso, perto dessa data existiram periódicos facilmente enquadráveis no gênero, voltados a questões como a transição para o regime democrático, a Assembleia Nacional Constituinte e os percalços da Nova República: *Ecoação* (Campo Grande, 1985), *Voz da Nação* (São Paulo, 1985), *Zezinho* (Vitória, 1985), *Jornal Indígena* (São Paulo, 1984), *Folha da Baixada* (São João de Meriti, 1984), *Vida & Cultura Alternativa* (São Paulo, 1984), *Questão de Ordem* (João Pessoa, 1982), *Jornal Mandacaru* (Recife, 1982).

Conclusões

Independentemente do quanto a heterogeneidade do “modelo ético-político” da imprensa de resistência possa ter contribuído para seu fim, valorizamos uma abordagem inclusiva ao amplo leque do gênero. Acreditamos, aqui, que um jornal que foi do PCdoB ou de uma associação de moradores de um bairro, pode ter sido, também, de resistência. Cabe propor novo debate: talvez pela onipresente necessidade de constantes “delimitações” de objetos de estudo, na academia, somos levados a entender que, entre os periódicos de quinto e sexto movimentos, os de raízes ecumênicas, os produzidos por coletivos de literatura marginal e os produzidos no exílio, por obedecerem a estéticas específicas, poderiam configurar como três distintas fases da imprensa de resistência, além das sete propostas por Kucinski. Da mesma forma, nos

⁶⁴ JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964, op. cit., p. 212.

questionamos se as imprensas sindicais, partidárias, de movimentos de base e de associações de moradores não seriam, também, novas fases, quando não “subfases” da imprensa de resistência pós-1974. Quanto aos representantes de inclinação ideológica anarquista na imprensa de resistência, estes tanto podem ser vistos como “diluídos” em diferentes fases, quanto constantes em outra categoria, à parte.

Se é válida a máxima de Millôr Fernandes – “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados” –, a imprensa de resistência à ditadura possuía um traço de legitimidade jornalística crucial, quando não censurada. É verdade que seus pendores militantes mandavam para escanteio critérios de imparcialidade, problemáticos em qualquer órgão de comunicação. Mas, um jornalismo crítico, atuante junto à opinião pública, não faz parte da utopia democrática? Em certos aspectos, foram os “nanicos” que, ao longo do período autoritário, seguiram a tradição do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado no exílio. Foram ainda descendentes diretos dos pasquins de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX⁶⁵. Ela não deveria ser considerada “alternativa”, termo que pressupõe complementaridade, como se em segundo plano a periódicos de maior envergadura financeira e administrativa: ela foi, afinal, a imprensa do momento.

A imprensa de resistência foi reflexo e termômetro de um processo mais amplo de resistência à ditadura, envolvendo diferentes momentos das oposições ao regime. Envolveu guerrilha, movimentos sociais, indigenistas, poetas anarquistas, católicos progressistas. As formas como encaramos e manipulamos a materialização por escrito desses gritos de repúdio possuem implicações políticas cotidianas, muito além de ordens teóricas, e mesmo da indignação impotente e desmemoriada do consumidor habitual de redes sociais. Paul Ricoeur lembra que o horror nazista, um “caso-limite” por sua brutalidade de magnitude singular, acabou servindo de parâmetro para outros genocídios e posturas autoritárias⁶⁶, incluindo aquelas dos regimes militares na América Latina. Eis o nosso “dever de memória”⁶⁷. Dizeres que ecoam nas edições fac-similares do jornal *Ex-*, lançadas pelo Instituto Vladimir Herzog em 8 de

⁶⁵ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**, op. cit., p. 21.

⁶⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, op. cit., pp. 186-187.

⁶⁷ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 20.

setembro de 2010: a capa de uma de suas edições⁶⁸, mostrando um Adolf Hitler naturista estendido nas areias de uma praia tropical, deixa claro que o fascismo anda à solta e por perto. Pois a “corda bamba” em que se encontravam os “nanicos” do período que ora nos interessa, e de outros, é atemporal: entre o terror e a precariedade, cabe lembrar da existência de tentativas de equilibrar liberdade de expressão com acessibilidade intelectual de amplos setores sociais a valores democráticos.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- BRASIL, Bruno L. S. Resistência no papel: um panorama da imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). **O golpe de 1964**: heranças e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024, p. 47.
- _____. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 140, 2022, pp. 103-250.
- BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.). **Vinte anos de resistência**: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 15-28.
- DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Livro 3, pp. 343-425.
- FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

⁶⁸ INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Edições fac-símiles do jornal Ex-. Edição digital, 8 de setembro de 2010. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/edicao-fac-simile-do-ex/>. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 09, p. 05-74, número 20, jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Edições fac-símiles do jornal Ex-**. Edição digital, 8 de setembro de 2010. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/edicao-fac-simile-do-ex/>. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, pp. 204-251, número 23, jan./mar. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós 1964. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, pp. 111-130, número 2, jan./jul. 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. pp. 64-98.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: _____(org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. pp. 157-188.

MÍCCOLIS, Leila. **Catálogo de Imprensa Alternativa**. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular (Rio de Janeiro, RJ). Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, nov. 2015, pp. 9-45. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura faz 50 anos: controvérsias. In: BETTAMIO, Rafaella (org.). **O golpe de 1964: heranças e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: EdUnicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **O golpe de 1964 e o regime militar**. Novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SPOHR, Martina. **American way of business**. Curitiba: Appris, 2020.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, número 19, pp. 27-48, 2004.

**MORDAÇA NA AVENIDA:
MONITORAMENTO, CENSURA E RESISTÊNCIAS
DAS ESCOLAS DE SAMBA NA DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1985)**

**CENSORSHIP ON THE AVENUE: MONITORING,
CENSORSHIP, AND RESISTANCE OF SAMBA
SCHOOLS DURING THE CIVIL-MILITARY
DICTATORSHIP (1964-1985)**

BRUNO GUEDES OLIVEIRA DA SILVA*

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar o monitoramento e a censura cometida contra as escolas de samba durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). A partir da investigação de documentos, relatos e estudos acadêmicos, almejamos discutir as ações adotadas pelo regime para reprimir e controlar as agremiações, bem como as estratégias de resistência desenvolvidas pelos sambistas, com base na *Doutrina de Segurança Nacional*. Daremos destaque para o cerceamento sofrido pelas agremiações Acadêmicos do Salgueiro e Império Serrano, além da censura sofrida pela Unidos de Vila Isabel e seu então compositor, Martinho da Vila, em 1974, no auge da violação dos direitos no país. Para isso, o ponto de partida se dará pelas transformações ocorridas ao final dos anos 1950, nos desfiles carnavalescos, até a campanha pelas “Diretas Já”.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Escolas de samba; Repressão.

Abstract: The objective of this work is to analyze the monitoring and censorship against samba schools during the period of civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985). Through the examination of documents, accounts, and academic studies, we will discuss the actions taken by the regime to suppress and control these associations, as well as the resistance strategies developed by samba enthusiasts based on the National Security Doctrine. We will highlight the constraints faced by Acadêmicos do Salgueiro and Império Serrano, in addition to the

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com pesquisa apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: (brunoguedes.cg@gmail.com).

ensorship against Unidos de Vila Isabel and the composer Martinho da Vila in 1974, the peak of rights violations in the country. To do so, we take as our starting point the transformations that occurred at the end of the 1950s in carnival parades, extending our analysis to the campaign for "Diretas Já" (Direct Elections Now).

Keywords: civil-military dictatorship, samba schools, censorship.

INTRODUÇÃO

Eram quase nove horas da manhã e o sol forte já castigava o público quando a sétima escola de samba a pisar na Avenida Presidente Vargas, em 1969, se preparava para iniciar a sua apresentação naquela segunda-feira de carnaval: o Império Serrano. Antes mesmo dos primeiros acordes e dois meses após o *Ato Institucional n.º 5*, as arquibancadas cantavam o samba-enredo, composto por Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira, para o tema “Heróis da Liberdade”. Do alto dos prédios, papéis picados caíam sobre a agremiação e os espectadores gritavam “já ganhou!”¹. No entanto, havia uma participante indesejada no desfile que entraria para a história como a mais lembrada daquele ano: a censura, que vetou a palavra “revolução” da obra imperiana.

Relembrando algumas das repressões à época, o artigo pretende analisar o monitoramento e as intervenções da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) sobre as escolas de sambas, assim como as estratégias das agremiações para confecção dos desfiles. O trabalho tenta preencher a lacuna deixada pela ausência de memória sobre as violações sofridas por parte dos sambistas de entidades carnavalescas, oriundas das classes mais populares e entre as que mais sofreram com as ações dos grupos dominantes que derrubaram o presidente João Goulart. Por tal interpretação, nos filiamos à corrente do historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss², que debate a articulação golpista em que ocorre a participação de setores empresariais e das Forças Armadas para manutenção de um poder econômico e político.

Tendo como eixo ideológico os conceitos empregados pelos frequentadores da Escola Superior de Guerra (ESG), essa conexão foi marcada por uma ação coordenada entre o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD),

¹ **A grande parada: dezoito horas de samba.** O Globo, Rio de Janeiro, 10 de fev. 1969. Primeiro Caderno, p. 11.

² DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

duas instituições que desenvolveram uma ampla campanha político-ideológica para desestabilizar o governo³. Assim, um arranjo político classista possibilitou as articulações que tiveram, ao seu ver, um caráter de classe. Quanto a isso, o autor afirma que a luta de classe é travada por aquela que é dominante, e pelo Estado agindo em seu nome, contra os trabalhadores⁴. Dessa maneira, caracterizarmos a ditadura como civil-militar a partir da análise de Dreifuss ao afirmar que no regime “a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável”⁵.

No entanto, para a manutenção do poder pelos articuladores do golpe, houve uma particular atenção à chamada *Doutrina de Segurança Nacional (DSN)*. Cunhada pela ESG em colaboração com o complexo IPES/IBAD, ela versava sobre a preocupação da expansão revolucionária, que não se limitava apenas à luta armada, mas, também, através da “utilização das mentes e corações”⁶. Para “impedir esse avanço”, foi adotada uma ampla aparelhagem que atuou ostensivamente contra a cultura, focando nas “ideias esquerdizantes”, censuradas sob o aspecto moral e anti-subversivo.

Perspectiva que se complementa com a interpretação de Enrique Padrós⁷, quando analisa a existência de uma rejeição à divisão da sociedade em classes, argumentando que as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política. Segundo a DSN e as ditaduras latino-americanas, essa unidade era fundamental para a estabilidade do governo⁸. Desse modo, a partir da investigação de documentos, relatos e estudos acadêmicos, discutiremos as ações adotadas pelo regime através dessa associação civil-militar para reprimir e controlar as agremiações. Juntamente a tais aparatos repressivos, ocorreram as estratégias de resistência desenvolvidas pelos sambistas cerceados contra a repressão.

³ Ibidem. p. 229.

⁴ Ibidem. p. 488.

⁵ Ibidem. p. 417.

⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984. p. 37.

⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁸ Ibidem. p. 144.

Mesmo oriundas e inseridas em camadas excluídas da sociedade, como lembra Soihet⁹, as escolas de samba adotaram discursos de reafirmação da “História oficial” em seus enredos, durante as três primeiras décadas. Uma das explicações se encontra na entrada do Estado na organização e legitimação dos desfiles, principalmente durante os governos de Getúlio Vargas, com a promoção do samba na tentativa de construir uma sociedade mais harmônica a partir da união entre as elites e as massas¹⁰. Assim sendo, tomamos como ponto inicial da nossa pesquisa as transformações que reconfiguraram essas ideias, ocorridas ao final dos anos 1950, período de grande efervescência cultural e ideológica, em que “o país começava a ficar irreconhecivelmente inteligente”¹¹.

A cena musical exportava a Bossa Nova e via emergir artistas do que chamamos hoje de Música Popular Brasileira, a MPB. Destacavam-se também a Literatura e o Cinema Novo, em que os cineastas colocaram as camadas populares, urbanas e rurais, como protagonistas de suas narrativas¹². No esporte, a seleção brasileira masculina de futebol, repleta de afrodescendentes, conquistou o bicampeonato da Copa do Mundo, em 1958 e 1962. Vitórias que deram fim ao “complexo de vira-latas” e ao sentimento de inferioridade que reinava desde a derrota na final da Copa de 1950¹³. A seleção masculina de basquete também conquistara outro bicampeonato, em 1959 e 1963. Ainda em 1959, só que com a raquete, Maria Esther Bueno conquistou os torneios de U.S. Championships (atual US Open), de Wimbledon, e chegou ao topo do ranking mundial. Já o “Galo de Ouro” Éder Jofre era campeão mundial de boxe na categoria peso-galo, de 1960 a 1965. No entanto, os gritos de alegria de uma sociedade plural deram lugar ao silêncio do medo a partir de 1964.

As escolas de samba, como parte desse processo cultural, também embarcaram em transformações profundas. Com o crescimento da festa, abandonaram a Avenida Rio Branco, levando seus componentes para a espaçosa Avenida Presidente Vargas, em frente à Igreja da Candelária, em 1963. Passou-se a cobrar pelos ingressos, houve maior divulgação com a

⁹ SOIHET, Rachel. **Subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

¹⁰ Ibidem. p. 144.

¹¹ SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 81.

¹² TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. p. 19.

¹³ RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol. Seleção e notas Ruy Castro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 61.

popularização da TV e ocorreu a profissionalização do samba¹⁴. Nesse período, cresceu o interesse de um público da classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro pelo espetáculo na passarela do samba¹⁵, levando ao seu embranquecimento. Era um momento em que as agremiações não ecoavam apenas nas áreas periféricas e suburbanas, chegavam também aos formadores de opinião. Esses aspectos despertaram a atenção da ditadura civil-militar, levando os sambistas à vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) e órgãos de repressão.

Conforme documentação levantada por Tamara Cruz (2010), havia uma preocupação quanto às circulações das ideias e o conteúdo das manifestações carnavalescas. Porém, a autora lembra que os alvos não eram as agremiações em si, mas alguns dos seus componentes. Em geral, os idealizadores do espetáculo, como presidentes, diretores, carnavalescos, compositores e outros. Houve, ainda, uma preocupação particular com o Salgueiro e a Vila Isabel¹⁶, agremiações que se localizavam em bairros próximos de onde funcionava o Destacamento de Operações de Informação (DOI), no Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, 425, Tijuca.

Ainda que tenhamos usado ampla bibliografia para a compreensão da formação do carnaval carioca e a reconstituição do golpe de 1964, analisamos, também, fontes de diferentes naturezas, como os jornais de época e os arquivos dos órgãos de repressão da ditadura, disponibilizados pelo Arquivo Nacional através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, o SIAN. Apenas no acervo do SNI, no período entre 1964 e 1985, encontramos um total de 261 registros sobre as escolas de samba, desde fotografias até dossiês secretos. Uma farta documentação, até então, pouco explorada. Por conta da facilidade do acesso, haja vista que grande parte do material produzido durante o regime civil-militar se encontra digitalizado no portal, houve a possibilidade não apenas de um trabalho com fontes primárias, mas também de um mapeamento da vigilância do regime contra as entidades carnavalescas. Foi através dessa metodologia que, durante a pesquisa, nos deparamos, inclusive, com uma documentação inédita, como a que trata da censura à blocos de carnaval.

¹⁴ CRUZ, Tamara Paola dos Santos. **As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: memórias e esquecimentos**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010. p. 82.

¹⁵ CABRAL, Sérgio. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996. p. 195.

¹⁶ *Ibidem*. p. 66.

Muito além de expressões culturais, o samba e as agremiações são expressões sociais. Por conta disso, as intervenções de um Estado autoritário em escolas de samba não foram poucas ou somente em forma de censura. Ao tratá-las como tradições de gerações que resistiram em meio às repressões de diversos governos, não as limitando apenas a uma festa, conferimos valores aos sambistas e à agência por eles praticadas, quase sempre esquecidas nas prateleiras inferiores da historiografia.

A ACADÊMICOS DO SALGUEIRO ABRE-ALAS PARA OS DESFILES CONTESTADORES

Na espreita da vanguarda e percebendo o alcance do carnaval para além das comunidades do samba, a Acadêmicos do Salgueiro se lançou à frente das rivais antes do golpe de 1964. Os impactos culturais nos anos 1960, assim como as ações do presidente Nelson de Andrade, são debatidos até hoje¹⁷. Em abril de 1959, antecipando-se às novidades que ocorreriam na escola nos meses seguintes, se tornou a primeira escola do Rio a se apresentar no exterior. Justamente em Cuba, com 26 sambistas, poucos meses depois da revolução liderada por Fidel Castro¹⁸. Entretanto, após o carnaval de 1959, Nelson convidou o cenógrafo e professor da Escola Nacional de Belas-Artes, Fernando Pamplona, para realizar os trabalhos para o ano seguinte. Vencedor de diversos concursos de decoração dos bailes carnavalescos do Teatro Municipal, Pamplona foi também um dos grandes ativistas da União Nacional dos Estudantes, sempre ao lado das correntes de esquerda, embora nunca tenha sido comunista¹⁹. Respeitado no meio acadêmico e intelectual, sua rede de sociabilidades garantiu espaços na imprensa para a escola alcançar novos públicos²⁰. De acordo com Tinhorão, nesse momento

¹⁷ CABRAL, Sérgio. Op. Cit.

¹⁸ Ibidem. p. 195.

¹⁹ Ibidem. p. 187.

²⁰ FARIA, Guilherme José Motta. **O G.R.E.S Acadêmicos do Salgueiro e as representações do negro nos desfiles das escolas de Samba nos anos 1960**. 292 f. Programa de Pós-graduação em História. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014. p. 47.

“as escolas de samba estarão mortas e perderão a sua raiz folclórica, subindo ao céu da arte erudita e da promoção comercial ante as palmas da classe média”²¹.

Por meio de técnicas e estéticas inovadoras, o carnavalesco apostou em desfiles diferenciados em relação às gigantes Mangueira, Portela e Império Serrano, mesmo com bem menos dinheiro. Não apenas na parte plástica, mas também nas narrativas, com personagens afro-brasileiros deixando de serem vítimas para se tornarem heróis. O contexto geopolítico dos anos 1950 e 1960, marcado pela independência dos países africanos e asiáticos, influenciou a cultura²², refletindo essa abordagem à época. O que não era uma novidade para Pamplona, que no carnaval de 1958 já havia decorado o Teatro Municipal com a temática²³.

No Salgueiro, em 1960, Zumbi voltou a liderar politicamente um grupo de afro-brasileiros, mas agora no enredo “Quilombo dos Palmares”, encenando a luta dos oprimidos contra o opressor. Saído da academia e em contato direto com novas correntes culturais, Pamplona foi quem sugeriu o tema que se tornaria rotina nas décadas seguintes. A ideia era gerar uma reviravolta no quadro dos homenageados pelas escolas de samba, limitados a grandes nomes da “História oficial”, como Duque de Caxias, Santos Dumont e outros²⁴. O carnaval confeccionado por ele, Arlindo Rodrigues e Newton Sá surpreendeu pelo tema e pela plástica, gerando grande repercussão. O *Jornal do Brasil* estampou no dia 3 de março de 1960: “Salgueiro, Mangueira e Portela as melhores”. A matéria dizia que a agremiação “se apresentou cheia de novidades e arrancou aplausos”²⁵, destacando a negritude dos desfilantes. Mas foi a edição do dia 2 de março, daquele mesmo ano, d’*O Globo* quem mais descreveu o impacto da escola e a abordagem da negritude politizada, apontando como possível campeã, ao lado da Portela, Mangueira e Império Serrano, com a manchete “Acadêmicos deslumbraram”²⁶.

De fato, a novidade rendeu o primeiro título salgueirense, empatado com Portela, Mangueira, Unidos da Capela e Império Serrano, após uma confusão na apuração das notas,

²¹ TINHORÃO, José Ramos. **Música popular: um tema em debate**. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 97.

²² SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. **Para tudo começar na quinta-feira**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015. p. 32.

²³ ARQUIVO NACIONAL. **Sistema De Informações Do Arquivo Nacional (SIAN)**. Dossiê: BR RJANRIO PH.0.FOT.149. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958. Acesso em: 06 jan 2024.

²⁴ CABRAL, Sérgio. Op.cit. p. 188.

²⁵ **Salgueiro, Mangueira e Portela os melhores**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 março 1960.

²⁶ **"Escolas" levaram o samba vivo ao povo na avenida**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 02 março 1960.

que foi concluída apenas no dia seguinte²⁷. O Salgueiro manteria o vanguardismo, sendo a agremiação da exaltação à cultura e personagens afro-brasileiros, como “Vida e obra do Aleijadinho” (1961) e “Chico Rei” (1964). A exceção foi em 1962, quando Arlindo Rodrigues realizou, sozinho, um enredo mais “tradicional” cujo título era “O Descobrimento do Brasil”.

No entanto, em 1963 o Salgueiro chocou sambistas e imprensa com “Chica da Silva”. Além da exaltação africana, a figura feminina ganhava protagonismo em todos os sentidos. Em um dos momentos considerados o mais impactante da história do carnaval, e revelando o seu alcance àquela altura, a escola levou uma ala simulando um minueto, coreografada por Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio. O episódio dividiu opiniões e incomodou as rivais por ser o segundo título salgueirense, e o primeiro sozinho, conquistado com base nas inovações²⁸. O desfile inspirou o cineasta Cacá Diegues, que estava naquela manhã de segunda-feira na Candelária acompanhando as apresentações, a desenvolver seu filme homônimo²⁹. Estava feito: o carnaval carioca não era mais apenas uma competição entre as comunidades suburbanas e alcançava diversos setores socioculturais da sociedade brasileira.

A DITADURA E SUAS ATUAÇÕES REPRESSIVAS CONTRA AS ESCOLAS DE SAMBA

Apesar de discordâncias sobre o Salgueiro ter sido o pioneiro quanto às temáticas negras e de debate sociopolítico³⁰, as demais agremiações também adotaram essa abordagem a partir de 1964, ano em que a ditadura civil-militar se instalou no Brasil e passou a vigiar a “infiltração” comunista. Em particular, por avaliarem subversiva a tradicional aproximação entre sambistas e escolas de samba com o PCB³¹. Desse modo, quem fosse contra à “unidade política”³², era considerado subversivo. Logo, novos artistas e maneiras de fazer os desfiles ampliaram suas

²⁷ CABRAL, Sérgio. Op. Cit. p. 202.

²⁸ *Ibidem*. p. 195.

²⁹ De Mello, Marcelo. **Há 50 anos, ‘Xica da Silva’, do Salgueiro, marcou o primeiro desfile na Presidente Vargas**. O Globo, Rio de Janeiro. 05 jan 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/ha-50-anos-xica-da-silva-do-salgueiro-marcou-primeiro-desfile-na-presidente-vargas-7205142>. Acesso em: 12 maio 2023.

³⁰ FARIA, Guilherme José Motta. Op.cit. p. 69.

³¹ CRUZ, Tamara. Op.cit. p. 31.

³² PADRÓS, Enrique. Op. Cit.

atuações sociopolíticas, principalmente com temáticas de resistência e fora da “História oficial”. O que teria desagradado o novo regime³³. Por conta desse histórico que ia de encontro à DSN, o Salgueiro esteve entre as primeiras agremiações reprimidas.

Uma das estratégias das escolas de samba foi a adoção de temáticas que abordassem implicitamente o tema da “liberdade”. Ou seja, os enredos passaram a tratar a temática sob viés histórico, evocando personagens ou o próprio passado. Percebe-se um certo tom crítico quanto à sua construção, constantemente remetendo-se à casos e elementos em que militares estavam envolvidos. Novamente, os salgueirenses lideraram esse estilo em meio à escalada repressiva. Mesmo afirmando que não houve qualquer intervenção direta da ditadura na realização dos seus desfiles, Fernando Pamplona revelou interferência do regime³⁴ ao manter suas narrativas questionadoras. Em 1967, a escola levou para a Avenida o tema “História da liberdade no Brasil”. Ainda que abordasse a questão libertária somente no período nacional e até 1889, o carnavalesco admitiu que militares passaram a visitar a agremiação³⁵. A tensão levou o artista a temer sua prisão ou retaliações, como afirmou anos depois:

A situação ficou tão ruim que reuni a escola para comunicar que estávamos sofrendo uma perseguição política. Avisei que, a qualquer momento, poderia ser preso. Se eu fosse preso, Jordano seria o meu substituto. Se Jordano fosse preso também, o substituto seria Laíla. E, se prendessem Laíla, a escola toda desfilaria com um esparadrapo na boca, só um surdo tocando. Seria um desfile para cair do grupo principal. “Vocês topam?”, perguntei. Houve alguma hesitação, até que alguém falou que topava. Todo mundo topou. No dia do desfile, vários diretores levaram esparadrapo para ser usado em qualquer emergência³⁶.

O relato faz coro com as afirmações de Haroldo Costa, que destacou a coragem salgueirense. Segundo o pesquisador, alguns ensaios do Salgueiro foram interrompidos por falta da energia elétrica, cortada de maneira suspeita. Além disso, havia uma desconfiança quanto à presença de homens estranhos na comunidade durante eventos da agremiação, que julgavam pertencentes à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)³⁷. As declarações reacendem o debate acerca da doutrina cunhada na ESG e a preocupação com o “inimigo interno”. Com o projeto comunista de instalar uma revolução a partir das camadas sociais, todos se tornavam

³³ CRUZ, Tamara. Op.cit. p. 27.

³⁴ *Ibidem.* p. 95.

³⁵ *Ibidem.* p. 105.

³⁶ Fernando Pamplona *apud* CABRAL, Sérgio. Op. Cit. p. 449.

³⁷ COSTA, Haroldo. **Salgueiro: Academia de Samba**. Rio de Janeiro: Record, 1984. p. 293.

suspeitos e potenciais alvos que deveriam ser cuidadosamente controlados³⁸. O episódio levou a pioneira escola de samba a abandonar temporariamente, nos anos seguintes, as temáticas contestadoras e levar para a Avenida enredos mais tradicionais, como “Dona Beja” (1968), “Bahia de Todos Os Deuses” (1969) e “Praça Onze, Carioca da Gema” (1970).

Entretanto, o monitoramento e a vigilância dos componentes do carnaval pelo SNI já estavam consolidados. Piorando a partir de 1972, após a criação da Divisão Geral de Censura de Diversões Públicas (DCDP), o órgão oficial de censura e fiscalização da ditadura, ligado à Polícia Federal. À época, as agremiações precisavam enviar todo o projeto de desfile para liberação dos censores³⁹. Até mesmo os quadros administrativos das escolas de samba sofriam controles, devendo as agremiações informar aos militares sobre mudanças na diretoria - inclusive eleições - e endereço das sedes. Esses dados eram continuamente atualizados⁴⁰.

A obrigatoriedade de explicações atingiu outra gigante: Império Serrano. Originária do Morro da Serrinha e fundada por estivadores, a escola já havia adotado um discurso de autopromoção democrática⁴¹. Porém, justamente dias após o Ato Institucional n.º 5, o Império se viu na mira da ditadura. Durante o desenvolvimento do enredo “Heróis da Liberdade”, para o carnaval de 1969, os compositores Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira tiveram que ir à DOPS explicar o trecho “*É a revolução em sua legitimação razão*”, no samba-enredo. Os censores, representados pelo general França, julgaram a obra subversiva. Ao ser questionado, Silas teria dito não ter culpa de retratar a História, porque não havia sido escrita por ele: “Como eu fiz, o senhor poderia ter feito”⁴². Censurados, os autores tiveram que alterar para “*É a evolução em sua legitimação razão*”, perdendo, assim, totalmente seu sentido crítico.

Os jornalistas Chico Otávio e Aloy Jupiara afirmam que a temática do Império Serrano demonstrou traços de resistência⁴³. Na súmula distribuída durante o desfile, a direção da escola deixava claro que buscava exaltar antigos heróis que lutaram pela liberdade. Incluindo a

³⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit. p. 38.

³⁹ PAMPLONA, Fernando. **O Encarnado e o Branco**. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2013. p. 115.

⁴⁰ CRUZ, Tamara. Op.cit. p. 71.

⁴¹ BARBOSA, Alessandra Tavares de Souza Pessanha. **Nasceu lá na serra uma linda flor: a fundação do Império Serrano (1947-1952)**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012. p. 58.

⁴² CRUZ, Tamara. Op.cit. p. 107.

⁴³ OTAVIO, Chico e JUPIARA, Aloy. **Sambas-enredo enfrentaram o regime militar**. O Globo, Rio de Janeiro, 09 out 2013. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/sambas-enredo-enfrentaram-regime-militar-10304313>. Acesso em: 13 maio 2023.

Inconfidência Mineira, a Independência do Brasil, a Abolição e até a Força Expedicionária Brasileira, a FEB⁴⁴, sem mencionar diretamente a ditadura civil-militar. Contudo, a letra podia ser entendida como um protesto contra o regime justamente no trecho censurado. A repressão não se limitou à censura prévia do samba-enredo e o desfile também foi alvo de intimidações. De acordo com integrantes da escola, aviões da Força Aérea Brasileira teriam feito voos rasantes durante a apresentação⁴⁵. A agremiação de Madureira ficou apenas na quarta colocação, resultado abaixo das expectativas, haja vista que juntamente com Portela, Mangueira e Sanguê, eram as maiores forças da época.

O temor com o recrudescimento da repressão entre os sambistas e a censura imposta podem ser comprovados em um episódio de 1971, no enredo “Festa para um rei negro”, da Acadêmicos do Sanguê. De acordo com Mello, o samba daquele ano, famoso pelo refrão “*Olê, lê! Olá, lá! Pega no ganzê, pega no ganzá*”, ganhou uma adaptação pela cidade do Rio de Janeiro no trecho “*Que beleza/ A nobreza que visita o gongá*”, transformando-se em “*Que beleza/ A maconha que vem lá do Ceará*”. O compositor da obra, Zuzuca, precisou distribuir panfletos com a letra correta entre componentes por medo de ser punido pelo regime militar⁴⁶. Ao que consta nos arquivos do SIAN, porém, o artista sanguêense não teve problemas com os censores e a escola se tornou campeã daquele carnaval. O seu refrão ganhou até as arquibancadas dos estádios pelo mundo afora⁴⁷, demonstrando o alcance do carnaval carioca.

Entretanto, foi a Unidos de Vila Isabel quem sofreu a maior intervenção no período. Em 1972, a escola ousou levar o tema “Onde o Brasil aprendeu a liberdade”, cujo foco eram as lutas pela liberdade no tempo colonial. O sucesso do samba-enredo de Martinho da Vila despertou a atenção dos órgãos repressivos, mas acabou passando pela censura. Diferentemente de dois anos depois, quando adotou uma narrativa crítica com “Aruanã-Açu”. O enredo debatia o extermínio da etnia Carajás. Dessa vez, a Vila foi censurada. O delicado contexto sociopolítico

⁴⁴ Império Serrano 1969. Carnaval de 1969. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/imperio-serrano/1969>. Acesso em: 21 maio 2023.

⁴⁵ MELO, Gustavo. **Um hino à liberdade em tempos de perseguição política**. Extra, Rio de Janeiro, 03 fev 2014. Carnaval. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/carnaval-historico/um-hino-liberdade-em-tempos-de-perseguiacao-politica-11492976.html>. Acesso em: 21 maio 2023.

⁴⁶ MELLO, Marcelo de. **Por que perdeu? Dez desfiles derrotados que fizeram história**. Rio de Janeiro: Record, 2018. p. 32.

⁴⁷ “**Olelê, olalá**”: samba brasileiro embala Barça, mas clube desconhece origem. GE, Rio de Janeiro, 08 fev 2016. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2016/02/olele-olala-samba-brasileiro-embala-barca-mas-clube-desconhece-origem.html>. Acesso em: 08 jan 2024.

à época colocava a Vila contra os interesses do regime, como o início da construção da rodovia Transamazônica, a proximidade temporal da chamada Guerrilha do Araguaia⁴⁸ e aquela que lançaria os civis e militares sob desvantagem em relação ao mercado, a Crise do Petróleo⁴⁹. Nesse contexto, abordar estes temas em um período delicado da ditadura, colocou a escola azul e branca diante do maior caso de intervenção ditatorial conhecido até o momento.

Ainda durante as eliminatórias de samba, a obra de Martinho foi retirada da disputa após pressão dos censores⁵⁰. Seus versos denunciavam explicitamente a mortandade dos povos originários: *"Estranhamente o homem branco chegou / Pra construir, pra progredir, pra desbravar / E o índio cantou / O seu canto de guerra / Não se escravizou / Mas está sumindo da face da Terra"*. Em contrapartida, o samba escolhido deixava de lado as denúncias e fazia alusão às ufanistas frases do regime, como *"A grande estrada que passa reinante / Por entre rochas, colinas e serras / Leva o progresso ao irmão distante"*. Segundo Martinho, a escola foi coagida a modificar a abordagem, assumindo postura alinhada aos interesses da ditadura. Porém, sob rejeição dos presentes à passarela do samba:

Desfilamos sob vaias, xingamentos e indiferença. Senti que íamos cair para o segundo grupo como merecíamos, mas não fomos. Lembrei da Beija-Flor de Nilópolis que, em anos anteriores, para se segurar entre as grandes, apresentou enredos puxa-saco e se deu bem: "O Grande Decênio" e "Brasil no Ano 2.000" e lá na Avenida mesmo eu comecei a articular, politicamente. Naqueles tempos a Riotur mandava e desmandava. Conseguimos uma decisão do governo do antigo estado da Guanabara, na pessoa do Dr. Chagas Freitas (governador nomeado pelo Planalto), determinando que nenhuma escola cairia⁵¹.

O depoimento corrobora matéria publicada na Quarta-Feira de Cinzas, horas antes da apuração, em que o jornal *O Globo* destacou que apenas Martinho da Vila havia sido grande no desfile da Vila Isabel⁵². À época, ele era o Diretor de Carnaval e já um sambista consagrado.

⁴⁸ SOUSA, R. C. **GUERRILHA DO ARAGUAIA: VIOLÊNCIA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 66, 2019. DOI: 10.23925/2176-2767.2019v66p178-219, p. 179. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43200>. Acesso em: 26 nov. 2023.

⁴⁹ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. "O "milagre" brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). **O Brasil Republicano. Vol. 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 26.

⁵⁰ GUEDES, Bruno. **Mordaca na avenida: a censura contra Martinho da Vila em Aruanã-Açu (1974) durante a ditadura civil-militar**. Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos. 2023. 104 f. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

⁵¹ MARTINHO da Vila. **Kizombas, andanças, festanças**. São Paulo: Record, 1992. p. 183.

⁵² **Só Martinho foi grande na Vila**. *O Globo*, Acervo. 27 de fevereiro de 1974. Acesso em 03 junho 2023.

De acordo com a publicação, além das vaias, a Vila sofreu ainda com “atravessamentos”⁵³, buracos entre as alas e um samba-enredo que não agradou ao público. Horas depois da edição chegar às bancas, a azul e branca terminaria em último lugar, sua pior colocação na história. Todavia, conforme as publicações indicam, a decisão por não haver rebaixamento ocorreu, de fato, horas antes da apuração, em que sete agremiações assinaram a mudança no regulamento. Segundo o que relatou à pesquisa o professor e compositor de samba-enredo Fernando Gouvêa⁵⁴, o atraso nos desfiles e a mudança para as obras do metrô teriam prejudicado a armação das escolas, penalizando diversas entidades nos quesitos cronometragem e concentração, levando à solução em comum acordo para o caso.

Também em 1974, em seu disco “Canta, canta, minha gente”, o sambista gravou a obra original censurada com o nome “Tribo dos Carajás”. O álbum trouxe ainda a canção “Renascer das Cinzas”, música composta como desabafo e uma resposta aos componentes da Vila Isabel⁵⁵. Entre os versos, o sambista fazia alusão à temática censurada e também à intervenção militar: “*Vamos renascer das cinzas / Plantar de novo o arvoredado / Bom calor nas mãos unidas / Na cabeça de um grande enredo*”.

Além das grandes agremiações, o monitoramento do carnaval chegou até o Bloco Canário das Laranjeiras, em 1970, alvo da censura no tema “Ganga Zumba”. A direção precisou negociar com os censores a liberação do samba⁵⁶. Um ano após o Império Serrano abordar temática parecida e dez após temática semelhante à do Salgueiro, a obra citava explicitamente a luta pela liberdade em versos como “*O negro / Escolheu a liberdade / Sem saber que a igualdade / Era um sonho que passou*”. Já em 1982, o G.R.B.C. Unidos do Jardim Botânico teve censurado um dos desenhos de fantasias, por apresentar mulheres com os seios desnudos⁵⁷, o que desagradou o censor. Os episódios comprovam que havia preocupação quanto a circulação das ideias em diversas cadeias carnavalescas, até menores. Reafirmando a capilaridade da vigilância sobre as manifestações populares.

⁵³ Jargão carnavalesco referente ao canto dos componentes descontraídos, em que cantam trechos diferentes ou desafinados do samba-enredo, em relação à bateria.

⁵⁴ Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDuc) da UFRRJ.

⁵⁵ MARTINHO da Vila. Op. Cit. p. 184.

⁵⁶ SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. Op. Cit. p. 50.

⁵⁷ ARQUIVO NACIONAL. Sistema De Informações Do Arquivo Nacional (SIAN). Dossiê: BR RJANRIO TN.CPR.CNV, BLC.457. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1982. Acesso em: 06 jan 2024.

“CHAPA VERDE-OLIVA”: A APROXIMAÇÃO DA DITADURA COM AS ESCOLAS DE SAMBA

Por outro lado, a ditadura também agiu a partir de aspectos que não somente a censura. No dia 13 de outubro de 1970, o *Jornal do Brasil* apresentou reportagem em que falava sobre uma reunião do então presidente da Associação das Escolas de Samba, Amauri Jório, com políticos em Brasília, na tentativa de ajuda financeira. Segundo a matéria, os militares teriam sugerido “não apenas temas antigos, assuntos que interessam ao progresso do país”⁵⁸. Curiosamente, após a reunião, além das intervenções e o monitoramento nas escolas de samba, os enredos ganharam outros contornos. Tamara Cruz aponta as subvenções como um “controle indireto”⁵⁹. Assim, até metade da década de 1970, diversas escolas partiram para temáticas alinhadas aos interesses do regime civil-militar, impulsionadas ainda pelo “milagre econômico” e pela busca por possíveis vantagens frente às concorrentes, aplicando essas abordagens.

Adotando tons de chapa branca (ou verde-oliva, em alusão às fardas militares⁶⁰), a Beija-Flor de Nilópolis ganhou fama por suas narrativas abertamente pró-ditadura entre 1973 e 1975. Até então uma agremiação tratada como “ioiô”, em alusão aos rebaixamentos e retorno ao primeiro grupo constantemente, em 1973 foi vice-campeã do então Grupo 2, o de acesso ao principal, com o tema “Educação para o desenvolvimento”, em que cantava versos do tipo “*Uni-duni-tê / Olha o ABC / Graças ao Mobral / Todos aprendem a ler*”. No ano seguinte, entre as grandes escolas, levou para a Avenida Presidente Antônio Carlos o “Brasil ano 2000”, cuja obra que embalou os desfilantes dizia “*É estrada cortando / A mata em pleno sertão / É petróleo jorrando / Com afluência do chão*”. Terminou na sétima colocação entre dez que desfilaram. Mesmo resultado de 1975, quando cantou “O grande decênio”, com citações ao MOBREAL, PIS, PASEP e FUNRURAL. A sinopse trazia, de forma explícita, exaltações às políticas militares, afirmando que “trata-se do extraordinário desenvolvimento do país nos últimos dez anos, o que vem sendo motivo de admiração para o mundo inteiro”⁶¹. O então

⁵⁸ SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. Op. Cit. p. 47.

⁵⁹ CRUZ, Tamara. Op.cit. p. 100.

⁶⁰ SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. Op. Cit. p. 47.

⁶¹ SILVA, Carlos Carvalho da. **Chapa branca: farda e fantasia nos desfiles da Beija-Flor (1973-1975)**. Brasília: Rico Editora, 2021. p. 92.

presidente da Beija-Flor, Nelson Abraão, era filiado à Arena, partido de sustentação da ditadura⁶². Desse modo, os enredos colaboraram para levar figuras do regime para dentro de sua quadra, como Arlindo Lopes Correia, secretário-executivo do Mobral. De acordo com nota do *Correio da Manhã* do dia 6 de fevereiro de 1973, ele foi recebido pelo mandatário da agremiação e o prefeito de Nilópolis, Simão Sessin. A reportagem descreve um clima amistoso no ensaio (Fig. 1).

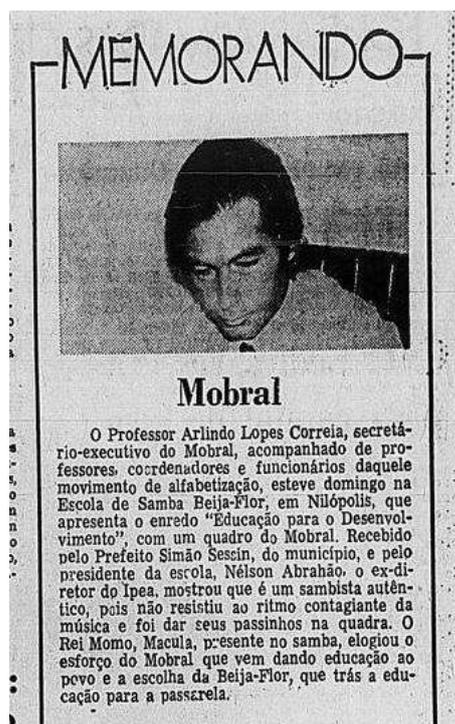


Figura 1: Arlindo Lopes Correia, secretário-executivo do Mobral, em visita à Beija-Flor. Fonte: *Correio da Manhã* - 6 de fevereiro de 1973

Apesar do alinhamento ideológico, a Beija-Flor não parece ter conquistado algum tipo de vantagem financeira. As carnavalescas responsáveis pelo desfile, Lícia Lacerda e Rosa Magalhães – ambas ex-alunas de Fernando Pamplona – encontraram dificuldades para a confecção do trabalho, afirmando que não havia compensação em dinheiro por levar um tema de “interesse nacional”. Além disso, a escola carregou junto à imprensa e ao campo intelectual o estigma pelo apoio explícito ao regime⁶³. Segundo Lícia, ambas tiveram liberdade para realizações das ideias, sem interferência militar, mas admitiu que o convite para assinarem o

⁶² Ibidem. p. 44.

⁶³ SILVA, Carlos Carvalho da. Op.cit. p. 69.

desfile foi feito na Escola Superior de Guerra⁶⁴. Curiosamente, em 1976, três anos após os “enredos verde-oliva”, a agremiação se tornou a primeira de fora da cidade do Rio de Janeiro a conquistar um campeonato no grupo principal, com o tema “Sonhar com rei dá leão”. O desfile fazia alusão ao jogo do bicho e também homenageava o contraventor Natalino José do Nascimento (1905-1975), mais conhecido como Natal da Portela. O carnaval foi assinado por Joãozinho Trinta, mais um “filho” da geração salgueirense e que era o então bicampeão, em 1974 e 1975, com o Salgueiro. Esse foi o primeiro dos cinco títulos que a escola nilopolitana conquistou até o fim da ditadura. Somente 21 anos depois outra escola de samba de fora do município carioca levantaria o “caneco”, a Unidos do Viradouro, e com o mesmo carnavalesco.

Entretanto, a escola da Baixada Fluminense não foi a única, ainda que seja a mais lembrada atualmente. Outras agremiações também levaram para avenida enredos “verde-oliva”, em uma demonstração de como os sambistas também tentaram tirar proveito do período obscuro da história do país, em temas como: “Modernos bandeirantes” (Mangureira, 1971); “Brasil das duzentas milhas” (Unidos de Lucas, 1972); “Brasil, a flor que desabrocha” (Caprichosos de Pilares, 1972); “Martim Cererê” (Imperatriz Leopoldinense, 1972); “A outra força do Brasil” (Grande Rio, 1972); “Brasil, explosão do progresso” (Império da Tijuca, 1973); “Brasil, glórias e integração” (Tupy de Brás de Pina, 1975); “Riquezas áureas da nossa bandeira” (Tupy de Brás de Pina, 1976)⁶⁵. Com exceção da Mangureira, as demais agremiações buscavam entrar no grupo das campeãs do carnaval à época. Nenhuma conseguiu.

Paralelamente, o monitoramento prosseguia. Sempre na mira dos serviços de espionagem, o Salgueiro mais uma vez foi acompanhado de perto pelos civis e militares, de acordo com documento emitido pelo Ministério das Relações Exteriores, em 1975. A apresentação da escola de samba na festa do Partido Comunista Francês, em setembro daquele ano, foi vigiada durante a preparação da viagem, dois meses antes do embarque. Além dos sambistas, empresários e todos os envolvidos na excursão foram nominalmente citados no despacho de 31 páginas. Inclusive com instruções para impedir o embarque do grupo para a Europa:

A EMBAIXADA EM PARIS será instruída no sentido de procurar dissuadir os sambistas da "SALGUEIRO" de participarem de festas organizadas por comunistas franceses. Contudo, aparentemente, a ESCOLA SE SAMBA ainda não partiu do

⁶⁴ Ibidem. p. 104.

⁶⁵ SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. Op. Cit. p. 47.

BRASIL, o que permitiria aos órgãos de segurança e informações, que atuam no campo interno, dissuadir desde já os sambistas dessa apresentação em favor do PCF em PARIS, ou de outros comunistas no exterior.⁶⁶

A “VINGANÇA” DE MARTINHO DA VILA E A EXPLOSÃO DE CRÍTICAS AO REGIME

Como citado anteriormente, a partir da criação da DCDP, a ditadura passou a atuar de forma preventiva. Os artistas e sambistas precisavam enviar as sinopses dos enredos seis meses antes do carnaval, o que incluía não apenas os sambas, mas também os desenhos das alegorias ou fantasias (Fig. 2). Isso se tornou uma determinação após a resolução n.º 236 de 1 de julho de 1976 para o carnaval de 1977⁶⁷, intimidando ao máximo as temáticas. Ao final dos anos 70, com o enfraquecimento do regime, fim do AI-5 e a abertura política, algumas agremiações apostaram em assuntos mais “leves” e populares, como futebol e cotidiano.

Essa mudança de narrativa, entretanto, não extinguiu a relação dos sambistas com a ditadura. A aproximação com os militares proporcionou um fato curioso, justamente em 1977. Carente de recursos, a União da Ilha apresentou o enredo “Domingo”, assinado por Maria Augusta, mais uma ex-aluna do Pamplona, com embarcações emprestadas pela Marinha. Já da Aeronáutica, veio a base do carro para a instalação do motor de um carrossel do parque de diversões, alegoria que fez sucesso durante o desfile. A ajuda teria sido intermediada por um membro da diretoria que compunha as Forças Armadas⁶⁸.

⁶⁶ ARQUIVO NACIONAL. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Dossiê: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75087516. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975. Acesso em: 13 out 2023.

⁶⁷ CRUZ, Tamara. Op.cit. p. 100.

⁶⁸ MELLO, Marcelo de. Op. Cit. p. 19.

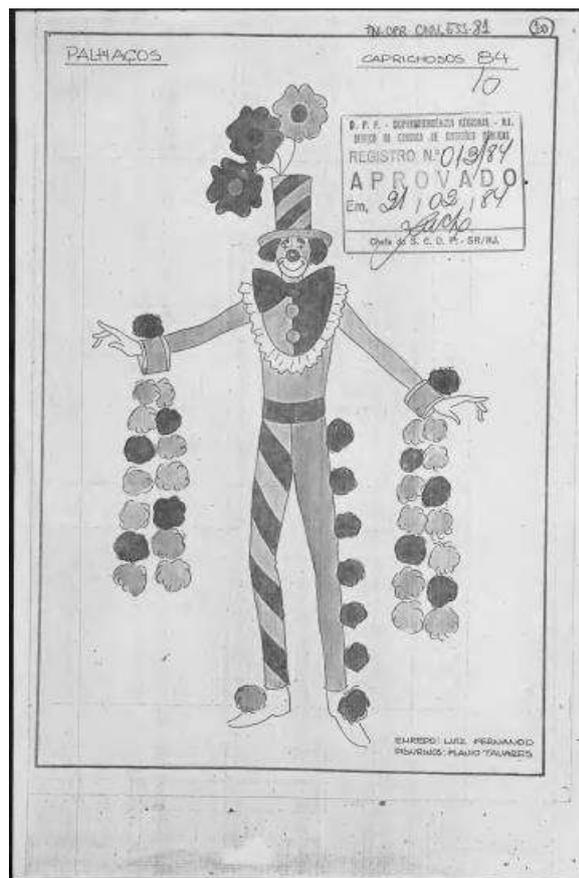


Figura 2: Artistas precisavam enviar projetos do desfile para avaliação da censura. Fonte: Arquivo Nacional, 1984.

Alguns resquícios de ufanismo ainda permaneciam entre as ideias dos carnavalescos. Em 1979, a Mocidade Independente de Padre Miguel levantou seu primeiro campeonato com o tema “O Descobrimento do Brasil”. Sob comando do artista Arlindo Rodrigues, expoente da geração dos anos 1960 do Salgueiro, a escola teve forte apoio financeiro do contraventor Castor de Andrade, que cinco anos antes havia entrado como patrono da turma de Padre Miguel⁶⁹. Como o título do enredo sugere, o desfile teve como ênfase a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral, em 1500, no território hoje do Brasil.

O samba-enredo dos compositores Toco e Djalma Cril, celebrado até os dias atuais como um dos mais bonitos e importantes do Rio, trazia em sua primeira estrofe uma exaltação ao país, com teor nacionalista. Por exemplo, nos versos: “*Brasil, Brasil, avante meu Brasil*” e “*De peito aberto é que eu falo / Ao mundo inteiro / Eu me orgulho de ser brasileiro*”. A alusão

⁶⁹ OTÁVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. **Os porões da contravenção: Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ao período ditatorial e à *slogans* empregados durante o regime civil-militar também faziam parte dos versos. Apenas na segunda parte do hino oficial é que se descreve a invasão portuguesa de fato.

A partir dos anos 1980, explodem os temas críticos e que abordam a redemocratização⁷⁰. Seis anos após ser censurada, a Unidos de Vila Isabel apresentou “Sonho de um sonho”, inspirado em um poema de Carlos Drummond de Andrade. Tornou-se a oportunidade para Martinho da Vila jogar luz sobre os crimes do regime. O samba-enredo, um dos mais famosos do carnaval, denunciava não apenas a ditadura, como as torturas por ela promovidas, em seus versos “*Um sorriso sem fúria, entre réu e juiz / A clemência e a ternura por amor da clausura / A prisão sem tortura, inocência feliz*”. Dessa vez, o sambista passou ileso e a escola foi uma das três vice-campeãs de 1980. O samba conquistou o Estandarte de Ouro⁷¹ e o desfile foi apontado como um dos melhores pelo *O Globo*, na edição do dia 20 de fevereiro de 1980.

No ano seguinte, a Unidos da Tijuca apresentou o enredo “Macobeba - O que dá pra rir, dá pra chorar”, idealizado por Renato Lage, outro aluno de Fernando Pamplona. Apesar de não censurado, o tema foi monitorado pela ditadura por conter críticas às multinacionais. Segundo os arquivos da Aeronáutica, a agremiação contou com “atuação de comunistas com o propósito de que veiculasse uma mensagem política, dentro da sua linha ideológica” (Fig. 3). O documento confidencial traz em suas nove páginas a descrição de atividades realizadas por pessoas dentro da escola, divulgação do tema na imprensa e um possível teor de ideologia contrária ao regime. Por fim, a agremiação do Morro do Borel acabou desfilando sem maiores problemas e alcançando a oitava colocação entre as dez daquele ano.

⁷⁰ SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. Op. Cit. p. 56.

⁷¹ Mais antigo e importante prêmio extraoficial do carnaval do Rio de Janeiro, organizado e oferecido pelos Jornais O Globo às personalidades e segmentos que se destacaram nos desfiles.

Vaz. 134.193, p. 119

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DA AERONAUTICA
- C I S A -

23 FEV. 1981

ATUAÇÃO DE COMUNISTAS JUNTO À ESCOLA DE SAMBA

1 - ASSUNTO UNIDOS DA TIJUCA
2 - ORIGEM CISA-RJ
3 - DIFUSÃO AC/SNI-CIE-CENIMAR-DSI/MEC-CI/DPF-CISA/BR - AZ/CONAR-3
4 - DIFUSÃO ANTERIOR *****

5 - ANEXO..... Xerox de matéria do jornal "O DIA" de 18 Fev81 e letra do samba-enredo da Escola de Samba Unidos da Tijuca.

NUMERAÇÃO		INFORMAÇÃO Nº
M Aer	P N I	
	3.3.3	0046 /CISA-RJ

1. Foi constatada a atuação de comunistas junto à Escola de Samba Unidos da Tijuca com o propósito de que o enredo veiculasse uma mensagem política, dentro da sua linha ideológica.

Os contatos com os dirigentes da Escola de Samba foram feitos por TAIGUARA CHALAR DA SILVA que envidou esforços no sentido de convencê-los.

TAIGUARA CHALAR DA SILVA, em contatos com membros da ala prestista do PCB, comentou ser a primeira vez que uma Escola irá às ruas com um samba de protesto. O enredo é uma simbologia inspirada no livro "Manuscr. do Holandês", do falecido Cel. Ex-Professor MANOEL CAVALCANTI PALENÇA, que conta a peleja do caboclo Mitavaí (simbolizando o povo brasileiro) contra o monstro Macobeba (simbolizando as multinacionais).

"Mitavaí vê os capangas de Macobeba pescando a dinamite, devastando as matas, queimando as florestas e caçando os pássaros. Mitavaí não gosta. Ao tomar-se vaqueiro vê os interm. diários de Macobeba comprando bois baratos e os vendendo caro. Tem raiva, mas Macobeba foi a lavoura. Lá, Macobeba compra safras por pouco dinheiro e as vende a preços de inflação. Mitavaí, porém, não consegue pegar o monstro, porque este foi para a cidade.

Na cidade, Mitavaí se impressiona com a discórdia entre os policiais civis e militares. Vê o surgimento do Esquadrão da Morte. Não consegue beber suco de frutas, só refrigerantes; carne e peixe, só congelados; e a casa própria é um sonho impossível.

"Continua"

CONFIDENCIAL

Figura 3: Ditadura monitorava a Unidos da Tijuca em 1981. Fonte: Arquivo Nacional, 1981.

Além das tradicionais agremiações das zonas norte e oeste do Rio de Janeiro, outra da zona sul, local em que estão os bairros das elites cariocas, também escreveu seu nome na história do carnaval durante a redemocratização. A São Clemente adotou temáticas irreverentes e carregadas de críticas sociais, inaugurando um estilo que a tornaria famosa nos anos 1980. Em 1984 conquistou o acesso ao primeiro grupo das escolas de samba, após 17 anos, com o tema "Não corra, não mate, não morra - O diabo está solto no asfalto", em que denunciava os problemas do trânsito no Brasil e suas muitas estradas que surgiram durante o regime. Vale

ressaltar que o setor automobilístico foi um dos que mais cresceu durante a ditadura civil-militar e que menos atenção ganhou nas pesquisas historiográficas⁷². No ano seguinte, disputando com as maiores escolas e com mais visibilidade da imprensa, aumentou o tom com "Quem casa quer casa", condenando a falta de moradia causada pela hiper concentração no sudeste brasileiro⁷³. Mesmo após a transição para um governo civil, os clementianos⁷⁴ seguiram a linha de reclamações quanto aos problemas sociais herdados da ditadura, como em "Muita saúva, pouca saúde, os males do Brasil são" (1986) e "Capitães do asfalto" (1987).

Quatro anos após conquistar o seu primeiro título e nove da censura sofrida pela Vila Isabel, a Mocidade Independente de Padre Miguel voltou a tocar no extermínio indígena com o enredo "Como era verde o meu Xingu". O carnaval assinado por Fernando Pinto, mais um "filho" salgueirense do Pamplona, apresentou samba composto por Dico da Viola, Paulinho Mocidade, Tiãozinho da Mocidade e Adil, que fazia críticas ao avanço predatório sobre as terras dos povos originários. Havia denúncias diretas como "*Quando o homem branco aqui chegou / Trazendo a cruel destruição / A felicidade sucumbiu / Em nome da civilização*" ou o famoso refrão "*Deixe nossa mata sempre verde / Deixe o nosso índio ter seu chão*".

Contudo, foi a Caprichosos de Pilares quem apontou seus tamborins diretamente para a ditadura. Liderada pelo carnavalesco Luiz Fernando Reis, a escola atacou os problemas socioeconômicos e políticos acompanhada por enredos bem-humorados, o que a tornou uma das mais populares da cidade⁷⁵. Falou sobre a inflação dos alimentos em "Moça bonita não paga" (1982) e "Um cardápio à brasileira" (1983), além da defesa por eleições diretas em "A visita da nobreza do riso a Chico Rei, num palco nem sempre iluminado" (1984) e "E por falar em saudade" (1985). Este samba, em especial, rendeu a sua melhor colocação na história, o quinto lugar, tornando-o um dos clássicos do gênero. Na obra, a azul e branca fala explicitamente sobre a democracia no trecho "*Quero votar! Diretamente, o povo escolhia o presidente*". À época, o movimento batizado como "Diretas Já!" engajou a população a se

⁷² CAMPOS, P. H. P.. **Empresariado e Ditadura no Brasil: fontes, Métodos e Historiografia**. Sillogés, Porto Alegre, v. 3, no. 1, p. 15-42, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3UBAdyI>. Acesso em: 30 julho 2023.

⁷³ MATOS, R. **Migração e urbanização no Brasil**. Revista Geografias, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 7-23, 2012. DOI: 10.35699/2237-549X.13326. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13326>. Acesso em: 30 jul. 2023.

⁷⁴ Apelido que faz referência aos integrantes da São Clemente, sejam eles da diretoria ou apenas torcedores.

⁷⁵ Cf. SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. **Para tudo começar na quinta-feira**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

manifestar favoravelmente para que escolhesse o novo presidente através do voto, a partir da Proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira.

A campanha obteve o apoio de vários partidos de oposição e até mesmo os mais alinhados ao governo, como o PDS, composto por políticos oriundos da antiga ARENA⁷⁶. Assim, Reis não poupou esforços para se posicionar favoravelmente durante o período pré-carnaval. Porém, em 15 de janeiro de 1985, exatamente um mês antes do desfile da Caprichosos, a emenda foi derrotada. O que poderia soar como assunto ultrapassado, ganhou contornos ainda mais críticos, justamente por conta do revés popular e a insatisfação política. A agremiação iniciou seu desfile às 10h da manhã, emplacando alegorias que criticavam militares e a inflação dos anos de 1980, com dizeres do tipo “Saudades dos Militares no Quartel” e “Saudades da Inflação de Março de 1964” (Fig. 4). Sob forte sol, rapidamente o desfile obteve resposta das arquibancadas lotadas, como lembrou *O Globo* no dia 20 de fevereiro de 1985, premiando-a com o Estandarte de Ouro de Melhor Escola daquele ano. Bem como idealizou seu carnavalesco, os integrantes de Pilares levaram ao público a lembrança de um país anterior à ditadura civil-militar que parecia dar certo, mas não deu.

⁷⁶ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

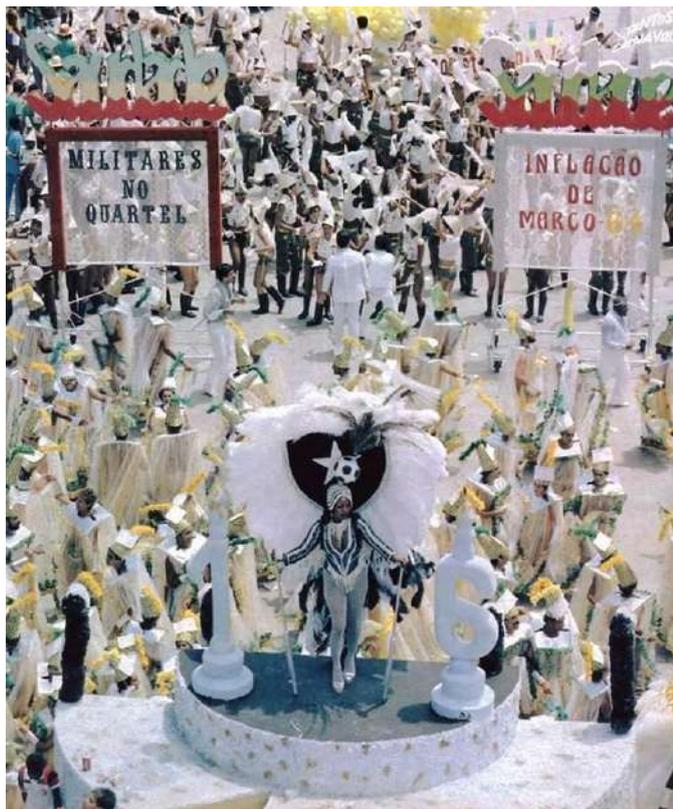


Figura 4: Caprichosos de Pilares criticou a ditadura com ironias e discurso pela eleição direta. Fonte: Acervo O Globo, 1985.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a relação entre a ditadura e as escolas de samba ainda carecem de maiores apreciações. Destaca-se, especialmente, a análise de que a repressão e a censura não ocorreram como um bloco homogêneo entre 1964 e 1985⁷⁷. Assim, é de suma importância a construção da memória sob diferentes perspectivas em um país que, após quatro décadas do fim do autoritarismo ditatorial, ainda não ergueu um memorial para relembrar as violências do período. Neste contexto, a preservação da memória das agremiações culturais torna-se essencial para evitar a perpetuação de narrativas que invisibilizem as experiências de resistência enfrentadas por esses grupos. Em respeito às vítimas dessas entidades, é fundamental que as pesquisas não deixem o apagamento como narrativa dominante.

⁷⁷ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 18.

A análise do papel das escolas de samba nesse cenário revela como a ditadura operou simultaneamente pela repressão física e pela manipulação simbólica. Assim sendo, há uma necessidade da ampliação do debate acerca das violações cometidas contra as camadas mais populares durante o período. Como percebemos ao analisarmos as fontes, assim como as demais manifestações culturais com penetração em diversas camadas sociais, o carnaval não passou ileso aos olhos da Doutrina Nacional de Segurança. Não apenas como alvo de censura, mas também participando do processo de diferentes maneiras.

Desse modo, dirigentes e representantes carnavalescos perceberam na mensagem política importantes ferramentas de protesto. Revelando tensionamentos entre cooptação e resistência, haja vista que as escolas negociavam seus interesses com o Estado, mas de acordo com o contexto em que foram inseridas durante o período. Por outro lado, desagradaram esferas governamentais e elites dominantes, que se aproveitaram dos braços repressivos para manutenção de seus poderes, como destaca Padrós⁷⁸.

Portanto, ao trazermos os fatos e novas fontes para a temática da repressão e as violações contra o setor do carnaval, assim como contra seus integrantes, buscamos também demonstrar a importância que as escolas tiveram no âmbito político, cultural e social do século XX. Apesar do golpe completar 60 anos em 2024, os estudos sobre a relação da ditadura com as agremiações ainda precisam de mais aprofundamentos. Especificamente quanto à resistência, ainda carente de maiores pesquisas acerca das ações dos sambistas durante esse período em questão. Como percebemos ao longo da pesquisa, por seu aspecto popular, o reflexo desse braço repressivo do Estado gerou não apenas resistências internas, como fomentou novos aspectos intelectuais, artísticos e plásticos na cultura nacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984. Introdução e Cap. 1, 2 e 5.

BARBOSA, Alessandra Tavares de Souza Pessanha. **Nasceu lá na serra uma linda flor: a fundação do Império Serrano (1947-1952)**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2012. 143 páginas.

⁷⁸ PADRÓS, Enrique Serra. op. cit.

- CABRAL, Sérgio. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.
- CAMPOS, P. H. P.. Empresariado e Ditadura no Brasil: fontes, Métodos e Historiografia. **Sillogés**, Porto Alegre, v. 3, no. 1, p. 15-42, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3UBAdyI>. Acesso em: 30 julho 2023.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro”. In: _____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**”. São Paulo: Difel, 1977, p. 50-82.
- COSTA, Haroldo. **Salgueiro: Academia de Samba**. Rio de Janeiro: Record, 1984
- COSTA, Haroldo. **100 anos de carnaval no Rio de Janeiro**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001.
- CRUZ, Tamara Paola dos Santos. **As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: memórias e esquecimentos**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2010. 135 páginas.
- FABATO, Fábio. **Seminário - Fernando Pamplona: personalidade, revolução e arte**. Youtube, 2011. Disponível em: <https://youtu.be/zmAxQ3alY9I>. Acesso em: 20 maio 2023.
- FARIA, Guilherme José Motta. **O G.R.E.S Acadêmicos do Salgueiro e as representações do negro nos desfiles das escolas de Samba nos anos 1960**. 292 f. Programa de Pós-graduação em História. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2014.
- FARIA, Guilherme José Motta. **Unidos pela democracia: as escolas de samba do Rio de Janeiro e os enredos políticos na década de 1980**. In: 2. Encontro Internacional História e Parcerias, 2019, Rio de Janeiro. Anais do 2. Encontro Internacional História e Parcerias, 2019. v. 1. p. 1-17.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GUEDES, Bruno. **Mordança na avenida: a censura contra Martinho da Vila em Aruanã-Açu (1974) durante a ditadura civil-militar**. Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos. 2023. 104 f. Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- Há 50 anos, ‘Xica da Silva’, do Salgueiro, marcou o primeiro desfile na Presidente Vargas**. O Globo, Rio de Janeiro. 05 jan 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/ha-50-anos-xica-da-silva-do-salgueiro-marcou-primeiro-desfile-na-presidente-vargas-7205142>. Acesso em: 12 maio 2023.
- MATOS, R. **Migração e urbanização no Brasil**. Revista Geografias, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 7–23, 2012. DOI: 10.35699/2237-549X.13326. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13326>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- MELLO, Marcelo de. **Por que perdeu? Dez desfiles derrotados que fizeram história**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OTÁVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. **Os porões da contravenção: Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PAMPLONA, Fernando. **O Encarnado e o Branco**. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2013.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. “O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). **O Brasil Republicano. Vol. 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol. Seleção e notas Ruy Castro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Sambas-enredo enfrentaram o regime militar. O Globo, Rio de Janeiro, 09 out 2013. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/sambas-enredo-enfrentaram-regime-militar-10304313>. Acesso em: 13 maio 2023.

SCHIMDT, Benito Bisso. **De quantas memórias precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual**. Porto Alegre: 2015. Mesa Redonda The dictatorship and its legacies, integrante do Simpósio Internacional Brazil: from dictatorship to democracy, ocorrido na Brown University. v. 22, n. 42, p. 153-177.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Carlos Carvalho da. **Chapa branca: farda e fantasia nos desfiles da Beija-Flor (1973-1975)**. Brasília: Rico Editora, 2021.

SIMAS, Luiz Antonio e FABATO, Fábio. **Para tudo começar na quinta-feira**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

SOIHET, Rachel. **Subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da belle époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998.

SOUSA, R. C. GUERRILHA DO ARAGUAIA: VIOLÊNCIA, MEMÓRIA E REPARAÇÃO. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 66, 2019. DOI: 10.23925/2176-2767.2019v66p178-219. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43200>. Acesso em: 26 nov. 2023.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular: um tema em debate**. 3ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Editora 34, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

Um hino à liberdade em tempos de perseguição política. Extra, Rio de Janeiro, 03 fev 2014. Carnaval. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/carnaval/carnaval->

historico/um-hino-liberdade-em-tempos-de-perseguaao-politica-11492976.html. Acesso em: 21 maio 2023.

VILA, Martinho da. **Kizombas, andanças e festanças**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FONTES

Galeria do Samba - As escolas de samba do Rio de Janeiro – Disponível em: <https://www.galeriadosamba.com.br>.

Hemeroteca Digital - BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional – Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Jornal O Globo – Acervo Digital – Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>.

SIAN - Arquivo Nacional - Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>.

**O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO JOÃO GABRIEL
BAPTISTA, O MEDO DA DITADURA EM
TERESINA (PI) E SUA INSERÇÃO NO CENÁRIO
INTELLECTUAL LOCAL ENTRE OS ANOS 1960 E 1970**
**UNIVERSITY PROFESSOR JOÃO GABRIEL BAPTISTA,
THE FEAR OF THE DICTATORSHIP IN TERESINA
(PI), AND HIS INSERTION IN THE LOCAL
INTELLECTUAL SCENE BETWEEN THE 1960s AND
1970s**

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA*

Resumo: Este artigo teve por finalidade discutir as distintas experiências protagonizadas pelo professor João Gabriel Baptista em Teresina (PI) durante o período da ditadura militar no Brasil, momento no qual era professor universitário. O estudo pautou-se na pesquisa bibliográfica, na análise de fontes hemerográficas e na história oral, considerando as entrevistas realizadas com os filhos do sujeito em tela. Deste modo, através da memória de dois de seus filhos, bem como de livros publicados por ele, foi possível indicar como João Gabriel Baptista participou em um programa editorial do governo do estado do Piauí que se alinhava à ideologia da ditadura militar, no sentido de favorecer sua trajetória profissional, ciente dos riscos e perigos que este contexto representava, e de que modo foi marcado pelo medo nesta conjuntura, principalmente em relação aos seus filhos que adentravam o espaço universitário na época.

Palavras-chave: João Gabriel Baptista. Ditadura Militar. Medo.

Abstract: This article aimed to discuss the distinct experiences lived by Professor João Gabriel Baptista in Teresina (PI) during the period of military dictatorship in Brazil, a time when he was a university professor. The study was based on bibliographic research, analysis of newspaper sources, and oral history, considering interviews conducted with the subject's children. In this way, through the memory of two of his children, as well as books published by the aforementioned, it was possible to indicate how João Gabriel Baptista participated in an editorial program of the government of the state of Piauí that was aligned with the ideology of

* Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor Substituto no Departamento de História da UFPI. Email: marcus_pierre@hotmail.com.

the military dictatorship, in the sense of favor his professional trajectory, aware of the risks and dangers that this context represented, as well as how he was marked by fear in this situation, especially in relation to his children who entered the university space at the time.

Key words: João Gabriel Baptista. Military Dictatorship. Fear.

Introdução

Em entrevista concedida em 2019, a professora Maria do Socorro Baptista Barbosa¹ rememorou diversos aspectos referentes a vida de seu pai, João Gabriel Baptista (1920 – 2010)². Elementos relacionados à sua família, sua atuação enquanto professor, engenheiro, geógrafo e historiador, sua inserção no cenário intelectual piauiense entre os anos 1950 e 1990, dentre muitas questões que marcaram a vida do sujeito em questão e, conseqüentemente, da própria entrevistada nos momentos em que conviveram.

Cabe destacar que não intencionamos em dar conta da totalidade da vida de João Gabriel Baptista, muito menos incorrer no erro da ilusão biográfica³, isto é, de afirmar a suposta existência de uma linearidade a qual ele teria conhecimento prévio, justificando, assim, as escolhas feitas ao longo de sua vida. Portanto, os destaques feitos neste momento servem apenas para situar o leitor acerca de aspectos que consideramos relevantes sobre sua trajetória para a compreensão da narrativa que tecemos ao longo desta pesquisa.

Deste modo, o objetivo do artigo foi o de compreender como o Estado de exceção instalado no Brasil a partir de 1964 produziu múltiplos significados ao considerarmos o

¹ Nascida em 13 de setembro de 1958, é a quinta filha de João Gabriel Baptista. Graduada em Licenciatura Plena em Português e Inglês pela Universidade Federal do Piauí (1982). Mestrado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996) e Doutorado na mesma área e instituição (2005). Foi professora adjunta da Universidade Estadual do Piauí até dezembro de 2017, quando se aposentou.

² João Gabriel Baptista teve com sua esposa sete filhos entre 1951 e 1965, sendo eles: Aracy de Carvalho Baptista (1951-), servidora pública aposentada pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Piauí (DER); Ernesto José Baptista Neto (1952-), engenheiro civil aposentado pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA); Fernando Luís de Carvalho Baptista (1957-), engenheiro civil aposentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ/PI), ainda atuando de maneira autônoma em sua área; Maria do Socorro Baptista Barbosa (1958-), já citada, professora do Curso de Letras-Inglês aposentada pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Orlando Geraldo de Carvalho Baptista (1963-), engenheiro civil efetivo da Prefeitura Municipal de Teresina; Elisabeth Mary de Carvalho Baptista (1964-), professora do Curso de Geografia da UESPI; e Mário Benjamim de Carvalho Baptista (1965-), médico clínico geral da rede de saúde do estado do Piauí.

³ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191; DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2009.

contexto piauiense da época, assim como o mencionado contexto afetou a vida dos sujeitos envolvidos de modos distintos. Em torno deste propósito se utiliza como fonte de estudo tanto a biografia do professor João Gabriel Baptista, quanto os registros da imprensa e memória de seus familiares.

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica no sentido de apreender, ainda que minimamente, os principais aspectos que marcaram este momento a nível de Brasil e Piauí, bem como sobre o próprio sujeito-tela do estudo, João Gabriel Baptista. Para tal, utilizou-se autores como Lucélia Araújo⁴, Marcos Napolitano⁵, Rodrigo Sá Motta⁶, Francisco Castro⁷ e Marcus Pierre Baptista⁸.

Quanto aos conceitos trabalhados para operacionalizar as fontes e, a partir disso, produzir a narrativa, as discussões de Michael Pollak⁹, Jean-François Sirinelli¹⁰, Yi-Fu Tuan¹¹, Maurice Halbwachs¹², Pierre Bourdieu¹³, Paul Ricoeur¹⁴, Jean Delumeau¹⁵ e Alexandre Avelar e Benito Schmidt¹⁶ foram necessárias ao se mobilizar as definições de memória, biografia, medo e redes de sociabilidades. Além disso, se recorreu ainda a Verena Alberti¹⁷, José Carlos

⁴ ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. **Tecendo Narrativas: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

⁵ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁷ CASTRO, Francisco J. Leandro A. de. **1964: memórias e culturas políticas no Piauí**. Teresina: Cancioneiro, 2023.

⁸ BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis Sousa. Os estudos do professor João Gabriel Baptista e a consolidação da Geografia enquanto campo científico no Piauí a partir da segunda metade do século XX. **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, v. 15, n.2, p. 476-506, out. 2023 / mar. 2024.

⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

¹⁰ SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 259-279.

¹¹ TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

¹² HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

¹³ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 183-191.

¹⁴ RICOEUR, Paul. Da memória e da reminiscência. In: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007, p. 25-70.

¹⁵ DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁶ AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de sentido. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 63-82; _____. **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

¹⁷ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Meihy e Fabíola Holanda¹⁸ quanto ao uso apropriado da metodologia da História Oral para a produção das fontes orais analisadas no decorrer desta análise.

Dentre a seleção dos entrevistados, optamos por conversar com dois filhos de João Gabriel Baptista, os quais acreditamos que poderiam contribuir de forma mais significativa para o estudo engendrado. Foram eles: Ernesto José Baptista Neto, não apenas por ser o filho homem mais velho, mas também por ser o primeiro a ingressar no curso superior, notadamente em São Luís (MA), em um momento conturbado, isto é, o contexto ditatorial, para entender de que modo esta conjuntura impactou diretamente na perspectiva de seu pai, segundo as reminiscências do entrevistado, sobre aquele recorte temporal.

Além dele, selecionamos também sua filha, Maria do Socorro Baptista Barbosa, considerando sua trajetória singular no tocante à família e aos estudos acadêmicos, haja visto se tratar da primeira filha de Baptista com formação e estudos superiores. Se formou na área de Letras-Ingês na UFPI também durante o contexto da ditadura militar no Piauí, bem como engravidou estando fora de um enlace matrimonial, denotando contendas no interior do seio familiar, além das relações de gênero e poder estabelecidas por João Gabriel Baptista e sua esposa.

Já a pretensão de entrevistar sua filha mais velha, Aracy de Carvalho Baptista, embora importante e pertinente para o estudo em questão, não foi possível de ser realizada por conta da pandemia do *Covid-19* (provocada pelo coronavírus *SARS-CoV-2*) e dos temas sensíveis discutidos nesta narrativa, além da fragilidade de sua saúde em função da idade avançada nos últimos anos. Quanto ao tipo de entrevista optamos pela estruturada de caráter temático, priorizando nas indagações aspectos pertinentes acerca da vida do entrevistado e sua relação com o sujeito analisado nesta pesquisa.

Em relação a utilização da metodologia da História Oral é necessário reforçar o cuidado que se deve ter ao analisar as entrevistas construídas a partir do diálogo com os entrevistados. Isso é importante tendo em vista não apenas a fragilidade da Memória enquanto uma fonte histórica, mas também as relações de poder existentes na construção dessas narrativas, bem como o trabalho de enquadramento dos grupos sociais que compartilham desta. Assim, toda fonte sofre diversas interpretações, sendo, então, imprescindível ao historiador a desconstrução

¹⁸ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

dos relatos memoriais para a compreensão de como esses discursos são criados e das estratégias que existem por trás deles.

Ao analisarmos as lembranças rememoradas por seus filhos foi possível nos depararmos com construções que se operaram a partir das relações existentes entre a memória coletiva e a individual, e com a cristalização de certas perspectivas sobre João Baptista, a exemplo do olhar de Maria do Socorro Baptista Barbosa sobre o pai enquanto professor, algo que, para ela, seria intrínseco a João Gabriel Baptista. Deste modo, ao tratarmos estas fontes e empregarmos nossas análises tivemos o cuidado para compreender como se opera a edificação da memória evitando a produção de uma narrativa problemática que tome o que está sendo dito enquanto uma verdade, entendendo as relações de poder e de afeto que circundam a memória dos entrevistados.

Dito isto, João Gabriel Baptista nasceu em 1920 na cidade de Teresina (PI), cursou o primário no Grupo Escolar Antonino Freire finalizando este ciclo em 1931. Alguns anos depois, em 1937, encerrou a primeira parte do Ensino Secundário, isto é, o Ensino Fundamental no Colégio Diocesano São Francisco de Sales. Em seguida seu pai, o Desembargador Ernesto José Baptista (1873 – 1965), envia o filho ao Rio de Janeiro, onde segue os estudos no Colégio Universitário em 1941, ao tempo em que se preparava para a realização dos exames para ingresso no Ensino Superior.

É durante este momento, ou seja, entre os anos 1930 e 1940, que João Gabriel Baptista opta por realizar o curso de Engenharia Civil. Considerando que este curso não existia no Piauí em fins dos anos 1930 — haja vista que naquele momento havia apenas uma única faculdade em território piauiense, a Faculdade de Direito fundada alguns anos antes em 1931¹⁹, bem como a prática comum dos filhos das elites piauienses desde a segunda metade do século XIX de se bacharelarem em outras províncias²⁰, posteriormente estados, não é nenhuma surpresa que João Gabriel Baptista destine-se nesta época ao Rio de Janeiro com o objetivo de finalizar o Ensino Secundário, encerrando o Secundário Complementar, e, simultaneamente, preparando-se para o exame de admissão na faculdade que almejava cursar.

¹⁹ MELO, Antônio Maureni Vaz Verçosa de. **Os alicerces da Educação Superior no Piauí: uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 - 1970)**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

²⁰ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí: 1880 – 1930**. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

Entre 1942 e 1946 bacharela-se em Engenharia Civil por meio da Escola Politécnica da Bahia na cidade de Salvador, tendo escolhido realizar o curso em terras baianas por dois motivos: a menor concorrência ao se comparar com a Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e a proximidade do estado com o Piauí, portanto, com sua família.

A escolha pelo curso de Engenharia também não foi aleatória, mas em consonância com os cursos que ainda detinham significativo prestígio social no início do período republicano, sendo estes Direito, Medicina e Engenharia, e que também possibilitavam certa ascensão social ou mesmo a inserção no aparato burocrático do Estado²¹. Seguiu o exemplo de seu pai, tios e avôs ao regressar ao Piauí após a conclusão do curso na segunda metade dos anos 1940.

Em 1947, já no Piauí, graças a influência política do seu pai, consegue um cargo de engenheiro chefe da Seção de Hidrografia no Serviço Nacional de Malária. Em 1951 torna-se engenheiro da Estrada de Ferro Central do Piauí e, no fim da década de 1950, passa a atuar na profissão no Departamento de Estradas e Rodagens do estado do Piauí, o qual permanece até se aposentar no início dos anos 1990.

No mesmo período que retorna à Teresina dá início também a outro aspecto de sua trajetória profissional, possibilitado a partir de sua formação na área da Engenharia, a carreira docente, realizando concurso e defendendo uma tese para se tornar professor do Liceu Piauiense em 1951. Na década de 1960, especificamente em 1962, a convite do então diretor da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) torna-se professor de Geografia da instituição.

No início dos anos 1970 a FAFI é incorporada a Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) para a criação da UFPI e João Gabriel Baptista passa a ser professor da recém-criada universidade, na qual permanece até sua aposentadoria em princípios de 1990. A atuação enquanto docente do Liceu Piauiense, da FAFI e UFPI, bem como enquanto engenheiro, possibilita a inserção no cenário intelectual, pela entrada nas redes de sociabilidade e publicação de obras, o que o levou até a eleição e reconhecimento junto à Academia Piauiense de Letras em 1978²². De modo breve, estes são alguns aspectos da trajetória profissional de João Gabriel Baptista para a compreensão da narrativa em apreço.

²¹ MELO, Antônio Maureni Vaz Verçosa de. *Op. cit.*

²² BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis Sousa. *Op. cit.*

Dito isso, retornemos à memória da professora Maria do Socorro. Dentre as reminiscências²³ que assinalaram sua memória sobre a vida de seu pai, uma em especial nos chamou atenção, a relação que estabeleceu com o período ditatorial. Ela nos interessou pelas sutilezas inerentes aos estudos biográficos²⁴, que encontramos no exemplo de João Gabriel Baptista.

Tendo nascido em 1958 a professora Maria do Socorro vivenciou durante parte de sua infância, adolescência e vida adulta o contexto ditatorial no Brasil, especificamente no Piauí. Não obstante, no decorrer dos anos 1970, durante o período em que era adolescente e quando ingressou na Universidade Federal do Piauí (UFPI) no curso de Letras, experienciou de modo mais significativo os efeitos do cenário político nos espaços em que transitava, seja ele no âmbito acadêmico ou no espaço privado de sua família.

Assim, ao rememorar esta conjuntura, de modo similar a seu irmão mais velho, Ernesto José Baptista Neto²⁵, logo se recordam do medo que marcou as pessoas que foram afetadas diretamente no período ou que tinham certa consciência das consequências impostas pela ditadura àqueles que, de algum modo, questionavam a ordem política imposta. Logo relembram os avisos de seu pai, à época professor universitário na UFPI no curso de Geografia, alertando para que não se envolvessem com o movimento estudantil e para que se mantivessem afastados do Exército.

João Gabriel Baptista, professor de Ensino Superior desde o início dos anos 1960 na Faculdade de Filosofia Católica do Piauí (FAFI)²⁶ e, posteriormente, na UFPI, tinha ciência de

²³ POLLAK, Michael. *Op. cit.*; NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez.1993; HALBWACHS, Maurice. *Op. cit.*; RICOUER, Paul. *Op. cit.*

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*; GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004; SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul (RS), v. 2, n. 3, p. 57-72, jan. / jun. 2003.

²⁵ Ernesto José Baptista Neto nasceu em 1952 na cidade de Teresina (PI) e é o segundo filho de João Gabriel Baptista (1920 – 2010). No fim dos anos 1960 se mudou para São Luís (MA) com o intuito de cursar Engenharia Civil. Ao término do curso nos anos 1970 torna-se engenheiro da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) pela qual é atualmente aposentado.

²⁶ Segundo Lucélia Araújo (2013) em fins dos anos 1950, especificamente em 1957, Dom Avelar Brandão Vilela cria a Sociedade Piauiense de Cultura que, à época, agregava intelectuais e outros indivíduos considerados ilustres no Piauí neste contexto. Seu objetivo era o de criar e garantir a manutenção de instituições superiores no estado. Deste modo, ele acata o posicionamento adotado pela Igreja Católica em outros estados brasileiros quanto ao apoio à educação (CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela: uma biografia histórica**. 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010). No ano seguinte, em 1958, a FAFI é criada por meio desta entidade com o intuito de formação de quadros docentes visando o ensino secundário piauiense. Inicialmente a faculdade

como estas instituições já haviam sido afetadas pelo novo contexto político que se descortinara a partir de 1964, tendo sido contemporâneo de professores e alunos da FAFI que, na segunda metade dos anos 1960, chegaram a ser presos por criticarem a ditadura. Portanto, não era à toa, nem mesmo por acaso, que alertava seus filhos para o cuidado que deveriam ter durante o período em que estivessem na universidade, bem como com relação aos próprios militares, àquele momento algozes em outras oportunidades de colegas seus da FAFI²⁷.

No entanto, ao tempo em que indicava a Maria do Socorro Baptista Barbosa e Ernesto José Baptista Neto, assim como seus outros filhos, os cuidados que deveriam ter, sendo possível inferir a partir disto o receio que provavelmente tinha de que eles sofressem algum tipo de consequência, como o encarceramento, João Gabriel Baptista também buscava se inserir nas redes de sociabilidades intelectuais, utilizando-se de projetos do governo do Piauí, como o Plano Editorial do Estado²⁸, para publicar suas pesquisas na área de Geografia.

Entende-se Redes de Sociabilidade enquanto espaços produtores de sensibilidades e afetos pelo meio intelectual, ou seja, “[...] constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam [...] um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”²⁹. Estes, por sua vez, são compostos por sujeitos inseridos em determinados grupos sociais e, no contexto histórico

ofertava vagas para quatro cursos, sendo eles Filosofia, História, Geografia e Letras Neolatinas e, em fins dos anos 1960, em 1969, passa a ter vestibular também para Matemática e Física. Em 1971, de acordo com Lucélia Araújo, a faculdade passa a fazer parte da FUFPI, permanecendo seu funcionamento no centro de Teresina até 1973 quando é inaugurado o Campus Ministro Petrônio Portela da UFPI na zona leste da cidade.

²⁷ ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Op. cit.*

²⁸ O Plano Editorial do Estado foi uma ação de governo de estado instituída pelo então governador Alberto Tavares Silva entre 1971 e 1975 tendo por objetivo, principalmente, a publicação de obras de História, Geografia e Literatura que tratassem sobre o Piauí, exaltando-se assim este último e seu povo (TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. **O Poder e as Letras: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970.** 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010). Alberto Tavares Silva ao longo de, especialmente, seu primeiro governo no estado do Piauí, buscou edificar uma memória positiva sobre si, construindo um “recinto do elogio” (FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí.** 2009. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009) por meio da realização de obras e ações que, supostamente, permitiriam o desenvolvimento do estado, além de que valorizassem uma ideia de “piauiensidade”, isto é, a identidade do piauiense e, conseqüentemente, buscando dar notoriedade ao Piauí no cenário nacional. O Plano Editorial do Estado foi uma das ações de intervenção realizadas pelo governo do estado do Piauí no setor cultural nos anos 1970.

²⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 248-249.

trabalhado, notadamente relacionados com camadas políticas e abastadas na sociedade piauiense.

Cabe indicar que os espaços físicos que permitem a constituição destas redes são diversos, podendo se tratar das redações de jornais e revistas até espaços de cunho acadêmico, como universidades ou institutos de pesquisa. Trata-se, no entanto, de espaços privilegiados para se refletir sobre a produção e circulação de ideias em determinada sociedade. Para o caso de Baptista, sua inserção no Liceu Piauiense, UFPI e APL, além da produção para jornais e revistas, permite refletir sobre as redes que constituiu no decorrer de sua trajetória. Além disso, deve-se apontar também que diversas maneiras possibilitam ao sujeito a inserção nestas redes de sociabilidades, sendo relevante, então, compreender os laços familiares e grupos sociais com os quais teve contato ao longo de sua vida³⁰.

Assim, esta narrativa, por meio da trajetória de um indivíduo, buscou compreender os distintos significados e experiências produzidas durante o período ditatorial no Piauí, enfatizando-se não apenas as multiplicidades que compõem as pessoas, como suas contradições, ao considerar o caso singular de João Gabriel Baptista, que, ao tempo que temia o regime, também o utilizou visando entrar nas redes de sociabilidades locais em Teresina (PI).

João Gabriel Baptista, a ditadura no Piauí e seus múltiplos significados

Ao ser questionada em entrevista no que se refere a experiência de João Gabriel Baptista enquanto professor e intelectual no contexto ditatorial no Piauí, a memória de uma de suas filhas, a também professora Maria do Socorro, permite-nos ponderar acerca de um aspecto que compôs a atuação docente dele, tanto num olhar mais voltado para as sensibilidades produzidas na época, como as formas que ele vivenciou o período da ditadura militar no Brasil enquanto um professor universitário. Desta forma, sobre a experiência do pai nesta ocasião ela lembrou:

Rapaz, olha, papai tentava, evitava sempre se envolver com política, né. Ele não era político. Eu acho que ele teria sido um grande político, mas ele era muito honesto pra isso, como eu já, já disse. E a nossa política tá muito complicada, né. É difícil encontrar uma pessoa honesta nesse caminho. Então, assim, ele evitava de falar, né, mas não era um momento fácil, não era um momento fácil. Professores eram vigiados, nós alunos, eu era aluna na época, nós sempre tínhamos aquele receio de que algum colega nosso não fosse exatamente um colega nosso, sabe? Fosse alguém infiltrado pra investigar, pra... Então, assim, os professores no geral e se eu falar agora dos que eu tive como professor, né. Papai não foi meu professor. Os professores no geral tentavam focar mais no conteúdo das disciplinas e deixar um pouco a política de lado,

³⁰ BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **João Gabriel Baptista, um geógrafo que fez história: a constituição de um intelectual na segunda metade do século XX no Piauí.** Teresina: Cancioneiro, 2023.

né, com exceção de um professor de uma disciplina chamada “Estudo dos Problemas Brasileiros” que era obrigatória imposta pelo regime militar que ia fazer elogios ao governo militar, né. Que tinha realmente essa proposta: falar dos problemas brasileiros e de como o governo militar estava resolvendo esses problemas. Que a gente sabe que na verdade eles criaram muito mais problemas do que resolveram problemas, mas assim papai tentava se manter distante dessa questão política e em algum momento da minha vida cheguei a pensar em criticá-lo por isso porque eu acho que nós temos que ter posição, temos que ter postura política e a neutralidade significa quase sempre convivência com quem tá fazendo o errado, mas ao mesmo tempo eu me coloco no lugar dele e lembro que ele tinha sete filhos pra criar numa situação extremamente delicada, né. Muitos professores foram presos nessa época, então melhor ficar calado.

[...]

Olha, uma vez, eu o ouvi comentar sobre Garrastazu Médici que foi, todos nós sabemos, o mais carrasco dos militares, né, que era da época do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Milagre brasileiro” e por aí vai. Então, ele uma vez chegou a comentar que o Médici havia enganado todo mundo porque tinha aquela aparência de... a fala do Médici era muito envolvente, ele era muito carismático, né, que ele tinha essa coisa de aparentar tá fazendo o bem quando na verdade foi aquele ditador que mais perseguiu, que mais... Foi no governo Médici que mais morreu gente, né, que mais foram pessoas presas e torturadas, pelo menos é o que eu ouvi falar. Lembrando que muita coisa da ditadura a gente só sabe meio que às escondidas porque ainda hoje tem muita coisa que os militares queimaram, esconderam, né, mas eu me lembro dele uma vez ter comentado alguma coisa sobre o Médici e ter comentado sobre o último presidente militar que foi o... gente, como eu confundo esses dois. O Geisel e o... Baptista Figueiredo. Figueiredo. Foi o Figueiredo. Foi o Figueiredo, é. Eu me lembro quando tava no processo de abertura de papai dizendo que era bom que finalmente íamos voltar a poder eleger o nosso presidente. Ele tava muito confiante nisso, ele sentiu imensamente a morte de Tancredo Neves, acho que todos nós sentimos muito. Isso eu lembro³¹.

Além da professora Maria do Socorro Baptista, seu irmão, Ernesto José Neto, em entrevista, lembrou os medos de seu pai, quando de sua ida para realizar os estudos universitários em Engenharia na cidade de São Luís, no estado vizinho do Maranhão, alertando ao filho que deveria evitar envolver-se com questões relacionadas ao movimento estudantil.

Ao analisar essas lembranças talvez nos questionemos: qual sua relevância? Teria alguma importância refletir sobre as sensibilidades que marcaram um sujeito, no caso João Gabriel Baptista, focando-se em aspectos que não teriam produzido consequências imediatas para o indivíduo ou sua família? De que serve ao historiador uma narrativa que trata sobre um acontecimento que, aparentemente, pouco ou nada interferiu na vida do homem estudado pelo pesquisador?

³¹ BARBOSA, Maria de Socorro Baptista. **Maria de Socorro Baptista Barbosa**: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2019. Skype. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

Considerando que tudo torna-se passível de ser estudado pela História, todo e qualquer aspecto relacionado ao ser humano possui uma historicidade³². Além disso, os questionamentos realizados às fontes derivam diretamente dos desejos existentes no tempo presente em relação ao passado, com a História possuindo significado enquanto houver indagações³³. Estes elementos que marcam as subjetividades dos indivíduos possibilitam nossa compreensão acerca de outros aspectos culturais ao longo do tempo, bem como a pluralidade de que se trata a existência humana, tão caros para a produção de uma narrativa biográfica.

Qual seria o sentido, então, de uma narrativa de cunho biográfico desprovido de “vida”? Que resumisse esta a uma mera trajetória profissional ou intelectual? Que se furtasse a tratar de outros aspectos que se fazem presentes na vida humana? Que ignorasse que nós, enquanto seres humanos, rimos, choramos, amamos, sentimos medo e outra infinidade de sentimentos que refletem nossas subjetividades e sensibilidades? Talvez, então, ao historiador que trabalha com biografias interesse construir narrativas que

[...] reencontrem o tempo perdido, que chamem à cena os fantasmas da história, que tenham capacidade de conversar com os mortos. Que permitam a magia de entrar na vida de outrem e que façam dos historiadores caçadores de almas capazes de encantar os leitores graças a biografias históricas³⁴.

Portanto, refletir sobre as sensibilidades que marcaram João Gabriel Baptista durante o período ditatorial no Piauí envolve pensar não só sobre como ele se apropriou das condições históricas postas neste contexto para se inserir em certas redes de sociabilidades intelectuais³⁵ na segunda metade do século XX em Teresina, mas também como transitar nestes espaços marcaram sua vida com outras questões e com sentimentos, que, de um modo ou de outro, influenciaram sua trajetória, caminhos e experiências.

Deste modo, a partir das lembranças de seus filhos, é notório como a experiência de seu pai foi algo plural, podendo-se encontrar relatos de casos inusitados que flertavam com o

³² BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

³³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007; DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 73-90.

³⁴ DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a história. In: *Ibid.* p. 73-90; p. 87.

³⁵ SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 259-279.

humor, assim como outros que permitem uma reflexão sobre o medo³⁶, principalmente durante a ditadura militar.

Quanto a esta conjuntura, Marcos Napolitano³⁷ discute que em 1964, no dia 31 de março, as direitas militares e civis colocaram em curso uma ação política que modificaria sensivelmente o tecido social brasileiro no decorrer de duas décadas, isto é, o emprego de um golpe civil-militar³⁸ contra o governo do então vice-presidente eleito, João Goulart³⁹, que assumiu o cargo da presidência alguns anos antes, em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros.

João Goulart termina sendo forçado a se exilar e, logo após deixar o país, o Congresso Nacional, no dia 2 de abril de 1964, decreta vaga a Presidência Da República, legitimando o golpe e, duas semanas depois, elegendo de forma indireta Humberto de Alencar Castelo Branco como novo presidente. A ação que, acreditava tratar-se de um golpe cirúrgico, assim como havia acontecido em momentos anteriores, tornou-se o prelúdio para uma ditadura que durou 21 anos e que foi responsável por prisões arbitrárias, cassações de mandatos políticos, demissões, torturas, desaparecimentos e mortes de supostos opositores a ordem imposta ou de indivíduos que estivessem de algum modo relacionados a grupos de esquerda e/ou de oposição⁴⁰. Assim, sobre o período posterior ao

[...] golpe de 1964, o que se pôde ver de imediato, sobretudo de determinados pontos de vista, é que ele era um projeto violento, recorrendo a prisões e torturas abertamente.

³⁶ DELUMEAU, Jean. *Op. cit.*; TUAN, Yi-Fu. *Op. cit.*; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Uma província enferma: medo e cólera no Piauí na segunda metade do século XIX**. Teresina: Cancioneiro, 2022; NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

³⁷ NAPOLITANO, Marcos. *Op. cit.*

³⁸ Entendemos o golpe enquanto civil-militar considerando que este não apenas recebeu apoio por civis ou militares, mas foi realizado por ambos entre o dia 31 de março e 2 de abril de 1964. Nos anos que seguem, no entanto, a partir da imposição dos Atos Institucionais, assim como a criação de outros aparatos, como o DOI-CODI, o que se tem é a institucionalização de uma ditadura que passa a ser direcionado e orientado pelos militares. Ainda que existissem civis em diversos espaços de poder no governo durante este período, o direcionamento da economia e da política eram definidos pelos militares, ou seja, quem definia as regras eram os militares e, quando algo os desagradava alterava-se estas com o intuito de beneficiá-los, o que justifica a utilização do termo “ditadura militar” nesta narrativa. Sobre as discussões em torno dos termos “ditadura militar” ou “ditadura civil-militar”, bem como outras questões que assinalam a historiografia brasileira sobre a ditadura militar ver FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p. 5-74. jan./abr.2017.

³⁹ Para mais informações sobre o governo de João Goulart ver NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014; FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014 e FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁴⁰ NAPOLITANO, Marcos. *Op. cit.*

Os golpistas, que se chamaram de revolucionários, cassavam e caçavam seus inimigos. E pobres daqueles que foram definidos como inimigos dessa revolução⁴¹.

Deste modo, fechavam-se as cortinas, escutavam-se os aplausos e com eles a morte da Democracia. Situações como essas se descortinaram desde os anos iniciais, podendo ser citado como exemplo a cassação do mandato político do então deputado federal Francisco Julião que, por ser diretamente conectado às Ligas Camponesas e percebido enquanto radical de esquerda naquele momento, alguns meses após o golpe foi preso e, posteriormente, conseguiu exilar-se no México⁴². Pode-se indicar ainda as perseguições que ocorreram nas universidades públicas brasileiras com expurgos que atingiram centenas de professores considerados subversivos, tendo sido emblemático o caso da Universidade de Brasília⁴³.

Essa situação de exceção intensificou-se por meio da implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em fins de 1968 e, seguidamente, com a chegada à presidência da república do general Emílio Garrastazu Médici no ano seguinte, tendo sido o seu governo entre 1969 e 1974 marcado pela “[...] repressão feroz do Estado contra a guerrilha de esquerda”⁴⁴ e, ao mesmo tempo, pela continuidade da política econômica de seu antecessor na presidência; isto é, pelo “milagre econômico”, ultimamente responsável por ampliar a concentração de renda, o êxodo rural, as desigualdades sociais, a dívida externa, o aumento da inflação e, conseqüentemente, a recessão no país no fim dos anos 1970 e no decorrer da década seguinte, evidenciando também o caráter militar da ditadura que se instalava.

No caso do Piauí, o estado perpassa por uma conjuntura semelhante a que se desvelou no golpe de 1964, isto é, com a imprensa e indivíduos pertencentes às elites locais legitimando a necessidade de um golpe à medida que se colocavam contrários às reformas do governo e percebiam os movimentos sociais enquanto ameaças à democracia⁴⁵.

Não apenas no Piauí, mas de modo geral, diversos setores da imprensa brasileira apoiaram o golpe civil-militar no Brasil, tendo tido atuação significativa no processo de

⁴¹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *Op. cit.*.

⁴² PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **De Pétales e Pedras**: a trajetória de Francisco Julião. 2013. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Instituto de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

⁴³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁴⁴ NAPOLITANO, Marcos. *Op. cit.* p. 110.

⁴⁵ CASTRO, Francisco J. Leandro A. de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2023.

desestruturação do governo João Goulart, principalmente em seus últimos anos. Após ele ser realizado, ao considerarmos a imprensa brasileira e as relações estabelecidas com o novo regime, se tem uma conjuntura complexa, havendo jornais e jornalistas que alteram sua postura de apoio à medida que a nova ditadura que se estabelecia assume cada vez mais uma postura autoritária, minando paulatinamente as liberdades democráticas e promovendo a censura ou forçando a autocensura⁴⁶.

Nesse sentido, com a instalação do golpe o que se segue por parte destes setores piauienses, como alguns comerciantes, políticos, jornalistas e intelectuais, é o apoio a nova ditadura que se estabelecia por meio de uma prática colaboracionista, haja vista os possíveis benefícios que decorreriam deste novo momento⁴⁷.

Deste modo, os receios ou possíveis medos que João Gabriel Baptista mantinha quanto ao momento político que vivia não decorriam à toa, haja vista que, ele não apenas vivenciava este processo, como desde os primeiros momentos após o golpe civil-militar de 1964 houve casos de perseguições, demissões e prisões em diversos setores sociais, sobretudo no ambiente acadêmico no restante do Brasil⁴⁸.

Imperioso indicar, por exemplo, que nas universidades, como a Universidade de Brasília e a Universidade de São Paulo, ocorreram perseguições de discentes e docentes, sendo muitos destes últimos demitidos. No caso da Universidade do Brasil, dentre as medidas tomadas, é possível citar a criação de uma Comissão de Investigação para a obtenção de informações sobre uma suposta infiltração comunista na Faculdade Nacional de Filosofia⁴⁹.

Não só as universidades, como também outros espaços e pessoas que à época já eram identificadas como subversivas ou possíveis indivíduos que coadunavam com ideias que desagradavam a nova ordem imposta, a exemplo dos sindicatos, partidos políticos de esquerda

⁴⁶ Sobre estas questões e os cuidados ao se analisar o jornal na narrativa histórica ver AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80)**. 1994. 317f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994; KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI – 5 à Constituição de 1988**. 2001. 428f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

⁴⁷ CASTRO, Francisco J. Leandro A. de. *Op. cit.*

⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

⁴⁹ Sobre estas e outras consequências do golpe nos setores universitários ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; FERREIRA, Marieta de Moares. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB). **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto (MG), n.11, p. 45-64, abr. 2013 e CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

e movimentos sociais, também foram alvo. Não ao acaso, ao tomarmos o exemplo da Bahia, vemos que diversos sindicalistas vinculados às refinarias de petróleo foram presos nos primeiros dias que sucederam o golpe civil-militar, como o deputado federal Mário Lima, presidente do sindicato dos petrolíferos. Em Pernambuco, por sua vez, pode-se citar a prisão do deputado federal Gregório Bezerra, um dos principais líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) bastante atuante nos sindicatos rurais no Nordeste⁵⁰.

A ditadura que se instaurava, percebia especialmente nos espaços das universidades o lócus de produção de ideologias contrárias ao regime, notadamente vinculadas às esquerdas, sendo, portanto, necessário, para os militares, reprimir essas ideias consideradas subversivas⁵¹. Ademais, tratou-se de um momento em que muitos docentes foram denunciados⁵² enquanto subversivos pelos próprios colegas, seja por questões ideológicas, como a vinculação a uma extrema-direita por parte dos denunciantes, como por motivos pessoais e profissionais, isto é, utilizando-se da conjuntura política para prejudicar colegas docentes em benefício da própria carreira, buscando assumir novos cargos em detrimento de indivíduos pertencentes a mesma classe⁵³. Assim, no meio acadêmico

[...] o apoio ao novo regime em geral era baseado em motivação política e ideológica. Entretanto, houve também muita adesão oportunista, com pessoas que se aproveitavam da situação para aderir e abrir espaços de poder e carreira em meio aos expurgos [...] Pessoas que em outras circunstâncias teriam dificuldade de ascender na carreira universitária viram na adesão aos novos mandatários preciosa oportunidade, sobretudo porque os expurgos geravam posições vagas a serem ocupadas⁵⁴.

No Piauí, a situação não decorreu de forma diferente, ocorrendo casos de prisões e censura, particularmente no que concerne aos discentes e docentes da FAFI ainda nos anos 1960, haja vista sua participação em protestos e críticas proferidas já naquele período contrárias a ordem de exceção que se instaurava no país⁵⁵.

⁵⁰ Sobre estes casos ver BRITO, Tásso. 1 de abril de 1964: a prisão de Gregório Bezerra e o Golpe Civil-Militar em Pernambuco. In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Org.). **Coletânea Pernambuco na mira do Golpe, volume 2**: direitos humanos, acervos, política e sociedade. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 54-72; IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro; IVO, Alex de Souza (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 53-68.

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

⁵² CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *Op. cit.*

⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

⁵⁴ *Idem.* p. 37.

⁵⁵ ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Op. cit.*

Pode-se citar o caso da repressão sofrida pelo estudante Antônio José Medeiros, discente da FAFI⁵⁶, preso três vezes entre 1967 e 1969. Foi ainda impedido pela ditadura de ser candidato a presidente do diretório estudantil em fins dos anos 1960 em função de sua participação em movimentos de críticas ao regime, além de ter participado do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na época ocorrido de forma clandestina em São Paulo, visto que os militares tinham proibido o funcionamento da instituição após o golpe de 1964⁵⁷.

Considerando, então, o cenário nacional de repressão e perseguição, em particular aos quadros universitários, bem como uma conjuntura local que dialogava com esse momento de exceção e, tendo em vista ainda os espaços profissionais ocupados por João Gabriel Baptista neste momento, isto é, nos anos 1960 e 1970, a preocupação expressada em relação aos filhos ocorria em função do conhecimento que detinha da situação nos centros de poder, como no Rio de Janeiro e São Paulo, mas também na própria faculdade que atuava, isto é, a FAFI.

Deste modo, João Gabriel Baptista, tendo ingressado na instituição em 1962 por meio de convite realizado pelo professor Clemente Honório Parentes Fortes⁵⁸ para assumir a cadeira de Cartografia no curso de Geografia, esteve vinculado ao espaço universitário até o momento de sua aposentadoria, conforme indica em entrevista concedida ao jornal “O DIA” em fins do século XX:

Em 62, o professor Clemente Fortes da Faculdade de Filosofia do Piauí – FAFI, convidou-me para assumir a cadeira de Cartografia do curso de Geografia daquela faculdade. Fiquei na FAFI até 71, quando fui à disposição, sem ônus para o Estado, para a Universidade Federal do Piauí. Trabalhei no Liceu e na FUFPI até 82. Hoje sou professor titular do Departamento de Geografia e História do CCHL (Centro de Ciências Humanas e Letras)⁵⁹.

Este tipo de entrevista pode ser compreendida enquanto um modo que ele encontrou de produzir em dado momento da vida, uma memória sobre si, isto é, uma escrita de si, além da ideia de uma trajetória inteligível pautada na linearidade. Ao historiador cabe o cuidado em perceber que por meio desta prática, os sujeitos no mundo moderno buscam construir na

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

⁵⁸ Segundo Antônio Melo (2006) bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí em 1935, tendo feito parte com outros intelectuais da época da Sociedade Piauiense de Cultura, esta última fundada por Dom Avelar Brandão Vilela, entidade responsável pela fundação da FAFI em 1958. Foi professor e o primeiro Diretor da faculdade, permanecendo neste cargo entre 1958 e 1964, quando o deixou para assumir a direção da Faculdade de Direito do Piauí.

⁵⁹ GABRIEL Baptista: desvendando os segredos da geografia do Piauí e do Brasil. **O DIA**, Teresina, ano 38, Caderno 2, p. 1, Sábado, 21 out. 1989.

memória de si sua identidade, sendo importante esta cautela no sentido de evitar um entendimento equivocado de que a vida de alguém é possível de ser capturada por uma narrativa linear ou mesmo inteligível, que constrói uma ideia problemática de “ilusão biográfica”.

É preciso precaver-se da utilização de recursos linguísticos ou compreender as estratégias presentes por parte dos sujeitos no uso dos “sempre” ou “desde sempre”, enquanto modos de elaborarem e darem sentidos a suas trajetórias enquanto narrativas ordenadas que já tinham um ponto de partida e/ou um ponto final previamente definidos. Faz-se pertinente, portanto, certos cuidados ao se propor a produzir uma narrativa de cunho biográfico, evitando cair nessas armadilhas. À medida que entendemos as pessoas enquanto dotadas de múltiplas identidades, dessa maneira, com trajetórias atravessadas por milhares de eventos que produzem significados, bem como ressignificam a forma como percebem os tempos e os espaços nos quais se inserem de maneiras distintas, torna-se problemático qualquer inferência sobre uma trajetória de vida que não leve em consideração estes aspectos. No documento analisado é possível sugerir que, muito provavelmente, há uma preocupação de Baptista ao responder perguntas sobre sua vida e em construir essa linearidade acerca da trajetória profissional, ao tempo que demarcava seu espaço enquanto um dos principais geógrafos e professores de Geografia no Piauí.

Além disso, o fato de estar vinculado na época ao curso de Geografia, este tendo permanecido amalgamado ao curso de História até 1964⁶⁰, ou seja, curso das áreas das ciências humanas, pode ter ampliado a preocupação do professor, haja vista que as ciências humanas e sociais eram uma das áreas mais visadas pelas forças repressivas da ditadura, considerando que poderiam significar uma “[...] ameaça à segurança interna do país”⁶¹. Não obstante, há de se lembrar ainda que se tratava de um contexto no qual “[...] todos os professores ou candidatos ao magistério eram considerados suspeitos de subversão, até que mostrassem o contrário”⁶².

Seu suposto afastamento, então, de uma posição mais crítica à ditadura vigente na época, conforme a memória de sua filha, Maria do Socorro Baptista Barbosa, esteve relacionado ao medo que se tinha neste contexto da repressão vivenciada à época e dos efeitos que ela teve nos espaços acadêmicos, mas também os próprios caminhos trilhados por João Gabriel Baptista

⁶⁰ MELO, Antônio Maurení Vaz Verçosa de. *Op. cit.*

⁶¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, p. 236.

⁶² CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *Op. cit.*, p. 39.

nesta conjuntura, notadamente o acesso a políticas públicas de fomento à cultura instaladas pelo governo estadual.

Cabe indicar ainda que o momento em que o seu primeiro filho, Ernesto Baptista Neto, ingressa na universidade em São Luís (MA), tratava-se de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, isto é, em uma conjuntura em que a ditadura radicalizava-se ainda mais com o AI-5, publicado em 1968⁶³ e, pouco tempo depois, com uma nova investida realizada contra o espaço acadêmico, afetando de forma significativa novamente discentes e docentes em várias regiões do país⁶⁴.

Para Motta⁶⁵ e Cunha⁶⁶, a partir da implementação do AI-5 e do decreto-lei 477 o espaço universitário adentra em um novo contexto de repressão, dando continuidade às ações tomadas no início do golpe, mas que terminaram interrompidas, portanto, incompletas, abrindo espaço para as contestações realizadas contra o regime, especialmente entre 1967 e 1968. Com isso, a partir de 1969 as universidades vivenciaram um novo ciclo de expurgos com a demissão de centenas de docentes em diversas instituições do país, bem como o jubramento⁶⁷ de diversos discentes, considerados relacionados às esquerdas ou subversivos pela ditadura na época.

É preciso citar ainda casos mais problemáticos que ultrapassavam a violência psicológica, tornando-se física com a prisão, tortura e possibilidade de desaparecimento ou morte de professores, principalmente quando havia suspeitas de participação em organizações de esquerda ou de militância política. Assim,

[...] o grande expurgo de 1969 foi possível pelas peculiaridades políticas do contexto, em que os radicais da direita se viram, momentaneamente, livres para atuar. Depois dessa fase, os órgãos de informação iriam se dedicar a monitorar os professores suspeitos ainda em atividade e tentar interditar a contratação dos que consideravam perigosos, com sucesso variável [...]⁶⁸.

João Gabriel Baptista, professor no Ensino Superior no Piauí desde 1962, certamente não se encontrava alheio a esta conjuntura política, tendo ciência do cenário político vivenciado pelas universidades tanto nos momentos que sucederam o golpe em 1964 como após a publicação do AI-5, isto é, a partir de 1968. Não apenas isso, mas os próprios casos que

⁶³ NAPOLITANO, Marcos. *Op. cit.*

⁶⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ibid.*

⁶⁶ CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *Op. cit.*

⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

⁶⁸ *Ibid.*, p. 181.

ocorreram em solo piauiense, afetando diretamente discentes e docentes da FAFI⁶⁹, devem ter influenciado nos receios e medos de Baptista no que diz respeito ao ingresso de seu filho mais velho no espaço acadêmico a partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970.

Acrescido a isso, especialmente após o golpe, o governo do estado do Piauí instituiu uma série de políticas que visavam interferir diretamente no setor cultural. Esta política, por sua vez, esteve em confluência com o cenário nacional, no qual o Estado buscou disciplinar este aspecto social, seja pela censura, pelo incentivo de produções que evitassem uma problematização mais profunda da conjuntura da época ou mesmo de obras que dialogassem com os ideais da ditadura em pauta⁷⁰.

Deste modo, entre 1960 e o início da década seguinte, tem-se a criação não apenas de órgãos estaduais de fomento à cultura, mas de políticas destinadas diretamente para garantir a publicação de obras, como o Plano Editorial do Estado⁷¹. É a partir desta política que em 1975 João Gabriel Baptista, professor do curso de Geografia agora já da Universidade Federal do Piauí⁷², seria contemplado e teria sua quarta obra publicada, “Geografia Física do Piauí”, sua publicação de maior destaque, e aquela que, segundo o autor em entrevista concedida ao jornal “O DIA” em 21 de outubro de 1989, teria possibilitado o seu ingresso em 1978 na Academia Piauiense de Letras (APL).

Antes da publicação de 1975, ele já havia conseguido publicar o livro “Resumo Corográfico do Piauí”, com financiamento público do estado. A obra, de caráter didático, era destinada às escolas primárias e traria aspectos físicos, sociais e econômicos do Piauí. A publicação dela, no entanto, tornou-se possível em função da amizade construída com outro intelectual e seu colega de trabalho no Liceu Piauiense, o Prof. José de Arimathéa Tito Filho, à época Secretário de Estado da Educação e Cultura no Piauí no governo de João Clímaco de Almeida, quando ela saiu. Apesar do Prof. Arimathéa permanecer pouco tempo no cargo de secretário, logo torna-se Presidente da Academia Piauiense de Letras, mantendo influência

⁶⁹ ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. *Op. cit.*

⁷⁰ TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. **O Poder e as Letras**: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

⁷¹ *Ibid.*

⁷² Em 12 de novembro de 1968 por meio da lei nº 5528 foi criada a Universidade Federal do Piauí (UFPI), que incorporou as faculdades existentes no Piauí na época, dentre elas a FAFI, na qual trabalhava João Gabriel Baptista no curso de Geografia. Em 1971, a UFPI passou a funcionar efetivamente em novo prédio na zona leste de Teresina (MELO, Antônio Maurení Vaz Verçosa de. *Op. cit.*)

significativa no âmbito cultural do estado, tendo sido membro da comissão julgadora do Plano Editorial do Estado, o que implicou na publicação de várias de suas obras, mas também na publicação do livro “Geografia Física do Piauí” de João Gabriel Baptista em 1975.

Dentre os critérios adotados para a publicação de obras neste período, a produção de João Gabriel se enquadrou entre aquelas que, supostamente, valorizavam a geografia, a história e uma identidade local, bem como dialogavam com a edificação de uma memória nacional⁷³, questões pertinentes tanto ao governo do estado do Piauí quanto ao Estado brasileiro⁷⁴.

Assim, considerando a especificidade do período, notadamente a forma como as universidades e professores foram afetados, tanto aqueles que se prejudicaram ou se beneficiaram de algum modo em função da ditadura militar⁷⁵, são notórios os modos como João Gabriel Baptista foi afetado neste cenário político nacional e local, tanto em questões pessoais, como o medo expressado quanto a seus filhos, como em questões profissionais, a exemplo do modo como se utilizou das relações de afetividade construídas e das políticas públicas da época para realizar as publicações de suas obras a partir de 1975.

Ademais, para além dos aspectos profissionais ou pessoais, é mister indicar que a participação efetiva dele neste cenário acadêmico e intelectual por meio da publicação de suas obras pelos órgãos do estado não somente possibilita que ele seja percebido enquanto um dos professores de Geografia do estado do Piauí que mais se destacaram na segunda metade do século XX, como também evidencia as formas que este encontra para atender a nova conjuntura e as demandas políticas postas pela ditadura militar, tendo em vista os objetivos elencados pelo governo do estado do Piauí naquele momento e o seu alinhamento a nível nacional com a ditadura vigente. Deste modo, se adequava às regras do jogo não porque concordava ou almejava colaborar diretamente com a ditadura, mas no intuito de escapar das possíveis consequências que se descortinavam a outros colegas na época, com prisões e torturas ilegais.

Entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1990, à medida que se insere no meio acadêmico, João Gabriel Baptista se configura como o primeiro intelectual piauiense a possuir uma produção sistemática no campo da Geografia, publicando as seguintes obras sobre a Geografia e História do Piauí: *Nascentes de um rio* (1971), *Resumo Corográfico do Estado do*

⁷³ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006; NORA, Pierre. *Op. cit.*

⁷⁴ TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. *Op. cit.*

⁷⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

Piauí (1971), Geografia Física do Piauí (1975), Mapas Geohistóricos (1986), A Origem do rio Parnaíba (1987), EtnoHistória Indígena Piauiense (1994), com algumas destas contempladas com novas edições. Publicou ainda artigos sobre a Geografia do Piauí nos *Jornais Folha do Nordeste* em 1962 e 1963, bem como em revistas no mesmo recorte temporal, e verbetes sobre a mesma temática no jornal *O DIA* em 1966. Desta forma, sua produção alcançou significativa contribuição para a Geografia e História do Piauí, sendo reconhecida por seus pares ao considerarmos seu ingresso na Academia Piauiense de Letras (APL) e no Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI), bem como os elogios feitos a seu trabalho presentes nos prefácios de suas obras⁷⁶.

O fato de João Gabriel Baptista ter evitado adotar um posicionamento político, além da questão do medo do cenário de época, dialoga diretamente com a trajetória intelectual que vinha construindo naquele momento histórico. Ele realizava pesquisas para a FAFI, bem como para a publicação em periódicos, jornais e livros, posteriormente beneficiando-se das políticas públicas estaduais e federais.

Assim, a atuação enquanto professor universitário a partir de 1962 marca um novo momento na sua vida, inaugurando o período em que passa a se constituir enquanto intelectual, dialogando com pares e se inserindo nas redes de sociabilidades existentes no contexto em que estava de ditadura militar. Assinala ainda, após 1964, recorte que nos interessa nesta narrativa, uma situação dicotômica: ao mesmo tempo que tem receios e medos, especialmente em função dos filhos que ingressavam na universidade, se utiliza deste contexto para adentrar em novos espaços, constituir novas redes de sociabilidade, atendendo, deste modo, a seus interesses pessoais e profissionais. Não é à toa, então, que pouco tempo depois, ele é eleito para a APL, no ano de 1978. Estes eventos, em realidade, dialogam diretamente com o lugar social⁷⁷ ocupado por Baptista, principalmente a partir dos anos 1960, após sua inserção no cenário universitário e acadêmico.

Considerações Finais

Entendemos, então, a partir da experiência singular de João Gabriel Baptista, como as trajetórias de vida são marcadas por dicotomias e contradições, por situações que, por vezes,

⁷⁶ BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis Sousa. *Op. cit.*

⁷⁷ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

geram as mais diversas sensibilidades ou mesmo práticas conflitantes. No caso do contexto ditatorial no Piauí, ele percebeu este momento de formas distintas, possivelmente sentindo medo dos significados e consequências que esta conjuntura poderia fomentar em sua vida pessoal e de seus filhos, ao tempo em que se utilizou dos projetos desenvolvidos pelo estado no âmbito cultural para a publicação de suas obras e inserção em novos espaços intelectuais, ciente dos riscos e perigos que a circunstância representava, mas também como um modo de se enquadrar no novo cenário posto.

Neste sentido, no caso de João Gabriel Baptista e sua experiência enquanto professor universitário durante os anos 1960 e 1990 é imperioso indicar, a partir da pesquisa aqui realizada, como este também se utilizou do contexto da ditadura militar para sua inserção nas redes de sociabilidades intelectuais piauienses e para sua legitimação enquanto geógrafo no Piauí nesta conjuntura, sendo posteriormente percebido como um dos principais nomes neste campo no estado, em função de sua produção científica e atuação durante o período.

Cabe indicar também que as análises aqui produzidas se operam enquanto possibilidades diante da conjuntura vivenciada pelo professor universitário, bem como por meio da rememoração dos diálogos realizados com os filhos durante e após o fim da ditadura, considerando que ele não deixou registros sobre como se sentia (se sentia medo ou não) ou pensava acerca do período da ditadura militar no Piauí.

Dessa forma, pensar a biografia de João Gabriel Baptista possibilita novos modos de compreender o contexto ditatorial, apontando experiências singulares em espaços afastados dos centros de poder, à época no centro-oeste e sudeste do país, e do mesmo modo, de refletir sobre as múltiplas experiências dele e de outros indivíduos neste momento, que ainda que sentissem medo das possíveis consequências, não deixaram de se apropriar do momento em proveito da própria trajetória profissional.

Assim, chegamos ao fim desta narrativa, à finalização deste texto, devendo-se inferir que as possibilidades na escrita da História, particularmente sobre Baptista, seguem abertas, tendo sido explorados aqui apenas pequenas lacunas, servindo-se deste sujeito enquanto um pretexto para tratar de um determinado cenário: notadamente a experiência de um professor universitário durante a ditadura militar no Piauí, tema que ainda carece de pesquisas no estado no que se refere a estudos biográficos.

Finalizamos, então, lembrando que o que aqui foi escrito e discutido não se trata de um esgotamento de João Gabriel Baptista. Serve, no entanto, como um ponto de partida, uma dentre muitas possibilidades de se pensar esse homem, atentas às necessidades de cada época e a seus questionamentos. Portanto, considerando os meandros que envolvem a escrita da História, encerramos indicando que este texto é apenas um entre os que podem/devem/irão surgir ao tempo em que a sociedade se modifica e novas perguntas são formuladas.

Referências

Fontes

BAPTISTA, Ernesto José. **Ernesto José Baptista**: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2019. Skype. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

BARBOSA, Maria de Socorro Baptista. **Maria de Socorro Baptista Barbosa**: depoimento [jun. 2019]. Entrevistador: Marcus Pierre de Carvalho Baptista. Teresina, 2019. Skype. Entrevista concedida a Marcus Pierre de Carvalho Baptista.

GABRIEL Baptista: desvendando os segredos da geografia do Piauí e do Brasil. **O DIA**, Teresina, ano 38, Caderno 2, p. 1, Sábado, 21 out. 1989.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados**: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-80). 1994. 317f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Lucélia Nárjera de. **Tecendo Narrativas**: vivências estudantis na FAFI e UFPI durante a Ditadura Militar. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de sentido. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **Grafia da vida**: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 63-82.

AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **João Gabriel Baptista, um geógrafo que fez história**: a constituição de um intelectual na segunda metade do século XX no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2023.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. **Uma província enferma**: medo e cólera no Piauí na segunda metade do século XIX. Teresina: Cancioneiro, 2022.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis Sousa. Os estudos do professor João Gabriel Baptista e a consolidação da Geografia enquanto campo científico no Piauí a partir da segunda metade do século XX. **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, v. 15, n.2, p. 476-506, out. 2023 / mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BRITO, Tássio. 1 de abril de 1964: a prisão de Gregório Bezerra e o Golpe Civil-Militar em Pernambuco. *In*: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (Org.). **Coletânea Pernambuco na mira do Golpe, volume 2**: direitos humanos, acervos, política e sociedade. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 54-72.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **Dom Avelar Brandão Vilela**: uma biografia histórica. 2010. 207 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CASTRO, Francisco J. Leandro A. de. **1964**: memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DEL PRIORE, Mary. Biografia, biografados: uma janela para a história. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 73-90.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB). **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto (MG), n.11, p. 45-64, abr. 2013.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p. 5-74. jan./abr.2017.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em

História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petrolero. *In*: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro; IVO, Alex de Souza (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 53-68.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI – 5 à Constituição de 1988**. 2001. 428f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Antônio Maurení Vaz Verçosa de. **Os alicerces da Educação Superior no Piauí: uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 - 1970)**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez.1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **De Pétalas e Pedras: a trajetória de Francisco Julião**. 2013. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social – Instituto de História – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí: 1880 – 1930**. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

RICOUER, Paul. Da memória e da reminiscência. *In*: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007, p. 25-70.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul (RS), v. 2, n. 3, p. 57-72, jan. / jun. 2003.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 259-279.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

TÔRRES, Gislane Cristiane Machado. **O Poder e as Letras**: políticas culturais e disputas literárias em Teresina nas décadas de 1960 e 1970. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

ENTRE DISCURSOS E RITOS CÍVICOS: O DIA DA INDEPENDÊNCIA EM CAMPO MAIOR- PI

BETWEEN SPEECHES AND CIVIC RITES: INDEPENDENCE DAY IN CAMPO MAIOR-PI

CAIO VINÍCIUS SILVA TEIXEIRA*

Resumo: O presente artigo discute as comemorações do Dia da Independência em Campo Maior durante a Ditadura Civil-Militar, problematizando como aquele evento foi celebrado na cidade, analisando tanto as narrativas criadas em torno data, como também os rituais realizados naquele contexto. Com isso, pretendemos destacar a influência do discurso cívico-patriótico na construção da legitimação do regime militar em Campo Maior e como, a partir dele, foi produzida uma memória cívica da ditadura que estava em sintonia com os ideais do governo autoritário. Utilizamos como fonte o jornal *A Luta*, periódico campomaiorense existente entre 1967 e 1979, no qual eram divulgadas diversas reportagens acerca das celebrações cívicas ocorridas no período. Nosso arcabouço teórico é composto de autores que dialogam sobre as noções de civismo e patriotismo. Compreendemos, pois, que tais celebrações foram fundamentais para a construção de uma memória cívica da Ditadura Civil-Militar em Campo Maior-PI.

Palavras-Chave: 7 de Setembro. Ditadura Civil-Militar. Campo Maior-PI.

Abstract: This article discusses the celebrations of Independence Day in Campo Maior during the Civil-Military Dictatorship, problematizing how that event was celebrated in the city, analyzing both the narratives created around that date, as well as the rituals carried out in that context. With this, we intend to highlight the influence of civic-patriotic discourse in the construction of the legitimization of the military regime in Campo Maior and how, from it, a civic memory of the dictatorship was produced that was in tune with the ideals of the authoritarian government. We used as a source the newspaper *A Luta*, a Campomaiorense periodical that existed between 1967 and 1979, in which several reports were published about the civic celebrations that took place during that period. Our theoretical framework is made up of authors who discuss the notions of civics and patriotism. We understand, therefore, that such celebrations were fundamental for the construction of a civic memory of the Civil-Military Dictatorship in Campo Maior-PI.

Keywords: September 7th. Civil-Military Dictatorship. Campo Maior-PI

* Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). (Email: caiovsteixeira@gmail.com).

Considerações Iniciais

A cidade de Campo Maior, localizada a 84 km ao norte da capital piauiense, é fortemente marcada por uma tradição cívica protagonizada por homens que lutaram e morreram na Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823, em prol da consolidação da Independência no norte do Brasil, e que hoje são conhecidos e venerados na cidade como “Heróis do Jenipapo”. Com a emergência do discurso cívico-patriótico da Ditadura Civil-Militar, o dia 7 de setembro era também muito comemorado na cidade com diversas festividades que procuravam envolver toda a sociedade local em enaltecimentos ao grito do Ipiranga, mas também aos heróis locais, sempre lembrados como atores fundamentais para a Independência do país.

Neste artigo, analisaremos como a data foi celebrada em Campo Maior, entre 1967 e 1979, problematizando o seu papel na construção de uma memória cívica sobre o governo militar e a legitimação do regime na cidade. Para tanto, utilizaremos como fonte o jornal *A Luta*, impresso campomaiorense de circulação local/regional que foi um importante divulgador das ideias do governo dos militares na cidade.

“O civismo foi o ideário por excelência de legitimação do Estado derivado do golpe de 1964”¹. Através de discursos, e sua materialização em práticas e rituais, os militares procuravam inculcar nos brasileiros ideias e noções que fomentassem a legitimação do regime. Os símbolos nacionais foram instrumentalizados nesse processo e, juntamente com o culto aos heróis nacionais, a ditadura tentava educar cívica e patrioticamente os cidadãos.

Entre outras ferramentas utilizadas nesse objetivo, a educação recebeu atenção especial dos militares, por meio da qual pretendiam ensinar à população noções e comportamentos que atendessem a fins morais, cívicos e patrióticos. Passemos, doravante, a analisar a execução desse projeto mediante a formulação de um programa educacional e a sua implementação na sociedade brasileira.

O 7 de Setembro em Campo Maior entre discursos e celebrações

¹ MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p. 184.

Como parte importante do projeto de difusão de valores, em 1969, por meio do decreto-lei 869/69 foi estabelecido o ensino obrigatório da disciplina Educação Moral e Cívica em todas as escolas e níveis de ensino² no Brasil. De acordo com o documento oficial:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (...).³

Esse documento é um exemplo dos interesses cívico-patrióticos do regime militar e sua relevância consta no fato de que ele engloba diversos segmentos nos quais os valores que assegurassem a segurança e o bem-estar da nação deveriam ser praticados. A escola seria o lugar primordial onde os cidadãos seriam educados cívica e patrioticamente, os quais refletiriam os ensinamentos ali absorvidos em sua convivência social.

Percebemos, portanto, como os valores e noções de civismo e patriotismo deveriam permear toda a sociedade brasileira, atravessando os diversos segmentos sociais, criando um imaginário que legitimasse o regime. Era importante que todo o país reproduzisse as ideias que sustentavam o governo para que, assim, pudesse se identificar com ele. No seu projeto de legitimação, o governo militar pretendeu forjar um imaginário social por meio do qual pudesse inserir seus valores e obter, por parte da população, consentimento para suas ações, pois como nos mostra o historiador José Murilo de Carvalho:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos, e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos,

² A disciplina de Educação Moral e Cívica já constava em currículos escolares no Brasil em períodos anteriores, sendo utilizada inclusive durante a Era Vargas para os mesmos fins políticos. Ver: AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas. **Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2014; MELO, Salânia Maria Barbosa. **A Construção da Memória Cívica: espetáculos de civilidade no Piauí. (1930-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

³ BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 set. 1969.

organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas⁴.

Os símbolos, os heróis, e as tradições nacionais constituiriam esse imaginário objetivado pelo regime militar, em que os comportamentos dos brasileiros seriam orientados pelas ideias que a ditadura defendia e estas, por sua vez, respaldadas pelo passado da nação. Assim, seria fundamental atingir os sentimentos do povo, provocando-lhe emoções que os fizesse se sentir participantes da história do Brasil e do governo em vigência no país. Nesse intuito, era imprescindível a exortação à celebração das grandes datas nacionais e ao culto aos heróis da Pátria. É nesse contexto que estão inseridas as comemorações do 7 de Setembro em Campo Maior, que ora analisamos.

A data de 7 de setembro destaca-se pelo fato de que, naquele dia, no ano de 1822, D. Pedro teria proclamado o famoso grito que ficou marcado nacionalmente: “Independência ou morte!”. A história nos ensina que nenhum fato é concebido isoladamente⁵, e a Independência do Brasil não foge a essa regra. Entretanto, o que ficou cristalizado foi que a partir daquele grito, entoado às margens do rio Ipiranga, o Brasil estava liberto das amarras de Portugal, e Dom Pedro passou a ser reconhecido como o grande herói nacional e o Sete de Setembro como o marco fundador da nação brasileira.

Ao longo do tempo, a imagem do heroísmo de D. Pedro e da independência do Brasil foi se tornando mais forte, e a comemoração do Sete de Setembro transformou-a em uma festividade de caráter cívico, patriótico e nacionalista. O Dia da Independência passou a ser a data magna do calendário nacional, ordenando discursos e celebrações em louvor ao grande herói da nação e seu feito histórico, produzindo sentidos e despertando paixões nos brasileiros através de rituais e celebrações nos quais a disciplina, a ordem e a harmonia materializavam os discursos que as embasavam. Assim, essa data cívica foi se consolidando na memória de grande parte dos brasileiros.

No período da ditadura civil-militar, a festa ganhou um sentido mais forte devido a intensificação do patriotismo propagado pelo Estado visto que “a manipulação do imaginário

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10-11.

⁵ PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

social é particularmente importante em momentos de mudança política e social”⁶. Porém, a tradição de se comemorar civicamente certas datas ou personagens da História não foi criada, ou, conforme Hobsbawm⁷, inventada no período, mas já havia sido praticada em outros momentos da história do Brasil, como no início da República ou ainda na Era Vargas.

Todavia, o discurso cívico-patriótico em Campo Maior é reforçado pela tradição dos “Heróis do Jenipapo” existente na cidade, cujo heroísmo é relacionado com a independência do Brasil – e vice-versa – a partir das narrativas que são produzidas na região sobre esse episódio, colocando a bravura como elemento fundamental para a liberdade do país. Essa tradição surge com a Batalha do Jenipapo, um conflito desenrolado na cidade de Campo Maior, em 13 de março de 1823. A batalha ocorreu às margens de um riacho de mesmo nome, e envolveu campomaiorenses, cearenses e maranhenses de um lado, e portugueses de outro.

O discurso foi produzido na imprensa campomaiorenses no final da década de 1960. Em matéria alusiva à celebração do 7 de Setembro do ano de 1968, veiculada no jornal *A Luta*, essa relação entre os dois acontecimentos era articulada, procurando demonstrar a importância mútua das duas datas para os caminhos que a nação tomou a partir de 1822. A matéria destaca que:

Na passagem do Jenipapo, onde se travou a batalha mais sangrenta pela consolidação da Independência, nós campomaiorenses, em particular, encontramos motivos patrióticos de inspiração permanente para os movimentos cívicos que nos assegurem a sobrevivência da Democracia e da República. Os triunfos do povo têm por bandeira o idealismo no pedestal da mocidade. As conquistas do passado são irretorquíveis e os seus exemplos marcam luminosamente o destino nacional⁸.

A Batalha do Jenipapo seria um motivo a mais de inspiração para os campomaiorenses aos movimentos em prol da – suposta – democracia e da República. O heroísmo demonstrado nas margens do rio que nomeou a batalha deveria impulsioná-los em novas lutas em defesa da nação, como a luta contra o comunismo, visto como o mal a ser combatido pelos brasileiros. Percebemos, dessa forma, que o ideário de democracia constituía o imaginário de parte dos habitantes da cidade que, imbuídos do exemplo de seus antepassados, deveriam agir para assegurar as suas conquistas. Tal entusiasmo cívico-patriótico é lembrado na semana seguinte pelo ex-prefeito municipal João de Deus Torres:

⁶ CARVALHO, *Op.cit.*, p. 11.

⁷ Cf. HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁸ A GRANDE Data. **A Luta**, 08 set. 1968. O jornal não existe mais em sua versão impressa, somente digitalizado, e algumas edições estão incompletas, sendo impossível identificar, em alguns casos, o ano do jornal, número, e algumas outras informações que, em alguns casos, só eram escritas na capa. O recorte citado é um exemplo disso.

Campo Maior, pelas suas raízes históricas, é uma das cidades brasileiras onde o Dia da Independência deve ser comemorado com inusitado brilhantismo. O movimento cívico visando nossa independência política de Portugal (...) foi consolidado com o sangue dos nossos heróis às margens do Jenipapo. (...). Ali ficou selado, como disse acima, a Independência da Pátria.

É justo, pois que, em Campo Maior, além do desfile de tropas e estudantes, houvesse competições esportivas e, sobretudo, conferências alusivas a nossa Data Magna. Assim, nossa mocidade não apenas tomaria conhecimento dos feitos de nossos antepassados, como seria encaminhada no sentido do bem e do amor à Pátria. Nenhum ato público marcou o 7 de Setembro de 1968 em terras campomaiorenses. O Governo municipal simplesmente ignorou a Data. Não sabemos que razões tão fortes levaram o Sr. Prefeito a esta atitude⁹.

Mais uma vez é realçada a singularidade do 7 de Setembro em Campo Maior. No imaginário campomaiorense o 13 de março e o 7 de setembro não poderiam ser pensados separadamente, pois um existia em função do outro e ambos se relacionariam na construção de uma cultura política que inserisse os campomaiorenses nesses eventos. Isso explica seu comportamento frente a esses acontecimentos, pois o sentido que um grupo confere a um acontecimento é condicionado pela cultura política da qual é participante¹⁰. Assim, o evento de 13 de março de 1823 era evocado como forma de colocar a cidade de Campo Maior como participante de um importante capítulo da história nacional.

É válido destacarmos ainda a insatisfação do ex-prefeito com a não realização de atos públicos em comemoração à data naquele ano¹¹. Para João de Deus Torres, a Independência deveria ser celebrada em Campo Maior por meio de discursos e práticas que corroborassem na construção da memória cívica da cidade e que fizessem com que a mocidade cultivasse amor à Pátria, porquanto “caberia aos jovens cultivar os elementos do passado que glorificavam a nação brasileira, assim como, constituir os anseios e projetos para o futuro do país, assumindo um papel específico atribuído a “sua geração”¹². Era oportuno, pois, uma ritualização das ideias proferidas, no intuito de otimizar seu êxito.

Já no ano seguinte, o dia da Independência foi bem celebrado em Campo Maior, destacando-se a parada que aconteceu no Estádio Municipal Deusdedith Melo, com a

⁹ TORRES, João de Deus. Dia da Independência. **A Luta**, 15 set.1968.

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. - Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

¹¹ Diante das fontes disponíveis para o estudo empreendido, não foi possível identificar o motivo pelo qual o prefeito não organizou eventos públicos gerando insatisfação no ex-prefeito.

¹² ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O golpe vira uma festa**: o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971). Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2020, p. 34.

participação de milhares de pessoas, envolvidas em diversas atividades. Irmão Turuka¹³, uma destacada personalidade campomaiorense, e um assíduo escritor do jornal *A Luta*, esteve presente no evento, do qual deixou registrado o seu testemunho:

Eram 8 horas quando começou o desfile, pelo mais velho Grupo Escolar “Valdivino Tito”, com 40 anos de função agora com 800 alunos (...). Depois vimos o Grupo Escolar “Leopoldo Pacheco” (...) com 830 alunos (...). O terceiro a entrar (...) foi o Grupo Escolar “Briolanja Oliveira” (...) com 600 alunos (...). Depois (...) o Grupo Escolar 13 de Março (...) com seus 532 alunos (...). Em seguida (...) o Grupo Escolar Petrônio Portela (...) com seus 652 alunos (...). Triunfalmente desfilou o Grupo Escolar Marion Saraiva (...) com 740 alunos (...). Escola Sindical Paulo Ferraz (...), com 220 alunos (...). Escola Alzira Pacheco (...) com 232 alunos (...)¹⁴.

No relato, o articulista faz uma descrição detalhada daquele evento, citando os participantes e dando ênfase às diversas atividades realizadas pelos envolvidos na celebração. Primeiramente, notamos o local em que a parada de 1969 ocorreu: no estádio municipal. Diferenciando-se do tradicional desfile nas grandes avenidas campomaiorenses, aquela festividade ocorreu em um espaço importante na cidade, que comportou as variadas atividades que compuseram o conjunto celebrativo do 7 de Setembro de 1969 em Campo Maior.

Percebemos também a numerosa participação de estudantes campomaiorenses, representando suas escolas e mostrando como a educação na cidade reproduzia as noções de civismo e patriotismo expressas naquele contexto. Cada escola, ao desfilar com seus alunos, dava testemunho do sentimento cívico-patriótico e exortava aos espectadores a compartilharem do mesmo sentimento. Analisando esse fato, observamos que elas desempenharam papel fundamental na inculcação dos valores de civismo e patriotismo fortemente pregados pelo regime militar. Nesse sentido, Janaína Martins Cordeiro nos mostra que:

(...) a participação das escolas e seus alunos não pode ser entendida dissociada do projeto cívico da ditadura, que incluía, sem dúvida a (re)educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, entendido aqui no contexto dos anos 1970, tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como antídoto necessário contra ideologias estranhas, que poderiam seduzir facilmente alguns jovens¹⁵.

Dessa forma, entendemos que o espaço escolar funcionaria como um agente de socialização dos valores propagados pelos militares, pois “a internalização e a aceitação dos

¹³ Antonio Andrade Filho, mais conhecido como Irmão Turuka, foi um comerciante, jornalista e espírita campomaiorense. Fundou na cidade o Centro Espírita Caridade e Fé, desenvolvendo por meio desta instituição ações sociais aos mais necessitados no município. Faleceu em Campo Maior em 28/06/1970.

¹⁴ TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. *A Luta*, 14 set. 1969.

¹⁵ CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2012, p. 28.

valores apresentados como fundantes do regime militar deveriam, assim, ser feitas por todas as instituições da sociedade”, e a escola seria um dos principais instrumentos nesse projeto, sobretudo por ser “ (...) instituição fundamental para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos”¹⁶. Ainda de acordo com o relato de Irmão Turuka, foram realizadas outras atividades na celebração no estádio municipal. Descreve-nos ele que:

Terminado o desfile de perto de 6000 jovens, passamos a observar as ricas representações dos carros alegóricos, mostrando em quadros vivos os feitos de nossa história. (...). Depois do desfile alegórico dos carros, passamos a ver números de arte, ginásticas, danças e jogos. (...). Fazendo esta súpula dos acontecimentos, para registro em nossa história, queremos dar destaque especial aos dois maiores times de futebol da cidade, Comercial Atlético Clube e Caiçara Esporte Clube que fizeram uma belíssima exibição do preparo físico de seus atletas, em formidável número de ginástica¹⁷.

O fragmento jornalístico nos permite entender que, além dos desfiles, outras atividades foram desenvolvidas naquela festividade com o intuito de transmitir ideias, noções e valores de caráter cívico-patriótico. Os quadros-vivos e os carros alegóricos citados na matéria funcionariam na construção de uma memória cívica ao ensinar aos presentes alguns capítulos da história nacional, que poderiam ser entendidos numa linguagem acessível à plateia. Novamente, é notável a atuação da escola nesse projeto ao produzir diferentes maneiras de se ensinar o conteúdo, pois, naquela conjuntura:

A missão da escola relativa ao ensino das tradições inventadas (...) justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. As tradições nacionais não poderiam (...) ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula. “As festas e comemorações, discursos e juramentos” tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar¹⁸.

Era proporcionado aos campomaiorenses presentes no local uma leitura do passado do Brasil, a partir da qual seria possível lhes inculcar valores de civismo e patriotismo, ao passo que representações eram construídas acerca do evento comemorado. Aqui é necessário compreender que as representações são influenciadas pelas ações e sua reprodução se dá por meio de práticas rituais que corroboram na forma como os homens apreendem a realidade¹⁹. Nesse sentido, entendemos que tais práticas e rituais desenvolviam um papel importante na

¹⁶ BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 56.

¹⁷ TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. **A Luta**, 14 set. 1969.

¹⁸ BITTENCOURT, *Op.cit.*, p. 56.

¹⁹ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

apreensão da cultura política do regime militar, porquanto “a realização de práticas reiterativas, como a repetição de rituais e cerimônias, e a participação em eventos e manifestações (...) servem para selar o compromisso dos aderentes, confirmando o sentido de pertencimento a um grupo”²⁰.

Como analisa Tatyana de Amaral Maya, “a elaboração de representações ancoradas na formação do sentimento de civismo concebido como sinônimo de patriotismo foi considerada fundamental pelos grupos civis e militares atuantes no Estado”²¹. Essas representações reproduzidas pelas práticas e rituais, como vimos acontecer em Campo Maior, nas quais se intencionava legitimar o regime militar, buscavam construir no presente a ideia de continuidade a uma obra do passado, de quando a liberdade da nação brasileira teria sido alcançada. Liberdade que foi tema de um discurso proferido pelo capitão da Polícia Militar, Geraldo de Souza Cândia, por ocasião das comemorações do Dia da Pátria, realizadas na Praça Bona Primo, no ano de 1970:

Naquela memorável tarde de 7 de Setembro de 1822 nascia uma nação forte, livre e soberana. Naquele dia, nossos antepassados legaram-nos a maior herança a que um povo pode aspirar: a LIBERDADE.

A maior glória de um povo livre é transmitir essa LIBERDADE aos seus filhos. E é exatamente o que estamos fazendo neste momento, com grande alegria e entusiastas vibrações.

Independência não é outra coisa senão LIBERDADE. O amor à liberdade, meus caros campomaiorenses, foi nos dado juntamente com a vida. E dos dois presentes do céu, o de menor valor é a vida. Daí porque D. Pedro I, ter proferido no seu grito, INDEPENDÊNCIA OU MORTE. Se não se pode ser livre, pra que viver?

Através dos anos nossas Forças Armadas vêm lutando indefectivelmente pela liberdade do povo brasileiro. Estão sempre alertas, velando noite após noite, dia após dia por esta liberdade, que se constitui no verdadeiro apanágio do homem.

Se é crime despojar um homem da liberdade que ele se tornou digno, é monstruosidade, é insulto à humanidade, roubar de um povo o direito de ser livre, de dirigir os seus destinos, de pensar livremente.

A liberdade dignifica e eleva os povos. A liberdade é o ideal da vida de todo homem espiritualmente bem formado. Atentar contra a liberdade de um povo é ignomínia, porque é despojá-lo do seu maior patrimônio.

(...).

Não podia deixar de lembrar neste momento, o grande brasileiro Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tão magnificamente surgiu na hora precisa para tirar nosso País da guerra dos corruptos, dos comunistas, inimigos da liberdade, e reconduzi-lo ao caminho da democracia, da ordem e do progresso.

Mais uma vez, foi nossa Independência consolidada, graças ao movimento revolucionário de 1964.

Originada na hora precisa e desenvolvida na forma das exigências nacionais, a Revolução de 31 de março de 1964 significa sobretudo um movimento de espírito e de ação, rumo à consolidação dos princípios cívicos e patrióticos do povo brasileiro, solapados até então, por demagogos que fomentavam a desordem, a corrupção, a

²⁰ MOTTA, *Op.cit.*, p. 23.

²¹ MAIA, *Op.cit.*, p. 90.

baderna, a indisciplina que nos levaria, sem dúvida alguma, à morte de nossa liberdade, ao desfacelamento de nossa Pátria.

(...).

Hoje, temos como Chefe Supremo da Nação, o já conhecido e admirado por todos nós, o General Emílio G. Médici, que como seus antecessores têm demonstrado firmeza e dedicação para a consecução dos reais interesses da Pátria, para que a mesma cresça livre, dentro da mais perfeita ordem política e social, com seus filhos trabalhando, tranquilos, confiantes, fervorosos e esperançosos em dias melhores e ainda com a indômita vontade de serem LIVRES, dentro de uma Pátria LIVRE²².

Não obstante a extensão do discurso, a transcrição em sua quase totalidade se dá devido à importância das questões expressas pelo autor em toda a sua elaboração, que dialogam diretamente com as problematizações que estamos empreendendo. É profundamente questionável o paradoxo entre o tema do discurso do militar – a liberdade – e o contexto no qual ele é proferido, uma vez que se dá em uma conjuntura de acirrada supressão das liberdades individuais, em prol de uma suposta democracia, estando o país no “auge” dos anos de chumbo com a vigência do Ato Institucional Nº 5, instrumento jurídico utilizado para legitimar ações repressivas do governo.

Ao empreender essa fala, o capitão Câncio esboça uma visão de liberdade que reafirmava o sentido histórico e político que o regime militar pretendia lhe imprimir, na tentativa de se colocar como um guardião da “Pátria Livre”. O cenário da emissão daquele discurso tal qual podemos apreender – a data, a comemoração, o autor, o local (a principal praça da cidade) – nos demonstra o objetivo da ditadura de instigar na população a imagem de que a liberdade conquistada no passado pelo heroísmo de D. Pedro estaria sendo garantida pelos supostos “heróis do presente”. Percebemos nesse contexto uma manipulação da história, em vista de atender certos fins políticos, uma vez que:

A história não pode ser interrompida por uma ação política, mas ela pode ser manipulada e, com isso, determinadas ações podem ser realçadas ou mitigadas pelo Estado. Foi isso que a ditadura fez, usou a versão dos acontecimentos do passado que considerou favorável a sua concepção de nação e silenciou sobre os eventos que não cabiam nessa formulação. Tudo isso mantendo a perspectiva de futuro como um horizonte ao alcance das mãos²³.

Este capitão da polícia militar de Campo Maior atribui um caráter heroico ao golpe de 1964, identificando-o como fator que teria consolidado a Independência e que seria a garantia de sua segurança. Os generais presidentes eram exaltados pela ação que empreenderam,

²² SAUDAÇÃO à Pátria. **A Luta**, 13 set. 1970.

²³ MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil)**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015, p. 156.

associando-se ao primeiro imperador do Brasil. Nessa investida, Humberto Castelo Branco é lembrado por sua liderança à frente do golpe de 1964, ato passível de despertar orgulho nos campomaiorenses que apoiavam a ditadura, em razão do primeiro presidente do regime militar ter sido reconhecido, anos antes do golpe, como um cidadão campomaiorense²⁴ pelo legislativo municipal, atitude que desperta contraditórios sentimentos no passado e no presente.

Tal discurso objetiva colaborar na construção da legitimação da ditadura civil-militar na cidade, mobilizando artifícios que produzam representações enaltecidas do regime para os campomaiorenses. Foi forjado um cenário em que os receptores da mensagem eram exortados a louvar uma suposta liberdade da qual todos os brasileiros colhiam frutos, ao passo em que eram negligenciadas as lutas por esta liberdade, realidade controversa à fala do militar. Dessa forma, é nítida a finalidade do discurso, entendida a partir de elementos que já apresentamos, posto que:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar²⁵.

Diante disso, podemos notar como o regime militar era apresentado aos campomaiorenses e como eram produzidas determinadas representações com o intuito de legitimá-lo nas “terras dos carnaubais”²⁶, a partir da noção de que “(...) a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como ele é”²⁷. Essa conduta foi intensificada em 1972, ano em que a Independência do Brasil comemorava seu sesquicentenário; momento em que os sentimentos cívicos e patrióticos foram elevados por diversas ações executadas pela ditadura, nas quais se pretendia concomitantemente exaltar aquele governo.

²⁴ Humberto de Alencar Castelo Branco foi homenageado na Câmara Municipal de Campo Maior com o título de “Cidadão Campomaiorense”, por ser filho de Cândido Borges Castelo Branco, militar campomaiorense, em data que se celebrava o centenário do nascimento de seu pai. CAMPO MAIOR. **Ata nº 605**. Sessão ordinária, 30 de julho de 1960.

²⁵ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 10.

²⁶ Uma das expressões em que Campo Maior é reconhecida, devido à abundância da carnaúba em toda a cidade.

²⁷ CHARTIER, *Op. cit.* p. 74.

Em 1972, o regime ainda se beneficiava do “milagre econômico”, contexto propício para angariar o consentimento da população brasileira em relação à política empreendida pelos militares. Assim, a comemoração dos 150 anos da Independência serviu como uma grande oportunidade de se legitimar perante os brasileiros. Para isso, foram realizados eventos de proporções nacionais expressando um grandioso espetáculo cívico-patriótico²⁸. Um desses eventos foi a corrida do chamado “Fogo simbólico da Pátria”, que percorreria todo o país com o objetivo de demonstrar uma pretensa integração nacional em torno do projeto político do governo militar. Campo Maior constou no percurso deste símbolo cívico e a passagem pela cidade foi anunciada pelo jornal *A Luta*:

O Fogo Simbólico da Pátria, percorrendo novamente o território piauiense, desta vez no ano do Sesquicentenário da Independência, passará por Campo Maior 3ª feira vindoura, procedendo de Teresina e dirigindo-se para Parnaíba. Partirá o Fogo Simbólico da capital, às 8 horas e chegará a Altos às 11 horas. Conduzido por atletas da cidade vizinha, dali sairá às 13 e atingirá Campo Maior por voltas das 16 horas, acontecendo a solenidade na Praça Bona Primo, presentes as autoridades civis, militares e eclesiásticas do município, o representante da Liga da Defesa Nacional, Maj. Geraldo Cância, representantes de associações, estudantes e o povo em geral, a quem dirige o convite o prefeito Jaime da Paz. As 8 horas de 4º feira a chama seguirá para Capitão de Campos, levada por atletas campomaiorenses. 4ª feira, cedo uma centelha será conduzida de Campo Maior para Batalha e Esperantina, transportadas por atletas das respectivas cidades²⁹.

Pelo enunciado da matéria, percebemos que esta seria a segunda passagem do Fogo Simbólico pelas terras campomaiorenses, para a qual estava preparada uma solenidade na principal praça da cidade com a presença de autoridades locais. O fato demonstra a união das forças políticas e sociais de Campo Maior em torno das ideias cívico-patrióticas do governo militar, impelindo a população a se sentir participante de um evento nacional e, ao mesmo tempo, exaltar o governo autoritário que aquela tocha também simbolizava, representando sua presença em todos os territórios do Brasil. Isso nos permite compreender que:

A sociedade não ficava alheia a esse clima “alucinante” de festejos, celebrações, desenvolvimento econômico e progresso. Sob este aspecto, o Sesquicentenário da Independência pode ser considerado uma ocasião importante para se observar a adesão e o consentimento social com relação ao regime. É um momento no qual podemos analisar as formas pelas quais os mais diversos segmentos da sociedade reivindicaram sua participação num evento, que ao fim, servia como forma de legitimação do governo³⁰.

Indubitavelmente, os festejos do Sesquicentenário foram muito propícios aos militares para alcançarem o consentimento da população brasileira. Isso se intensificaria na culminância

²⁸ CORDEIRO, *Op.cit.*

²⁹ DE VOLTA o Fogo Simbólico da Pátria. *A Luta*, ano V, nº 217, 05 jun. 1972, s/p.

³⁰ CORDEIRO, *Op. cit.*, 2012, p. 87-88.

das celebrações, na semana em que se comemorava o dia da Independência. Todo o país deveria festejar aquele momento e Campo Maior não se excluiu do evento. O governo municipal elaborou uma programação com variadas atividades para comemorar a Semana da Pátria de 1972, assim divulgada pelo jornal *A Luta*:

- Dia 1 – Comemorações internas nos estabelecimentos de ensino
- Dia 2 – Jogos no Iate Clube: Handebol: Colégio Estadual x Colégio Normal, às 8:00h. Futebol de Salão: Colégio Estadual x Ponte-Preta (que valerá pelas semifinais da V Copa Campo Maior e Taça Sesquicentenário), às 15:00h
- Dia 3 – Corrida de Bicicleta Campo Maior – Teresina (...) às 7:00h. Missa solene na Igreja Matriz, às 8:00h. Futebol de campo: Colégio Estadual x GOT, Estádio Deusdeth de Melo, às 15:00h
- Dia 4 – Palestras nos Estabelecimentos Escolares
- Dia 5 – Treinamento Geral
- Dia 6 – Corrida de Resistência – ambos os sexos – Juvenil e Infantil – Praça Bona Primo, às 8:00h. Corrida de Bicicleta – Contorno do Açude, às 16:00h
- Dia 7 – Desfile Geral dos alunos e outras apresentações em homenagem ao Sesquicentenário da Independência³¹.

Os festejos do Sesquicentenário da Independência teriam seu ápice na Semana da Pátria que seria celebrada em todo o país. Diante da programação feita pela prefeitura, podemos observar que o intuito era promover diversas atividades, envolvendo a população em diferentes formas de se celebrar a data. Assim, fazia-se transparecer o objetivo primordial das celebrações cívicas, qual seja: promover uma comunhão coletiva de valores nacionais, através de interpretações de acontecimentos pretéritos, visando legitimar o presente e construir um imaginário que reverbere no futuro.

No ano seguinte, continuaram os louvores à Independência do Brasil e ao heroísmo atribuído a D. Pedro I. Representações daquele acontecimento histórico, com forte teor patriótico, continuaram sendo produzidas em Campo Maior, estabelecendo ligações entre passado e presente, nas quais heróis de outrora eram lembrados também para exaltar os supostos heróis do *agora*. É o que vemos em um poema veiculado em setembro de 1973 no jornal *A Luta*, que traz os seguintes versos:

O Brasil independente
 Estava sendo enganado
 Muito dos filhos marcharam
 Por caminho muito errado
 Mas veio uma explicação
 Chamada Revolução
 Deixando tudo apagado

Nove anos decorridos
 É bom sempre festejar
 E nós campomaiorenses

³¹ PROGRAMAÇÃO da Semana da Pátria. *A Luta*, 26 ago. 1972, nº 228, ano V.

Soldados por natureza
Cada um está preparado
Pra fazer sua defesa
Vamos ficar por aqui
Ampliando o Piauí
Que já tem muita riqueza.

(...)
O nosso governador
Como homem idealista
Fará este Monumento
E não perderá de vista
A sua inauguração
Será mesmo pra Nação
Uma era de conquista
(...)
Portanto hoje somos independentes
Graças a Dom Pedro e seu talento
E o Brasil marcha ininterruptamente
A caminho do desenvolvimento³².

Através deste poema, percebemos que o autor articula três acontecimentos, a Independência do Brasil, a Batalha do Jenipapo e o golpe de 1964, considerando todos como eventos por meio dos quais a liberdade do país fora conquistada, consolidada e assegurada. Como vimos anteriormente, um outro poeta campomaiorense já havia relacionado os “Heróis do Jenipapo” com militares, atribuindo-lhes um heroísmo fundamental para a história do Brasil.

No texto que ora analisamos, Raimundo Alcântara convida o leitor a festejar os nove anos de uma “revolução” que teria posto fim aos problemas causados por filhos da nação que tomaram “caminhos errados”. Novamente, vemos ser construídas representações do golpe de 1964 que o glorificam e, ao citar esse acontecimento em um momento de louvor à Independência do Brasil, propõe a relação entre os dois eventos, com o intuito de criar uma ligação histórica entre esses momentos e, a partir do 7 de setembro exaltar também o 31 de março.

Cabe notar ainda a referência feita a acontecimentos e personalidades piauienses, a saber a Batalha do Jenipapo, a construção do monumento e o governador Alberto Silva³³, citado como um homem idealista que proporcionaria uma conquista para a nação com a inauguração da obra em homenagem aos mortos na batalha de 1823. A forma como ele é lembrado no poema nos leva a entender que o poeta tinha uma imagem do governador que o colocava no grupo de heróis

³² ALCÂNTARA, Raimundo Andrade de. 7 de Setembro. **A Luta**, edição sem data.

³³ Alberto Tavares Silva (1918-2009) foi um importante político piauiense que desempenhou diversos cargos na administração pública a nível municipal, estadual e federal, se destacando na chefia do Poder Executivo estadual no qual por duas oportunidades (1971-1975/ 1982-1986) exerceu o cargo de governador do Piauí, sendo na primeira vez nomeado pelo governo militar e na segunda eleito pelo voto popular.

que deveriam ser enaltecidos pelas conquistas que alcançaram ao estado e ao país, seja no passado ou no presente.

Considerações Finais

Pelo que expomos até aqui, compreendemos que a data da Independência do Brasil era fortemente celebrada em Campo Maior, através de mensagens e textos, mas sobretudo, por meio de práticas e rituais que materializavam os discursos de civismo e patriotismo e que colaboravam para ensinar tais valores, defendidos pelos militares, aos campomaiorenses. Eram ações que propunham engajar a população em sua realização, fazendo com que todos compartilhassem dos mesmos sentimentos patrióticos. E, nesse contexto, em 1975, o jornal *A Luta* divulgou uma mensagem se mostrando participante dessa paixão cívico-patriótica tão intensificada no Brasil daqueles anos:

O povo, governo, autoridades, estudantes e militares, nesta manhã, estarão todos, imbuídos do mesmo ardor cívico-patriótico, irmanados num só ideal, nas ruas de nossa cidade para comemorar a data magna da nacionalidade, quando cento e cinquenta e três anos são decorridos de independência.

Este jornal, que sempre se preocupou desde os mais comezinhos aos mais altos fatos de nossa História, não seria neste dia que iria silenciar.

Nós que fazemos o jornalzinho, em número que não ultrapassa à casa dos cinco dentre cento e dez milhões de brasileiros, nos sentimos bem à vontade para externar os nossos sentimentos de brasilidade e também, como todos, acender uma vela no Altar da Pátria pela continuidade do regime de liberdade que sua Alteza, Príncipe Dom Pedro I, nos legou em memorável acontecimento às margens do Riacho do Ipiranga no 7 de Setembro de 1822³⁴.

Nesta mensagem, o semanário campomaiorense se mostra não só um divulgador dos valores de civismo e patriotismo, mas também entusiasmado com tais valores. Além disso, podemos perceber como eles são mencionados para respaldar o discurso de liberdade com o qual o jornal se refere ao regime militar legitimando, dessa forma, a ditadura.

Notamos como o jornal é um defensor das ideias e valores cívico-patrióticos também quando faz críticas ao governo municipal pela forma como os desfiles de 7 de setembro foram realizados em algumas oportunidades. Em 1977, por exemplo, fugiu ao padrão já apresentado em Campo Maior em anos anteriores e o jornal *A Luta* não poupou comentários negativos:

Com pouco entusiasmo de parte da numerosa assistência ali postada e escasso movimento rítmico, cedência, digamos assim, excetuando-se alguns pelotões estudantis e a tropa militar, foi como se realizou, em nossa cidade, a parada de 7 de Setembro, neste ano da graça de 1977, em comemoração à Semana da Pátria.

³⁴ A LUTA e o 7 de Setembro. *A Luta*, 07 set. 1975.

Consoante “programa” da Prefeitura Municipal, que marcou para 16:30 horas o início do magno desfile, somente depois das 18 horas isso foi possível acontecer, levando-se em conta as dificuldades de última hora. Resultou desse retardamento que metade do desfile teve seu curso noite a dentro, que cá pra nós, não é própria para acontecimentos desse jaez. Aliás, as tardes e as noites não foram feitas para esse tipo de festa. Campo Maior se constituiu assim numa exceção à regra nesse particular. Não se conhece nenhuma outra cidade, capital ou vila deste país (pelo menos não temos conhecimento) que faça sua parada de 7 de Setembro noutra horário que não o da manhã. E porque então essa esdrúxula medida para a nossa cidade?

Talvez por falta de cordões de isolamento, que neste ano não foram colocados ao longo da Avenida José Paulino, separando o povo dos participantes do desfile, a pista encontrava-se quase sempre invadida por populares, meninos vadios e até por ciclistas, que entenderam de fazer também as suas evoluçõeszinhas. Aqui e ali um ciclista era notado na pista e aí as vaias campeavam soltas, numa conotação não muito adequada ao momento, que deveria ser de respeito e seriedade e nunca para a prática de molecagens³⁵.

O jornal tece diversas críticas ao desfile daquele ano que, pelo que percebemos, foi muito diferente dos que ocorreram anteriormente, seja pelo entusiasmo dos participantes, seja por sua organização. Tais reclamações sugerem que o poder público municipal não organizou festividades para comemorar a data, como já ocorrera nos levando a entender que aquela chama do fogo do amor à Pátria estava perdendo sua força. O civismo e o patriotismo, fortemente evocados em Campo Maior, estava diminuindo a intensidade, provocando um desânimo justamente naqueles que deveriam disseminar esses sentimentos à população.

É um fato intrigante esse desânimo com as questões cívicas na cidade quando esta foi palco de grandes discursos e celebrações à Independência do Brasil, sobretudo na primeira metade da década de 1970. Porém, nos anos seguintes, desinteresse, desorganização e falta de entusiasmos se sobressaíram nas festividades cívicas da região, em contraste com as entusiasmadas manifestações de amor à Pátria que, como já demonstramos, haviam sido marcantes. Em 1978, *A Luta* também divulgou uma matéria criticando o desfile daquele ano:

Um desfile desorganizado e com pouca expressão, até mesmo atabalhado, com o Ginásio Santo Antônio desistindo de prosseguir embora já desfilando em plena Av. Vicente Pacheco, e apresentando-se de modo elegante, foi o que o povo presenciou na tarde de 7 de setembro, demonstrando descontentamento e certa revolta ao descaso de quem de direito omitindo-se de promover aquela que seria aqui a maior festa do povo, comemorada em outras ocasiões com a dignidade e o entusiasmo a que faz jus³⁶.

Aquele ardor cívico percebido antes em Campo Maior foi arrefecendo. As grandes comemorações no estádio municipal, nas grandes avenidas, deram lugar a tímidas manifestações alusivas ao dia da Independência nos anos finais da década de 1970, provocando insatisfação nos grupos que foram responsáveis por promover o civismo e o patriotismo na

³⁵ PARADA cívico-militar de 7 de Setembro. *A Luta*, 11 set. 1977.

³⁶ FRACAS as comemorações do Dia da Independência. *A Luta*, ano XI, nº 521, set. 1978.

cidade. Possivelmente, essa situação está relacionada com a da ditadura na época, em que o regime perdia força devido às ascendentes oposições que se espalhavam por todo o país e que, aos poucos, foram abalando as estruturas que sustentavam o regime, dentre elas os discursos relacionados às ideias de civismo e patriotismo.

Pretendemos, portanto, a partir do que foi analisado, compreender como se deu a construção do civismo e do patriotismo em Campo Maior durante a Ditadura Civil-Militar e como isso foi fundamental para a legitimação do regime no local. Para isso, apresentamos como o discurso cívico-patriótico foi materializado em diversas celebrações e ritualizado na cidade com o intuito de inculcar nos campomaiorenses tais valores, tão caros ao regime com os quais pretendia ser identificado. Então, impelida pela tradição de seus heróis locais, a região reproduziu práticas e discursos de caráter cívico e patriótico que possibilitaram a construção de representações legitimadoras da ditadura na cidade.

Referências

A GRANDE Data. **A Luta**, 08 set. 1968.

ALCÂNTARA, Raimundo Andrade de. 7 de Setembro. **A Luta**, edição sem data.

A LUTA e o 7 de Setembro. **A Luta**, 07 set. 1975.

BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. *In*: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de Setembro de 1969.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2012.

DE VOLTA o Fogo Simbólico da Pátria. **A Luta**, ano V, nº 217, jun. 1972, s/p.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRACAS as comemorações do Dia da Independência. **A Luta**, ano XI, nº 521, set. 1978.

MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia:** o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil). (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco - Recife: 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). **Culturas Políticas na História:** novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

PARADA cívico-militar de 7 de Setembro. **A Luta**, 11 set. 1977.

PROGRAMAÇÃO da Semana da Pátria. **A Luta**, 26 ago. 1972, nº 228, ano V.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014

SAUDAÇÃO à Pátria. **A Luta**, 13 set. 1970.

TORRES, João de Deus. Dia da Independência. **A Luta**, 15 set. 1968.

TURUKA, Um Campo Maior grande faz uma grande parada 7 de Setembro. **A Luta**, 14 set. 1969.

ZIMMERMANN, Ana Carolina. **O golpe vira uma festa:** o 31 de março de 1964 nos discursos e práticas cívico-patrióticas (1970-1971). Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Regional de Blumenau: Blumenau, 2020.

**“O ASSUNTO, MUITO ATUAL, O DO
COMUNISMO INFILTRADO NO BRASIL, FOI O
ESCOLHIDO PARA A TROCA DE IDEIAS”: O
GOLPE MILITAR E A ESCOLA DE BELAS ARTES DE
PELOTAS (1964)**

**“THE SUBJECT, VERY CURRENT, OF THE
COMMUNISM INFILTRATED IN BRAZIL, WAS
CHOSEN FOR THE EXCHANGE OF IDEAS”: THE
MILITARY COUP AND THE SCHOOL OF FINE ARTS
IN PELOTAS (1964)**

GUILHERME SUSIN SIRTOLI*

Resumo: Este artigo busca analisar um incidente ocorrido nos primeiros dias após o golpe de 1964 na Escola de Belas Artes de Pelotas, situada no sul do Brasil. As fontes utilizadas para a análise derivam de uma ata sobre o ocorrido e dos diários publicados da diretora da escola, D. Marina de Moraes Pires. Adotamos como suporte metodológico os processos associados à micro-história em diálogo com a história global, visando compreender como os impactos ditatoriais podem gerar reflexões que transcendem seu período temporal e espacial. Entendemos a necessidade de uma memória crítica sobre os efeitos do golpe e da ditadura civil-militar, ultrapassando os limites dos grandes centros urbanos brasileiros.

Palavras-chave: golpe militar, memória, ditadura civil-militar, Pelotas.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, bolsista do CNPq. Email: guisusinsirtoli@gmail.com.

Abstract: This article seeks to analyze an incident that occurred in the first days after the coup of 1964 at the Escola de Belas Artes de Pelotas, located in southern Brazil. The sources used for the analysis derive from minutes of the incident and the published diaries of the school director, D. Marina de Moraes Pires. We adopted as methodological support the processes associated with microhistory in dialogue with global history, aiming to understand how the dictatorial impacts can generate reflections that transcend its temporal and spatial period. We understand the need for a critical memory about the effects of the coup and the civil-military dictatorship, going beyond the limits of large Brazilian urban centers.

Keywords: military coup, memory, civil-military dictatorship, Pelotas.

Introdução

Vivemos imersos em uma contemporaneidade cada vez mais conectada, sendo que a lógica de uma suposta “produtividade necessária” permeia muitos contextos da vida contemporânea, o que de certa forma acaba afetando nossas sensibilidades. Sabemos que essa padronização de comportamentos e mentalidades, resultado de um controle sobre o pensar sensível, não se originou no período atual. Essa forma que relega a subjetividade a um segundo plano pode ser percebida como um resultado de diferentes práticas e narrativas que permearam épocas passadas, o que, por sua vez, impactou inúmeros âmbitos, podendo ser citados o social, o educacional e o político, entre outros: “As narrativas são formas de estabelecer a maneira como há de ser pensada e vivida a experiência”¹.

Questionando-nos sobre tais narrativas pregressas, alcançamos um dos períodos históricos recentes mais restritivos no que tange à liberdade e subjetividade dos indivíduos. Este período estendeu-se de 1964 a 1985, quando foi instaurada uma ditadura militar no Brasil, apoiada por setores civis e marcada pela repressão social, impactando inúmeros setores da sociedade brasileira. Esse período teve início por meio de um golpe de Estado em 1964, com a deposição do presidente brasileiro democraticamente eleito, João Goulart (1919-1976), durante os eventos ocorridos entre 31 de março a 1.º de abril de 1964. Esse golpe resultou em uma completa mudança no sistema político vigente até então.

A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis

¹ HERNANDÈZ, Fernando. **Catadores da cultura visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Editora Mediação. 2007, p. 65.

interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura de Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso.²

Os impactos desse período reverberam muito além de seu tempo, deixando consequências diretas para as décadas subsequentes. Vale destacar que as pesquisas sobre o período ditatorial brasileiro estão inseridas no campo da História do Tempo Presente, já que as repercussões da ditadura permanecem latentes na sociedade. Alguns desses impactos podem ser percebidos através de relatos de diferentes sujeitos que foram atravessados pelo período repressivo, ecoando em seus cotidianos: “A marca central da História do Tempo Presente — sua imbricação com a política — decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, ‘não terminou’”.³

Entre as consequências da ditadura na contemporaneidade, podemos citar a difusão de comentários pró-ditatoriais por parte de políticos brasileiros, frequentes na mídia entre os anos de 2019 a 2022, durante o mandato do 38.º Presidente do Brasil. Logo, dimensionamos que muitos cidadãos ainda não possuem um pensamento crítico sobre o período, corroborando para uma amplificação da negação dos fatos ocorridos.

A retórica do anticomunismo foi amplamente pregada como forma de propaganda pela ditadura militar e seus apoiadores. Essa retórica busca “justificar” o golpe militar, ecoando em relatos no Brasil contemporâneo. Frente a isso, sabemos que tentativas de um falseamento da história⁴ frente aos fatos ocorridos no passado costumam ser frequentes: “O argumento anticomunista a respeito das origens do golpe de 1964 tem servido também para fazer conexão com o presente, alimentando o sentimento de que as esquerdas são forças negativas a serem removidas do cenário público atual”.⁵ Ou seja, o medo de um suposto fantasma vermelho extremamente perigoso continua pairando no cenário nacional.

Mesmo considerando a intensa repressão ditatorial, isso não impediu a atuação em forma de resistência por inúmeros indivíduos e setores da sociedade, tema que vem sendo

² SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015, p. 449.

³ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, v.28 n.47, jan.-jun. 2012, pp.43-59.

⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 19.

⁵ *Ibidem*.

estudado no âmbito acadêmico há alguns anos. Essas abordagens, majoritariamente, acabam focando nos grandes centros urbanos do país, principalmente na Região Sudeste, com destaque para as capitais São Paulo e Rio de Janeiro. Della Vechia e Silveira⁶ afirmam que essa realidade vem sendo gradualmente transformada, embora ainda haja muito a ser feito. Nos últimos anos, diversos temas relacionados ao período ditatorial brasileiro têm emergido nas pesquisas acadêmicas, permitindo uma compreensão mais aprofundada das complexidades desse momento histórico.

Porém, podemos perceber que os impactos da ditadura ainda são pouco estudados em instituições fora da Região Sudeste. Especificamente, compreendemos que há uma lacuna que demanda maior atenção para alguns temas, incluindo instituições de ensino impactadas pela repressão para além dos grandes centros do país. Nesse contexto, buscamos evidenciar os impactos do golpe civil-militar no âmbito de uma instituição de ensino de artes localizada no extremo sul do país. Por meio da análise de fontes documentais do período, este texto tem como objetivo investigar as questões e conflitos originados após o golpe militar na Escola de Belas Artes de Pelotas D. Carmen Trápaga Simões (EBA).

Essa instituição, fundada no final da década de 1940, foi criada a partir dos anseios da elite pelotense, sendo um importante espaço de ensino da arte no Sul.⁷ A EBA esteve em funcionamento entre os anos de 1949 e 1973, sendo fundida com o Instituto de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) em 1973, remontando às origens do atual Centro de Artes (CA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Considerando que a história da EBA também se entrelaça com a história da própria UFPeL, buscamos compreender determinados impactos que o golpe civil-militar de 1964 gerou nesta instituição. Assim, acreditamos que revisitar os documentos remanescentes da EBA durante o período ditatorial nos permite não apenas aprofundar o conhecimento sobre a própria instituição, mas também promover reflexões que vão do micro ao macro, abordando questões importantes para uma memória crítica⁸ da ditadura em espaços afastados dos grandes centros urbanos do Brasil.

⁶ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. 2020. pp. 57-83.

⁷ MAGALHÃES, Clarice Rego. A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973): trajetória institucional e papel na história da arte. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Universidade Federal de Pelotas. 335f.

⁸ Utilizamos o conceito de memória crítica proposto pela teórica cultural chilena Nelly Richard. A autora define a memória crítica como uma forma de confrontar as narrativas oficiais e hegemônicas sobre o passado,

Rememorar o passado de forma crítica: a ditadura no Sul do país

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente.

(Jeanne Marie Gagnebin, *Lembrar, esquecer, escrever*)

A filósofa e professora Jeanne Marie Gagnebin, em sua obra *Lembrar, esquecer* (2009), propõe uma visão ativa da memória. A autora concebe o ato de recordar como uma prática ativa, sendo fundamental para a forma como lidamos no presente. Dessa forma, o ato de lembrar envolve responsabilidade e ação constante. As recordações e a memória podem atuar diretamente no presente, desestabilizando percepções pré-estabelecidas e promovendo questionamentos que vão desde o âmbito pessoal até problemáticas de grande relevância na sociedade.⁹ A partir dessa perspectiva proposta por Gagnebin, entendemos que as memórias do período ditatorial, embora muitas vezes pareçam adormecidas em arquivos ou relatos, quando são acessadas e comunicadas à população, contribuem para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre esse período e suas consequências para a vida em sociedade.

Segundo Richard, quando abordamos aspectos relativos aos regimes ditatoriais, se fazem necessárias posturas críticas.¹⁰ A autora parte da experiência ditatorial chilena, em vigência entre 1973-1990, mas podemos pensar em questões que partam do local, nacional ou mesmo continental, compreendendo as dimensões dos estados autoritários em ascensão na América Latina no decorrer do século XX. Para Richard, mostra-se relevante “restaurar uma memória que, mantendo-se fiel à experiência sensível das vítimas, transmita à comunidade social a necessidade de continuar a interrogar o passado a partir de uma variedade de ângulos e perspectivas que ultrapassam os limites físicos”¹¹. Assim, consideramos que lembrar e escrever sobre o passado ditatorial é um exercício que nos permite pensar sobre injustiças e dilemas não

especialmente em contextos de violência e repressão. Para Richard, a memória crítica não busca apenas preservar fatos históricos, mas questionar as estruturas de poder que influenciam a construção dessas narrativas. Para mais, ver: RICHARD, Nelly. *Crítica de la memoria (1990-2010)*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar esquecer esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

¹⁰ RICHARD, Nelly. *Crítica de la memoria (1990-2010)*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010, p. 259.

¹¹ RICHARD, Nelly. *Ibidem*.

resolvidos, persistindo em uma temporalidade aberta e inacabada, atuando para além do espaço em que estão circunscritos.¹² Assim, estas “estranhas ressurgências do passado”¹³ podem nos mobilizar, ampliando nossa compreensão sobre certos períodos históricos e suas implicações.

Sabemos que, frequentemente, determinados indivíduos tendem a minimizar as dimensões repressivas da ditadura, alegando que a repressão “nem foi tudo isso” ou até mesmo afirmando que “nem houve ditadura por aqui”. Infelizmente, essas expressões negacionistas acabam permeando inúmeros espaços na sociedade, onde sujeitos buscam minimizar as atrocidades do período ao promoverem discursos que atribuem aspectos “positivos” ao contexto ditatorial. Esses comentários acabam reverberando no senso comum, diminuindo e até mesmo negando a gravidade dos fatos do período.

Essas ideias equivocadas estão presentes em relatos provenientes de diversas regiões do país, com ênfase nas cidades do interior. Nestes espaços, algumas pessoas talvez não tivessem dimensão do tamanho da repressão ocorrida, visto que “a maioria era vista como ‘pessoas de bem’ que nunca passariam por qualquer constrangimento”¹⁴. Porém, sabemos que nesses locais a repressão também atuou, bem como inúmeras práticas de resistência individuais e coletivas. Devemos levar em consideração que a falta de conhecimento sobre fatos históricos e de reflexão sobre o período corrobora para a difusão da “utopia autoritária”: “crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e — sobretudo os políticos civis — venais”¹⁵.

Na cidade de Pelotas, situada ao sul do Rio Grande do Sul (RS), próxima das fronteiras com o Uruguai, a ditadura esteve presente e ecoou no cotidiano de muitos cidadãos. Em relato escrito sobre o contexto ditatorial em Pelotas, Lúcio Vaz expõe: “Em cada reunião, assembleia, festa, em cada boteco, sala de aula, até mesmo em missas nos sentíamos vigiados. Observávamos pelo canto dos olhos aqueles sujeitos estranhos, atentos, que mais ouviam do que falavam”¹⁶. O relato nos mostra que, apesar de distante dos grandes centros urbanos do

¹²RICHARD, Nelly. *Ibidem*.

¹³GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Op. Cit.* p. 55.

¹⁴CARPI, Dayane Giselle Guimarães; PASSOS, Kássia Hellen Machado. Observação da percepção civil sobre o regime militar brasileiro e seus reflexos no ano de 1970. **Anais do VIII Congresso Internacional de História**. 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3717.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2024. p. 2528.

¹⁵FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004. p. 39.

¹⁶VAZ, Lúcio. Como o SNI via os nossos subversivos. In: CAZARRÉ, Lourenço (org.). **50 tons de Rosa: Pelotas no tempo da ditadura**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016, p. 95.

Sudeste, a população pelotense também foi impactada pela vigilância e repressão ditatorial. Entre outros impactos e reações de relevância em Pelotas nesse período, podemos citar a mobilização estudantil pelotense com a criação da Frente de Ação Revolucionária Popular (FARP) logo após a promulgação do golpe. A FARP, posteriormente, acabou sofrendo com a repressão do Estado: “criada em Pelotas, funcionava com representação de diversas organizações, contou com a composição de segmentos operários, de ferroviários, de portuários e de partidos”¹⁷.

Além do que já foi mencionado, é importante ressaltar que inúmeras formas de resistência e solidariedade aos militantes se desenvolveram no Rio Grande do Sul, assim como também ocorreram adesões e acomodações à ditadura. O território gaúcho teve um papel estratégico no contexto ditatorial, tanto para os aparatos repressivos quanto para as forças de resistência, dada sua proximidade com as fronteiras do Uruguai e da Argentina. Ademais, destaca-se o protagonismo da luta articulada de determinados grupos em defesa da legalidade no RS:

Faz-se necessário ressaltar que o RS tinha uma forte militância trabalhista, um grande apoio popular às reformas de base, foi protagonista na Campanha da Legalidade e, principalmente, tem diversas especificidades derivadas de sua localização de fronteira com Uruguai e Argentina, o que situa o território como estratégico tanto para a repressão quanto para a resistência à ditadura civil militar.¹⁸

Após o golpe de 1964, a desarticulação de inúmeros grupos e indivíduos teve início ainda nas primeiras semanas que se sucederam, no decorrer do mês de abril de 1964. Expurgos de professores vinculados à então Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) ocorreram. A “limpeza” de docentes subversivos também acometeu professores pelotenses. Ainda em 1964 foram expurgados dois professores de Pelotas, vinculados à Faculdade de Direito, em um período anterior à própria criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).¹⁹

¹⁷ SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira. **Anais do X Encontro Estadual de História (ANPUH-RS)**. 2010. p. 4.

¹⁸ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. pp. 57-83. 2020.

¹⁹ A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas surgiu em 12 de setembro de 1912. Foi a segunda faculdade de Direito a abrir suas portas no Rio Grande do Sul, sendo a primeira a Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi federalizada em 1969, no contexto de criação da UFPel. Cf.: SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Op.cit.*

Além disso, estudantes, políticos e outros cidadãos pelotenses também sofreram nas mãos da repressão do Estado.²⁰

Consideramos que, além de grupos e indivíduos, inúmeras instituições também sofreram impactos da ditadura, seja de forma direta ou indireta. Nosso objetivo aqui é entender as dimensões humanas dessas instituições, criadas, moldadas e vivenciadas por pessoas. Entre elas, destacam-se as universidades e outras instituições de ensino, que foram — e continuam sendo — espaços essenciais de confronto entre diferentes ideologias e vertentes políticas. Ao longo da história, esses locais foram palco de lutas que asseguraram e reafirmaram inúmeros direitos para estudantes e demais indivíduos.

Entendemos que é necessário estudar os impactos da ditadura a partir de casos específicos, nos permitindo ampliar as discussões sobre esses acontecimentos através de um jogo de escalas, do micro ao macro. Assim, buscamos aporte para as análises junto aos procedimentos metodológicos vinculados à micro-história em diálogo com a perspectiva da história global²¹, ressaltando determinadas conexões estabelecidas no contexto ditatorial. A micro-história é uma abordagem historiográfica desenvolvida a partir da década de 1970 por historiadores italianos que buscavam “colocar o foco nos questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos”²². Essa abordagem possibilita analisar com minúcias determinados casos específicos, lugares, documentos, acontecimentos, entre outros, com auxílio da “lupa micro-histórica”. Através da identificação de perguntas que “sejam relevantes para muitas realidades”²³, se faz possível perceber conexões que possibilitam pensar do micro ao macro e vice-versa. Assim, destacamos a importância do jogo de escalas para a produção do conhecimento baseado nos procedimentos vinculados à tal perspectiva historiográfica.²⁴

A abordagem centrada na micro-história não tem a pretensão de reduzir os fatos a uma história isolada em seu contexto, mas sim, procura integrar tais acontecimentos a outras realidades, por meio de um jogo de conexões, que vão desde o local até o global, perpassando pelo aumento e redução de escalas.²⁵ As conexões estabelecidas entre os jogos de escala estão

²⁰ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. *Op. Cit.*

²¹ CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70. 2016.

²² LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação.** São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 20.

²³ *Ibidem.* p. 20.

²⁴ *Ibidem*

²⁵ CONRAD, Sebastian. *Op. Cit.*

diretamente relacionados com a perspectiva global, pensando o quanto as dimensões do local podem contribuir para entendimentos maiores acerca de determinados temas. Logo, podemos perceber como algumas situações difundidas no âmbito macro reverberam no micro, por meio da análise de uma fonte específica, por exemplo. Sabemos que alguns acontecimentos podem passar muitas vezes despercebidos no contexto de uma história mais generalizante. Assim, buscamos novos contornos para alguns aspectos históricos, possibilitando ampliar o conhecimento através de novas dinâmicas e leituras que vão para além dos contextos gerais.

Levi, um dos historiadores vinculados à perspectiva micro-histórica, ressalta as contribuições dessa corrente historiográfica em seus diálogos com a perspectiva global, expondo que a “leitura ao microscópio, através do aumento da escala de observação, é a maneira com a qual os historiadores mantêm o seu contato com a documentação e com os arquivos, e assim, são capazes de formular novas leituras e novas perguntas”²⁶. Neste sentido, De Vito complementa: “A expressão ‘redução de escala’ concerne neste caso à possibilidade de observar, como ao microscópio, aspectos de processos históricos amplos que ficam escondidos pelas categorias homogêneas da macro-história”²⁷. A seguir, buscaremos compreender os impactos do golpe militar em uma instituição de ensino no Sul do Brasil. Voltamos nossa atenção para um incidente ocorrido após o dia 31 de março de 1964 no contexto da Escola de Belas Artes de Pelotas, percebendo através do “microscópio” determinados aspectos que permaneceram eclipsados nas pesquisas acadêmicas sobre a referida instituição, em diálogo com questões “maiores”.

“Situação de apreensões e instabilidades”: impactos do golpe militar na Escola de Belas Artes de Pelotas

De modo a compreendermos os impactos do golpe e da ditadura em uma instituição de ensino de artes no Sul do Brasil, é essencial estabelecermos algumas relações entre o regime ditatorial e o campo artístico das décadas de 1960 e 1970. Logo após o golpe, a repressão já começa a reverberar no contexto artístico-cultural e a ditadura atua de modo a afastar as

²⁶ LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação**. 1ª. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 27.

²⁷ DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history) In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 103.

produções de artistas e intelectuais do “grande público”.²⁸ Diversos episódios exemplificam os impactos diretos e indiretos da ditadura no contexto das artes em seus primeiros anos, incluindo significativos episódios de censura. Em 1967, por exemplo, obras dos artistas visuais Cláudio Tozzi (1944) e José Aguilar (1941) foram censuradas no IV Salão de Arte Moderna do Distrito Federal, realizado no Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília.²⁹

Heloisa Teixeira expõe algumas das interferências da ditadura no âmbito artístico em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, evidenciando a repressão enfrentada por instituições e eventos relacionados às artes. Entre os episódios emblemáticos citados pela autora, incluem-se a retirada de obras da Bienal Internacional de São Paulo em 1967, o fechamento da II Bienal da Bahia em 1968 e a censura à exposição de 1969 dos jovens artistas brasileiros selecionados para a *Biennale des Jeunes*, que ocorreria em Paris. A exposição dos artistas selecionados para a bienal francesa estava programada para acontecer no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), mas teve seu fechamento determinado pelo governo ditatorial.³⁰

Não foram apenas os artistas os alvos das imposições ditatoriais nesse momento histórico, inúmeros estudantes, trabalhadores e outros cidadãos foram perseguidos, torturados e assassinados pelo Estado. A ditadura, atendendo a supostos ideais de desenvolvimento, promoveu a perseguição contra aqueles que pensavam de forma contrária aos seus preceitos: “Em nome do desenvolvimento e dos ideais do Ocidente, promove-se a criminalização da atividade política”³¹. Vale ressaltar que tanto os membros das classes populares quanto os círculos de intelectuais, artistas, entre outros sujeitos vinculados ao meio estudantil, acabaram sendo alvos diretos do regime ditatorial: “inventou-se de todo tipo de ‘inimigo’. Líderes trabalhistas, comunistas, liberais críticos, sindicalistas, todos eram, de alguma forma, conectados a planos de subversão”³².

²⁸ NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)** - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

²⁹ LOPES, Fernanda. **Área Experimental: Lugar, espaço e dimensão do experimental na arte brasileira dos anos 1970**. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2013.

³⁰ TEIXEIRA, Heloisa. **Rebeldes e Marginais: Cultura nos Anos de Chumbo (1960/1970)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024. p. 112.

³¹ TEIXEIRA, Heloisa. **Rebeldes e Marginais: Cultura nos Anos de Chumbo (1960/1970)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

³² KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Cuadernos del CILHA** - a. 14 n. 18 – 2013. p. 114.

Como reação a essa realidade, a produção artística e cultural, bem como o pensamento de diversos artistas e intelectuais opostos ao regime, mantiveram-se vivos enquanto forma de resistência, reverberando em práticas transgressoras, modos e visões de mundo diferentes daquelas que imperavam. Nesta direção, Marcos Napolitano visibiliza em seus estudos, determinadas questões relacionadas às estratégias adotadas no âmbito cultural após a promulgação da ditadura.³³ Sabemos que inúmeros sujeitos agiram, por meio de determinadas práticas de resistência, frente ao contexto que se apresentava. A resistência, dessa forma, pode ser entendida como um “conjunto de atos de recusa ao poder instituído considerado ilegítimo ou opressivo”³⁴, podendo ser manifestada por um conjunto de formas, explícitas ou implícitas.

Sabendo das consequências, impactos e reações do contexto ditatorial no que tange a arte e cultura a nível nacional, buscamos a seguir entabular questionamentos e conexões acerca do golpe militar e seus impactos em uma instituição de ensino voltada às artes na cidade de Pelotas. A Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões foi uma instituição de ensino superior voltada às “Belas Artes”, herdando um modelo iniciado com a Academia de Belas Artes, posteriormente Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.³⁵ Além disso, a instituição teve sua criação inspirada no antigo Instituto de Artes de Porto Alegre, atualmente Instituto de Artes vinculado à UFRGS.³⁶ A EBA de Pelotas, por carregar a herança das academias de arte, acabava por legitimar certos saberes relacionados à prática artística, característicos das Academias de Belas Artes.³⁷

A Escola de Belas Artes (EBA) surge como um reflexo da elite cultural da cidade de Pelotas, preservando certas práticas sociais do século XIX, como o apreço pelos padrões academicistas.³⁸ Criada em 1949, a escola surge após um período de numerosas vanguardas e

³³ NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 157.

³⁵ A Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro foi criada em 1816 como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, visando o ensino das artes e das ciências naturais. Em 1931 foi incorporada pela Universidade do Rio de Janeiro. Para mais, ver: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/740-escola-nacional-de-belas-artes>.

³⁶ FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. Pelotas: Editora Mundial. 2008.

³⁷ Tais saberes vinculam-se a uma tradição baseada na mimese do real, em linguagens visuais como o desenho, a escultura e a pintura, fundamentados em padrões estéticos herdados da Antiguidade Clássica. Para compreender mais sobre o academicismo apreciado pela EBA de Pelotas, ver: DINIZ, Carmen Regina Bauer. **Nos Descaminhos do Imaginário**: A tradição acadêmica nas artes plásticas de Pelotas. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

³⁸ O academicismo nas artes refere-se a um conjunto de práticas, estilos e ideais estéticos que se desenvolveram dentro das academias de arte, principalmente na Europa, a partir do final do século XVIII e ao longo do século

rupturas com os cânones acadêmicos que ocorreram na primeira metade do século XX, tanto no Brasil quanto no cenário mundial.³⁹ No entanto, a instituição buscava se afastar das mudanças modernistas e de vanguarda que estavam moldando o panorama artístico global, permanecendo atrelada majoritariamente às tradições acadêmicas em detrimento da inovação. Magalhães expõe que o apreço da EBA pelo academicismo refletia os anseios da elite de Pelotas, conservando determinados saberes vinculados ao passado.⁴⁰ Logo, percebemos que tal espaço acabava sendo um espaço detentor e transmissor de ideias vinculadas ao capital cultural, como expõe Bourdieu.⁴¹ Nesta lógica, alguns saberes ditos “acadêmicos e culturais” acabam sendo priorizados em detrimento de outros, que, por sua vez, criam uma distinção entre sujeitos na sociedade. Em outras palavras:

[...] filhos de suas obras culturais, os detentores de títulos de nobreza cultural — neste aspecto, semelhantes aos detentores de títulos nobiliárquicos, cujo ser, definido pela fidelidade a um sangue, solo, raça, passado, pátria e tradição, é irreduzível a um fazer, competência ou função — basta-lhes ser o que são porque todas as suas práticas valem o que vale seu autor.⁴²

Percebendo que a EBA era uma instituição que perpetuava determinadas relações de distinção entre seus frequentadores, bem como herdava e transmitia algumas tradições inerentes ao campo da arte e da cultura, nos questionamos sobre as manifestações e impactos no contexto do golpe militar nessa instituição. No dia 1 de abril de 1964, a diretora da Escola de Belas Artes de Pelotas, Marina de Moraes Pires⁴³, menciona sobre os fatos políticos ocorridos no país em seus diários: “Levante do II Exército em Minas contra o Governo constituído. [...] Assembleia dos alunos para discutir, em assembleia, os rumos atuais do país”⁴⁴. No dia seguinte, 2 de abril de 1964, Marina menciona sobre o sucesso da implementação do golpe por parte dos ditadores:

XIX. Sobre o tema, Cf.: MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973): trajetória institucional e papel na história da arte**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Universidade Federal de Pelotas.

³⁹ DANTO, Arthur. **O que é a Arte**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

⁴⁰ MAGALHÃES, Clarice Rego. *Op. Cit.*

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

⁴² *Ibidem*. p. 28-29.

⁴³ Marina de Moraes Pires (1896-1983) iniciou sua carreira docente como professora estadual de desenho na Escola Assis Brasil, em Pelotas. Em 1946, começou a movimentar-se com vistas à criação de uma Escola de Belas Artes na cidade, que foi efetivamente criada em 1949, graças aos seus esforços junto do apoio do governo municipal do período. Era uma senhora pertencente aos círculos da elite cultural pelotense e detinha certa influência e protagonismo frente à EBA. Em seus diários, é possível perceber uma intensa comunicação da diretora com entes do governo municipal, estadual e federal. Foi professora e diretora da EBA até a sua federalização e reuniu um expressivo arquivo documental que teve parte incorporada ao acervo do MALG. Parte de seu cotidiano foi registrado em diários escritos ao longo de sua vida, que foram editados e publicados em 2008.

⁴⁴ FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. 1ª. Ed. Pelotas: Editora Mundial. 2008. p. 369.

“Vence a revolução”⁴⁵. Apesar do ocorrido, a diretora destaca sua iniciativa de organizar uma assembleia estudantil na instituição, de modo a discutir a situação que se apresentava.⁴⁶

Procurando informações sobre a assembleia ocorrida na EBA após o golpe militar, a partir da mobilização causada pelos escritos de Marina, voltamos “nossa lupa” para um fato ocorrido em decorrência do golpe civil-militar de 1964 na EBA.⁴⁷ Durante a pesquisa documental junto ao Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, pertencente ao Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel), nos deparamos com a Ata n.38, datada de 11 de abril de 1964, escrita poucos dias após a implementação da ditadura no país. Essa documentação relata os conflitos que surgiram na instituição em decorrência do golpe.

A ata integra o Livro de Atas da Direção da EBA e foi lavrada pelo então presidente, Sr. Jaime Gonçalves Wetzel e pela secretária da instituição, Yedda Luz. A documentação relata eventos que ocorreram alguns dias após o golpe civil-militar de 1964. Especificamente, menciona um acontecimento que se iniciou a partir do interrompimento de uma aula de História da Arte, ministrada no dia 3 de abril de 1964 pela Professora Heloísa Assumpção Nascimento⁴⁸. Enquanto a aula ocorria, a diretora da EBA, Marina de Moraes Pires, recebeu um telefonema de alguém que dizia ser vinculado ao jornal Diário Popular⁴⁹, aconselhando a diretora a suspender as aulas que estavam ocorrendo na escola naquele momento.

D. Marina resolveu acatar o conselho vindo do anônimo ao telefone por conta da “situação de apreensões e instabilidade decorrentes do movimento revolucionário, então reinante”⁵⁰. Esse clima de tensão, narrado na documentação presente na EBA, associa-se ao que Rodrigo Motta expõe em seus estudos sobre a ditadura. Para o autor, a situação apreensiva

⁴⁵ *Ibidem.* p. 369.

⁴⁶ Não foi possível encontrar menções a assembleia na documentação remanescente da escola, pertencente hoje ao Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, vinculado ao Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG).

⁴⁷ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Congregação. Documento não publicado. Acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel).

⁴⁸ Heloísa Assumpção Nascimento (1915-2005) foi uma professora, escritora e historiadora pelotense. Foi uma das primeiras mulheres a se graduar em Direito no Brasil, em 1936. Atuou como professora em Escolas Normais, em disciplinas de Português e Sociologia, além de dedicar-se ao estudo da História da Arte. Foi professora de História da Arte da Escola de Belas Artes de Pelotas e posteriormente reingressa como docente no Instituto de Letras e Artes. Atuou nos cursos de Pós-Graduação em História da Arte da referida unidade vinculada à Universidade Federal de Pelotas. A professora era casada com um Coronel do Exército, o Cel. Jonas Plínio do Nascimento, que, por sua vez, acabou envolvendo-se no incidente relatado neste artigo.

⁴⁹ O Diário Popular foi um jornal de circulação diária da cidade de Pelotas, estando em circulação entre 27 de agosto de 1890 e 12 de junho de 2024.

⁵⁰ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). p. 26B.

existiu e esteve intensamente atrelada aos golpistas, visto que o Brasil não estava à beira de uma ameaça comunista de poder, como era amplamente difundido no período. Apesar do grande alarde advindo dos militares da época, “não faz sentido imaginar que um grande proprietário de terras como [o presidente] Goulart apoiasse guerrilheiros comunistas”⁵¹.

Vale ressaltar que, apesar de pequenos grupos da esquerda radical sonharem com a implantação de guerrilhas no contexto pós-Revolução Cubana, isso não passava de uma utopia. É irônico pensar que durante o governo de João Goulart, deposto em decorrência do golpe, os grupos que mais possuíam armamentos, na verdade, eram fazendeiros “que temiam a reforma agrária e as organizações camponesas. Eles criaram inúmeras ligas anticomunistas pelo interior do Brasil, munidas de fuzis e submetralhadoras”⁵². Devemos ter em mente que o golpe foi amplamente endossado por sujeitos pertencentes à classe média e às classes dominantes, sendo apoiados por alguns veículos midiáticos e por setores empresariais. Sobre a adesão da classe média aos preceitos autoritários, Marcos Napolitano explica:

Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos “de baixo” é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social. Como os que estão na cobertura têm mais recursos para se proteger, quem está mais perto da base da pirâmide social se sente mais ameaçado. Não por acaso, o fantasma do comunismo encontrou mais eco nestes segmentos médios.⁵³

Esse clima de tensão, fomentado pelos militares e por aqueles que endossaram a ditadura, se mostra evidente nas relações estabelecidas no âmbito da Escola de Belas Artes de Pelotas. Enquanto aguardava seu marido, após a suspensão da aula que ministrava, a professora Heloisa iniciou uma discussão com um dos alunos no saguão da escola. O assunto da discussão foi o comunismo implantado no Brasil. O aluno, não identificado na documentação, encontrou a professora enquanto supostamente dirigia-se para uma reunião estudantil. Ao chegar para buscar Heloisa, seu marido também começou a participar da discussão. Em decorrência do conflito, Marina pede o restabelecimento da ordem, anunciando que não toleraria discussões de cunho político no interior da escola:

Enquanto isso, começou a conversar, no recinto da Escola, com alunos que entravam para reunião do Centro Acadêmico. O assunto, muito atual, o do comunismo infiltrado no Brasil, foi o escolhido para a troca de ideias. Chegando o marido da Profa., em momento em que essa modalidade já havia sido substituída pela de discussão, entrou na mesma, fazendo com que os ânimos se acalorassem. Ouvindo, de sua sala, a alteração, a Sra. Diretora dirigiu-se imediatamente para o local quando já se retiravam a Professora e o Coronel, impondo o reestabelecimento da ordem e dizendo que não

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 44

⁵² *Ibidem*. p. 44.

⁵³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 48.

podia tolerar, e muito menos permitir, discussões de ordem política no interior da Escola. Acentuou que sempre se opusera à controvérsias sobre convicções de ordem religiosa e política entre elementos pertencentes à Escola e que, mais justificadamente, se opunha, no momento, ao debate, por julgá-lo inoportuno e impróprio, porquanto participava dele um Coronel do Exército, Sr. Plínio Nascimento, que não desempenhava função alguma junto à “EBA”.⁵⁴

Destacamos alguns aspectos presentes nessa documentação, sendo o primeiro deles o tema da discussão, que evidencia a intensa retórica anticomunista, amplamente difundida nos meios de comunicação em âmbito nacional, com ecos nessa instituição no Sul do Brasil.⁵⁵ Essa retórica acabava criando um clima de tensão e desconfiança nas instituições de ensino, ressaltando questões políticas e ideológicas impregnadas nesses espaços. Um segundo ponto a ser evidenciado é a militarização dos espaços institucionais logo após o golpe civil-militar. Devemos considerar que a vigilância e o controle exercidos por figuras militares nos espaços civis frequentemente influenciavam os comportamentos manifestados nesses locais. Mesmo sem vínculo institucional formal, um militar participa de discussões no âmbito da EBA. Podemos observar a presença do Coronel como reflexo simbólico da militarização da sociedade no início da ditadura, onde o poder militar se infiltrou em instituições civis, de modo a assegurar uma suposta “manutenção” do controle político e social.

Conjecturamos que a intervenção militar nos espaços frequentemente reforçava a ideia de que os civis não eram capazes de se “governar”, estando despreparados para o exercício democrático: “a tradição de intervencionismo militar fundamenta-se, entre outras coisas, na suposição bastante generalizada de que os civis — povo e elites — são despreparados para o pleno exercício da democracia”⁵⁶. Ao estabelecer essas relações, podemos perceber a EBA como um microcosmo da sociedade brasileira, uma vez que, nesse espaço, também reverberaram diversas situações relacionadas ao contexto social e político do país.

Nos atentamos também para as relações de poder manifestadas na escrita da Ata n.38. Neste sentido, entendemos que D. Marina de Moraes Pires, por ser uma das representantes da EBA na sociedade, acabava incorporando os ideais da escola. Esses ideais, podem ser

⁵⁴ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPeL). p. 26B.

⁵⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

⁵⁶ FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, Histórias**, v. 9, n.17. 2021. p. 18.

concebidos como um *habitus*⁵⁷ institucional, reverberando nas atitudes de Marina Pires. Podemos perceber a manifestação deste *habitus* na atitude da diretora ao interromper a situação conflituosa, ressaltando a hierarquia escolar, em vias de manter uma suposta ordem do espaço institucional.

As posturas relacionadas a esse *habitus* institucional não ressoavam somente no âmbito interno. A influência e o protagonismo de Marina, bem como reverberações de seu poder social são visíveis através de alguns de seus relatos nos diários. Alguns meses antes do golpe militar, ainda em 1963, o então presidente João Goulart visitou a cidade de Pelotas. Nesta ocasião, D. Marina vai ao aeroporto recebê-lo, junto com outros civis, representando a EBA no banquete oferecido em prol de sua visita à cidade. No dia 11 de setembro de 1963, D. Marina escreve: “Chegada do Presidente Jango a Pelotas. Representei a escola no aeroporto e no banquete”⁵⁸. Em seus escritos, podemos perceber intensa comunicação com órgãos federais, como é o caso da então recente Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente a agência governamental de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, podemos perceber a influência e o protagonismo de Marina na composição do tecido social, para além do ambiente da própria escola, seja pela participação em eventos ou mesmo comunicando-se com entidades governamentais por meio de correspondências.

Uma semana após o conflito, no dia 10 de abril de 1964, a professora Heloisa dirige-se até a diretoria da EBA com o intuito de descobrir o nome do aluno com quem discutira, que por sua vez “supunha imbuído de ideias esquerdistas”⁵⁹. Nesse momento, acaba retomando a discussão com D. Marina sobre o “impedimento de sua função, alegando que ‘A Escola [EBA] não tem direção, o Diário Popular é quem manda aqui dentro’. Pedindo a Sra. Marina de Moraes Pires, que acabasse com o assunto, ia a Profa. Heloisa Nascimento retirar-se dizendo ‘isso não ficará assim’”⁶⁰. No final da Ata, o presidente Jaime Wetzel acaba ressaltando a posição da

⁵⁷ Utilizamos o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu em *A Distinção*. O *habitus* refere-se a um conjunto de disposições internalizadas que orientam as práticas e percepções dos indivíduos, resultantes de sua posição social e de suas experiências passadas. Ele atua de forma inconsciente, moldando comportamentos e percepções que não apenas refletem escolhas individuais, mas também as predisposições de grupos sociais e instituições. Cf.: BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

⁵⁸ FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. 1ª. Ed. Pelotas: Editora Mundial. 2008. p. 358.

⁵⁹ Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). p. 27A.

⁶⁰ *Ibidem*. p. 27A.

presidência da EBA em favor de D. Marina, mencionando a falta de respeito para com a própria instituição por parte da professora de História da Arte. O presidente resolve ausentar a opinião dos demais membros na diretoria ao repudiar o acontecido “para que a hierarquia escolar não sofra, no futuro, contravenções dessa natureza”⁶¹. Ressaltamos que a organização da instituição era estruturada em uma diretoria e uma presidência que se apoiavam mutuamente.

A escrita desta Ata, dias após a implementação do golpe militar, evidencia dimensões intrínsecas ao contexto ditatorial brasileiro, seja pelos desentendimentos ocorridos na própria instituição ou mesmo pelo estado de vigilância e perseguição contra aqueles que pensavam de forma diferente dos preceitos ditatoriais. Sabemos que na sociedade brasileira, muitos civis acabaram aderindo à retórica golpista, especialmente o empresariado, a mídia e os setores mais conservadores da sociedade: “pessoas e instituições que se identificaram com o Estado autoritário por concordarem com as pautas de defesa da tradição, dos ‘bons costumes’ e da moralidade cristã”⁶². Diferentemente do que o senso comum concebe, apesar das escolas e universidades serem comumente concebidas como espaços de conhecimento e do pensar crítico, nestes lugares (co)existem sujeitos com inúmeras ideologias. Logo, em instituições de ensino ocorreram diferentes nuances de resistência, bem como de adesão e acomodação à ditadura civil-militar, às vezes de forma paralela.⁶³

Nos diários publicados, Marina de Moraes Pires não faz nenhuma menção ao incidente envolvendo a professora de História da Arte e seu marido, tampouco menciona o aluno que participou da discussão. Devemos considerar que, sendo os diários publicados, não podemos saber ao certo se tais informações foram editadas ou omitidas na versão final. É sabido que D. Marina repudiava veementemente comentários de ordem política e religiosa, como se evidencia na ata em questão, redigida no contexto da EBA.

O aluno “imbuído de ideias esquerdistas”, como alegava Heloisa, possivelmente pensava de forma contrária ao golpe militar naquele momento e, por conta disso, acabou tendo sua figura aproximada com a do “fantasma vermelho”. A tentativa de saber o nome do aluno para possivelmente tomar providências maiores frente ao ocorrido são explicadas pela intensa propaganda anticomunista pregada no período. Essa difusão do anticomunismo por parte dos apoiadores do golpe alimentava os imaginários da época: “A opinião conservadora via o regime

⁶¹ *Ibidem.* p. 27A.

⁶² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 154.

⁶³ *Ibidem.*

político comandado pelos militares como garantia da defesa da ordem moral, por isso apoiava (e cobrava) ações como a censura dos meios de comunicação e punição aos ‘corruptos’⁶⁴. O anticomunismo pode ser concebido como um aparato:

Construiu-se um aparato de propaganda que solidificou um imaginário anticomunista, ou seja, um conjunto de imagens e ideias socialmente enraizadas. Os “vermelhos” foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos, violentos, ateus, imorais (ou amorais), estrangeiros, traidores, tirânicos. Nas versões mais extremas, foram apresentados como parceiros do próprio diabo.⁶⁵

Além disso, ao analisarmos a discussão em questão, tornam-se evidentes os embates em torno das relações de poder, bem como do mando e comando dentro da Escola de Belas Artes de Pelotas. No contexto da ata, podemos considerar a manifestação de um *habitus* institucional, representada pela figura de D. Marina de Moraes Pires, em contraposição a uma atitude desafiadora da professora de História da Arte, com atitudes que se relacionam com o aparato anticomunista propagado pela ditadura, se posicionando contra o poder constituído na escola. Ao creditar o aluno como “esquerdista”, buscando tomar “providências” quanto ao ocorrido, podemos relacionar as atitudes da professora às de uma significativa parcela da população da época, na qual ela se destaca como uma representante das mulheres conservadoras que aderiram à verdadeira cruzada contra o comunismo e as esquerdas, iniciada logo após o golpe de 1964.⁶⁶

Consideramos aqui que tanto Marina Pires quanto Heloisa Nascimento estavam situadas dentro de uma elite política, visto as posições que detinham no contexto da sociedade de Pelotas no século XX, acessando determinados espaços de prestígio e poder na sociedade, destinados a poucos sujeitos. Ambas eram professoras universitárias e advinham de famílias que detinham poder econômico e influência social. Devemos considerar o contexto brasileiro da época, em que uma grande parcela da população era analfabeta e não possuía oportunidades para frequentar uma instituição de ensino superior, muito menos de trabalhar em uma delas. Logo, o poder que essas senhoras detinham fica evidente. Raposo explica sobre a conceituação do poder no âmbito das elites políticas:

Quando ao termo “elite” é agregada a palavra “política”, seu significado passa a referir-se ao mundo do poder, designando aqueles que possuem, entre suas características, algumas que lhes conferem a capacidade de conduzir a vida política das comunidades a que pertencem. Conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar,

⁶⁴ *Ibidem.* p. 154

⁶⁵ *Ibidem.* p. 22-23.

⁶⁶ CORDEIRO, Janaina Martins. “Para o bem do Brasil”: a participação feminina conservadora na Campanha do Ouro em 1964. *Avances del Cesor*. v.20. n.29. p.1-16.

desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também, mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo.⁶⁷

Ao estudar os impactos da ditadura na EBA, considerando as relações de poder e conflitos estabelecidos, buscamos visibilizar questões relativas ao golpe civil-militar no cotidiano dessa instituição, perpassando por questões que dizem respeito ao próprio Brasil ditatorial. Estudar sobre a ditadura nas instituições de ensino ressalta a importância de viabilizarmos tais questões nas pesquisas acadêmicas. Sabemos que apesar dos esforços significativos das últimas décadas, o Brasil ainda carece de políticas consolidadas de memória, principalmente em cidades afastadas dos grandes centros urbanos do país. Tais políticas se fazem intensamente necessárias, de modo a corroborar com o estudo e reflexão sobre o período ditatorial, ao passo que nos ajudam a construir uma memória crítica⁶⁸ a partir dos impactos e reações vivenciados por indivíduos, coletivos e instituições.

Considerações Finais

A ditadura impactou significativamente a vida de inúmeros sujeitos, ecoando muito além dos grandes centros urbanos. Ao nos debruçarmos sobre a cidade de Pelotas, no extremo sul do país, podemos evidenciar determinados impactos ditatoriais. Nessa cidade do interior, as práticas de repressão e resistência atuaram e estiveram presentes. Podemos perceber isso ao refletir sobre os impactos do golpe civil- militar na Escola de Belas Artes de Pelotas, uma instituição mantida e frequentada por uma elite cultural, gerando conflitos que dizem respeito não somente ao âmbito institucional, mas também a questões maiores. Sabemos que as nuances de resistência e adesão são complexas de se medir, e por mais que uma instituição “mantenha-se neutra” aos olhos do grande público, essa neutralidade não existe na realidade. Os indivíduos que mantêm e frequentam instituições de ensino, como é o caso da Escola de Belas Artes de Pelotas, possuem diferentes ideologias e ideias, bem como as manifestam de diferentes formas.

Apesar de fatos narrados em uma Ata institucional parecerem “corriqueiros” ou até “banais” para alguns, eles não o são. Tais fatos suscitam reflexões que ultrapassam o seu próprio contexto, refletindo mentalidades e situações que estão para além do período e lugar em que ocorreram. Estas reflexões são necessárias, visto que se relacionam com o próprio presente,

⁶⁷ RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. *Perspectivas*, São Paulo, v. 53, jan./jun. 2019. p. 160.

⁶⁸ RICHARD, Nelly. *Crítica de la memoria (1990-2010)*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

considerando o que Della Vecchia e Silveira chamam de políticas de “desmemória”: projetos políticos em curso que acabam induzindo a um “esquecimento” coletivo de determinados fatos do passado.⁶⁹ Muitas vezes, em áreas mais distantes dos centros urbanos, as narrativas históricas podem ser omitidas ou negligenciadas, tidas como menores do que realmente foram. Estudar os impactos da ditadura de modo a consolidar políticas de memória nessas localidades é extremamente necessário, visando a promoção de uma consciência histórica. Esse esforço é ainda mais urgente diante do constante falseamento histórico ao qual estamos sujeitos, em que indivíduos defendem torturadores, mascaram as torturas infligidas no período ditatorial, perpetuando os “fantasmas vermelhos” e as “utopias autoritárias”.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

CARPI, Dayane Giselle Guimarães; PASSOS, Kassia Hellen Machado. Observação da percepção civil sobre o regime militar brasileiro e seus reflexos no ano de 1970. **Anais do VIII Congresso Internacional de História**. 2017. pp. 2522-2528. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3717.pdf>. Acesso em 08 de set. de 2024.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70. 2016.

CORDEIRO, Janaina Martins. “Para o bem do Brasil”: a participação feminina conservadora na Campanha do Ouro em 1964. **Avances del Cesor**. v.20. n.29. p.1-16.

DANTO, Arthur. **O que é a Arte**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2020.

DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. pp. 57-83. 2020.

DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history) In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história: um método em transformação**. 1ª. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

⁶⁹ DELLA VECHIA, Renato da Silva; SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. Um panorama do golpe civil-militar na cidade de Pelotas/RS: Resistências, organização de rotas de exílio e reabertura política. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton. **Sombras no extremo sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG. pp. 57-83. 2020.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. **Nos Descaminhos do Imaginário**: A tradição acadêmica nas artes plásticas de Pelotas. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

ESCOLA de Belas Artes de Pelotas (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Documento não publicado. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel).

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004. pp.29-60.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, v.28 n.47, jan-jun 2012, pp.43-59.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, Histórias**, v. 9, n.17. 2021. pp. 8-57.

FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. 1ª. Ed. Pelotas: Editora Mundial. 2008.

GABLER, Louise. Academia de Belas Artes [verbete]. In: CAMARGO, Angélica *et al.* **Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República**. Arquivo Nacional, 2023. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/740-escola-nacional-de-belas-artes>. Acesso em 29 jan. 2025.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HERNANDÉZ, Fernando. **Catadores da cultura visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Editora Mediação. 2007.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. **Cuadernos del CILHA** - a. 14 n. 18 – pp.107-126. 2013.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história**: um método em transformação. 1ª. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

LOPES, Fernanda. **Área Experimental**: Lugar, espaço e dimensão do experimental na arte brasileira dos anos 1970. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2013.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973)**: trajetória institucional e papel na história da arte. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Universidade Federal de Pelotas.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração Civil**: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas**, São Paulo, v. 53, jan./jun. pp. 159-177. 2019.

RICHARD, Nelly. **Crítica de la memoria (1990-2010)**. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. A Resistência ao Golpe e Ditadura Militar em Pelotas: reflexões sobre uma cidade do interior e próxima à fronteira. **Anais do X Encontro Estadual de História (ANPUH-RS)**. 2010. pp.1-14.

TEIXEIRA, Heloisa. **Rebeldes e Marginais**: Cultura nos Anos de Chumbo (1960/1970). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2024.

VAZ, Lúcio. Como o SNI via os nossos subversivos. In: CAZARRÉ, Lourenço (org.). **50 tons de Rosa**: Pelotas no tempo da ditadura. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016, pp.95-129.

**O CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE
JANEIRO, A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DA GUANABARA E O CONSELHO
SUPERIOR DAS CLASSES PRODUTORAS:
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CAPTAÇÃO DE
RECURSOS FINANCEIROS**

**THE CENTRO INDUSTRIAL DO RIO DE
JANEIRO, THE FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
DO ESTADO DA GUANABARA, AND THE
CONSELHO SUPERIOR DAS CLASSES
PRODUTORAS DO RIO DE JANEIRO: POLITICAL
ORGANIZATION AND CAPTURE OF FINANCIAL
RESOURCES**

ANTÔNIO DANIEL CORREIA DE ARAÚJO*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo demonstrar uma das formas de cooptação de recursos da entidade subversiva Conselho Superior das Classes Produtoras, bem como escrutinar a ação política que ocorria entre o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) e a Federação das Indústrias da Guanabara (FIEGA) com o Conselho Superior das Classes Produtoras entre os anos de 1960 e 1964. A partir do referencial teórico de Antonio Gramsci, entendemos que essas entidades constituem-se como aparelhos privados de hegemonia e os seus integrantes, como a elite orgânica da classe. Para entendermos a ação

* Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social pela mesma universidade. Membro do Grupo de Estudos René Dreifuss.

política propagada pelos membros do CIRJ e da FIEGA durante a década de 1960 remontamos as suas trajetórias, uma que inicia-se no período imperial e, a outra, na era Vargas.

Palavras-Chave: Conselho Superior das Classes Produtoras; organização política; captação de recursos financeiros.

Abstract: This work aims to demonstrate one of the various forms of capture resources by the coup-led entity, the Superior Conselho Superior das Classes Produtoras, as well as scrutinize the political actions that unfolded between the Centro Industrial do Rio de Janeiro and the Federação das Indústrias do Estado da Guanabara with the Conselho Superior das Classes Produtoras from 1960 to 1964. Drawing upon the theoretical framework introduced by Antonio Gramsci, we comprehend that these entities establish themselves as private apparatuses of hegemony, with their members constituting the organic elite of the class. To grasp the political actions advocated by members of CIRJ and FIEGA during the 1960s, we trace their trajectories, one dating back to the Empire and the other to the Vargas era.

Key-Word: Conselho Superior das Classes Produtoras; political organization; capture financial resources.

Introdução

Durante a década de 1950, o Brasil passou por um rápido crescimento industrial que possibilitou ao empresariado multinacional e associado uma acumulação de capital que, contudo, não foi capaz de reverter-se em ganhos políticos. Durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1960), os grupos de pressão política multiplicaram-se e para além disto, foram concebidos organismos que visavam combater o extremismo e os políticos, estes chamados pela fração de classe industrial analisada neste artigo de “populistas”¹ e “demagógicos”.

O cientista político René Dreifuss nos explica em *1964: A conquista do Estado* (1981) que, entre os anos de 1950 até 1960, a concentração de capital ocorreu através da “crescente concentração econômica e centralização de capital com a predominância de grandes unidades industriais e financeiras integradas [por meio de] um processo de controle oligopolista do mercado”.² A criação de órgãos como a Associação Brasileira de Máquinas e Motores, Associação de Máquinas e Veículos e Autopartes, Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas, dentre outras, possibilitou aos empresários industriais um maior entrosamento com o executivo nacional,

¹ Sobre populismo ver: DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 4, n.8, p. 204-229, julho-dezembro de 2012. IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

² DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 49.

proporcionando a estes grupos um aumento de diálogo, podendo, assim, coordenarem o rumo de desenvolvimento industrial pleiteado, o qual era capitaneado pelo capital multinacional e associado.

Outros grupos foram criados nos finais da década de 1950 e início da década de 1960 e destacam-se pelas atividades políticas e subversivas em nome da “livre iniciativa” e da “democracia”: o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), concebido em 1959 e, por fim, o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP), também do ano de 1959.

Com a renúncia da presidência de Jânio Quadros em 1961, assume o posto João Goulart sob o regime parlamentar (1961-1964). Durante o seu mandato, a fração de classe industrial da cidade do Rio de Janeiro buscou defender os valores do capitalismo liberal e da livre iniciativa. Capitaneada pelo governador Carlos Lacerda, a cidade serviu como modelo e contraponto às proposições políticas, econômicas e sociais emanadas pelo executivo nacional.

O governo de Lacerda foi marcado por atritos em diversas frentes. A historiadora Marly Motta pontua que o governador, através de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, e também por outros meios, foi responsável por levar para a Assembleia Legislativa do estado da Guanabara uma forte carga de “polarização ideológica”; também impetrou encampação contra a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), subsidiária da Light, ato que desagradou muito aos empresários cariocas. Ainda segundo Motta, o governador Lacerda aplicou o dinheiro do Fundo do Trigo³ em estruturas deficientes da cidade, tais como: ampliação do sistema escolar, abastecimento de água e a ordenação do espaço

³ Os acordos do trigo foram uma série de acordos comerciais adotado entre o Brasil e os Estados Unidos da América que datam de 1954 e não sendo renovados até o final da década de 1960. Os acordos previam empréstimos de dólares ao Brasil, parte deste dinheiro deveria ser gasto com a compra de excedentes agrícolas daquele país, sobretudo o trigo. Em alguns acordos a verba poderia ser destinada a suprir obras prioritárias do governo, como no de 1961. Em outros, todo o dinheiro deveria ser gasto com a compra e o transporte dos produtos agrícolas, como o de 1966 Ver: Verbete temático: acordos do trigo. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordos-do-trigo> Dreifuss. op. cit. p, 357. Apud, Bandeira, 1978. p, 429. “Na nota enviada por L. Gordon listando as despesas feitas pela Embaixada com o orçamento do Fundo do Trigo (PL 480), ele se referiu a apenas aos 20% para o custo de representação diplomática de seu país, esquecendo-se dos outros 20% que lhe foram entregues para distribuir como doações a serem feitas de acordo com os seus próprios critérios. L. Gordon também não especificou as despesas que fizera. Classificou como itens genéricos: despesas com médico, viagens, suprimentos e equipamentos diversos, etc. Mesmo assim, deixou claro que entre maio e agosto de 1962, isto é, no auge da campanha eleitoral e no período mais intenso de atividades do IBAD, gastou dois bilhões de cruzeiros com impressões, assinaturas de jornais e periódicos, material de escritório e etc...”.

urbano na Guanabara.⁴ O dinheiro proveniente do Fundo do Trigo foi também usado para a desarticulação do governo de João Goulart.

Neste trabalho temos por objetivo mostrar como se processava o entrosamento entre as atividades civis e corporativas dos empresários da cidade do Rio de Janeiro, representados politicamente no Centro Industrial do Rio de Janeiro e na Federação das Indústrias da Guanabara, com a entidade subversiva CONCLAP entre os anos de 1960 e 1964. Temos por intuito apresentar de que modo os empresários angariavam fundos para atividades subversivas e se organizavam para a pressão e ação política contra o governo de João Goulart durante as eleições presidenciais em 1960. Nossas principais fontes de pesquisa são as atas produzidas pelas entidades entre os respectivos anos. Trabalhamos com três tipos de atas: a da diretoria do Centro Industrial, as atas conjuntas do conselho representante da Federação da Guanabara e deliberativo do Centro Industrial e as atas conjuntas da diretoria do Centro e da Federação.

O presente artigo é dividido em três partes: na primeira parte, resgataremos a criação do CIRJ e da FIEGA, que remonta ao império; na segunda, traremos à tona os motivos de criação do CONCLAP e pretendemos indicar nossa acepção teórica acerca da organização e de seus membros; por fim, exporemos os resultados parciais de nossa pesquisa.

As seguintes perguntas norteiam o texto que se segue: como eram arrecadados fundos para as atividades políticas do CONCLAP? Qual a finalidade do CONCLAP? Para quem eram dirigidos os discursos do CONCLAP? Em quais áreas da política o CONCLAP atuava?

A representação industrial na cidade do Rio de Janeiro

Em 1827, foi fundada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) sob os auspícios do governo imperial, apesar disso, nos estatutos da entidade, era reforçado seu caráter de sociedade agremiativa de homens livres. Seu corpo de associados era composto pela elite política, econômica e profissionais liberais do período. Os objetivos da SAIN eram os de promover melhorias nas áreas da agricultura, manufatura e comércio,

⁴ MOTTA, Marly. **Rio de Janeiro: De cidade-Capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p, 158 até 170.

além de cooperar para a felicidade nacional.⁵ A historiadora Patrícia Barreto destaca que o papel da SAIN era o de “colocar o Brasil a par da era das máquinas, e implantá-las em favor do aproveitamento dos recursos que a natureza lhes fornecia, a fim de promover a prosperidade do país”.⁶

Durante seus anos de existência, a Sociedade operou em diversas áreas e produziu a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*:

periódico mensal que, na maior parte de sua existência, divulgou novos métodos, técnicas e equipamentos agrícolas, inclusive o uso de máquinas a vapor, emprego de fertilizantes, um melhor aproveitamento do solo e a criação de escolas rurais.⁷

Em 1838, os associados da entidade fomentaram a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; em 1861 e 1866 fizeram a primeira e segunda Exposição Nacional de produtos industrializados que o país produzia. Seus membros também estiveram envolvidos na querela que estabeleceu a Tarifa Alves Branco, em 1844⁸. Posteriormente, com a extinção da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, no ano de 1850, passou a ser um órgão de concessões de privilégios de fábricas e invenções, contudo, o pensamento da entidade era contrário à extinção do referido órgão.⁹

Durante os anos em que se manteve ativa, a SAIN foi responsável por conduzir e arbitrar importante discussão referente as indústrias naturais e artificiais, na qual as primeiras eram defendidas pelo setor ruralista e as segundas englobavam os homens que lidavam com a manufatura no Brasil e o setor de exportação. É desta querela que surge a divisão da SAIN no ano de 1870: “A ‘crise do chapéu’ foi o primeiro movimento

⁵ BELOCH, Israel. FAGUNDES, Laura Reis (coords). **Sistema FIRJAN: a história dos 170 anos de representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997**. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997. p, CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978. p, 16.

⁶ BARRETO, Patrícia R. C. Uma associação de homens e ideias para o progresso do Brasil. **Anais do 13º Seminário de Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, 2012. p, 13 (PDF). Disponível em: https://www.13snhct.sbh.org.br/resources/anais/10/1345070967_ARQUIVO_Cienciaeprogresso.pdf

⁷ BELOCH. FAGUNDES. op. cit. p, 55.

⁸ A Tarifa Alves Branco teve como principal objetivo a proteção alfandegária de produtos produzidos no Brasil, desta forma taxava-se os similares importados em até 60% de seu valor, enquanto para produtos que aqui não se fabricava tiveram sua alíquota aumentada para 30% ad. valorem. A Tarifa levou o nome do então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, que atuou no cargo de 1828 até 1844, ano em que a tarifa entra em vigor.

⁹ BELOCH. FAGUNDES. op. cit. p, 49.

organizado em prol da indústria no Rio de Janeiro que tinha por objetivo o protecionismo tarifário que pudesse viabilizar o desenvolvimento dessa indústria”.¹⁰ O conflito dentro da entidade gerou a separação dos homens de livre iniciativa, que fundaram o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA). Durante o período imperial, a SAIN prosperou, contudo, com o advento da república, a entidade iniciou uma situação periclitante. Por isso, em 1904, a SAIN funde-se com CIFTA. Sob a presidência de Serzedelo Corrêa, iniciava-se uma nova etapa da industrialização da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo com o surgimento do Centro Industrial do Brasil (CIB).

O CIB surgiu como uma entidade que congregava e representava uma fração de classe de empresários industriais, segundo a historiadora Eulália Lobo:

A partir do desenvolvimento econômico proporcionado pelos lucros da cafeicultura surgia uma pequena burguesia urbana ligada ao comércio, às profissões liberais, às manufaturas e à burocracia. Relativamente pouco desenvolvida, essa classe não se constituiu num grupo de pressão suficientemente forte, capaz de romper com o poder político das oligarquias regionais. Suas aspirações gravitavam em torno de objetivos industrialistas que durante a fase de implantação da república foram parcialmente atendidas.¹¹

Segundo a cientista política Maria Antonieta Leopoldi, o “CIB foi a primeira entidade de caráter permanente de classe da indústria organizada sem qualquer interferência estatal”.¹² Apesar de ser um aparelho privado de hegemonia de fração de classe industrial, sua atividade política foi praticada de forma ambígua, pois parte de seus associados não romperam com o pensamento que pautava o Brasil como um país de “vocação agrícola”. Em 1912, Jorge Street assumiu a presidência do CIB e, para ele, a entidade deveria condenar “tanto os exageros do liberalismo quanto o regime proibitivo da autossuficiência”.¹³

¹⁰ HONORATO, Cezar Teixeira. AZEVEDO, Jussara França de. **Conflito entre a se o fabril e a se o comercial dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na década de 1870**. X Congresso Brasileiro de História Econ mica e 10^a Conferência Internacional de História das Empresas, Juiz de Fora, 2013. p. 4. CF: AZEVEDO, Jussara França de. **A forma o da Associa o Industrial do Rio de Janeiro em um determinado território: O Rio de Janeiro**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.

¹¹ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)**. Rio de Janeiro: IBEMEC, 1978. p. 456 e 463.

¹² LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrializa o brasileira as associa es industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 64.

¹³ BELOCH, FAGUNDES. op. cit. 82.

Assim sendo, a cientista política Eli Diniz nos diz que a atuação do CIB teria sido moderada, conciliando em alguns momentos e obtendo vitórias em outros.¹⁴ Esses empresários atuaram em diversas áreas: propuseram leis trabalhistas, ao inserir-se no governo para poder pleitear as medidas que a fração de classe requeria, sobretudo após a greve de 1917; combateram o problema cambial e o livre-cambismo; atuaram a favor do produto similar brasileiro; buscaram reformar impostos que lhes desagradavam; atacaram a conversão fiscal e o problema de pesos e medidas; e, por fim, atuaram no incremento do setor da borracha e estatísticas.¹⁵

Mesmo tendo atuado em diversas frentes, Leopoldi pondera que o CIB, na primeira década de sua existência, seria como:

porta-voz de empresas individuais que, na falta de associações setoriais, recorriam a ele para a solução de problemas, como representantes de setores da indústria do Rio de Janeiro e, principalmente, como a voz da indústria brasileira.¹⁶

A saída de Jorge Street da presidência da entidade cedeu lugar a Francisco de Oliveira Passos, em 1927. Ao final da década de 1920:

O setor industrial já havia alcançado um grau de auto-consciência e de organização suficientes para que sua liderança aparecesse no cenário político nacional como porta-voz do conjunto do setor em contraposição aos demais setores econômicos. Em outros termos, a burguesia industrial já alcançara a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo, para além das distinções internas entre os vários ramos industriais. Entretanto, esta percepção estava ainda restrita ao campo dos interesses econômicos.¹⁷

Com a subida de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, modificou-se a estrutura agremiativa e foi sancionado, no ano seguinte, o Decreto 19.770 de 19 de março de 1931, que regulou a sindicalização das classes patronais e operárias perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.¹⁸ O modelo corporativo¹⁹ implementado permitiria ao

¹⁴ DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 227.

¹⁵ DINIZ. op. cit. 229. BELOCH. FAGUNDES. op. cit. 98.

¹⁶ LEOPOLDI. op. cit. p. 68.

¹⁷ DINIZ. op. cit. p. 246.

¹⁸ CARONE. op. cit. p. 116

¹⁹ BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 11ed. Brasília. Universidade Federal de Brasília, 1998. p. 287. “O modelo corporativo se apresenta, pois, como fórmula contraposta ao modelo sindical, que seria o gestor do conflito subjacente à sociedade industrializada ou em vias de desenvolvimento e o transformaria, de quando em quando, em uma eventual relação de força entre trabalho e lucro. O modelo corporativo, pelo contrário, impediria justamente a formação de elementos de conflito, articulando as organizações de categoria em associações entre classes e prefixando normas obrigatórias de conciliação para os dissídios coletivos do trabalho. O modelo corporativo defende a colaboração entre as classes no âmbito das categorias (...) no plano político, o modelo corporativo se apresenta como alternativa do modelo representativo democrático. Preconiza a realização de

governo recrutar técnicos e empresários da fração de classe industrial, com possibilidade de afastar partes não interessadas em discussões que deveriam ser de interesse geral. Em 1931, o CIB deixou de existir e em seu lugar surgiu a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). Em 1933, foi criado o Centro Industrial do Brasil que teria por finalidade uniformizar a atividade política sindical a nível nacional e este adota também a sigla CIB. Em 1937, o Centro Industrial do Brasil deixou de existir e foi criada em seu lugar a Federação dos Sindicatos das Indústrias do Distrito Federal (FSIDF). Em 1941, a FIRJ deixou de existir e foi criado o Centro Industrial do Rio de Janeiro. Com a mudança do Distrito Federal na década de 1960, foi criada a Federação das Indústrias da Guanabara (FIEGA).²⁰

Entre as décadas de 1930 e 1950, estas entidades atuaram de forma conjunta. O CIRJ servia para se opor às disposições políticas, econômicas, sociais, dentre outras, oriundas do governo ou de outros setores, tais como os trabalhadores. A FSIDF atuou em conformidade com o governo, alertando para irregularidades em leis e outras instâncias em que eram consultados. Atuaram ambas as entidades, a privada e a civil, em defesa da implementação das indústrias de base, pelo protecionismo da indústria, pela reforma fiscal e cambial.

Apesar da fração de classe representada no CIRJ e na FSIDF ter aumentado o seu poderio econômico, este não se revestiu de poder político equivalente. Ao fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), as entidades apoiaram a candidatura do General Dutra. Vencido o pleito, o governo de Dutra (1946-1951) não contemplou inicialmente as demandas dos industriais. Leopoldi atenta para a atuação do empresariado durante o período, “numa conjuntura como a do governo Dutra, em que o setor industrial não tinha condições de dirigir a política econômica, a saída era pressionar o governo com campanhas, memoriais e contatos pessoais, até obter as políticas almejadas”.²¹ E acrescenta a cientista política Sônia Draibe:

a nova direção política, estabelecida sobre um novo equilíbrio de forças, não contemplou, nos seus termos mais precisos, o projeto de centralização, isto é,

uma democracia orgânica onde o indivíduo não terá valor como entidade numérica, mas como portador de interesses precisos e identificáveis”.

²⁰ CARONE. op. cit. p. 117.

²¹ LEOPOLDI. op. cit. p. 182.

a implantação das indústrias como um bloco complementar de investimentos no departamento de bens de produção.²²

Enquanto esteve na presidência, Dutra tratou de “suprimir aquelas instituições corporativas cuja natureza expressava de modo claro e direto o caráter ditatorial do antigo regime”.²³ A exceção teria sido com a “manutenção da legislação trabalhista e da estrutura sindical corporativa, que correspondiam aos desígnios das classes dominantes de permanente controle do operariado”.²⁴

Em 1954, ascendeu à presidência do CIRJ e da FSIDF um grupo neoliberal capitaneado pelo industrial farmacêutico Zulfo de Freitas Mallmann, que eram “contrários ao intervencionismo estatal na política econômica e simpatizantes com o capital estrangeiro”, internamente “questionaram as atividades de Euvaldo Lodi” posicionando-se contrariamente à antiga política cambial defendida pela entidade e a eficiência dos órgãos estatais, pediam “uma política de aumento da exportação”, além de pedirem “liberdade cambial completa”.²⁵

A década de 1950 trouxe consigo a integração entre desenvolvimento de uma indústria pesada, agricultura mecanizada e desenvolvimento urbano, com intenções de aproximar os interesses econômicos da cidade com o do campo. Segundo Draibe, teria sido superado o fragmentado conjunto de interesses então existentes.²⁶ A exemplo do Plano SALTE²⁷, diversos planos foram concebidos para a industrialização do país, sendo os mais importantes, para o Estado e para burguesia industrial, aqueles que diziam respeito ao petróleo, eletricidade e minérios. Já as vésperas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), os aparelhos estatais encontravam-se aninhados de industriais e de seus representantes. Aponta Leopoldi:

²² DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p, 139.

²³ Ibidem. p, 141.

²⁴ Ibidem. p, 141.

²⁵ LEOPOLDI. op. cit. p, 193. Para Leopoldi o grupo que assume o controle do CIRJ e da FSIDF seria neoliberal por querer uma abertura cambial completa, ou seja, sem nenhum tipo de regulamentação, esta posição seria diferente da geração anterior, capitaneada por Euvaldo Lodi, que buscava proteger as indústrias através de uma política bem delimitada do controle cambial.

²⁶ DRAIBE. op. cit. p, 182 e 183.

²⁷ O Plano SALTE foi uma medida implementada durante o governo do presidente Dutra para modernizar as áreas de saúde, alimentação, transportes e energia. Para mais informações consultar o verbete SALTE em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Posteriormente o Programa de Metas seguiria modelo similar. Conferir verbete Programa de Metas em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-metas>

O núcleo de técnicos atuantes nesses órgãos forma a parte de um seletivo grupo de economistas centrados no Rio de Janeiro, então capital do país. Eles dividiam-se por várias correntes: os nacionalistas, os neoliberais e os defensores do intervencionismo estatal com capital estrangeiro. Estes economistas se distribuem também por organismos governamentais que atuam fora da arena cambial, mas têm voz nas medidas que afetam a industrialização [...] desde então eles se tornaram interlocutores essenciais para a liderança industrial.²⁸

Nos finais da década de 1950 e início de 1960, o país começava a dar sinais de que o sistema estava em crise e múltiplos fatores contribuíram para este fato. A administração paralela²⁹, executada durante o governo de Juscelino Kubitschek, possibilitou um rápido crescimento industrial às custas da condição de trabalho do operariado, do aumento da inflação e, conseqüentemente, do pauperismo. O esgarçamento do tecido social ocorreu por meio de greves e pelas declarações de parte da fração da classe empresarial industrial representada em entidades civis e sindicais contra o governo, contra políticas trabalhistas e contra o “extremismo comunista”.

O sociólogo Octávio Ianni aponta para o esgotamento do modelo getuliano de crescimento industrial.³⁰ A economista Maria da Conceição Tavares entende que o modelo de crescimento industrial adotado pelo país encontrou seu termo em três frentes: desequilíbrio regional, desequilíbrio social e, por fim, pelo desequilíbrio econômico.³¹ Para Dreifuss, a crise seria uma conjugação dos fatores já citados, contribuindo, ainda, para uma crise de autoridade, que se arrastava pelo menos desde 1954.

Medidas restritivas e coercitivas achavam-se na base do que era de fato um regime político autoritário, apesar de ser liderados por civis, e que usava a força cautelosamente. Essas formas patrimoniais e cartoriais de domínio expressavam as tentativas do bloco de poder dominante de desarticular as forças antagônicas por intermédio da absorção de seus líderes e da desagregação de suas bases populares, deixando os líderes alienados da

²⁸ LEOPOLDI. op. cit. p, 214.

²⁹ De acordo com Dreifuss: “Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecnoburocrática, uma série de “anéis de poder burocrático-empresariais objetivando a articulação de seus próprios interesses. Esses anéis a princípio diminuíram e mais tarde deslocaram a influência dos políticos tradicionais na formulação de diretrizes econômicas. Eles conseguiram promover uma verdadeira ‘administração paralela’ durante o governo de Juscelino Kubitschek, a qual era livre de escrutínio público e do controle populista”. “Na realidade, o papel técnico dos tecnos-empresários abrangia uma função política mais ampla, a de atuar como agentes do poder dentro da administração paralela [...] foi através dos vários escritórios técnicos que o bloco multinacional e associado estabeleceu em sua interação com a administração do Estado os já mencionados anéis burocrático-empresariais. Através desses anéis, o bloco multinacional e associado conseguiu promover seus interesses econômicos concretos e assegurar reformas dentro dos limites do bloco histórico populista existente, flanqueando as estruturas corporativistas associativas”. DREIFUSS. op. cit. p, 73, 84, 106.

³⁰ IANNI. op. cit. p, 70.

³¹ TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importação ao capital financeiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p, 106 e 107.

sociedade e as suas bases populares sem orientação. [...] As dificuldades foram traduzidas pela crise de autoridade e dissolução do regime presidencialista, pela crise de insubordinação populista e pela ascensão das “massas para si”. Mas, até João Goulart assumir a presidência, foram percebidas somente manifestações “teatrais” do fenômeno.³²

As ações políticas da fração de classe empresarial representada no Centro e na Federação, no começo da década de 1960, bem como em outras entidades, tais como o IPES/IBAD e CONCLAP, portanto, visavam alterar a correlação de força de uma forma que fosse possível para eles obterem ganhos sociais, econômicos e políticos. Sendo assim, buscavam tornar o seu poder político equiparável ao poderio já conquistado na área econômica e financeira.

Elite orgânica e entidades subversivas

Neste tópico, buscamos apresentar nosso entendimento teórico das entidades em estudo e para isso, nos valem de alguns conceitos formulados pelo marxista sardo Antônio Gramsci durante os seus anos de cárcere. Não utilizaremos diretamente os seus famosos Cadernos do Cárcere, mas seus comentaristas brasileiros que buscaram aplicar os conceitos e a teoria gramsciana na realidade nacional brasileira.

Entendemos que as entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, bem como o Conselho Superior das Classes Produtoras, constituem-se como aparelhos privados de hegemonia (APH) e seus agentes como um grupo de intelectuais orgânicos da classe ou sendo representados, de acordo com Dreifuss, como uma elite orgânica.³³

De acordo com a historiadora Virgínia Fontes, a categoria de APH:

tem alcance o suficiente para abrigar as diferentes modalidades organizativas, as tendências diversas que abrigam no âmbito da civil, os conflitos que expressam e seu papel nas lutas de classes e na configuração do Estado capitalista.³⁴

³² Dreifuss. op. cit. p, 136.

³³ O termo elite orgânica que é formulada por Dreifuss deriva diretamente do conceito de intelectuais orgânicos formulado por Gramsci, contudo sua atuação política seria mais destacada que a do mero intelectual isolado, Melo e Hoeweler atentam que: “elite orgânica é assim um momento mais avançado da consciência de classe capitalista [...] ela não é “onipotente” porque qualquer processo político-social é um processo de embate e luta, mas ela sempre tem que pretender ser, porque almeja o poder” MELO, Demian Bezerra de & HOEVELER, Carolina Rejane. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. Revista: **Tempos Históricos**, vol. 18. Paraná, 1º semestre de 2014. Pp 13-43. p, 20.

³⁴ FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. Marx e o Marxismo vol.8, n.14, p. 15-35, janeiro-junho 2020. p, 23.

A autora ainda destaca que os próprios APH são expressões da luta de classes. Para o cientista político Álvaro Bianchi, a luta pela hegemonia é uma luta entre os APH, pois estes “funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as”.³⁵

Assim como o poder econômico vem do controle e da organização dos meios de produção, o poder político empresarial derivaria diretamente da capacidade de organização dos APH em contato direto ou indireto com aqueles que ocupam os cargos dirigentes de um país, dos que podem organizar a massa, etc. Apesar do termo privado, os especialistas, na teoria marxiana desenvolvida por Gramsci, têm destacado que os APH fazem parte diretamente do Estado.³⁶ É o caso do CIRJ, agraciado em 1943 como órgão consultivo do Estado brasileiro.³⁷

Vitais para o funcionamento dos APH eram os intelectuais orgânicos da classe. Na acepção gramsciana, o intelectual orgânico seria o organizador da vontade coletiva de sua classe, “aquele que tem na prática política o âmbito de sua ação”³⁸. Para Dreifuss, os empresários, conjuntamente com os tecno-empresários e técnicos, oriundos dos mais diversos grupos sociais, quando agrupados em um APH, constituiriam a elite orgânica:

Essa elite de intelectuais orgânicos (doravante denominada elite orgânica do bloco multinacional e associado) passou a constituir uma força social, cônica de que seus ‘próprios interesses corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados’. Essa é a fase mais genuinamente política e marca a passagem decisiva da estrutura para a esfera da complexa superestrutura; essa é a fase na qual ideologias previamente desenvolvidas se tornam ‘partido’.³⁹

A organização dos APH pela elite orgânica, durante a década de 1960, representava, de um lado, o acirramento da luta de classes e, de outro, uma das tentativas de consolidar a ideologia liberal, livre do intervencionismo estatal da década de 1940 no Brasil. Em outras palavras: “um aparelho serve para criar um novo terreno ideológico, ao afirmar uma reforma filosófica, uma nova consciência de mundo”.⁴⁰ Para Dreifuss, o

³⁵ BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci** Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008. p, 179.

³⁶ CF: HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular** ano 4, n.5, p. 145-159, agosto-dezembro, 2019.

³⁷ CF: BELOCH. FAGUNDES. op. cit. p, 126.

³⁸ CF: MENDONÇA, Sônia Regina. Economia e Política na Historiografia Brasileira. **Antropolítica**, Niterói - EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

³⁹ DREIFUSS. op. cit. 161.

⁴⁰ HOEVELER. op. cit. p, 149.

surgimento dos APH, em finais de 1959 e início da década de 1960, representava “esse momento de homogeneidade, consciência e organização no processo traduziu-se pela formação de uma elite orgânica centrada na frente de ação do complexo IPES/IBAD”⁴¹, e acrescentamos, o CONCLAP.

Sobre o CONCLAP, é importante ressaltar que Dreifuss confunde a atuação política do Conselho das Classes Produtoras de São Paulo, “reavivada em 1955”, com o Conselho das Classes Produtoras, fundado em 1959 na cidade do Rio de Janeiro. Em texto recente, o historiador Renato Lemos esclarece acerca das entidades, respectivamente:

O Conselho [das Classes Produtoras Paulistas] pretendia ser, basicamente, colaborativo. Reuniões com autoridades públicas e a divulgação de memoriais e manifestos seriam os meios adotados em defesa dos interesses empresariais [...] o projeto foi apresentado por Jorge Mattos ao Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 8 de julho, dando conhecimento da proposta de “instrumento convencional da nova entidade”. Observe-se que o documento se referia ao CONCLAP como Conselho das Classe Produtoras do Rio de Janeiro [...] algumas premissas ideológicas orientariam a militância política empresarial do CONCLAP. A começar, a de que a luta de classes já seria uma “ideia superada” e empresários e empregados teriam “bandeira comum”: a do desenvolvimento econômico [...] O CONCLAP associava-se, também, à bandeira liberal da defesa da “livre iniciativa” e luta contra a “hipertrofia do Estado” para conservar “a liberdade individual, que é o cerne mesmo de nossas aspirações, desde que o Brasil se formou como nação independente”.⁴²

Ao longo da década de 1960, a fração de classe industrial representada no Centro Industrial do Rio de Janeiro e na Federação das Indústrias do Estado da Guanabara utilizaram-as para angariar fundos e dispor de seus serviços, além de outras resoluções.

CIRJ, FIEGA e CONCLAP: organização política e cooptação de fundos (1960-1964)

Em 1962, o CONCLAP passou por um período de crise. Aos olhos de seus associados parecia que esta entidade estava fadada ao fracasso. Parte do corpo de associados do CIRJ não entendia a motivação e os múltiplos funcionamentos das entidades subversivas. Um de seus principais idealizadores, Jorge Mattos, chegou a propor a sua fusão com o IPES e o motivo seria que o último nasceu com muito mais vigor econômico do que o primeiro. Neste sentido, aparteia a discussão o associado Renato Heinzemann:

⁴¹ DREIFUSS. op. cit. p. 161.

⁴² LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. CONCLAP: Estágio Superior da Militância político-empresarial no Brasil (1959-1964). **História e Luta de Classes**. Ano 17, n. 33, p. 91-105, março, 2022. p. 96, 99 e 100.

Realmente, é indispensável unir forças, porém o CONCLAP deverá ser mantido, embora sem atividade. Isto, entretanto, só poderá ser concretizado, na sua opinião, se o IPES não restringir a participação de outros elementos que não somente empresários e democratas. O Sr. José Rymer é da mesma opinião. Entende que o CONCLAP deve permanecer, pois o IPES foi fundado com o objetivo de angariar recursos para uma finalidade específica e o CONCLAP é um órgão de cúpula, destinado a dar união e diretrizes às várias entidades de classe [...] O Sr. Cecil Davis indaga se o IPES não estará fadado a desaparecer uma vez ultrapassadas as dificuldades que irá enfrentar. O Sr. Jorge Mattos diz que não, principalmente se forem ganhas as eleições no Congresso. Este é, aliás, o objetivo imediato do IPES, ressaltando, ainda, que o momento é de sobrevivência, tornando necessária a conjugação de esforços e a colaboração de todos a fim de que a democracia seja preservada.⁴³

Na reunião do dia 10 de maio, foi lido por Jorge Mattos um documento que propunha o seu fim. Nele é disposto desde a atuação política empregada e para quem deveria se dirigir:

Nasceu o CONCLAP sob a égide de uma necessidade imperiosa e de uma imposição patriótica de união das classes em busca da harmonização do capital e do trabalho. De longa data sentíamos [...] que se tornava inadiável a constituição de um organismo que tivesse por escopo unificar os pronunciamentos e as manifestações das várias entidades representativas das atividades econômicas [...] tivemos realizações importantes, estudos expressivos, trabalhos de maior significação e pronunciamentos que calaram fundo na opinião brasileira, despertando uma nova consciência nas elites do país e criando um permanente estado de alerta contra os inimigos do regime, pela preservação e pelo fortalecimento das instituições democráticas e da paz social [...] manda a verdade que se afirme que estamos, hoje, pior que quando começamos. A dispersão de forças, de formas de trabalho e de aplicação de recursos é ainda, infelizmente, uma constante na vida agremiativa dos homens de produção.⁴⁴

De acordo com o exposto, as atividades da entidade tinham o fito, como já expresso por Lemos, de uma contra revolução preventiva.⁴⁵ Como órgão de cúpula, reuniu os principais industriais do Rio de Janeiro, que falavam pela classe e ainda pelos operários que simpatizavam com o liberalismo e pela livre iniciativa daquele período. Retomaremos agora um pouco de sua atuação política ao longo dos anos 1960, 1961 e 1963, já que o ano de 1962 foi de pouca ou nenhuma atividade.

No que tange ao aspecto de contatos, o CIRJ e a FIEGA sabatinavam, em sequência, aqueles que poderiam contribuir com a causa dos empresários industriais. Em janeiro de 1960, o diretor Hercílio Colaço trouxe ao conhecimento, em reunião da

⁴³ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1962. p, 1 e 2.

⁴⁴ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 10 de maio de 1962. 1 até 6. Grifo nosso.

⁴⁵ LEMOS. op. cit. p, 104.

diretoria do CIRJ, que o ex-deputado Lycurgo Leite fez uma palestra no CONCLAP sobre o monopólio da estiva pelos operários e os seus efeitos sobre a economia nacional e do Rio de Janeiro. O referido diretor não concordava com a palestra do ex-deputado na reunião da diretoria do CIRJ, pois “sua intenção é combater o Legislativo com as mesmas armas usadas pelos que defendem o projeto 850/55”.⁴⁶ Apesar da manifestação contrária, o convite foi feito pela entidade. Ainda naquele ano, em julho, o General Teixeira Lott foi convidado para discursar no CONCLAP, este convite partiu diretamente da diretoria do CIRJ e foi comunicado a todos os diretores que comparecessem.⁴⁷

Outro contato antigo era entre a Escola Superior de Guerra da Praia Vermelha (ESG) e a diretoria do CIRJ. Em abril de 1960, o diretor Jorge Mattos fez considerações na reunião de diretores, atentando para que se buscasse uma maior atuação política. O diretor pediu, então, que fosse desligado do Departamento de Divulgação, pois se encontrava atarefado com o CONCLAP e com as aulas que dava na ESG, ao que todos concordaram, assumindo a cadeira de Diretor-Supervisor do Departamento de Divulgação do CIRJ Edmo Padilha.⁴⁸

Já no ano de 1963, foi informado, em reunião das diretorias do CIRJ e da Federação, sobre um convite feito pelo CONCLAP ao Ministro Celso Furtado para comparecer a uma reunião na Associação Comercial do Rio de Janeiro e, assim, expor o Plano Trienal. O diretor, Renato Heinzemann, “como um dos representantes do CIRJ junto àquele órgão, pede que seja devidamente definida sua posição naquele Conselho”, ao que é traçada a orientação de que “os representantes da Casa somente se limitarão a ouvir a exposição, formular perguntas, colher dados para futuros esclarecimentos, sem, contudo, emitir parecer a respeito”.⁴⁹ O Ministro Celso Furtado deu, ainda, outra palestra sobre o Plano Trienal na Associação dos Empregados do Comércio.⁵⁰ Em março daquele ano, após a palestra, os dados recolhidos foram enviados pelo CONCLAP ao

⁴⁶ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1960. p. 2.

⁴⁷ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 19 de julho de 1960. p. 1.

⁴⁸ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 12 de abril de 1960. p. 2.

⁴⁹ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 17 de janeiro de 1963. p. 2.

⁵⁰ Ata da Reunião dos Conselhos de Representantes das Indústrias e Deliberativo do Centro Industrial, 22 de janeiro de 1963. p. 1.

Departamento Econômico e ao Grupo de Estudo e Trabalho para que fossem “analisados os seus diversos aspectos e alertada a Casa, se conveniente for”.⁵¹

Aproximadamente um mês após a visita de Furtado, o presidente do CONCLAP, Nelson Calafate, pediu que todos os associados da entidade, do CIRJ, da FIEGA, bem como as próprias empresas industriais, se dirigissem “a bancada democrata da Guanabara protestando contra a alteração da Constituição no que tange ao direito de propriedade”. A forma de atuação legal contra a reforma constitucional prevista pelo executivo nacional seria o envio de telegramas e memoriais para deputados federais aliados à indústria e para as outras federações e entidades civis.⁵²

O que as Atas mostram acerca do entrosamento entre as entidades subversivas e as congêneres civis é o aspecto da recolha de informação através de múltiplas reuniões de associados com figuras do meio político e militar. Por vezes, mais de uma reunião era feita com a mesma pessoa, em local diferente, para que mais pessoas pudessem ouvir e dissertar sobre as propostas a serem defendidas. Eles faziam uma dupla confirmação das opiniões e pareceres emitidos por seus interlocutores em um esquema de perguntas previamente preparadas pelos órgãos competentes da Casa.

Em 1960, antes, durante e após o período eleitoral para a presidência da República e para a escolha do novo Governador da Guanabara, o CIRJ travou uma campanha em favor dos candidatos que pudessem defender a causa da “livre iniciativa” e da “democracia”. O Sr. Edmo Padilha informa que manteve, desde junho, contatos com elementos dos órgãos de divulgação “para realização de uma ‘Campanha de Alistamento e Esclarecimento Eleitoral’”. A campanha teria um valor inicial de 150 mil cruzeiros até 200 mil cruzeiros, “cabendo uma parte ao Centro e outra ao CONCLAP”.⁵³ No dia 21 de junho, foram apresentados os resultados parciais da Campanha pelo associado e diretor Edmo Padilha. Em 22 de setembro, foi anunciado por Jorge Mattos “a realização do filme “Carta ao Governador Eleito”” que, infelizmente, não conseguimos ter acesso ao conteúdo. Na ata segue-se um louvor e aplausos ao companheiro pelo “excelente trabalho de propaganda política realizada”. Os votos e aplausos são estendidos ao associado, Edmo

⁵¹ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 7 de março de 1963. p, 2.

⁵² Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 25 de abril de 1963.p, 1.

⁵³ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 7 de junho de 1960. p, 2 e 3.

Padilha Gonçalves, “pela valiosa colaboração em nome do Centro para o esclarecimento dos eleitores através de cartazes que vêm sendo amplamente divulgado”. Ao que responde o diretor Edmo dizendo que os trabalhos executados “são produto de um grupo de trabalho, constituído de três empresas de publicidade associadas ao Centro e ainda do associado Sérgio Feliciano dos Santos”. Ao todo, nestas campanhas, foram gastos cerca de 200 mil cruzeiros.⁵⁴

Quando Jânio Quadros assumiu a presidência, foi entregue em suas mãos, “em audiência concedida aos representantes do CONCLAP”, um memorial contendo as principais reivindicações das “Classes Produtoras”, ao que é requisitado pelo Presidente uma semana para avaliar a documentação e convocar os industriais. Apesar de não sabermos o conteúdo, na mesma reunião da diretoria foi lido um documento que é dado ao associado do CONCLAP, Jorge Mattos, pelas mãos do próprio Presidente, suas palavras colocam os industriais em alerta:

Em seguida, lê o resumo das palavras do Sr. Presidente sobre a situação do país. A iniciativa privada precisa, mais do que nunca, estar coesa em torno de seus organismos de representações e atuar de forma objetiva em sua própria defesa, diz o Sr. João Monteiro. Compreende perfeitamente, o desanimo do companheiro Jorge Mattos, eis que este tem-se lançado em lutas verdadeiramente heroicas, não encontrando receptividade e apoio, sobretudo financeiro, por parte das empresas particulares.⁵⁵

Em junho, o associado Guilherme Levy fez considerações sobre a arrecadação através de filiação direta de empresas ao CONCLAP, e foi respondido que deveria ser “estimulada a sua manutenção porque está fadada ainda a prestar relevantes serviços às classes produtoras”, pois sua finalidade seria a de:

colher as opiniões de vários setores das classes produtoras e manifestar-se em seu nome, procurando evitar os pronunciamentos isolados e divergentes. Ocorre que o Conselho não tem recursos o suficiente para se manter [...] por isso, não encontrando ressonância o apelo que faz aos seus filiados no sentido de que as contribuições fossem elevadas à um nível que permitisse seu funcionamento normal, deliberou aquele órgão solicitar contribuições das empresas, mesmo porque, quando passou a integra-lo, encontrou ali criada uma comissão chamada Comissão do Bem Comum que era constituída por representantes de empresas, e angariava recursos diretamente destas. O Sr. Victor Bouças pede ao Sr. Presidente a realização de uma reunião especial da diretoria para debater a integração dos diversos órgãos de classe, quando seria nomeada uma comissão para estruturar o assunto [...] o Centro deve continuar dispensando o maior apoio ao CONCLAP. [...] são aprovadas propostas [...] no sentido de que seja vedado ao CONCLAP solicitar contribuições

⁵⁴ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1960. p. 3 e 4.

⁵⁵ Ata da Diretoria do Centro Industrial do Rio de Janeiro, 7 de março de 1961. p. 1 e 2. Grifo nosso.

diretamente às empresas [...] no sentido de que o Centro eleve a sua contribuição em favor daquele órgão.⁵⁶

Nesta reunião, foi deliberada uma contribuição de 100 mil cruzeiros, ao passo que, em agosto, passaria para 150 mil cruzeiros mensais. Em setembro, em reunião da diretoria da FIEGA, foi solicitado pelo CONCLAP, para redução de custos, a utilização do Departamento Econômico para estudos financeiros e inflação, ao que foi respondido que o pedido seria atendido dentro das possibilidades de seus técnicos.⁵⁷ Em outubro, foi deliberado que cada associado individual do CONCLAP pagaria a importância igual a efetivada pelo Centro.⁵⁸

Em fevereiro de 1964, foi alertado pelo Sr. Alberto Byington, em nome do CONCLAP:

Sobre a reunião mantida, ontem, com o Presidente da Associação Comercial, ocasião em que foi lembrada a necessidade de ligação mais estreita entre o CIRJ, CONCLAP e aquela entidade para se tomar uma iniciativa contra as invasões dos órgãos governamentais nas áreas da livre iniciativa. Temos que tomar uma atitude defensiva, salienta, e esclarece que o CONCLAP está organizado e preparado para agir nesse sentido. O Sr. Jorge Mattos [...] declarando que, realmente, o CONCLAP pode fazer um trabalho bastante interessante e favorável à livre empresa no Brasil, principalmente se se organizar a mobilização porque isso é importante em todos os setores. O Sr. Kleber Araújo apoia [...] acreditando que, realmente, é preciso se situar dentro do CONCLAP, que é o órgão de cúpula, e que é chegado o momento oportuno para nos organizar e nos defender [...] volta a falar o Sr. Alberto Byington [...] entende que o problema no Brasil não são os comunistas, são os comodistas.⁵⁹

Tanto empenho dos empresários encontrou resultados esperados e inesperados, após a queda do governo de João Goulart. Em reunião das diretorias realizada no dia 23 de abril de 1964, o associado Jorge Mattos relatou que manteve entendimentos com o Sr. João Calmon “o qual se dispõe a insistir no sentido de que as classes [produtoras] ofereçam não um trilhão de cruzeiros, mas dois ou três trilhões de cruzeiros ao governo para que se recupere financeiramente”⁶⁰. Para Mattos, o pedido deveria ser negado devido ao montante. Não encontramos o desdobramento desta discussão nas atas subsequentes.

⁵⁶ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias da Guanabara, 27 de junho de 1963. p. 5 e 6.

⁵⁷ Ata da Reunião da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, 26 de setembro de 1963. p. 1.

⁵⁸ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias do Centro Industrial do Rio de Janeiro e da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara, 31 de outubro de 1963. p. 2.

⁵⁹ Ata da Reunião Conjunta dos Conselhos de Representantes da Federação das Indústrias e Deliberativo do Centro Industrial, 25 de fevereiro de 1964. Grifo nosso.

⁶⁰ Ata da Reunião Conjunta das Diretorias da Federação das Indústrias e do Centro Industrial, 23 de abril de 1964. p. 1.

Com a deflagração do golpe empresarial-militar, o CONCLAP foi desativado e os empresários se voltaram para suas áreas de expertise.

Considerações finais

Ao longo deste texto apresentamos as entidades de atividade política, social e financeira de fração de classe industrial do Rio de Janeiro representada no CIRJ e na FIEGA. Remontamos suas experiências na arena política para expor algumas de suas áreas de atuação preferenciais e assim indiciar seus respectivos interesses.

Em 1954, assumiu a presidência das organizações um novo grupo que buscou agir de forma política diferente de seus antecessores. Para equacionar a grave crise que abalou o país em finais de 1959 e para os anos de 1960 e 1961, a fração de classe industrial representada politicamente no CIRJ e na FIEGA tratou de organizar e fundar entidades de cunho subversivas, ou seja, que fizessem a situação política, econômica e social ficar a seu favor.

Assim sendo, foi fundado o CONCLAP, um órgão de cúpula que visava reunir industriais e simpatizantes de um projeto liberal, industrialista e contra os comunistas, os comodistas, os ditos políticos populistas e demagógicos, e os trabalhadores que buscavam uma melhor condição de vida. Sua ação ocorreria em diversos espaços, nas dependências das entidades em estudo, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre outras citadas ou não. O intuito era o de aproximar personalidades políticas, intelectuais e militares e assim traçar um plano pró ou contra o governo, a favor dos interesses políticos, econômicos e sociais dos representados no CONCLAP.

Os encontros promovidos sondavam os convidados por uma dupla sabatina, sendo as perguntas formuladas e enviadas previamente ao visitante. Posteriormente eram preparados, pelas seções competentes do CIRJ, FIEGA ou do próprio CONCLAP, trabalhos, estudos, memorandos e toda uma gama de atividade de propaganda política endereçados às autoridades competentes, aos trabalhadores, e a quem necessitasse cooptar.

Para levar a cabo suas movimentações políticas, a fração de classe industrial investiu recursos financeiros de seu próprio bolso, além de utilizar das caixas das entidades privada e civil. Conforme o CONCLAP crescia, divergências surgiam na forma

de arrecadação, eram emitidos recibos de pagamentos mensais aos associados e as verbas para trabalhos extras, em caráter de emergência, não eram contabilizadas.

Por fim, é importante salientar que se o golpe empresarial-militar de 1964 foi majoritariamente militar, o desgaste político, econômico e social que o antecedeu, ou seja, todo o seu arranjo, foi provocado por organizações como a do CONCLAP que buscava esgarçar o tecido social acirrando a luta de classes.

Bibliografia

AZEVEDO, Jussara França de. **A formação da Associação Industrial do Rio de Janeiro em um determinado território: O Rio de Janeiro**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.

BARRETO, Patrícia R. C. Uma associação de homens e ideias para o progresso do Brasil. **Anais do 13º Seminário de Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo, 2012.

BELOCH, Israel. FAGUNDES, Laura Reis (coords). **Sistema FIRJAN: a história dos 170 anos de representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997**. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci** Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 11ed. Brasília. Universidade Federal de Brasília, 1998.

CARONE, Edgard. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro (1827-1977)**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**. Santa Catarina, vol. 4, n.8, p. 204-229, julho-dezembro de 2012.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Niterói, vol.8, n.14, p. 15-35, janeiro-junho 2020.

HOVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular** São Paulo, ano 4, n.5, p. 145-159, agosto-dezembro, 2019.

HONORATO, Cezar Teixeira. AZEVEDO, Jussara França de. Conflito entre a seção fabril e a seção comercial dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional na

década de 1870. **X Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História das Empresas**, Juiz de Fora, 2013.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. CONCLAP: Estágio Superior da Militância político-empresarial no Brasil (1959-1964). **História e Luta de Classes**. Ano 17, n. 33, p. 91-105, março, 2022.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira** as associações industriais, política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)**. Rio de Janeiro: IBEMEC, 1978.

MELO, Demian Bezerra de & HOEVELER, Carolina Rejane. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. Revista: **Tempos Históricos**, vol, 18. Paraná, 1º semestre de 2014. Pp 13-43.

MENDONÇA, Sônia Regina. Economia e Política na Historiografia Brasileira. **Antropolítica**, Niterói - EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001.

MOTTA, Marly. **Rio de Janeiro: De cidade-Capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p, 158 até 170.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importação ao capital financeiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ARQUIVO RUBENS PAIVA: ENTRE
DOCUMENTOS E LITERATURA
RUBENS PAIVA ARCHIVE: BETWEEN
DOCUMENTS AND LITERATURE

CAROLINE PERES MARTINS*

Resumo: O desaparecimento forçado do deputado cassado Rubens Paiva completou cinquenta e três anos às vésperas do sexagésimo aniversário do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Esses ensejos são oportunos para retomar o que chamamos de “arquivo Rubens Paiva” — composto por documentos ligados ao episódio de sequestro e a produção literária do filho, o escritor brasileiro Marcelo Rubens Paiva. Em particular, as obras *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), cujo eixo central é a inscrição traumática no corpo. A partir de críticas como Aleida Assmann (2011), Regina Dalcastagnè (1996), Eurídice Figueiredo (2017) e Marianne Hirsch (2021), investigamos as mortes (concreta e simbólica) sem fim do ex-deputado, amarradas às demais tragédias enfrentadas pela família Paiva e o esquecimento coletivo do país.

Palavras-chave: Arquivo. Desaparecimento. Marcelo Rubens Paiva.

Abstract: The forced disappearance of impeached congressman Rubens Paiva completed fifty-three years on the eve of the sixtieth anniversary of the 1964 civil-military coup in Brazil. Which is an opportunity to return to “Rubens Paiva archive” — composed of documents associated to the episode, as well as the literary production of the writer Marcelo Rubens Paiva. Especially in the literary works *Feliz ano velho* (1982) and *Ainda estou aqui* (2015), whose central axis of the narratives is the traumatic inscription on the body. Based on critics such as Aleida Assmann (2011), Regina Dalcastagnè (1996), Eurídice Figueiredo (2017) and Marianne Hirsch (2021), we investigated the endless deaths (concrete and symbolic) of the former

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estância de investigação na *Universidad del Salvador* (USAL), Buenos Aires, ambas pesquisas financiadas pela CAPES. (E- mail: cperesmartins96@gmail.com)

deputy, linked to the other tragedies faced by the Paiva family and the country's collective oblivion.

Keywords: Archive. Disappearance. Marcelo Rubens Paiva.

À espera de Godot: introdução

Na esteira do pós-guerra, o dramaturgo irlandês Samuel Beckett explora a incerteza, o absurdo e desespero da espera em *Esperando Godot* (1953), na qual Godot jamais aparece:

ESTRAGON Ele devia estar aqui.
VLADIMIR Não deu certeza de que viria.
ESTRAGON E se não vier?
VLADIMIR Voltamos amanhã.
ESTRAGON E depois de amanhã.
VLADIMIR Talvez.
ESTRAGON E assim por diante.
VLADIMIR Ou seja...
ESTRAGON Até que ele venha.¹

Os espectadores da peça deparam-se com a expectativa frustrada dos personagens, pela espera incerta e a impossibilidade do encontro com Godot, o qual opera como uma alegoria para perscrutarmos o desaparecimento político, especialmente, na ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Os familiares das vítimas, entre os quais estão os parentes do ex-deputado Rubens Beyrodt Paiva, permanecem à espera de Godot, isto é, do aparecimento do corpo e de punição para os algozes.

À vista disso, investigamos o que nomeamos como “arquivo Rubens Paiva”, a fim de recuperarmos as mortes de Paiva, a concreta e a simbólica, por meio de documentos que desmantelam materialmente a versão dos militares à época do desaparecimento do ex-deputado — trazidos à baila durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo

¹ BECKETT, Samuel. *Esperando Godot*. Tradução Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 21.

relatório final foi publicado em 2014, no aniversário dos cinquenta anos do golpe de 1964. Ainda avaliamos a produção literária de Marcelo Rubens Paiva, em que o desaparecimento do pai se repete como a figura do anão nos trabalhos da autora espanhola Rosa Monteiro, sobretudo em *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015).

Em tais obras, as tragédias dos Paiva são apresentadas às voltas do corpo: desaparecido (do pai); paralisado (do escritor) e demente (de Eunice Paiva, sua mãe)², fio condutor sobre o qual se situam os traumas individuais e coletivos do narrador, questões analisadas à sombra de críticas como Aleida Assmann (2011), Regina Dalcastagnè (1996), Eurídice Figueiredo (2017) e Marianne Hirsch (2021).

1979: o ano sem fim

Oito anos depois do assassinato de Rubens Paiva, a Lei n° 6.683 foi assinada em 1979 com a chancela militar, que promoveu a deturpação das campanhas pela anistia. Embora restrita, a chegada dos exilados políticos movimentou o mercado literário com lançamentos de livros de memória e testemunho de ex-militantes como *O que é isso, companheiro?* (1979, Fernando Gabeira); *Querida família* (1979, Flávia Schilling), *Os carbonários* (1982, Alfredo Sirkis); *Batismo de sangue* (1982, Frei Betto) e *A Revolta das vísceras* (1982, Mariluce Moura).

Nessa esteira, Marcelo Rubens Paiva estreou na literatura com *Feliz ano velho* (1982), na coleção *Cantadas literárias* da Brasiliense, editora que privilegiou as impressões de títulos políticos no pós-golpe de 1964³ e revelou novos autores pelo *Cantadas* — como a poeta Ana Cristina César, também filha de perseguidos políticos. Paiva antecipa a tendência de representação da chamada pós-memória, na definição da professora emérita da Columbia

2

³ MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

University Marianne Hirsch, da guinada de edições de uma segunda geração, uma vez que “*la memoria puede ser transferida a los que no vivieron el acontecimiento*”⁴.

Vale salientar o contraponto de Beatriz Sarlo ao conceito de “pós-memória”. Para a crítica literária argentina, a definição pode ser considerada um excesso de teorização, “se o passado não foi vivido, seu relato só pode vir do conhecido através de mediações (...) O vicário não é específico da pós-memória”.⁵ Em sua concepção, existem “formas de memória”, as quais extrapolam a simples cisão entre os que experimentaram o evento e seus filhos. Sarlo, porém, faz a ressalva de que tal noção seria possível ao se aludir “exclusivamente para o relato (...) da primeira geração dos fatos”,⁶ como é o caso de Marcelo Rubens Paiva.

Feliz ano velho abre-se com o motivo pelo qual o ano de 1979 atravessa os Paiva significativamente. Poucos meses após o decreto da anistia, em 14 de dezembro de 1979, Marcelo Rubens Paiva sofre um acidente em Campinas, interior de São Paulo, onde cursava engenharia agrícola na Unicamp. O mergulho à tio Patinhas, bêbado, numa lagoa rasa deixaria a tetraplegia como sequela definitiva: “Estava debaixo d’água, não mexia os braços nem as pernas, somente via a água barrenta e ouvia: biiiiiiin”.⁷

Em meio à recuperação que exigiu meses de internamento e uma reabilitação intensa, Caio Graco Prado, então editor da Brasiliense, encomendou um livro no qual relatasse a história. As memórias revisitadas pelo escritor têm como fio de ligação o corpo: a autorrepresentação de sua paralisia e apresentação do desaparecimento do pai, plano de fundo da obra. Esses aspectos residem sobre os limiares de presença-ausência e existência-inexistência, que inscrevem uma antítese: o corpo paralisado do narrador parece defunto; enquanto o corpo ausente do pai é percebido como se estivesse vivo, devido à impossibilidade de acessar a presença da morte de Rubens Paiva.

⁴ “a memória pode ser transferida aos que não viveram o acontecimento”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p. 11.

⁵ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.92-93.

⁶ *Ibidem*, p. 112-113.

⁷ PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10.

A prática do desaparecimento político, realizada pelos militares do período ditatorial, priva os parentes das vítimas de velar e sepultar seus mortos, lançados às valas comuns, com a condenação de uma morte sem corpo ou fim. Por isso, os parentes sequer têm ciência se seus entes estão mortos ou não:

Passei anos da minha vida sem saber se tinha ainda um pai ou não. Lembro-me até de que, um dia, já morando em Santos, pensei ter ouvido minha irmã gritar “papai”. Saí correndo feito um louco, rodei pela casa toda, fui pra rua, procurei por todos os cantos, mas não o achei. Ainda com uma tremedeira no corpo fui perguntar pra minha irmã. Era engano meu. Ninguém tinha gritado. Sonhei centenas de vezes com meu pai chegando um dia. Mas foram sonhos.⁸

Sem dúvidas, as lembranças trazidas à tona em *Feliz ano velho* transitam entre os dois eventos traumáticos: o desaparecimento de Rubens Paiva e a paralisia do corpo. Esse desdobramento irreversível do acidente desencadeia uma melancolia profunda, como ilustramos em um excerto arrebatador, o qual intitula a publicação:

Era Ano-Novo. E mudança de década: 1980. Não haveria champanhe, serpentinas ou abraços. Eu estava só.
(...) Não tinha o mínimo sentido. As lágrimas rolaram, chorei sozinho, ninguém poderia imaginar o que eu estava passando. Nada fazia sentido. Todos sofriam comigo, me davam força, me ajudavam, mas era eu que estava ali deitado, e era eu que estava desejando minha própria morte. Mas nem disso eu era capaz, não havia meio de largar aquela situação. Tinha que sofrer, tinha que estar só, tão só que até meu corpo me abandonara. Comigo só estavam um par de olhos, nariz, ouvido e boca.
*Feliz Ano Velho, adeus, Ano-Novo.*⁹

Sozinho na virada de década, sem movimentos em um leito de hospital, o escritor experimenta o desaparecimento do próprio corpo, presente, mas imóvel. Conforme o horizonte apontado pela crítica literária Aleida Assmann (2011), de que as marcas físicas trazidas pelos soldados são recordações permanentes do campo de batalha, entendemos que a paralisia do

⁸ *Ibidem*, p. 64.

⁹ *Ibidem*, p. 46.

corpo é uma memória duradoura e persistente, tal qual o trauma, esta “escrita duradoura, oposta à recordação”¹⁰, uma vez que é contínuo.

Além disso, “*un trauma puede hacer recordar o reactivar los efectos de otro*”¹¹. A sequela da paralisia faz com que Paiva reviva visceralmente outro trauma, o desaparecimento forçado do pai, orquestrado pelas Forças Armadas em 1971, como afirma no trecho “Nunca em toda minha vida meu pai fizera tanta falta”¹². Em sua estreia literária, o sequestro adquire contornos literários desde as primeiras páginas do texto, ao explorar a superstição da partida de um gato à catástrofe familiar: “Pimpão era um gato incrível. Um dia apareceu na casa, foi com a cara do meu pai e passou a morar lá. (...) Dizem que quando um gato vai embora é sinal de morte. Pois é, o Pimpão sumiu e, pouco depois, deram sumiço no meu pai”¹³.

O absurdo do episódio remete à *Casa tomada* de Julio Cortázar¹⁴, conto de literatura fantástica no qual as personagens têm a casa invadida:

Meu pai me ensinou a andar a cavalo.
 Meu pai me ensinou a nadar.
 Me incentivou a ser moleque de rua.
 Me ensinou a guiar avião (...)
 Mas meu pai não pôde me ensinar mais. O dia (sic) 20 de janeiro de 1971 era feriado no Rio, por isso dormi até mais tarde. De manhã, quando todos se preparavam pra ir à praia (e eu dormindo), a casa foi invadida por seis militares à paisana, armados com metralhadoras. Enquanto minhas irmãs e as empregadas estavam sob mira, um deles, que parecia ser o chefe, deu uma ordem de prisão: meu pai deveria comparecer na Aeronáutica para prestar depoimento. Ordem escrita? Nenhuma. Motivo? Só deus sabe.¹⁵

Às portas do marco da primeira década de desaparecimento do pai, com os militares no poder, o filho recria a cena do sequestro de Rubens Paiva, por meio da reunião de memórias individuais e coletivas, resgatadas da infância: “Não tinha sacado, mas éramos prisioneiros. O

¹⁰ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 265.

¹¹“um trauma pode fazer recordar ou reativar os efeitos de outro”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p.9.

¹²PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 57.

¹³*Ibidem*, p. 23.

¹⁴Cf. CORTÁZAR, Júlio. **Bestiario**. Editorial Sudamerica: Buenos Aires, 1970.

¹⁵PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 60.

telefone fora do gancho, ninguém saía. O namorado da minha irmã chegou e foi preso, levado embora. Um amigo de 16 anos chegou e também foi levado”¹⁶. Sob vigilância armada, mesmo após o deputado cassado deixar a residência, os Paiva seguiram reféns e incomunicáveis.

A tensão se intensificaria ainda mais no dia seguinte, com as detenções de Eunice e Eliana Paiva, de apenas quinze anos; diferente da filha, Eunice foi libertada somente duas semanas depois, enquanto o marido saiu para um depoimento sem volta:

encontrei minha mãe exausta, deitada na sua cama. Tava irreconhecível, muito mais magra. Nos abraçamos e choramos. Tive o pior ataque de asma da minha vida. Ela tinha estado no quartel da Barão de Mesquita, Polícia do Exército, 13 dias numa cela individual. Foi interrogada várias vezes, sempre com as mesmas perguntas: ideias políticas do meu pai e quem frequentava a nossa casa. Entre os interrogatórios, era obrigada a ver coleções de fotos e exigiam que as reconhecesse. Mas ela só identificou a do meu pai e da família.¹⁷

Às cegas, iniciava-se a via-crúcis dos Paiva à procura de seu ente querido, sem encerramento, ainda que a prisão de Rubens Paiva permanecesse como uma incógnita. Assim como a detenção da esposa e filha, já que o ex-deputado não mantinha ligações (ao menos diretamente) com grupos de esquerda armada e estava afastado de atividades políticas desde sua cassação, logo no Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 1964.-1. Essa revogação do mandato fora consequente de sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em 1963, criada para investigar o financiamento ilegal de candidatos com recursos da CIA, que visavam desestabilizar o governo no Congresso, estruturando um cenário favorável a um golpe de Estado.¹⁸ Na madrugada da deposição de João Goulart, Rubens Paiva também convocou publicamente, por meio da Rádio Nacional, uma mobilização pacífica pela legalidade do governo. Contudo, a resistência, praticamente inexistente, fez com que o deputado cassado

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p. 62.

¹⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

enfrentasse um exílio solitário na Europa por nove meses; até que, de volta ao Brasil, fosse morar no Rio de Janeiro.¹⁹

Ao passo que a imprensa engajada cobrava o governo acerca do paradeiro do ex-parlamentar, os militares declaravam que ele sequer estava preso e ignoravam uma prova determinante: o recibo de devolução do automóvel de Rubens, timbrado pelo Exército, o qual estava estacionado, desde a sua prisão, no pátio de um quartel na zona norte do Rio, onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Por outro lado, com o judiciário controlado e a serviço da repressão, os parentes de presos políticos sofriam com o sentimento de impotência ao reconhecerem que estavam em um labirinto sem saída.

O silêncio oficial sobre a localização de Rubens Paiva perduraria até o dia 24 de fevereiro, passados mais de trinta dias de sua prisão, com a publicação de uma versão fabricada de fuga no *Diário Oficial da União*:

“SEGUNDO INFORMAÇÕES DE QUE DISPÕE ESTE COMANDO, O CITADO PACIENTE, QUANDO ERA CONDUZIDO PARA SER INQUIRIDO SOBRE FATOS QUE DENUNCIAM ATIVIDADE SUBVERSIVA, TEVE SEU VEÍCULO INTERCEPTADO POR ELEMENTOS DESCONHECIDOS, POSSIVELMENTE TERRORISTAS, EMPREENDENDO FUGA PARA LOCAL IGNORADO...”.²⁰

À época, manchetes de jornal estamparam a cena forjada pelos militares, na qual um fusca baleado e incendiado era exibido, com o fim de divulgar um suposto resgate de Rubens Paiva pela subversão no momento em que era conduzido para depor. Segundo o jornalista Jason Tércio²¹, se a ação fosse verídica, o peso da censura nas redações vetaria a notícia de uma fuga que desmoralizaria o Exército. Embora se tratasse de um contrassenso, a versão nunca foi desmentida pelas Forças Armadas, nem mesmo após a comissão da verdade brasileira remontar

¹⁹ Cf. PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984 e PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

²⁰ PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 63.

²¹ TÉRCIO, Jason. **Segredo de Estado**: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

os eventos da prisão à morte sob tortura do político cassado, com base em testemunhos de ex-presos políticos e documentos obtidos pela comissão, como destrincharemos posteriormente.

O silêncio que imperou acerca do paradeiro de Rubens Paiva foi interrompido pelos jornalistas Fritz Utzeri e Heraldo Dias, do Jornal do Brasil, os quais investigavam o crime sete anos depois do desaparecimento e expuseram alguns pressupostos relacionados ao caso, como a carta enviada por exilados do Chile, que desencadeou a prisão do ex-deputado no Rio de Janeiro:

Uma amiga da família, depois de visitar o filho no Chile, foi detida no aeroporto, onde os agentes de segurança descobriram as cartas. Dali ela foi levada para a 3ª Zona Aérea (para onde, no dia seguinte, levaram meu pai), comandada pelo brigadeiro João Paulo Burnier. (...) Essa mulher ainda ouviu a voz do meu pai, já no quartel da Barão de Mesquita, no dia 21 de janeiro, mas depois foi solta. É a única testemunha do caso, professora das minhas irmãs, porém nunca contou a história seja pra nós, seja pros jornalistas. Essa versão foi contada por alto, pelo marido dela.²²

A versão seria corroborada e expandida pela CNV, quase quatro décadas mais tarde, porém sem encerrar a interminável morte do deputado desaparecido ou ensejar a punição dos militares, salvaguardados pela anistia de 1979. À luz desse episódio, o sorriso genuíno do ex-presidente militar Emilio Médici (1969-1974), ao eufemizar o assassinato de Rubens Paiva como “Acidente de trabalho”²³, atravessou a história e reluz no presente. Sobre este *sorriso dos canalhas*, escreve a crítica literária Regina Dalcastagnè:

Cada vez que um deles se olha no espelho, preparando-se para aparecer em público, uma súbita alegria o invade. É um homem impune, e sempre que lembra disso ele sorri. Sorri diante de nosso esquecimento, sorri diante da perplexidade daqueles poucos que ainda se recordam, que ainda sofrem. Sorri por todos os sorrisos que roubou.

Sim, eles permanecem aí e celebram nossa indiferença, nossa curta memória. Mas ainda é cedo demais para esquecer, e o sorriso deles é a prova disso. Enquanto vamos levando a nossa vidinha de todos os dias, preocupados com o preço da gasolina e a violência das grandes cidades, eles andam pelas ruas, vão ao cinema, frequentam restaurantes, assombam suas vítimas. Que imensa ilusão pensarmos que estamos em

²² PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 64.

²³ *Ibidem*.

segurança enquanto eles sorriem. Se ainda não podemos fazer alguma coisa, temos ao menos a obrigação de não esquecer.²⁴

Ante o imperativo da recordação, poucos anos depois do lançamento de *Feliz ano velho*, foram organizados um relatório e um livro intitulados *Brasil: nunca mais* (1985), resultados da apuração clandestina iniciada em 1979, a qual objetivava garantir a conservação dos processos julgados pelo Supremo Tribunal Militar (STM) entre 1964 e 1985, a fim de evitar que fossem ocultados, tal como os arquivos das Forças Armadas. O grupo de trabalho liderado pelo então arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns (1921-2016), indicou o desaparecimento do deputado cassado como “Caso impressionante de desaparecimento político, pelo cinismo dos órgãos de segurança”, bem como pela denúncia que se recai sobre Rubens Paiva: corresponder-se com brasileiros exilados.²⁵

A despeito das poucas novidades acerca dos restos mortais das vítimas da ditadura, os problemas civis acarretados pelo entrelugar dos desaparecidos políticos foram amenizados via decreto, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC); por meio da Lei 9.140/95, dos Mortos e Desaparecidos Políticos, a qual concedia finalmente o atestado de óbito aos desaparecidos políticos. As singularidades da certidão do deputado morto, expedida com duas décadas de atraso, chamam-nos atenção²⁶ em função de lacunas como data, hora e causa da morte, informações ainda negadas aos parentes de desaparecidos.

Desaparecimento: o anão de Paiva

A produção de Rosa Monteiro revela a obsessão da escritora por anões, os quais são “fantasmas (...) e se repetem nos livros do escritor sem que ele tenha consciência”²⁷, como

²⁴ DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**: o regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora da UnB, 1996, p. 15.

²⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 269.

²⁶ Uma cópia do atestado de óbito de Rubens Paiva, cedida por Marcelo Rubens Paiva à pesquisadora em 2019, pode ser consultado nos anexos (cf. Anexo A).

²⁷ MONTERO, Rosa. Rosa Monteiro. [Entrevista cedida a] **Programa Roda Viva**, [S.l.], 10 abr. 2006. Disponível em: https://rodaviva.fapesp.br/materia/230/entrevistados/rosa_montero_2006.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

sublinhou a autora em entrevista ao Roda Viva da TV Cultura em abril de 2006. Em Marcelo Rubens Paiva, o anão ao qual se refere Monteiro é o desaparecimento do pai,²⁸ constantemente observado, em alguma medida, na produção do escritor. Em *Ua: Brari* (1990), por exemplo, Paiva²⁹ explora o sumiço do corpo de Zaldo, personagem ficcional à Antônio Conselheiro, possivelmente assassinado pelo Exército na região amazônica. Já em *Não és tu, Brasil* (1996)³⁰, a preparação do romance parte de uma pesquisa complexa, nos arquivos do *Brasil: nunca mais* e da Brown University, momento em que o escritor era mestrando no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

Em última análise, a obra centra-se no cerco a Carlos Lamarca no interior de São Paulo, onde a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) manteve um acampamento de treinamento para a guerrilha rural. Indiretamente, Marcelo Rubens Paiva esteve vinculado à retirada do líder revolucionário, Lamarca; em fuga, ele atravessou a propriedade do avô paterno, à semelhança de um coronel em Eldorado, fatos representados em *Não és tu, Brasil*. Ao mesmo tempo, entretanto, ficcionaliza a história familiar a partir de tia Luiza, a qual some sem deixar rastros e retorna, de forma surpreendente, cunhando o anseio de (re) encontrar o pai. Para além da obra, outra coincidência é que o adolescente Jair Bolsonaro (fascinado com o aparato repressivo) residia na cidade e que, décadas mais tarde, no cargo de deputado federal, Bolsonaro cuspiria no busto em homenagem a Rubens Paiva na Câmara dos Deputados em Brasília.³¹

Da mesma forma que *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), tais obras foram editadas próximas a períodos simbólicos para a seara de enfrentamento do passado autoritário, em movimentos do Estado e da sociedade civil. Como exemplo, o projeto *Brasil: nunca mais*

²⁸ Na ficção, verificamos tal repetição na produção literária de Bernardo Kucinski, na qual examina o desaparecimento da irmã, Ana Rosa Kucinski, sob diferentes facetas. Como confessou o próprio escritor na conferência de abertura do congresso *Literatura e cultura no Brasil*, de 1964 a 1985, realizado na UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) em dezembro de 2023.

²⁹ PAIVA, Marcelo Rubens. *Ua: Brari: Do outro lado do mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

³⁰ PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1996.

³¹ Cf. CÂMARA inaugura busto de Rubens Paiva, cassado e morto na ditadura. **G1**, Brasília, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpemilitar/noticia/2014/04/camara-inaugura-busto-de-rubens-paiva-cassado-e-morto-naditadura.html>. Acesso em: 8 out. 2020.

(1979-1985), iniciativa da sociedade civil; a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, instaurada em 1995 por FHC, extinta por Jair Bolsonaro (2018-2022) e reestruturada somente sob Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo ano de seu terceiro mandato (2024); e a Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), entre os governos de Lula (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Nesse bojo, Eurídice Figueiredo (2017), em *A literatura como arquivo da ditadura*, traz a noção da literatura sobre a ditadura civil-militar (1964-85) como um “suplemento aos arquivos”, com uma linguagem menos rígida que os documentos e a possibilidade de circulação. Conforme a crítica, não obstante aos esforços de “historiadores e jornalistas, só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação”.³²

Com relação à noção da “literatura como arquivo da ditadura”³³, cunhada desde o título, a crítica literária teoriza o seguinte:

Nos últimos cinquenta anos, dos primeiros dias após o golpe de 1 de abril de 1964 até o presente, escritores têm produzido todo tipo de texto, mas, sobretudo, narrativa de cunho ficcional ou não ficcional, sobre os desmandos da ditadura. Esse material pode ser, também, considerado como arquivo, pois ele faz o inventário das feridas e cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros.³⁴

Hirsch igualmente salienta a importância da escrita literária, porque “*El impacto físico, psíquico y afectivo del trauma y de sus secuelas (...) exceden las fronteras de los archivos y de las metodologías históricas tradicionales*”³⁵. De fato, a literatura é um espaço de representação do “real”, em narrativas de ficção ou não-ficção, a fim de elaborar e transmitir o trauma, conceder as lápides negadas às vítimas e condenar os genocidas impunes. Isso é possível

³² FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017, p. 42-43.

³³ *Ibidem*, p. 40.

³⁴ *Ibidem*, p. 45.

³⁵ “O impacto físico, psíquico e afetivo do trauma e de suas sequelas (...) excedem as fronteiras dos arquivos y das metodologias históricas tradicionais”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p. 10.

porque a interação da literatura com a história não faz com que ela assuma um compromisso com os eventos históricos passados tal como eles aconteceram.

A partir de Figueiredo (2017), entendemos que a produção de Marcelo R Paiva integra o que nomeamos como “arquivo Rubens Paiva”, junto a outros documentos históricos que reúnem informações sobre o sequestro, morte sob tortura e desaparecimento, organizadas ao longo das décadas. Ao contrário dos registros documentais, é pela memória individual e familiar que Paiva reconstitui a história do pai e aborda o desaparecimento forçado, de modo a completar, refutar ou incorporar os registros oficiais disponíveis nos acervos à escritura. Como faz em *Não és tu, Brasil e Ainda estou aqui*, no qual anexa a peça de denúncia do Ministério Público contra agentes envolvidos na morte e ocultação do corpo de Rubens Paiva.

Isso proporciona ao leitor se aproximar da história familiar dos Paiva pela intimidade do relato memorialístico do narrador, que alegoriza o trauma histórico da violência ditatorial. Como as recordações são acompanhadas de apagamentos e reinvenções, além de estarem sujeitas ao negacionismo do passado histórico por parte da sociedade, Marcelo Rubens Paiva recorre a referências primárias e as anexa em sua produção, para embasar seu discurso literário e de memória. Outrossim, a importância do material literário de Paiva reflete-se na adoção de *Feliz ano velho* (1982) como fonte consultada pela Comissão Nacional da Verdade, para compreender as circunstâncias de morte do ex-parlamentar.³⁶

Figueiredo (2017) inclui *Ainda estou aqui* (2015) no exame a respeito da produção literária sobre o regime militar, com um recorte que abrange os lançamentos de 1964 a 2016, que compõe o arquivo literário da ditadura, dividida nos seguintes intervalos: primeiro período (1964-1979); segundo período (1979-2000) e terceiro período (2000-2016). Marcelo Rubens Paiva é inserido na terceira fase de publicação, a qual destaca a volta à autobiografia após *Feliz ano velho* (1982) e destaca, como mencionamos anteriormente, o apoio aos documentos:

O autor reproduz, no meio do livro, as conclusões do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (...) No final do livro, são anexados dois documentos fundamentais: a

³⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão da Verdade; v.3). Disponível: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

denúncia feita pelo Ministério Público Federal, baseada nessas conclusões, e a denúncia do juiz federal Caio Márcio Guterres Taranto, que acolheu a denúncia no dia 26 de maio de 2014, fato excepcional, já que os juízes não costumam acolher as denúncias, respaldados pela lei de anistia.³⁷

Lançado em 2015, no rastro da CNV e dos cinquenta anos do golpe de 1964, *Ainda estou aqui* forma uma duologia de memórias com *Feliz ano velho*. Com um hiato de mais de trinta anos, Paiva retorna às recordações preambulares acerca da desapareição do pai, presentes na sua estreia em 1982, a fim de elaborar um acerto de contas com o passado, no qual amarra a história da mãe. Esse balanço se faz necessário tanto pelas novidades revisitadas sobre Rubens Paiva, principalmente entre 2012 e 2014, quanto pela fantasmagoria do desaparecimento que irrompe com mais intensidade no mercado editorial após os anos 2000. Assim, familiares das vítimas (filhos, sobrinhos e sobrinhas, por exemplo) ocupam o vácuo deixado pelo *boom* de memórias e testemunhos redigidos por perseguidos políticos depois da anistia. Entre eles, estão nomes como Bernardo Kucinski, Paloma Vidal, Liliane Haag Brum, Julián Fuks e Camilo Vanucchi. E, claramente, Marcelo Rubens Paiva, como avultado pelo historiador Fernando Perlatto (2017) ao apontar a guinada memorialista na literatura produzida pelos filhos de perseguidos políticos.³⁸

Com o fim das utopias revolucionárias que embalaram a resistência à ditadura, o tom epopeico recorrente nos livros dessa primeira onda é substituído por uma perspectiva mais crítica do projeto de esquerda, seja em narrativas de ex-presos políticos ou não. Na nova conjuntura histórica e democrática, erguem-se indagações sem respostas sobre a entrega às últimas consequências de militantes ou simpatizantes das organizações, tal qual Rubens Paiva:

Estava na cara que deveríamos ter partido para o exílio. Todos se foram. Era a lógica para alguém visado. Partidos de esquerda se esfacelaram no começo do golpe. Até partidos de esquerda contra a luta armada estavam sendo esmagados pela ditadura

³⁷ FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017, p. 103.

³⁸ PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2017, v. 30, n. 62, p. 721-740. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GYwqJzxvCz9cxfx5Cf5b9NR/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 13 set. 2024.

depois do AI-5. A pergunta: por que ele atrasou tanto a nossa partida? Arrogância? Confiança? Dever ideológico?³⁹

Em relação ao excerto anterior, Figueiredo pondera que o narrador-sobrevivente está à procura da “falha trágica de que falava Aristóteles, a hamartia, o erro que o personagem comete por ignorância (...) O herói trágico é um homem bom, que é levado à morte vítima de uma conjuntura de fatores que conspiram contra ele”.⁴⁰ O ressentimento do filho estende-se à mãe, Eunice Paiva, viúva e sozinha com cinco filhos pequenos frente à morte vã do marido (Figueiredo, 2017; Paiva, 2015).

À vista dos avanços das investigações da CNV e do judiciário, ambas citadas por Marcelo Rubens Paiva, o escritor busca preencher as lacunas do quebra-cabeças de desaparecimento forçado de Rubens Paiva. Embora ora se reporte aos fragmentos de tais fatos, ora anexa-os, *Ainda estou aqui* é, na verdade, uma espécie de biografia acerca de Eunice Paiva, dado que essa testemunha em primeira pessoa perdia suas lembranças, em decorrência do Alzheimer. Ao mesmo tempo em que o Brasil negava seu passado, num esquecimento de outra ordem, estratégico: o “mal de Alzheimer nacional”, sobre o qual escreve Kucinski em *K.- Relato de uma busca*.⁴¹

Dona de casa e com filhos pequenos, Eunice é impelida a ressignificar sua história ante o desaparecimento do marido. Enfrenta os traumas derivados de sua própria prisão, a tortura psicológica imposta aos parentes das vítimas (do corpo sem sepultura, extorsões e buscas frustradas a cada nova farsa criada por militares); e inicia o curso de direito, convertendo-se em uma advogada de referência na defesa das causas indígenas, outra frente de sua luta contra à ditadura, que promovia o genocídio dos povos originários. Ao lançar luz à trajetória de Eunice, insurge a heroína de fato: “Minha mãe ficou viúva aos quarenta e um anos (...) um ícone da ditadura, prova bem articulada que contestava a versão oficial.”⁴²

³⁹ PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 106.

⁴⁰ FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017, p. 106.

⁴¹ KUCINSKI, Bernardo. *K.- Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p.12.

⁴² PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 192.

Há, portanto, o movimento de exaltar a resposta corajosa das mulheres, mães, avós, esposas, filhas e sobrinhas contra as Forças Armadas, à procura de seus entes queridos, presos ou mortos. E resguardar o vivido no momento em que “*la generación de supervivientes ha dejado de estar entre nosotros*”.⁴³ A homenagem à mãe, no entanto, é acompanhada do furor do filho. Como se o desaparecido do marido e a tetraplegia já não fomentassem sofrimentos suficientes, Eunice Paiva mergulhava na brutalidade de uma doença que varria passado, presente e futuro, logo em uma fase tranquila de sua vida: “Como Deus pode ser tão imprudente e imputar tanto sofrimento a uma pessoa só? (...) Por que provação mais a minha família deveria passar? Por que nos testavam até o limite? Chega! Queríamos um descanso. Não teríamos”.⁴⁴

A despeito da doença em estágio avançado, no ato de escrita, a cumplicidade entre Eunice e o filho jamais se perdeu:

enquanto seu raciocínio está confuso, ela pega a minha mão esquerda, mais fechada do que a direita, e a abre com carinho, dedo a dedo, para alongá-la. Como faz há trinta e cinco anos, desde os primeiros dias em que me viu numa UTI paralisado. Seguindo uma recomendação da fisioterapia: alongar sempre que der a mão do filho tetraplégico, para não atrofiá-la. Um instinto materno poderoso atravessa o choque e o caos em que vive, e ela faz aquilo que rotineiramente foi parte da vida, cuida do filho. Quando percebi isso, associei o jeito de ela pegar a minha mão com as recomendações médicas e passei sempre a estacionar minha cadeira de rodas paralela à dela e a pousar a mão sem mobilidade no largo apoio de braço da sua cadeira. Ela sempre a pega e a alonga, carinhosamente, dedo por dedo, um de cada vez, num toque que é só dela, que está lá ainda. Deixo-a alongar minha mão por minutos.⁴⁵

Além da comoção provocada pelo excerto, o narrador surpreende-nos com a (re) afirmação da existência da mãe, sob tom imperatório: “está lá ainda”, a fim de livrar o inconsciente de um “golpe”, como definido pelo narrador, observado por pessoas próximas ao doente de Alzheimer. Isto quer dizer que se “enterra na conjugação verbal alguém que está vivíssimo e presente”, alguém que está lá, mas não está, é a pessoa, mas não é”⁴⁶. Dessa

⁴³ “a geração de sobreviventes começa a deixar de estar entre nós”, tradução nossa. HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021, p.8.

⁴⁴ PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 230-231.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 250.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 48.

maneira, como espectadores de uma metamorfose fúnebre, acompanham o apagar do corpo antes da morte: “Era ela ausente do seu corpo. Era o seu apagar que agia com brutalidade nos gestos e nas palavras”,⁴⁷ destoantes de sua personalidade.

De um lado, notamos que a linguagem do luto se precipita antes mesmo do falecimento literal da mãe; e, de outro, as reminiscências sobre a vida do pai são mencionadas no presente. Por isso, como em *Feliz ano velho*, o corpo é fulcral: a mãe parece ausente, embora presente, pelo apagamento do corpo em vida; enquanto a presença fantasmagórica do pai desaparecido faz que ele seja presentificado na escrita, devido à dificuldade de concretizar essa morte sem elaboração, afinal o corpo não é entregue para sepultamento. Mesmo em meio ao esquecimento e a perda de palavras, Eunice contradiz o tratamento no passado e reitera sua presença a partir de uma simbólica afirmação: “ainda estou aqui”, levado ao título da obra:

Recentemente, uma fala cheia de significados entrou no seu repertório, especialmente quando um turbilhão de emoções a ataca (...) o que mostra uma felicidade e um alerta, caso alguém não tenha reparado: Eu ainda estou aqui. Ainda estou aqui.

Sim, você está aqui, ainda está aqui.

Minha mãe, aos oitenta e cinco anos, não entrou no Estágio IV, o pior de todos. Sua vida tem muitos atos. Tivemos mais um. Enquanto a morte do meu pai não tem fim.⁴⁸

Em dezembro de 2018, o último ato de resistência de Eunice Paiva, desta vez contra o Alzheimer, se findou; definitivamente, ela não está mais aqui. Seu legado, todavia, permanece, pois, não à toa, morrera no aniversário de cinquenta anos do AI-5 — o Ato Institucional mais bárbaro do regime militar brasileiro, para reafirmar sua oposição corajosa em vida, frente aos traumas de sua própria prisão e a perda do companheiro. Passados quarenta e sete anos do sumiço de Rubens, os filhos dos Paiva puderam cumprir com os gestos (velório e enterro) vetados na morte do pai, que não para de morrer. Por isso, Marcelo Rubens Paiva cria para o pai um jazigo possível, no antigo endereço dos Paiva na Zona Sul do Rio de Janeiro, de onde o pai é levado:

O endereço era Delfim Moreira, 80. Existe ainda. Não a casa, o endereço, um prédio preto, de poucos andares, construído no boom imobiliário que desfigurou o Leblon

⁴⁷ *Ibidem*, p. 238.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 262-263.

dos anos 80. Um edifício escuro, que lembra um caixão, com um jazigo, uma pedra preta em frente.⁴⁹

O ritual de morte de Rubens Paiva acaba, então, por se suceder nessa antiga casa dos Paiva — na qual foram mantidos reféns e assistiam à prisão não só do pai. A residência, por consequência, converte-se no túmulo impedido de Rubens, onde também está enterrado o sobrado, derrubado, no qual viviam; casa que reunia as memórias familiares felizes, interrompidas subitamente. À luz disso, por mais escuro e apático que seja o edifício, é a imaginação, atravessada pelas lembranças dolorosas e traumáticas, que desenha a lápide em frente ao edifício.

Foto 1 – Antigo endereço dos Paiva no Rio de Janeiro

⁴⁹ *Ibidem*, p. 121.



Além de não haver sepultura, Paiva realça os problemas civis gerados pelo entrelugar do desaparecimento forçado. Apesar da certidão de óbito proporcionar o acesso às contas bancárias e organizar inventários, fora insuficiente para responder aos questionamentos que pairavam (e pairam) sobre os parentes de desaparecidos políticos:

Os familiares dos desaparecidos viviam num limbo civil, além de emocional (temos ou não um pai, uma mãe, um filho, uma filha ou netos vivos?). A burocracia engessava atividades corriqueiras. Não sabíamos nem a data em que deveríamos decretar como o dia da morte. Repare que usei a expressão “desaparecido a partir de”, e não “morto em”. Meu pai foi preso no dia 20 de janeiro. Estava morto na noite do dia 21 para o 22 de janeiro. Para nós, da família, a data da sua morte é 20 de janeiro. Só recentemente soubemos que ele morreu entre 21 e 22. Não mudaremos o dia em que sua morte faz aniversário.⁵⁰

⁵⁰ *Ibidem*, p. 194.

As possíveis datas de morte foram deslindadas oficialmente pelo enredo divulgado pela CNV e o Ministério Público, baseado em depoimentos-chave de ex-presos políticos como Cecília Viveiros de Castro, a professora citada em *Feliz ano velho*, que trazia as correspondências do Chile, e o coronel Paulo Malhões, morto um mês após depor à Comissão. O ofício produzido pela “Turma de Recebimento” (cf. Anexo B) também foi vital para o desenrolar dos trabalhos: prova materialmente sua entrada no DOI da Barão de Mesquita. Foi obtido durante a investigação do assassinato de Júlio Miguel Molinas Dias — ex-chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) no Rio de Janeiro — e entregue à Comissão em 2012.

Na virada documental da literatura⁵¹, Paiva seleciona e insere fragmentos das conclusões da CNV em *Ainda estou aqui* (2015), bem como anexa a peça de denúncia do MP (Ministério Público) e a decisão de seu recebimento, a fim de tornar o discurso mais robusto, na contramão das manifestações de 2013 a 2016 — cenário da queda da presidenta Dilma Rousseff.⁵² A partir de tais apurações foi possível restaurar a prisão, tortura e morte de Rubens Paiva, à vista das limitações — uma vez que os arquivos das Forças Armadas não foram colocados à disposição e poucos militares se apresentaram para contribuições. Dessa maneira, corroborou-se oficialmente que o sequestro fora motivado pelas cartas endereçadas ao deputado, remetidas de Santiago por exilados brasileiros. Face a isso, Paiva comenta a ingenuidade da esquerda revolucionária brasileira, de enviar documentos políticos e epistolares logo no primeiro voo para o Brasil, seguido da troca de presos políticos pela liberdade do embaixador Giovanni Enrico Bucher: “vir do Chile com uma carta escondida, no avião mais

⁵¹ Neste artigo, as obras de memória de Marcelo Rubens Paiva não são entendidas como documento, ainda que o autor os manipule, especialmente em *Ainda estou aqui* (2015). Além disso, não almejamos discutir os problemas às voltas da ficção e documento, sobre o tema verificar Luciene Azevedo (2024).

⁵² Com relação ao levante, a periodista Consuelo Dieguez (2022) indica os protestos cunharam “o fim da hegemonia da esquerda nos movimentos sociais. A partir dali, a direita, que se mantinha encolhida desde a redemocratização, entrou escancaradamente em cena”, acompanhados de discursos saudosistas do AI-5. Cf.: DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente: Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p.40. *E-book*.

queimado do país, com o telefone do marido escrito no envelope; prepotência e descuido das organizações de esquerda, que colocaram duas famílias com crianças no fogo cruzado.⁵³

Fundamentado nos avanços importantes a respeito do desaparecimento do pai, a cena aterradora de tortura de Rubens Paiva é recriada literariamente por Paiva:

Morreu repetindo o seu nome. Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva...

Dizem que foi torturado ao som de “Jesus Cristo”, de Roberto Carlos, música que a minha irmã Eliana se lembra de ter escutado enquanto estava lá [no DOI]:

Jesus Cristo! Jesus Cristo!
Jesus Cristo, eu estou aqui.⁵⁴

Ainda estou aqui também faz a denúncia de outros crimes impunes da ditadura, tal qual o incêndio da Favela da Praia do Pinto, localizada no Leblon, próxima à casa dos Paiva: “Foram os militares, diziam. Viram helicópteros do Exército sobrevoando a favela na noite da tragédia”.⁵⁵ Segundo a Comissão Estadual da Verdade Rio, a política remocionista de comunidades cariocas e a militarização do Estado entre 1964 e 1985 ampliou “a presença do aparato repressivo nas favelas”.⁵⁶ Sobre a Favela do Pinto, a Comissão indica que moradores foram detidos pelo DOPS em março de 1969, por encorajarem a resistência à mudança forçada. Cerca de dois meses mais tarde, a favela seria consumida pelo fogo, removida e “a área destruída (...) seria urbanizada e posta à venda”.⁵⁷

O Estado ignorou e não acatou grande parte das 29 recomendações da CNV, assinaladas em seu relatório conclusivo entregue em 2014, nas quais encontram-se, por exemplo, os seguintes verbos imperativos: admitir a culpa; punir; vetar comemorações do golpe de 1964 e

⁵³ *Ibidem*, p. 173.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 108.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 68.

⁵⁶ RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p; 118. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 121.

desmilitarizar as polícias estaduais.⁵⁸ Desse modo, sem ocuparem o banco dos réus, violadores de direitos humanos do passado ditatorial e do presente, das incursões em favelas que resultam em tortura, mortes e desaparecimentos, mantém a lógica do terrorismo de Estado, como vimos no episódio do pedreiro Amarildo:

14 de julho de 2013. Rocinha, Zona Sul carioca. Amarildo Dias de Souza, pedreiro, foi preso por policiais militares, levado até a sua casa e depois para a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada na Rocinha.

No Leblon, Zona Sul carioca, meu pai, engenheiro, foi preso por militares em casa e levado a unidades da Aeronáutica e depois do Exército. Amarildo era casado com a dona de casa Elizabeth Gomes da Silva e pai de seis filhos.

Meu pai era casado com Eunice Paiva, dona de casa, e tinha cinco filhos.

Não se tem notícias do paradeiro de ambos.

Para a polícia, traficantes da comunidade são os principais suspeitos do desaparecimento de Amarildo. Para o Exército, terroristas sequestraram meu pai enquanto militares faziam reconhecimento de aparelhos com ele num Fusca. Versão oficial que só foi desmentida em 2014.⁵⁹

Os restos mortais de Rubens Paiva e Amarildo mantêm-se sem localização. E os ex-militares denunciados em 2014, pelo sequestro, tortura e desaparecimento do ex-deputado, finalmente designados como violadores de direitos humanos, seguem com os processos arquivados, em determinações ora do Supremo Tribunal Federal (STF), ora do STJ Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Mesmo que os processos tenham tramitado na justiça comum, eles “sorriem impunes”; há sessenta anos do golpe de 1964, devemos, então, ao menos lembrar de não esquecer dos desaparecimentos do passado e do presente, face à anistia que zomba desse apagamento coletivo e endossa o escancaramento de uma direita recuada desde a redemocratização.⁶⁰

À guisa de conclusão, à luz da proposição de Figueiredo (2017), de um arquivo literário da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), apresentamos o “arquivo Rubens Paiva”,

⁵⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014^a, p. 971. (Relatório da Comissão da Verdade; v.1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023, p. 442.

⁵⁹ PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, p. 108-109.

⁶⁰ DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora UnB, 1996.

composto por documentos ligados ao desaparecimento forçado de Rubens Paiva e a produção memorialística de Marcelo Rubens Paiva (*Feliz ano velho e Ainda estou aqui*). Desse modo, refletimos acerca do trabalho literário de Paiva, às voltas da morte e sumiço do corpo do deputado cassado, a qual transita entre a figura pública e o privado — de um pai assassinado cujo corpo não foi entregue à família. Além de manejarmos parte dos documentos disponíveis acerca desse desaparecimento, recuperados e organizados em diferentes décadas, particularmente pelo judiciário brasileiro e a Comissão Nacional da Verdade, ambos em 2014. Por fim, ante à guinada documental na literatura, vale recordarmos que, em *Ainda estou aqui*, Paiva (2015) debruça-se sobre os documentos e anexa alguns fragmentos no texto, no anseio de complementar, ratificar ou indicar ao leitor uma “prova irrefutável”, uma vez que as lembranças e o testemunho podem ser colocados à prova. Particularmente, em um período de aceno à repressão do passado ditatorial e negacionismos históricos.

Referências bibliográficas

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: nunca mais. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- AZEVEDO, Luciene. La ficción y el documento. **Cuadernos LIRICO**, n. 26, p. 1-16, fev. 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lirico/15560>. Acesso em: 14 set. 2024.
- BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. Tradução Fábio de Souza Andrade. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014a. (Relatório da Comissão da Verdade; v.1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão da Verdade; v.3). <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

Acesso em: 10 nov. 2023.

CÂMARA inaugura busto de Rubens Paiva, cassado e morto na ditadura. **G1**, Brasília, 1 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpemilitar/noticia/2014/04/camara-inaugura-busto-de-rubens-paiva-cassado-e-morto-naditadura.html>. Acesso em: 8 out. 2020.

CÓRTAZAR, Júlio. **Bestiario**. Editorial Sudamerica: Buenos Aires, 1970.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 1996.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente: Nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. *E-book*.

KUCINSKI, Bernardo. **K.- Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2017, v. 30, n. 62, p. 721-740. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eh/a/GYwqJzxvCz9cxf5Cf5b9NR/?lang=pt&format=pdf>Acesso em: 13 set. 2024.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**. Tradução de Pilar Cáceres. Madrid: Carpe Noctem, 2021.

MARTINS, Caroline Peres. **Memória, trauma e história: percursos do memorialista em *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Nunes Paiva**. Dissertação

(Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2021.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MONTERO, Rosa. Rosa Monteiro. [Entrevista cedida a] **Programa Roda Viva**, [S.l.], 10 abr. 2006. Disponível em:

https://rodaviva.fapesp.br/materia/230/entrevistados/rosa_montero_2006.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Não és tu, Brasil**. São Paulo: Mandarim, 1996.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ua: Brari**: Do outro lado do mundo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/12/cev-rio-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TÉRCIO, Jason. **Segredo de Estado**: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Fontes de arquivo

[Turma de Recebimento]. Fundo: **Dossiê Julio Miguel Molinas**: despacho CNV e relação dos documentos. Localidade: [Rio de Janeiro], RJ, BRA. Data: 20 jan. 1971. Arquivo Nacional. Código de referência: BR RJANRIO CNV.0.ERE.00092001121201239, v.1.

Anexos

Anexo A – Certidão de óbito Rubens Paiva

SÃO PAULO - COMARCA DA CAPITAL - BRASIL
Dra. Geny de Jesus Macedo Morelli
 Oficial

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro E-15 Folhas 282 Termo Nº 979

CERTIFICO que, em 23 de fevereiro de 1996, foi feito o registro do óbito de RUBENS BEYRODT PAIVA

Profissão engenheiro civil estado civil casado

Natural de Santos - neste Estado

Nascido em vinte e seis de dezembro de mil novecentos e vinte e nove

Filho de JAYME ALMEIDA PAIVA e ARACY BEYRODT PAIVA

Declarante MARIA LUCRÉCIA EUNICE FACCIOLLA PAIVA, grau de parentesco (Esposa)

OBSERVAÇÕES: Registro de Óbito lavrado nos termos do Artigo 39 da Lei 9.140, - de 04 de dezembro de 1995 e conforme decisão do MMJ Juiz Corregedor Geral da Justiça, Dr. Marcio Martins Bonilha, datado de 29 de janeiro de 1996. RUBENS BEYRODT PAIVA, desaparecido desde de 1971, domiciliado nesta Capital, na Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 1118, apto 92 - Jardim Paulista, deixou bens, - seguro de vida, mas não deixou testamento, deixou 5 filhos de nome VERA SILVIA FACCIOLLA PAIVA, com 42 anos de idade; MARIA ELIANA FACCIOLLA PAIVA, com 40 anos de idade; ANA LUCIA FACCIOLLA PAIVA, com 39 anos de idade, MARCELO / RUBENS PAIVA, com 36 anos de idade e MARIA BEATRIZ FACCIOLLA PAIVA, com 35 anos de idade, Portador da Cédula de Identidade, RG nº 1.192.829-SSP-SP, expedida em 15.08.1966 e Título de Eleitor nº 6.999, expedida pela 3ª Zona Eleitoral de São Paulo. Demais dados ignorados pela declarante. NADA MAIS. Todo o referido é verdade e dou fé.

Digitado por: Cibeli

Certidão: R\$ 8,63

São Paulo, 23 de fevereiro de 1996

Cibeli da Silva Bortolotto
 CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO
 escrevente substituta

19 Registro Civil das Pessoas Naturais 56 - São Paulo - SP
 Av. Rangel Pestana, 271 - 19 andar - Centro Fone: 051-3111
 Recebido em 23 de fevereiro de 1996
 CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO
 Escrevente Substituta

DELEGADO DE JUSTIÇA
 GENY DE JESUS MACEDO MORELLI
 OFICIAL

CARTÃO DO 1º TABELÃO DE
 NOMEADO MARCELO FACCIOLLA DE
 ALTEVE
 COM NOME DO TABELÃO DE
 NOMEADO MARCELO FACCIOLLA DE
 ALTEVE

Anexo B – Turma de recebimento DOI

